WILLIAM J. ENTWISTLE

A LENDA ARTURIANA

NAS

LITERATURAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

TRADUÇÃO DO INGLÊS

DE

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

Revista e acrescentada pelo Autor

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

1942

A LENDA ARTURIANA

NAS

LITERATURAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

WILLIAM J. ENTWISTLE

A LENDA ARTURIANA

NAS

LITERATURAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

TRADUÇÃO DO INGLÊS

DE

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA

Revista e acrescentada pelo Autor

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

1942

ÍNDICE

Prefácio do Autor V

Prefácio do Tradutor XI

I. Observações preliminares 1
II. A teoria da prioridade portuguesa 6
III. A introdução do romance arturiano em Castela e Portugal . . 25
IV. Os lais bretões: «Cifar» 57
V. As novelas arturianas na Catalunha 68
VI. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *Tristão* 91
VII. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *Vespasiano* . . 115
VIII. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *O Santo Graal, José de Arimatéa* 118
XI. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *O Santo Graal, Merlim, Demanda* 130
X. Heróis menores do Graal: Galvão, Perceval. A *Faula* de G. Torroella 163
XI. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *Lançarote* . . 171
XII. Romances secundários e outros em Castela e Portugal: *Amadiz* 191
XIII. A influência da literatura cavalheiresca na Península Hispânica durante a Idade Média 201

Apêndice 227

Adenda 231

Errata 233

Índice Onomástico 235

Índice 249

Prefácio do Autor

À amabilidade e cultura do conhecido anglicista Sr. A. Dória e da esclarecida e extinta Imprensa da Universidade de Coimbra, irmã gémea da minha, devo a sorte feliz de me apresentar ao douto público português.

Êste livro escrevi-o há dez anos. Era meu propósito fazer um volume complementar ao que havia de escrever o Sr. Gardner sôbre a fortuna do mesmo ciclo arturiano em Itália. Ambos os livros deviam ser obras de vulgarização, mas de facto não aconteceu assim; o meu, por algumas observações novas que fiz no curso da sua confecção, dirigiu-se por fim à reduzida classe dos hispanistas e eruditos na matéria de Bretanha, e o do meu ilustre amigo tardou cinco anos, para sair por fim com belas reproduções dos esboços do manuscrito florentino, Pal. 556, da Biblioteca Nacional.

Salvo correcção de algum êrro evidente, deixo o texto do livro tal como o deixei em 1924. Desde aquela data que se conhecem muito melhor alguns documentos principais do ciclo: o Tristão *vaticano, publicado pelo Sr. Northup; os fragmentos do Palácio de Madrid, que editou e comentou o Sr. Pietsch;* o Cifar *do Sr. Wagner e os valiosos estudos do jovem erudito catalão Sr. Pedro Bohigas e Balaguer. Mas ainda nos falta alguma coisa: uma edição*

Azurara, mas sabemos que uma lírica que se encontra no livro é de um conhecido autor galego, João de Lobeira, e também é muito provável que o infante D. Afonso seja o irmão de El-rei D. Diniz e cunhado do infante D. João Manuel de Castela. E se deduzimos da novela o quarto livro, que é de Montalvo, e os cortes e reveses obrigatórios no género, ¿que nos fica na mão? Uma história de amor muito simples, uma inteireza de fé como a achamos nas velhas cantigas de amigo, uma luta sem conclusão contra os fados e mesmo uma saüdade que a aparenta com a Menina e Moça, *também novela de cavalarias* sui generis. *Se havia novela galega ou portuguesa seria coisa momentânea entre 1312 e 1345, quando a conhecemos já castelhana; mas aceito o autor galego e o patrono português de nascimento e ainda acrescento que vejo nas peripécias o trabalho de uma mentalidade antes galego-portuguesa que de pura casta castelhana.*

Os conflitos literários desviam muitas vezes a atenção dos aficionados das obras que constituem a glória genuína da sua nação. Por gastar tinta no problema de um Amadiz *português, que se não acha em nenhum lugar, não se tem ponderado suficientemente a prosa inimitável de Fernão Lopes, o génio único de Gil Vicente, a candura dos* Livros de Linhagens, *as miras elevadas de historiador de Azurara. A crítica da literatura medieval ocupa-se em todos os países com exagêro do não existente e é tempo de chamar a sua mirada vaga para os monumentos sólidos e inexplorados que merecem toda a sua atenção.*

Quatro palavras mais. Neste ano de 1934 estabeleceu-se em Oxford pela primeira vez um lente de Português. São antigos os serviços que têm prestado a êsses estudos alguns alunos distintos da nossa Universidade, mas desde

hoje afaga-nos a esperança de ter uma sucessão não interrompida de leitores da bela literatura dos nossos antigos aliados e de tempos a tempos, talvez, um erudito. Para mim é um grande prazer dirigir-me ao culto público neste momento único das nossas relações culturais.

Universidade de Oxford, 1934.

WILLIAM J. ENTWISTLE.

Prefácio do Tradutor

Esta obra está em impressão desde 1933. Interrompida em 1934 pela extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra, estavam então impressas seis fôlhas. Só em 1940, pelas razões por mim já apontadas no prefácio à tradução dos Estudos Vicentinos *do Sr. Aubrey Bell, pôde continuar. Devido à boa vontade do Sr. Administrador da Imprensa Nacional pôde concluir-se em prazo relativamente curto.*

Tal como está, a tradução tem grandes defeitos. Feita em circunstâncias anormais, passaram alguns deslizes, apesar da cuidadosa revisão do seu ilustre Autor. Nas páginas impressas até 1934 muito haveria que alterar e mondar. Por razões óbvias não o fiz, limitando-me a corrigir cuidadosamente o que estava por imprimir. Se algum dia esta obra tiver 2.ª edição, reservarei para essa altura a correcção do que dela carece. Nem eu pretendo, de forma alguma, que a minha tradução seja impecável. O estilo do Sr. Entwistle, elegante como é, nem sempre oferece ao tradutor oportunidade de o trasladar a português com a clareza desejada, e eu não quis, de modo nenhum, afastar-me do pensamento do Autor, alterando-o, por redundância. De resto só quem não conhece a língua inglesa poderá supor que ela possa traduzir-se ao correr

da pena, sem a cada passo o tradutor encontrar óbices a obrigá-lo a meditar antes de escrever.

Isto não é, porém, justificação às incorrecções do que traduzi. Reconheço-as, lamento-as, embora não as enjeite. Espero que a crítica imparcial o compreenderá e terá em conta antes de se pronunciar.

Por outro lado, desde que a impressão da obra parou em 1934, muita matéria nova viu a luz do dia, que levaria o Autor a alterar aqui e ali algumas das suas afirmações. Quando a tradução foi revista o Sr. Entwistle teve a bondade de acrescentar novas anotações complementares das da obra; posteriormente outras vieram que não houve oportunidade de inserir no lugar próprio, pelo que seguem adiante em adenda. A actual conflagração, tornando tam contingentes as comunicações postais com o mundo, impediu que até hoje o Autor pudesse acrescentar novos elementos como complemento e actualização da obra. Por razões fàcilmente compreensíveis não o quis eu fazer. De modo que, com leves alterações, sai como deveria ter saído há oito anos.

A literatura cavalheiresca tem dado motivo para muitos estudos mais ou menos volumosos, entre os quais o presente é dos de mais valor. Foi por o reconhecer que o Sr. Dr. Joaquim de Carvalho, antigo e muito ilustre Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, entendeu publicar a sua tradução, que só tem de lamentável o ter-me sido confiada. Embora os pontos de vista do Sr. Entwistle se limitem a um aspecto da vasta literatura cavalheiresca —o das novelas arturianas—, e mesmo êsse restringido à Península Ibérica, êle é exaustivo, como fàcilmente pode verificar-se. A literatura cavalheiresca tem sido incom-

pletamente estudada entre nós, e o que de valioso existe sôbre o assunto, mesmo no que respeita às novelas portuguesas, deve-se à pena de alguns dos mais ilustres especialistas estrangeiros. ¡E no entanto que magnífico campo a lavrar! Estou crente de que a presente obra vai contribuir para os estudiosos e eruditos portugueses fazerem incidir a sua atenção, pelo menos, sôbre o contributo de Portugal para o vasto mar da novelística cavalheiresca. Pela minha parte espero poder dentro em breve apresentar a tradução do magnífico e fundamental livro do Sr. Dr. Henry Thomas Spanish and Portuguese Romances of Chivalry, *cuja tradução empreendi há mais de dez anos, também a pedido do Sr. Dr. Joaquim de Carvalho, mas cujo manuscrito se extraviou quando foi remetido para seu ilustre Autor. Na Biblioteca Pública de Braga tive a sorte de encontrar um MS, citado por D. António Caetano de Sousa, que Inocêncio não conheceu senão de nome, e que Barbosa Machado atribuíu à Condessa da Vidigueira, D. Leonor Coutinho. Trata-se da* Crónica do Imperador Beliandro (. . .) e seu filho D. Belindo, príncipe de Portugal, *três volumes em letra do século* XVII *assinados por D. Leonor Coutinho. Estou a preparar um estudo sôbre a obra, que possìvelmente constituïrá uma introdução à sua edição que tenciono fazer. Ver-se-á como êste romance é um dos mais curiosos exemplares dessa longa dinastia que o* Amadiz *iniciou e de tam grande vitalidade que ainda sobreviveu às frechadas sarcásticas de Cervantes. Para se poder estudar conscienciosamente a influência dos romances cavalheirescos na literatura portuguesa há que publicar, no todo ou em parte, o contributo dos portugueses para o género. O que está publicado é pouco e muito dêle anda disperso por revistas e outras*

publicações periódicas. Isto quanto aos inéditos; pelo que respeita aos impressos, quási todos são inacessíveis pela sua raridade. Até mesmo a edição moderna do Palmeirim de Inglaterra, *a de 1910, começa a rarear no mercado, atingindo preços elevados. Quando não seja possível publicar integralmente os romances portugueses de cavalaria, dever-se-ia ao menos publicar antologias dos passos mais belos e expressivos, pois muitos são os que se podem colhêr desde o* Amadiz *até ao século* XVII. *O livro do Sr. Entwistle facilitará essa tarefa, e não poucos agradecimentos lhe devemos por isso.*

O Sr. William James Entwistle não é um desconhecido dos eruditos e dos estudiosos portugueses, que há pouco mais de um ano tiveram conhecimento directo ou indirecto das conferências realizadas em Lisboa, Pôrto e Coimbra por ocasião da imposição das insígnias doutorais de Oxford ao Sr. Dr. Oliveira Salazar.

Nascido em 1895 na colónia britânica de Chen-Ian-Quan (China), freqüentou de 1903 a 1910 a escola das Missões em Xe-Fu, onde alcançou neste último ano o Oxford Senior Local Certificate *de 1.ª classe. Vindo para a Grã-Bretanha no ano seguinte, freqüentou em 1911 e 1912 o Robert Gordon's College, de Aberdeen, do qual passou neste ano para a Universidade de Aberdeen, que freqüentou até 1916; aí obteve variados prémios e honras pelo seu aproveitamento em filosofia clássica e comparada.*

Em 1916 prestou serviço militar na Grande Guerra, no Royal Field Artillery e nos Scottish Rifles, sendo nô ano seguinte ferido em Péronne. Terminada a guerra, esteve

na Universidade de Madrid e no Centro de Estudos Históricos, da mesma cidade, e durante êsse período preparou um estudo das Relações entre as literaturas inglesa e espanhola durante a Idade-Média.

Finda a sua estadia em Espanha, durante a qual teve ocasião de profundar os estudos hispânicos, em que hoje é autoridade de renome europeu, o Sr. Entwistle iniciou a sua carreira docente na Universidade de Manchester, onde permaneceu até 1925, ano em que passou para a de Glasgow, para aí assumir a direcção da secção espanhola. É por esta ocasião que principia a sentir-se atraído pela literatura e pela história de Portugal. Publicando naquele ano a obra de que hoje apresento a tradução, e na qual há largas referências à literatura medieval portuguesa, o Sr. Entwistle publica logo no ano seguinte um substancioso ensaio sôbre O cossante do Rei D. Sancho, *a que se seguiram em 1928* A crítica moderna e a unidade dos «Lusíadas» *e* Os cavaleiros ingleses em Aljubarrota, *aquele na gloriosa revista* Lusitânia, *da direcção da excelsa D. Carolina Michaëlis. Entretanto preparava uma reedição da segunda parte da* Crónica de D. João I, *de Fernão Lopes, que a Imprensa da Universidade de Coimbra devia editar e de que a extinção daquele estabelecimento cultural veio privar-nos, não sabemos ainda por quanto tempo. Faço votos por que não demore essa reedição, esperando que os Srs. Ministro da Educação Nacional e Ministro do Interior facilitem a sua rápida conclusão, para honra da cultura portuguesa.*

Em 1930 criaram-se, pelos seus esforços, aulas facultativas de português na Universidade de Glasgow. Dois anos mais tarde passou à gloriosa Universidade de Oxford como professor de estudos hispânicos (cadeira de

D. Afonso XIII), sendo ainda director dos estudos portugueses da mesma Universidade desde 1934. Actualmente é também director da Modern Language Review, *onde tem publicado variada colaboração sôbre a Espanha e sôbre Portugal. Amigo dedicado do nosso País, faz parte daquele grupo admirável de lusófilos ingleses para com quem temos uma grande dívida em aberto desde que Roberto Southey, o romântico poeta «lakista», nos princípios do século XIX, chamou sôbre Portugal as atenções do ilustrado público inglês.*

Adversário intransigente do nacionalismo narcisista, improdutivo e impotente para criar, entendo que só nos pode ser útil, sob todos os pontos de vista, mas muito especialmente no que respeita ao campo cultural, o intercâmbio com os países de superior cultura, como a Inglaterra, a Alemanha e a Espanha, visto como com a França êsse intercâmbio já passou além da justa medida há muito tempo. Temos também o dever de analisar cuidadosamente o que sôbre nós se escreve, sobretudo nos países nórdicos, em que a visão dos factos e dos homens é por via de regra mais justa, serena e equilibrada do que nos países do sul, em que a côr deslumbrante de um céu sem manchas altera bastas vezes a visão correcta dos acontecimentos e dos caracteres. Ponhamos de parte figurinos estranhos, que nem sempre se acomodam ao nosso corpo, e abramos de par em par as janelas da nossa pequenina casa sôbre a Europa e o mundo, na certeza de que só nos poderá fazer bem a entrada dessas lufadas de ar, que virá renovar o confinado ar por tantas gerações respirado. É natural que, feita essa operação tam simples, mas que a muitos se afigura dificílima, nós venhamos em breve a corrigir pela reflexão muitos dos defeitos de que temos tentado ver-nos

livres pelo recurso fácil à retórica meridional. Só então compreenderemos que o que ao princípio nos parecia crítica exagerada, tendenciosa ou malévola da parte de alguns estrangeiros cultos, nada mais era do que a visão justa das coisas, tornada possível pela distância que, se esbate as arestas, muitas vezes dá particular realce a pormenores em que não reparáramos. E quando chegarmos a essa compreensão não deixaremos, por certo, de agradecer a todos aqueles que, curiosa ou amorosamente, se têm curvado sôbre nós para melhor nos conhecerem e amarem, sem curarem de saber se o português é grato ou não para com os que desinteressadamente ensinam o mundo a amá-lo. Entre estes é justo salientar o nome do Sr. William J. Entwistle, que os estudiosos portugueses vão agora conhecer através da sua obra de maior fôlego e que consagrou o seu Autor aos trinta anos.

Pela parte que me diz respeito eu deixo aqui consignado ao meu Ex.mo e ilustre Amigo tôda a minha admiração de estudioso pela sua obra e todo o meu agradecimento de português pelo amor que às nossas coisas tem dedicado. Oxalá que um dia a minha Pátria o saiba compreender e retribuir.

Braga, Julho de 1942.

ANTONIO ÁLVARO DÓRIA.

I

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A história das novelas arturianas a dentro da Península Ibérica é duma atraente simplicidade. Elas constituem uma literatura de tipos limitados e de expressão homogénea que surgiu numa época conhecida ou podendo determinar-se, e derivam duma corrente geral de inspiração. Sendo os limites da discussão definidos e reconhecíveis, os tópicos da controvérsia não são històricamente remotos; porisso a localização do debate limita-se àqueles materiais concretos tais como a época e o modo por que se introduziram, as suas classes e genealogia, a sua influência, e direcção geral e quaisquer circunstâncias especiais do seu recurso para o gôsto peninsular. Êsses materiais podem fixar-se pelos processos vulgares e evidência da crítica textual ou histórica; pouca margem dão à dúvida ou à conjectura. Em Espanha não nos preocupa qualquer espécie de questão tal como a origem dos vários ciclos, nem temos a oportunidade para estudar o seu crescimento e desenvolvimento. Podemos duma vez partir da presunção da existência da prosa francesa da literatura arturiana no remoto século XIII, a qual é amplificada com um certo vulto pelos textos espanhóis como base geral do nosso trabalho, mas temos o dever de indagar como aquela literatura chegou a tal ponto; nem o nosso interêsse é afectado pelos complicados e insolúveis problemas relacionados com os *lais* bretões e as novelas completas, a historicidade de Artur ou Tristão, as proporções da resultante final que pertencem a diversos factores próprios da raça, os nomes e precedência

dos heróis, as atribuïções da autoria ou as teorias opostas da composição. Essas controvérsias têm a sua conclusão nos grandes ciclos de prosa que são acessíveis a todos os estudiosos; e é com os ciclos franceses da prosa — traduzidos literalmente, e sem qualquer adição ideativa, para as literaturas peninsulares do século XIV — que principia a província especial a que se refere esta obra.

A Espanha tem muito pouco a acrescentar ao nosso conhecimento do ciclo arturiano. Os seus *Tristan*, *Merlin* e *Graal* reputam-se originais não podendo continuar por muito tempo em trajo francês, mas que caem dentro de limites fixos de desvio dos tipos normais do romance e se inferem de outra evidência. Uma canção dá ao nome de Tristão uma encantadora alegoria amorosa tirada do *folclore* universal; outra dá por aliada a Lançarote uma típica alcoviteira espanhola, a *dueña* Quintañona; uma terceira conserva a recordação de uma das suas aventuras menos famosas. Um filho de Tristão levou a fama do pai até ao combate dos Mouros da Espanha onde viveu apenas numa edição do romance, pôsto-que tivesse a vitalidade bastante para alcançar público na Itália em *I due Tristani;* e Sagramor, na qualidade de um dos mais jovens guerreiros da Távola Redonda, obteve um novo romance para si próprio pela pêna de Jorge Ferreira de Vasconcelos. É possível que a Espanha tenha sido a fonte passiva de muitos pormenores do *Parsifal*, mas o cenário espanhol dos romances de Wagner e Wolfram é absolutamente estranho ao pensamento peninsular. As alusões a factos de data anterior aos ciclos estabelecidos são raras e difíceis de determinar como tais: a obra de Geoffrey de Monmouth foi posta em circulação na linguagem em que se compôs e pela reputação pseudo-histórica que ela alcançou; mas os *lais* bretões, quando muito, reflectem-se dèbilmente na história de *Cifar* e nas primeiras cinco poesias líricas do *Cancioneiro de Colocci-Brancuti.*

Mas se os romances do ciclo peninsular oferecem comparativamente pouco interêsse ao estudioso das origens arturianas, e se (como pode supor-se) são freqüentes vezes de

pequena importância intrínseca, contudo as circunstâncias do seu progresso, o seu acompanhamento e o seu resultado, juntamente com a grande medida de segurança com que podemos afirmar tais circunstâncias, investiram-nas de grande importância na história da literatura europeia que deve, sem receio, dar a precedência aos romances da Alemanha, da Inglaterra e da Itália, ou talvez da própria França. Circulando primeiro nas côrtes de Lisboa, Toledo, Pamplona e Barcelona durante os últimos anos do século XIII, o mais certo em manuscritos franceses, foram traduzidos durante ou antes da primeira metade do século XIV, e por uns 250 anos continuaram a fertilizar a literatura e a sociedade dos reinos espanhóis. Constituíram uma antítese à marcha real e literal do pensamento nacional; uniram-se e guiaram a sua exaltação peculiar quando foram influenciados pelo amor, pela honra e pela religião; gradualmente expandiram as doutrinas e a prática da cortesia desde o círculo de cortesãos que rodeava o monarca até às classes mais ínfimas. Durante todo êste período foram acompanhados pelo romance seu derivado, o *Amadiz de Gaula*, uma criação nativa, de autor, nacionalidade e data desconhecidos, cujo nome se conservou durante tôda a Idade-Média, como um outro Lançarote ou Tristão e sôbre cuja descendência êstes heróis terminaram por resignar a sua identidade e interêsse. A invenção da imprensa trouxe uma breve revivescência às fábulas arturianas, a qual foi seguida pela sua total extinção; mas ao *Amadiz* ela deu uma enorme expansão de influência, porque êsse romance indígena, que preferira uma imitação independente a uma tradução literal, proliferou no espírito do novo público dos livros impressos; êle expressou a verdade da vida como um século de esperança, de cortesia e de heroïcidade desejava vê-la, — terras desconhecidas e cenas encantadas, princesas recompensando o valor e impérios presos dum braço forte, corações leoninos, fé inquebrantável e astúcias do Demónio, aventuras sem fim e irreais, dulcíssimas frases de amor e de honra e a extensão militante da Fé sagrada. E assim a infindável sucessão dos romances peninsulares passou das tipografias para as mãos dos leitores, até

que semelhante profusão terminou por embotar o apetite. As emoções das descobertas e conquistas esfriaram e acalmaram-se e até a fé foi acabrunhada por humilhações. Carlos V, Felipe II e Felipe III — são nomes que por si só bastam para ilustrar a marcha do desencantamento. As novelas realistas, nunca desaparecidas por completo de Castela, e que durante 50 anos foram suplantadas pelo optimismo dos seus rivais, apareceram em número crescente e sempre implacável, até que a família cavalheiresca se perdeu e sumiu. Mas antes que a sua memória se perdesse de todo, Cervantes, o melhor dos optimistas e o mais verdadeiro dos realistas, levou-as a ambas para a primeira e a maior das suas novelas. No *D. Quixote* não é formulada nenhuma interpretação *a priori* sôbre a natureza; a alma do idealista e o corpo insistente do realista caminham juntos como partes complementares do mesmo mundo e o severo dualismo dos romances medievais cede fundindo-se com a luz e a sombra da moderna novela. A obra de Cervantes tem muitas afinidades, mas, para a sua genealogia, podemos citar a própria afirmação do seu autor — que o D. Quixote deriva do Amadiz como êste de Artur.

É o terceiro dêstes nomes, a parte mais antiga da trilogia, que constitui o assunto dêste livro. Desde a última exposição geral da história do ciclo arturiano na Península, por Menéndez y Pelayo na sua grande obra sôbre as origens da novela espanhola, tem havido consideráveis investigações; os textos são geralmente mais acessíveis, embora alguns de grande interêsse estejam dispersos por duvidosos manuscritos, mas o estudioso pode agora consultar importantes artigos e relatórios. O declínio das teorias de Gaston Paris na terra da sua origem restaura até certo ponto a autonomia dos ciclos espanhóis que podem ser estudados com mais aturada e literal atenção quando o fulgor de brilhantes preconceitos já os não ofusque. Apenas pode produzir-se uma obra definitiva de todos os problemas relacionados com o nosso assunto, se é que sôbre os estudos arturianos alguma coisa de definitivo se poderá fazer; porisso em apêndice à antiguidade de certos textos, os romances arturianos espanhóis carecem de

discussão e sofrem com a falta de curiosidade não só de nacionais como de estranjeiros; mas ao autor parece que os factos são agora bastante proveitosos para renunciar resolutamente às largas linhas do seu desenvolvimento e influência, linhas que modificam um tanto as contenções da exposição aceita, e que substituïriam uma história evidente do seu progresso por uma teoria que nos parece largamente conjectural e preconcebida.

II

A TEORIA DA PRIORIDADE PORTUGUESA

A maior parte da matéria arturiana que sobreviveu nas literaturas da Península Ibérica encontra-se nas impressões castelhanas dos fins do século XV ou princípios do século XVI, às quais podemos acrescentar muitos manuscritos em castelhano ou português aproximadamente da mesma época, e um importante fragmento em catalão que tem a data de 1380 no colofonte. Isto, junto com uma simples fôlha do *Tristan* em castelhano e uma referência no colofonte a um dos romances portugueses, leva-nos a recuar até ao século XIV; mas, falando dum modo geral, é verdade que grande parte do hoje existente em castelhano é muito posterior e poucas informações fornece para a sua genealogia. Relacionarmos êsses romances moribundos — porque em breve foram soterrados pela imensa novelística que em Espanha se produziu nas eras carolina e filipina — com os seus originais franceses do século XIII e especificarmos o tempo e o modo da sua introdução, as influências que sofreram ou exerceram e as suas mútuas relações, tais são os objectos das investigações arturianas na Península. Duas gerações de esclarecidos espíritos já se exercitaram em tal assunto, e os nossos dias ainda aguardam o ensaio autorizado e há longo tempo esperado de D. Adolfo Bonilla y San Martin (1), que deve atenuar ou reacender o longo debate.

---

(1) No 3.º vol. (Ensaios) que completa a sua ed. dos *Libros de Caballerías (Nueva Biblioteca de Autores Españoles, tom. VI e XI).* Todavia o seu ponto de vista deve inferir-se do prefácio ao seu *Tristan de Leonis*

Os começos da discussão foram ilustrados pelos trabalhos de Pascual de Gayangos (1), Amador de los Rios e Milá y Fontanals. O catálogo de tôda a literatura cavalheiresca da Espanha que o primeiro concluiu foi uma contribuïção de importância fundamental para todos os ciclos de cavalaria da Península e Ormshy (2) utilizou-o, para ilustrar o *D. Quixote;* o mesmo Ormshy e o falecido prof. Fitzmaurice-Kelly (3) parece que seguiram Gayangos quando conjecturam a relação íntima entre o *Baladro del Sabio Merlin* e a *Historia di Merlino* de Messer Zorzi; Amador de los Rios acrescentou ao assunto uma notável competência no estudo dos manuscritos espanhóis, e Milá y Fontanals desenvolveu um espírito científico maior ao mesmo tempo que um cuidadoso conhecimento do seu pátrio catalão. Êstes três distintos eruditos revolveram as bibliotecas em busca de exemplos da *matière de Bretagne* e a literatura espanhola inquirindo referências a ela, e porisso aquela teoria principiou a dar origem a uma cadeia de alusões entre os romances sobreviventes e os seus remotos originais franceses. Em Portugal, Varnhagen (4) dirigiu uma investigação semelhante, e das espèculações do engenhoso Teófilo Braga formulou um juízo coerente e documentado D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (5), cujas con-

---

(Sociedad de Bibliófilos Madrileños, tom. VI*)* e às suas *Leyendas de Wagner.* (Madrid, 1913). Desgraçadamente depois de estarem escritas estas linhas, morreu o ilustre sábio espanhol sem completar o estudo tantas vezes prometido. O Sr. prof. Dr. Pedro Bohigas fêz um estudo da novelística espanhola medieval (incluso o ciclo arturiano) que se deve publicar na História Literária projectada pelo Centro de Estudos Históricos, de Madrid.

(1) Gayangos, *Libros de Caballerías (Bibl. de Aut. Esp.,* tom. XL*)*; Ríos, *Historia Crítica de la Literatura Española,* tom. V; Milá, *De la poesía heroico-populár castellana,* cap. X.

(2) *D. Quixote,* trad. de J. Ormsby (Londres, 1885), *cf.* vol. IV, ap. 2.

(3) Ormsby, *loc. cit.;* Fitzmaurice-Kelly, *Historia de la Literatura Española* (Madrid, 1921), pág. 121 e primeiras ed.; *cf.* Gayangos, *Libros de Caballerías,* Introd., pág. x, notas 5–7.

(4) *Da Litteratura dos Livros de Cavallarias,* Viena, 1872.

(5) *Grundriss der romanischen Philologie,* II, 2, pág. 212, segs. e *passim.*

clusões — acessíveis ao leitor inglês na *Portuguese Literature* do sr. Aubrey Bell (1) — ainda que impugnadas por G. Baist (2) na mesma obra, foram substancialmente adoptadas pelo grande crítico espanhol da geração passada D. Marcelino Menéndez y Pelayo (3), pela sua síntese de erudita opinião referente à entrada e progresso da cavalaria arturiana em Espanha e Portugal. A sua exposição é magistralmente breve e lúcida e a sua tese é conciliatória, oferecendo aos críticos certas atracções *a priori* sob ambos os aspectos. A sua opinião principal é que a *matière de Bretagne* foi recebida de França não através do reino central mas do ocidental; e assim emquanto que podemos aceitar a prioridade portuguesa pela qual lutaram e ainda lutam os críticos portugueses, dando como causa a forte infusão céltica que se supõe existir no seu sangue, ela é também aceitável pelos castelhanos porque Milá atribui o retardamento castelhano aos obstáculos apresentados por um sentido mais forte da realidade e um nacionalismo mais consistente. A sua passagem por Portugal, assim como a dos poemas épicos carolíngios, dizem que foi pelo caminho dos peregrinos para Santiago, êsse primeiro bêrço da cultura cristã espanhola; mas no que respeita ao simples conhecimento dos romances, a Catalunha, devido às suas afinidades lingüísticas com a Provença e o Languedoc, precedeu os dois outros reinos espanhóis.

Esta teoria, em que se permite que características rácicas desempenhem papel tam importante, encontra uma base conveniente nas especulações de Gaston Paris. Nelas o elemento céltico, quer insular quer continental, é proeminente por conter não só sugestões mas também a primitiva e verdadeira forma das histórias que chegaram a ser agrupadas nos ciclos franceses; contudo é particularmente fácil passar dos celtas gálicos aos lusitanos, das novelas arturianas de França às da

---

(1) Oxónia, 1922, págs. 62-64.

(2) *Grundriss*, II, 2, págs. 416, 438, etc.

(3) *Orígenes de la Novela*, I, págs. CLIX-CLXXXIV, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, tom. XII.

Galiza-Portugal. Para chegar a esta afinidade de raça e de temperamento e enquadrar as novelas peninsulares na sua estrutura europeia, a exposição de Menéndez y Pelayo é convenientemente prefaciada por um admirável sumário das vistas de Gaston Paris, extraído da *Littérature Française au Moyen Âge*, da *Histoire Littéraire de la France* (tom. XXX) e dos vols. XV, XVI e XVII da *Romania;* mas com essa introdução poderemos aventurar-nos a dispensá-la, não só porque a crítica do norte dos Pirineus modificou um tanto a sua base em tempos mais recentes como também porque as teorias das origens arturianas não têm importância excepcional para a história dos romances peninsulares. Procedendo assim, seguiremos o erudito e melhor guia inglês dêstes assuntos, o Dr. Henry Thomas, do Museu Britânico, cujo capítulo preliminar do seu *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry* (1920)(1) compendia em poucas páginas o conhecimento e a opinião actuais respeitantes aos ciclos arturianos, espanhol e português. «As lendas célticas chegaram muito cêdo à Catalunha por intermédio dos *troubadours* provençais... Mas estas lendas seguiram o mesmo caminho que as de Carlos Magno, e encontraram da mesma forma uma saída natural pela Galiza e por Portugal, onde existia não só uma escola de poesia lírica florescente, mas também, podemos afirmá-lo, um espírito gentil — herança dos primitivos habitantes celtas, aumentado pela comunicação constante com as terras célticas... Estas poesias [os cinco *Lais de Bretanha* do *Canc. Colocci-Brancuti*] são traduções livres do francês, e mostram-nos como a *matière de Bretagne* deve ter sido familiar aos *trovadores* galegos e portugueses, mesmo no século XIII... Durante o século XIV principiaram a ser traduzidos para castelhano [os romances arturianos]. Há dois fragmentos de um *Tristan* espanhol, cuja existência se supõe datar do primeiro têrço daquele século, mas a época em que mais traduções se fizeram, foi a última parte do século XIV e no século XV... O primeiro tipo que se estabe-

(1) H. Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, Cambridge, 1920, págs. 21-27.

leceu com êxito foi, no século XVI, o romance de cavalaria». Paralelamente a esta teoria é vulgar aceitar-se, com maior ou menor reserva, a hipótese da origem portuguesa do grande derivativo arturiano, o romance de *Amadiz de Gaula*, adoptando por autor um ou outro dos obscuros Lobeiras; por êste processo tôda a corrente cavalheiresca segue uniformemente do ocidente para o centro da península.

As íntimas relações políticas, culturais e lingüísticas que uniram a Catalunha à Provença tornaram a literatura da Marca Hispânica particularmente semelhante às ideas estranjeiras; e foi não muitos anos depois que Bernard de Ventadorn fêz a primeira alusão a Tristão e Iseu (1154) (1) que o trovador catalão Guiraut de Cabrera (2) aparece na completa posse do

---

(1) L. Sudré, *Les allusions à la légende de Tristan*, in-*Romania*, tom. XV.

(2) Milá y Fontanals, *De los trobadores en España*, págs. 273 seg.:

« Cabra juglar,
Non puesc mudar
Qu'eu non chan, pos a mi sab bon;
E volrai dir
Senes mentir,
E comtarai de ta faison.
Mal saps viular
E pietz chantar
Del cap tro en la fenizon;
Non sabz finir,
Al mieu albir,
A temperatura de Breton.
. . . . . .
Non sabs d'Erec
Con conquistec
L'esparvier for de sa rejon
. . . . . .
Ni de Cardueill
. . . . . .
Ni de Tristan
C'amava Yceut a lairon,
Ni de Gualvaing,
Qui ses conpaing
Fazia tanta venaison
. . . . . .
Ni d'Arselot la contençon. »

Mas Arselot (segundo a *Inchiestra del San Graal*, de Crescini, Introd.) é de *Arselot et Riquelme* e não do *Lancelot du Lac* como sugere Milá.

fio do romance (*c.* 1170). O seu poema é um ataque ao *jongleur* Cabra pela sua execução defeituosa no canto e na viola e pela sua ignorância dos temas mais reputados para o verso. Guiraut fala de Cardueil, Erec, Viviana e talvez de Merlim, Galvão, Artur, Tristão, Iseu, quiçá de Lançarote; mas pode bastar para concluirmos, pelo orgulho que o seu conhecimento parece inspirar ao trovador, que estas novidades em moda eram ainda pertença de um círculo restrito. Numa tal órbita limitada era provável que elas gravitassem durante alguns séculos mais ou menos durante tôda a duração da literatura catalã, porque, embora se possam encontrar alusões à *matière de Bretagne* fora da poesia dos três séculos seguintes em alguma abundância, e embora os próprios romances ocupassem muitos lazeres de Pedro *o Ceremonioso*, conde de Barcelona e rei de Aragão, nada de positivo se podia afirmar na ocasião em que Menéndez y Pelayo acabava de escrever (1905) sôbre o que respeitava aos romances dêste ciclo, em vernáculo, nem possuímos hoje mais do que uma isolada história do Santo Graal e uma simples fôlha que descreve o combate de Lançarote com Sir Carados e outra das aventuras de Tristão. Pode-se, mesmo, dizer, a não desconfiarmos de provas negativas, que as lendas bretãs parecem pouco simpáticas ao prático espírito catalão.

Había, no obstante, una región de la Península donde, ya por oculta afinidad de orígenes étnicos, ya por antigua comunicación con los países celtas, ya por la ausencia de una poesía épica nacional que pudiera contrarrestar el impulso de las narraciones venidas de fuera, encontraron los cuentos bretones segunda patria, y favorecidos por el prestigio de la poesía lírica, por la moda cortesana, por el influjo de las costumbres caballerescas, despertaron el germen de la inspiración indígena que sobre aquel tronco, que parecía ya carcomido y seco, hizo brotar la prolífica vegetación del Amadis de Gaula, *primer tipo de la novela idealista española. Fácilmente se comprenderá que aludo á los reinos de Galicia y Portugal, de cuyo primitivo celtismo (à lo menos como elemento muy poderoso de su población, y también de*

la de Asturias y Cantabria) seria demasiado escepticismo dudar, aunque de ningún modo apadrinemos los sueños y fantasias que sobre este tópico ha forjado la imaginación de los arqueólogos locales. Si no se admite la persistencia de este primitivo fondo, no solo quedan sin explicación notables costumbres, creencias y supersticiones vivas aún, y casos de atavismo tan singulares como el renacimiento del mesianismo *de Artús en el rey Don Sebastián, sino que resulta enigmático el proceso de la literatura caballeresca, que tan profundamente arraigó allí, que conquistó sin esfuerzo las imaginaciones como si estuviesen preparadas para recibirla y que fué imitada con tanta originalidad à la vuelta de algunas generaciones. También fué allí la poesía lírica el vehiculo de las tradiciones galesas y armoricanas* (1).

No noroeste da Península os *cossantes* (2) indígenas e a influência dos modelos provençais tinham chegado à conclusão de produzir uma técnica da poesia lírica e um dialecto que não foi empregado sòmente por galegos ou portugueses, mas também por leoneses, castelhanos e até mesmo italianos, estranjeiros. As suas referências à literatura coeva são raras, mas as que dedicam às lendas bretãs foram coligidas há tempo e são actualmente conhecidas de todo o mundo em geral. A mais antiga em data destas referências está sob o nome de Afonso *o Sábio* (3), rei de Leão e Castela, cujas *Cantigas de Santa María* mencionam Bruto, Artur e Merlim

---

(1) Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela,* t. I, pág. CLXXI.

(2) Faz falta uma palavra que descreva esta belíssima flor da poesia portuguesa. O têrmo *cantigas de amigo* refere-se à matéria não à forma. Descrever uma lírica tam simples e exquisita pela fórmula aparatosa de *cantigas paralelísticas* (para não dizermos, como os alemães, *Parallelenstrophenlieder*) parece-nos uma ofensa pedantesca à memória dos que a compunham. Algum crítico português descobrirá por fim a fórmula aceitável, e até êsse momento hei-de adoptar a que me oferece o Sr. Aubrey Bell.

(3) *Cantigas de Santa Maria,* n.os 35 e 108; *Cantigas de las Fiestas de Santa Maria,* n.º 9; *Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti* (hoje *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*), n.º 468 (360).

e que numa canção de amor do *Cancioneiro* alude aos sofrimentos semelhantes de Tristão. Seu neto, D. Deniz de Portugal, cita também Tristão e Iseu e outros mencionam Merlim, as canções de Cornualha e a «Bestia Glatissante» (1). Por estes poemas parece provar-se a circulação das novelas arturianas entre os que contribuíram para os cancioneiros portugueses do remoto século XIV; mas elas cedem em interêsse às cinco curiosas líricas, chamadas *Lais de Bretanha*, com que principia o *Cancioneiro de Colocci-Brancuti* (n.os 1–5). Estas são atribuídas pelas suas rubricas ao próprio Tristão e a sua antiguidade é atestada pela asserção de que uma delas foi « a primeira que achamos que foy feita » ; e estes *lais* têm sido apresentados para provar a existência dum *Tristão* em prosa, com vestidura portuguesa, no remoto século XIII (2). A disposição final dos *Cancioneiros* é obra do filho bastardo do rei D. Deniz, D. Pedro, conde de Barcelos (3), que inclui no seu *Nobilario* ou *Livro das Linhagens* um capítulo inteiramente dedicado à pseudo-história arturiana e no qual menciona não só Artur, Lear e Merlim, mas também Galvão, Lançarote e Avalão. Ao suposto original galego podemos atribuir a menção de Tristão e Merlim no poema em que Rodrigo Yáñez (4) celebra a vitória das armas castelhanas e portuguesas no rio Salado em 1340. Durante o século XIV a temperatura arturiana continuou a subir em Portugal. Em 1359 Lançarote principiou a aparecer como nome de baptismo e encontramos com freqüência nomes tais como Lançarote, Tristão, Percival, Arturo, bem como Iseu, Ginebra, Viviana, etc. (5). No reinado de D. Fernando *o Formoso*, Nun'Álvares

---

(1) *Canc. da Vat.*, n.os 115, 930, 1007 e 1140.

(2) C. Michaëlis de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, in-*Revista Lusitana*, t. VI, e in-*Canc. da Ajuda*, t. II. Do segundo *lai* diz a rubrica: «Esta cantiga he a primeira que achamos que foy feita».

(3) *Livro das Linhagens*, título II, in-*Portugaliæ Monumenta Histotorica ... Scriptores*, ed. Herculano.

(4) *Poema de Alfonso Onceno*, coplas 405, 242-5 e 1808-41.

(5) T. Braga, *Curso de historia da litteratura portugueza*, 1885, págs. 144-8. *(As novelas da Tavola Redonda em Portugal).*

Pereira escolhe para modêlo o herói do Santo Graal, D. Galaaz (1); e cêrca da mesma época, sem dúvida, a fogosa paixão de D. Pedro *o Justiceiro* e D. Inez de Castro principiou a tomar o aspecto da lenda de Tristão. Para o historiador do Rei D. João I de Portugal é familiar todo o corpo de ordenadas citações, desde a mais antiga; e assim, *à propos* do cêrco de Coria, em 1385, cita os nomes de Galaaz e Lançarote, Tristão, Quea e Artur. Estes costumes da cavalaria foram imitados na «Ala dos Namorados» que combateu na batalha de Aljubarrota (1385), na «ordem dos Cavaleiros da Madresilva» e na história dos doze cavaleiros que visitaram a Inglaterra (2) a pedido de João de Gaunt para defenderem a honra das senhoras inglêsas.

Sabemos de obras sôbre Tristão, Merlim e Galaaz existentes na biblioteca do infeliz D. Duarte (3), filho de D. João I e de D. Felipa de Lencastre, sua espôsa, mas nada se sabe sôbre a sua linguagem. Há actualmente para nós em português três livros — uma história da *Destruição de Jerusalem* ou do *Imperador Vespasiano* (1496), que se considerou como tendo sido o original da correspondente obra castelhana (1499) até à descoberta por Haebler de um outro incunábulo espanhol datando aproximadamente de 1486; um manuscrito intitulado *Josep Abaramatia*, escrito por um dr. Alvares no reinado de D. João III de Portugal, mas baseado na obra de um mestre-escola astorguense, Joam Samchez, cuja linguagem original não pode saber-se pela cópia; e a *Historia dos Cavalleiros da Mesa Redonda* que pertence ao século XV e está relacionada com uns certos romances espanhóis em moda acêrca da qual é impossível disputar. A proeminência que os romances do Graal adquiriram nas relíquias da literatura arturiana portuguesa pode actualmente implicar um interêsse maior entre

---

(1) Fernão Lopes, *Chronica del Rei D. João I*, ed. Braamcamp Freire, 1915, pág. 60.

(2) Camões, *Os Lusíadas*, VI, est. 43-69.

(3) D. Duarte, *Leal Conselheiro*, 1842, ed. J. I. Roquete, págs. XX-XXI (n.º 29, *Livro de Tristam*; n.º 32, *Merlim*; n.º 35, *O Livro de Galaaz*).

êles do que entre as castelhanas nas muitas secções fantásticas da *matière de Bretagne:* mas que sejam propriedade única do povo português nos meados do século XV é improvável e uma dedução, inteiramente imprópria, inferida duma passagem do *Mar de Historias* de Fernán Pérez de Guzmán, O manuscrito do Graal cita as suas outras partes (o *Joseph* e o *Merlin*) e também o *Conto*, *Livro* ou *Romanço do Braado (Conte del Brait)*, a *Estoria de Tristam*, a *Estoria Grande de Lançarote* e a *Estoria de Percival*, que devem ser tôdas consideradas, provàvelmente, romances franceses e não portugueses; e «pudéssemos nós chegar a uma conclusão pelas obras atrás indicadas e impressas em Espanha, ainda encontraríamos outras mais *Merlim* (*Baladro* e *Prophecias*, 1498 e 1500); *Joseph de Arimathia* (= *Vespasiano*, 1496 port. e 1498 esp.); *Santo Graal* ou *Galaaz* (1515, 1535); *Tristan* (1501, 1528, 1533, 1534); *Lanzarote* (1528?); *Percival* (1526), e um *Artus* (1501) àparte» (1). Nesta corrente podia seguir uma notável mas hipotética literatura, mas «infelizmente perderam-se, na sua maior parte, as versões portuguesas das lendas bretãs.» (2).

À febril poesia do delírio amoroso, à galantaria por vezes adúltera, às distantes e fantásticas aventuras da *matière de Bretagne* ofereceu uma firme resistência a alma castelhana, clara, prática e austera, preocupada com a reconquista do seu solo, a defesa da sua fé e a afirmação da sua nacionalidade. A introdução do ciclo bretão em Castela não é remota; ligada a uma nova cavalaria que era ao mesmo tempo menos heróica e mais refinada que a carolíngia, não se conformou com o carácter grave da cavalaria castelhana (3). Antes do século XIV são raras as alusões a ela. As mais antigas encontram-se nos *Anales Toledanos Primeros* (4), fastos que terminam com o ano de 1219, e consistem

(1) *Grundriss der romanischen Philologie*, II, 2, pág. 214, n.º 4.

(2) A. F. G. Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, pág. 70.

(3) Milá y Fontanals, *De la poesía heroico-popular castellana*, cap. X, *Del Ciclo Bretón*.

(4) *España Sagrada*, t. XXIII, pág. 381.

na já conhecida afirmação de que «Artur combateu Mordred em Camlan na Era de 580», isto é no ano de 542. Uns 50 anos depois dos *Anales*, na *Grande et general Estoria* de Afonso *o Sábio se extractan de la referida crónica de Monmouth, á que da el rey el título de* Estoria de las Bretañas, *todas las proezas atribuidas al hijo de Sílvio, no olvidadas tampoco las historias de Corineo y Locrino, de doña Guendolonea y Mandan, Porex y Flerex, Belino y Brenio,* etc. (1) e a *Gran Conquista de Ultramar*, que foi completada no reinado do seu sucessor, encontra oportunidade para falar na «Tavola Redonda nos tempos do Rei Artur», assim como para dar por extenso a história do Cavaleiro do Cisne (*à propos* de Godofredo de Bulhões). Don Juan Manuel menciona no seu *Libro de la Caza* (2) (escrito antes de 1325) falcões chamados Lanzarote e Galvan, tendo êste último pertencido a D. Henrique, irmão de Afonso X. O nome de Lanzarote foi dado a uma criança numa pia espanhola em 1344; ao mesmo tempo os anos anteriores oferecem uma alusão a Tristão na *Cantiga de los Clerigos de Talavera* do dissoluto Arcipreste de Hita (3). Uma tradução do *De regimine Principum* de Egídio Colonna executada em castelhano antes de 1350 por Johan García de Castrogeriz (4) juntou *Tristan* a *Cifar* e *Amadis*, os dois mais antigos romances indígenas de cavalaria; e o autor do *Poema de Alfonso Onceno* é, como já vimos, familiar com a harpa de Tristão e as profecias (ou pelo menos récipes proféticos) de Merlim. No final dêste mesmo século XIV, entre 1367 e 1403, o desertor e chanceler D. Pero López de Ayala liga *Lançarote* a *Amadis* entre os livros com que perdeu muitas horas valiosas — certamente as

---

(1) Amador de los Ríos, *Historia Crítica de la Literatura Española*, tom. V, pág. 29.

(2) Ed. Baist, pág. 42.

(3) Juan Ruiz, *Libro de Buen Amor*, copla 1703:

> «Ca nunca fue tan leal Blanca Flor a Frores,
> Nin es *agora* Tristan con todos sus amores.»

(4) *Revue Hispanique*, tom. XV, pág. 815.

da sua juventude; mas a sua penitência não desaparece tanto que o impeça de recorrer às convenções arturianas e a Merlim no final da sua *Cronica del Rey Don Pedro*, talvez a parte melhor trabalhada, embora de-certo a mais positiva, da prosa medieval espanhola (1). D. Pero López de Ayala deixou a sua obra incompleta no reinado de Henrique III de Castela e Gutierre Diez de Games (2), que escreveu no reinado daquele monarca, também manifesta o interêsse, então em moda, por Merlim: *E si bien paras mientes, como viene Rey nuevo, luego facen Merlin nuevo; dicen que aquel Rey ha de pasar la mar, e destroir toda la Morisma, e ganar la Casa Sancta, e ser Emperador; e despues vemos que se face como a Dios place.* E assim um novo Merlim foi Alfonso Alvarez de Villasandino (3), o falso profeta da conquista dos Mouros, a reünião de tôda a Cristandade e outras maravilhas. Como resultado das suas investigações em a Normândia e na Bretanha durante os anos de 1405-6, que o autor passou com muita satisfação assolando o sul da costa de Inglaterra e a ilha de Jersey, Diez de Games expoz uma relação do primeiro estabelecimento de Bruto, neto de Enéas, em Inglaterra juntamente com a história de sua espôsa Doroteia e outras interessantes lendas que não se encontram na obra de Geoffrey de Monmouth. No reinado de D. João II de Castela, um judeu chamado Juan Alfonso de Baena coligiu as *nugæ* poeticas da côrte no conhecido *Cancionero de Baena* (1445), que, seja qual fôr o seu mérito real, é um verdadeiro alfobre

---

(1) Pero López de Ayala, *Rimado de Palacio*, copla 162:

«Plogome otrosi oyr muchas vegadas,
Libros de devaneos e mentiras probadas,
Amadis, Lanzalote e burlas asacadas,
En que perdi mi tiempo a muy malas jornadas.»

e a *Cronica del Rey Don Pedro*, año XVII, cap. 22 e año XX, cap. 3.

(2) Gutierre Diez de Games, *Cronica de Don Pedro Niño*, ed. Llaguno, pág. 29-30.

(3) *Canc. de Baena*, n.º 199.

de citações arturianas (1). Um dos seus mais antigos contribuintes, Pero Ferrús (*m.* 1379), dirigindo-se ao chanceler Ayala, fala de Artur, Lançarote, Galaaz e Tristão a seguir aos pares de Carlos Magno, e menciona explìcitamente os três livros do *Amadis*. *Esta erudición indigesta* [de Pero Ferrús], diz Menéndez y Pelayo, *de la cual más ó menos participan todos los poetas del* Cancionero, *tiene hoy la ventaja de hacernos penetrar en la intimidad de sus lecturas, y mostrarnos, por ejemplo, la época precisa en que entraron en España las novelas del ciclo bretón, y el punto culminante á que llegó su prestigio é influencia.* As alusões referem-se constantemente à trindade cavalheiresca de Lançarote, Tristão e Amadiz e às suas damas, Ginebra, Iseu e Oriana, encontrando nós mais ainda Artur, Galaaz, Merlim, o Graal, o rei Ban, Bademago, José de Arimateia (¡mais famoso do que o marido da Virgem!) e Brius Sem Piedade; acham-se igualmente referências entre os velhos conservadores do tipo de Villasandino e entre a nova escola dos alegoristas italianos que seguiram Francisco Imperial. O ilustre Marquês de Santillana, o mais notável exilado do livro de sarcasmos de Baena, também conheceu Tristão, Lançarote e Galeote (2), e o seu parente Fernán Pérez de Guzmán (3), que já contribuira com notícias de Ginebra e Iseu para o *Cancionero*, discutiu Merlim e o Santo Graal no seu *Mar de Historias*. Tristão e Lançarote são conhecidos de outros picarescos arciprestes da velha Espanha, como o de Talavera (4), e os livros do ciclo do Graal

---

(1) *Canc. de Baena*, n.º 305. *Cf.* Menéndez y Pelayo, *Historia de la poesia lírica castellana en la Edad Media*, tom. I, pág. 385. *Cancionero de Baena*, n.os 38, 149, 124, 199, 209, 226, 249, 301, 305, 331 = 533, 485, 572, 116 e 234.

(2) Santillana, *Triunfete de Amor*, in-*Obras*:

> «Vi Tristan e Lançarote
> E con el a Galeote,
> Discreto e sotil mediante.»

(3) *Canc. de Baena*, n.º 572, e *Mar de Historias*, caps. XCVI e CIV.

(4) *El Arcipreste de Talavera*, parte IV, cap. VI.

e de Dom Lançarote foram vistos nas mãos de Isabel *a Católica* (1). Duas canções populares são dedicadas uma a Lançarote e outra a Tristão, sendo ambas de respeitável antiguidade (2); mas Durán argüe que um número tam pequeno prova a indiferença do público em geral e é mesmo possível que o final do século XV visse um declínio total do interêsse pelos temas cavalheirescos, se é que podemos avaliar a opinião pela freqüência de citações líricas (3). É como se a circulação manuscrita estivesse exausta e o novo público das tipografias impressoras não tivesse surgido ainda.

Tal é a longa e alusiva aproximação dos romances espanhóis sobreviventes; mas antes de darmos o passo final seria bom considerar o valor da evidência oferecida para a prioridade de Portugal. Não é fácil dizer até que ponto Menéndez y Pelayo se identificou com aquela exposição, porque êle é mais um crítico histórico da literatura do que um historiador literário, e achamos ter pouca curiosidade de determinar as *minutiæ* que hão-de formar a história documentada (4). É muito possível que, como um dogma histórico, a prioridade portuguesa apenas fôsse um assunto de grande interêsse para êle e que a sua intenção fôsse artística — pôr de parte as suas notas francesa, catalã e portuguesa antes de chegar ao seu tema verdadeiro das novelas castelhanas — e até tivesse preferido dirigir a sua censura contra as novelas francesas com o fim de reservar as suas palavras de elogio para os romances nacionais — *Amadis*, *Cifar*, *Tirant lo Blanch*. Os apologistas portugueses, como Teófilo Braga, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, J. J. Nunes e o

---

(1) N.os 142, 143 e 144 da sua livraria, segundo o inventário de Clemencín in-*Memorias de la Academia de Historia*, tom. VI.

(2) Durán, *Romancero General*, n.os 351, 352 e 353.

(3) G. Baist, *Grundriss der romanischen Philologie*, II, 2, pág. 441.

(4) Na referência ao *Baladro del Sabio Merlin* está contido um curioso exemplo dêste pormenor (*Orígenes de la Novela*, I, pág. CLXXXIII). Contenta-se com enviar o leitor a G. Paris e ao *Merlin*, edição de Ulrich. Todavia êles obtiveram o seu conhecimento do *Baladro* do próprio Menéndez y Pelayo (*cf. Merlin, Roman en Prose*, I, pág. LXXIII).

sr. A. F. G. Bell, têm necessidade de penetrar mais profundamente; contudo a sua teoria tem uma certa fraqueza grave. O maior número dos supostos textos portugueses têm de ser inferidos por simples hipótese das próprias relíquias castelhanas. Em português, o leitor o verá, há sòmente duas secções do *Santo Graal*, e ambas elas são motivo para controvérsia. Nem que quiséssemos negar a existência de romances em vernáculo da Távola Redonda no reino ocidental, não subscreveríamos a opinião radical de G. Baist que «os castelhanos empregam a prosa na narrativa, os portugueses o verso; a sua prosa é traduzida da castelhana.» (1). É muito provável que uma literatura considerável e temporã de novelas se perdesse não só em Portugal mas também em Espanha e na Catalunha; mas deve-se confessar que o que é em si hipotético é um débil alicerce para as hipóteses posteriores da prioridade arturiana de Portugal. A circunstância de ambos os fragmentos portugueses pertencerem ao ciclo do Graal levou alguns eruditos, mòrmente Amador de los Ríos e O. Klob, a torcer neste sentido uma passagem do *Mar de Historias* de Fernán Pérez de Guzman (2). Êste (1376?-1460?) diz do Graal que *esta historia no se halla en latin sino en frances*, implicando (segundo Ríos) que ela não era corrente em castelhano, ou antes (segundo Klob) que a versão penin-

---

(1) *Grundriss der romanischen Philologie*, II, 2 pág. 441.

(2) Sôbre isto v. Ríos, *Hist. Crit. de la Lit. Esp.*, tom. V, pág. 76; O. Klob in-*Zeitschrift für rom. Philol.*, XXVI, pág. 180; G. Baist, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XXXI, págs. 605-7; e a minha nota in-*Modern Language Review*, XVIII, pág. 206-8. Pérez de Guzman, *Mar de Historias*, cap. XCVI (Del stõ grial), diz: «Del imperio de leon año d'l señor de dccxxx fue en bretaña avn hermitaño fecha vna marauillosa reuelacion segun se dize: la qual diz que le reuelo vn angel d'vn grial o escudilla que tenia josep abarimatia en que ceno nuestro señor jp̃u xhõ el jueues dela cena. Dela qual reuelacion el dicho hermitaño escriuio vna estoria q̃ es dicha del sancto grial: esta historia no se halla en latin sino en frances: e dizese que algunos nobles la escriuieron. La qual quanto quier q̃ sea deleitable de leer e dulce: enpero por muchas cosas estrañas que enella se cuentã asaz deuele ser dada poca fé.»

sular estava ainda confinada ao território português. Que estas implicações são duvidosas já foi apontado por Baist: se é verdade podemos ainda inquirir da competência do escritor, visto que para estabelecer uma negação se requere um elevado certificado de conhecimentos bibliográficos. Mas assim acontece que tôda a passagem em questão desceu ao castelhano por intermédio de Giovanni Colonna e Vicente de Beauvais, dum antigo Helinando de Beauvais (1) (*c.* 1227), que não só faz afirmações respeitantes à linguagem do *Graal* mas é o causador da desconfiança caracterìsticamente «castelhana» de fabulação quando descrimina entre a maior ou menor verosimilhança e utilidade *(verisimiliora et utiliora)* das porções daquela história. A passagem de Pérez de Guzman implica, se o acreditarmos, que a história do Graal tinha algum interêsse para Castela — ¿e porque não estaria escrita em castelhano? Que a primeira parte, o *Josep ab Arimatheia*, era muito conhecida infere-se razoàvelmente da nota de Nicolás de Valencia: a Santíssima Virgem era casada *con santo Joseph non de Abazimatia* (2); e que a segunda parte, o *Merlin*, podia ser empregada para suavizar o esfôrço da leitura da Sagrada Escritura parece depreender-se da *Brivia complida en romance con un poco del libro de Merlin* que estava na biblioteca do conde de Benavente cêrca do ano de 1440 (3).

Se os textos são insuficientes para sustentar a tese portuguesa, ainda mais o são as alusões. Relativamente à absoluta prioridade, a entrada nos *Anales Toledanos Primeros* antecipa todas as outras citações castelhanas ou portuguesas em

---

(1) Para Helinando, v. Migne, *Patrologia*, tom. CCXII, pág. 815, e *Modern Language Review*, *loc. cit.*

(2) *Canc. de Baena*, n.º 485:

«Con santo Joseph non de Abazimatia.»

(3) R. Beer, *Handschriftenschätze Spaniens*, para. n.º 67, n.º 29:

«Brivia complida en romance con un poco del libro de Merlin, en papel cebti mayor, con tablas de madero cubierto de cuero blanco.»

quási cêrca de meio século; e o nome de Afonso X, que encabeça a lista das alusões nos *Cancioneiros*, pertence imparcialmente a ambas as literaturas. É verdade encontrarmos uma multidão de referências nestes livros de canções numa data mais antiga do que em semelhante conjunto se pode ver em Castela; mas aquele fenómeno respeita, não à presença ou ausência das novelas arturianas, mas à gravitação dos versos corteses da Galiza para Castela — o mais natural repositório de alusões ao *amour courtois* arturiano. Podem referir-se, realmente, por completo à influência duma convenção provençal (1), e a sua existência é uma perfeita garantia insuficiente da presença dos romances em prosa em vernáculo. Semelhantes dificuldades se mostram pela experiência em transmutar para um *Tristão* português do século XIII os cinco *lais de Bretanha*.

Todavia a teoria na ausência de provas bibliográficas se crê baseada no seu primeiro princípio, o fundo celta do povo português. «Era bem natural que um povo céltico, habitante da beira-mar e curioso de lendas misteriosas e de novidades forasteiras, se sentisse atraído por êsses ennevoados contos de amor e aventura andante, que transportavam as almas para Ocidente até Cornualha e também para Oriente, na busca do Santo Gral. Era natural que Portugueses e Galegos recebessem mais cedo e mais fortemente que os seus vizinhos Castelhanos a influência daquelas lendas. Mais nacionalista e mais clara se mostra Castela nas descrições definidas do *Poema del Cid*; no século XII ela haveria repelido aquelas lendas para a sua origem brumosa. (Ainda hoje é muito mais comum na Galiza que em qualquer outra região da Espanha a simpatia e a solidariedade para com a Irlanda.)» (2). A última frase de casuística recorda a história

---

(1) Baist, *Grundriss der rom. Phil.*, II, 2, pág. 438: «Wenn Alfonso X einmal Tristan, Iseu und Artus nennt, so ist dass nur Reflex der provenzalischen Dichtung.»

(2) Bell, *Lit. Port.*, pág. 70.

de Florián de Ocampo (1), o arqueólogo espanhol do século XVI que naufragou em Waterford e foi muito bem recebido pelos Irlandeses, o qual afirmou serem êles também espanhóis (pelo menos de raça, pois que tiveram de falar-lhes por sinais); mas Ocampo recorda que a Irlanda tinha sido colonizada por um dos reis post-diluvianos da Espanha, de nome Brigus. ¿E quem pode duvidar do rei Brigus, que não só é certificado por «Berosus» e Annius Viterbiensis, mas também pelo vero nome de tôdas as Brígidas da infeliz terra? Não nos interessa por agora saber se há alguns elementos celtas na Galiza; mas falta-nos ainda provar se êles são ali maiores do que em qualquer outra parte da Península. Na verdade é triste que o homem cuja ambição ou profissão é estudar as origens hispânicas o deva fazer nos autores da antiguidade! Todavia estes autores nada mais têm a dizer de provável senão o que disse Plínio (2), que os Celtici do Anas são um ramo do corpo principal dos Celtas de Castela e que os Celtas galécicos são um resíduo expulso da Lusitânia. Os principais nomes celtas de lugar ou apelativos de tríbu localizam-se nas colinas que ladeiam o vale do Ebro; dali estenderam-se em linha recta do Tejo ao Douro e estabeleceram os seus postos avançados ao sul do estuário do Tejo até Finisterra. O argumento da cultura é igualmente infeliz. O messianismo de Artur e D. Sebastião, por exemplo, sôbre que Menéndez y Pelayo insiste com vigor, é apenas uma evidência conclusiva da persistência céltica quando mais tarde considerarmos o messianismo de Mahdi, de Buda e do Messias. Posteriormente a nossa incrédula geração aprendeu a distinguir entre raça, linguagem e cultura, três factores humanos que se combinam muitas vezes num movimento de civilização, mas que nunca podem argüir-se para provar qualquer delas; e a evidência para os Celtas hispânicos é principalmente lingüística

---

(1) Cirot, *Les Histoires Générales d'Espagne*, pág. 121.

(2) O leitor encontrará quási tudo o que se sabe sôbre os Celtas (e até um pouco mais) em *Les Celtes en Espagne*, de D'Arbois de Jubainville, na *Revue Celtique*, XIV e XV.

(toponímica, de facto) e não rácica. Se, contudo, devemos admitir o Celta no nosso argumento (não obstante ser o céltico uma fraude na maioria dos argumentos) sejam Celtas não sòmente os de Nerium, mas também os de Segóvia, Segóbriga e Segontia. E há ainda mais uma suspeita a seguir contra esta nacionalidade céltica de Portugal, designadamente, que existe em estado latente. O castelhano preocupou-se demasiadamente com o «Ibero» e o Godo (que apresenta aos Celtas ou Francos da França a antítese conveniente) para dedicar o seu interêsse às próprias origens célticas. Castela está pois muito desejosa de distinguir com uma medalha o seu vizinho português. Contudo o celta *teste* D'Arbois de Jubainville, abundou no planalto central. O Galego pode encontrar um carácter mais peculiar nos Suevos do seu reino que se distinguem nìtidamente dos Visigodos castelhanos e sendo quási por completo desconhecidos, são dum recurso melhor para base da teoria — de qualquer teoria.

III

A INTRODUÇÃO DO ROMANCE ARTURIANO EM CASTELA E PORTUGAL

Talvez que os nossos conhecimentos não nos permitam introduzir todo o corpo da literatura arturiana de Espanha e Portugal a dentro do escopo duma simples teoria. Para o fazermos seria necessário obter dos textos tôdas as particularidades da sua origem, autoria e história; e os textos estão longe de desvendar os seus segredos ao primeiro investigador. Alguns factos podemos conseguir e trabalhando sôbre êles por meio das alusões e analogias poderemos chegar a conclusões prováveis além de tôda a espectativa.

É particularmente instrutivo sob êste aspecto considerarmos a vária fortuna da *Historia Regum Britonum* de Geoffrey de Monmouth, na Península Ibérica. Ela goza duma prioridade absoluta sôbre as novelas em prosa que a seguiram a França por duas vezes, sendo separadas dela por uma grande quantidade de versos arturianos; e goza duma relativa prioridade em Espanha, não só porque a língua em que está escrita (latim) lhe dá a autoridade de ser mais antiga do que o francês, mas também porque sendo uma história mais depressa criaria crédito do que se fôsse uma simples novela.

Êste primeiro uso da obra, como esperamos provar, é contemporâneo em Castela da composição dos ciclos da prosa em França. Com efeito é possível discutir a introdução da *Historia* na Península com uma certa segurança. Têm sido indicadas muitas figuras históricas como originárias ou propagadoras da cavalaria arturiana em Espanha; e quando

era moda fixar um olhar contemplativo só no século XIV impossível se tornava passar sem notícias para além da invasão de Eduardo *o Principe Negro* em 1367 (1). De-certo êle aumentara o feitio cavalheiresco que já fôra exemplificado pela Ordem dos Cavaleiros da Banda (2), mas com referências a êle apenas podemos documentar um efeito da cavalaria peninsular: quando o marechal d'Andreghem, que se comprometera pelos Inglêses em França, foi aprisionado nas fileiras contrárias em Najera (1367), defendeu-se da acusação de traição respondendo que um juramento francês nada tinha de comum com as disputas espanholas; e êste precedente foi notado por López de Ayala, Fernão Lopes e *Mossen* Bernat Boades (3). Juntamente com o Príncipe de Gales devemos citar homens como Sir Hugo Calveley, que apoiou a primeira invasão de Henrique de Trastâmara (1366), ou Bertrand Duguesclin (4) que em Espanha se tornou um dos « da Fama » ; e também Edmundo, conde de Cambridge, antes duque de York, que combateu ou quis combater em Portugal no ano de 1381, e João de Gaunt que esteve na batalha de Najera (1367), comandou alguns companheiros na Galiza (1386-8), foi o pai da primeira raínha da casa de Avis e avô da sua brilhante geração e ainda veio a ser uma das figuras da história portuguesa dos *Doze de Inglaterra*. Nos começos do século XIV os condes inglêses de Derby e Salisbury tomaram parte no cêrco de Algeciras (1343) (5), a que o Cavaleiro do *Prólogo*

---

(1) H. Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, pág. 28.

(2) Os « Caballeros de la Banda », *Cronica de Alfonso Onceno*, cap. XCIX.

(3) Ayala, *Cronica de Pedro I*, año 18, cap. 13; Fernão Lopes, *Chronica de D. Fernando*, cap. X; Boades, *Llibre dels Feyts d'Armes de Catalunya* (Relación del desafio del senescal de Francia con el príncipe de Gales, en lemosín, Escorial MS. 105, III, 4).

(4) Amador de los Rios, *Hist. Crit. de la Lit. Esp.*, tom. V, cita-o em referência às novelas arturianas espanholas.

(5) O Conde de Derby é mencionado na *Cronica de Alfonso XI*, cap. CCXCII e no *Poema de Alfonso XI*, coplas 2240 e 2272-81.

dos «Contos de Canterbury» (1) se referiu com mais insistência. Efectivamente no ano de 1343 ou por essa ocasião Castela abundava em inglêses e até inglêsas, que eram atraídos pelas guerras do sul e pelas peregrinações do norte da Península, pelo que um poeta daquela época judeu e gentio, grego e barbaresco, indígena ou estrangeiro, podia perfeitamente expressar-se em castelhano e inglês (2). Todos êstes e o Douglas que combateu em Valência foram poderosos condutores das histórias arturianas, totalmente àparte da ininterrupta e incomensurável corrente da directa influência francesa que sempre atravessou os Pirineus. Os entusiastas pitorescos pelos ideais cavalheirescos são muito embaraçosamente comuns na Espanha do século XIV e do mesmo modo no século XIII. Temos também Eduardo Longshanks (3), que recebeu de Afonso *o Sábio* a espôsa e as esporas em Burgos em 1254, e cuja visita foi paga por Sancho no ano seguinte. Sancho, pelo menos, tinha um certo valor cultural, pois foi o primeiro que ofereceu a olhos inglêses o espectáculo de um homem a passear sôbre uma tapeçaria, o que não causou pequeno escândalo. Eduardo é também o vilão de um episódio cavalheiresco das crónicas de Desclot e Muntaner, pelo que esteve quási a limpar a arena em Bordeus quando o rei

---

(1) O Cavaleiro continuou a combater no mar:

> «In Gernade at the sege eek hadde he be
> Of Algezir, and riden in Belmarye».
>
> *Prol.* 56–7.

(2) Juan Ruiz, *Libro de Buen Amor,* copla 1224:

> «Matando e degollando e desollando reses,
> Dando a cuantos venían, castellanos e ingleses».

A espôsa de Bath estivera «in Galice at Seint Jame» (*Prol.* 466); e podemos encontrar outros exemplos nas *Viajes en España,* de A. Farinelli. Para Douglas v. Froissart (ed. Globe), pág. 27.

(3) Para Eduardo v. *Historia... de Santiago de Compostela,* de Lopes Ferreira, tom. V, pág. 76; Muntaner, caps. 71–92; Desclot, caps. 100, 104–5. Para Sancho V. *Poema del Mío Cid,* de Menéndez Pidal, 1911, tom. III, págs. 640.

de Aragão quis combater o de França; e o seu conhecimento da compilação de Rusticiano de Pisa torna-o um objecto de interêsse para o *Tristan* espanhol. Uma outra figura dêste século é Afonso, conde de Bolonha, que subiu ao trono português em 1248.

«E como as redacções francesas datam, a primeira de 1210 a 20, e a segunda de 1230, não seria de modo algum impossível que o Bolonhês e os que com elle assistiram em França — o mais tardar de 1238 a 1245 — ahi se afeiçoassem, não só ao genero das pastorelas e balletas, mas também ás últimas novidades em prosa sobre matière de Bretagne — predilecção que, propagando-se, devia mais tarde ou mais cêdo, creio que na mocidade de D. Denis, conduzir à nacionalização dos textos franceses» (1).

Ninguém, por muito longe que vamos, se aventurou a ir além do século XII, nem a citar uma dama; e todavia neste sexo e naquele século acharemos uma pessoa que pode, quási evidentemente, relacionar-se com os primeiros vagidos do espírito arturiano em Espanha (2). Eleanor ou Leonor, filha de Henrique III de Inglaterra, foi uma personagem muito importante não só na sua terra natal da Gasconha mas também na sua pátria de adopção. Na primeira era filha daquela Leonor de Aquitânia, a grande protectora dos trovadores, e a quem obras como o *Roman de Troye* foram respeitosamente dedicadas. Grande parte do poema de Kiot, que mais tarde se transformou no *Parsifal* de Wolfram ou Eschenbach, foi dedicado à ilustração de seus antepassados angevinos. Seu pai recebera já a dedicatória da da 3.ª ed. (1154) da *Historia Regum Britonum* de Geoffrey,

---

(1) C. Michaëlis de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, na *Revista Lusitana*, tom. VI, pág. 27.

(2) Remeto o leitor que deseje uma informação mais completa, para o meu artigo sôbre *Geoffrey of Monmouth and Spanish Literature*, in-*Modern Language Review*, vol. XVII, págs. 381–391. Graças à notícia da *Cronica* de 1404, que eu devo à erudição e amabilidade de Miss Janet Perry do King's College, de Londres, o presente capítulo completa as conclusões a que eu chegara antes naquele artigo.

descobrira o túmulo de Artur na Abadia de Glastonbury, protegera, real ou supostamente, Map e recebera as dedicatórias genuínas ou espúrias de muitos novelistas arturianos da sua época ou da imediata. A própria Leonor encontrou seu marido dentro do restrito círculo de políticos europeus e manteve em face dele uma posição de ínfima qualidade; porisso conhecendo os Angevinos, estamos certos de que ela não era a pálida e injuriada figura imaginada pelos vários dramaturgos para a história de *La Judía de Toledo* ou *Raquel*. Seu filho abriu um precedente para o nome de Henrique na realeza espanhola; ela fundou o mosteiro de *Las Huelgas* e dirigiu uma guerra contra João de Inglaterra a propósito das suas reclamações sôbre a Gasconha. Esta guerra quási custou à Inglaterra a posse daquela dependência medieval, e poderia ter alterado o curso da história. Foi empreendida com vigor progressivo e terminou pelo casamento de Eduardo Longshanks com uma outra Leonor de Castela em 1254. Viveu nos mais amistosos termos com Ricardo. Sendo embora o mais famoso comandante e engenheiro militar do seu tempo êste foi, como ela, um aquitaniense pelas referências; e nos ciclos arturianos é relembrado como patrono daquele Bernard de Ventadorn que primeiro cita Tristão, e como provedor (substituto) na Alemanha do original do *Lanzelot* de Ulrich von Zatzikhoven. Era íntimo amigo de Afonso II de Aragão que não deixou de travar conhecimento com Artur e os arturianos (1). Leonor foi também, com seu marido, uma

---

(1) Afonso II devia, como patrono de trovadores, conhecer pelo menos a sátira de Guiraut de Cabrera. De seu filho Pedro II, diz-se ali:

«E ditz cel que las a rimadas
Que anc lo reis Artus non vi
Mas Contar tot plan e auzi
En la cort del plus honrat rei
Que anc fos de neguna lei:
Aço es lo rei d'Aragon
Peire de pretz e fills de don,» etc.

Cf. Milá, *De los Trobadores en España* (1889), tom. II, das *Obras*, pág. 151.

protectora das letras, em contacto com poetas como Bertran de Born e Ramón Vidal de Bezandú, e também muito capaz de apreciar uma referência arturiana (1).

Em resumo: se virmos uma dama de belo carácter e tendências literárias, e se soubermos que há um livro dedicado a seu pai e usado na côrte de seu filho, num documento que é principalmente destinado aos negócios do seu reinado, então é razoável supor-se que ela, os que a cercavam e o seu dote são os elos prováveis entre o original e a cópia. Se virmos mais que a êsse livro são feitas referências posteriores por seu bisneto e pelo bisneto dêste, podemos presumir que é um caso de transmissão familiar. E se virmos que o primitivo conhecimento de tôda a lenda arturiana pode contar-se aos seus descendentes e seus imediatos dependentes, ao bisneto dela, neto e bisneto dêle — todos pessoas de cotação literária — somos quási forçados a afirmar que as primitivas etapas dos manuscritos arturianos em vernáculo são a mesma ou parte da mesma história de transmissão familiar.

Um contemporâneo desta raínha Leonor encontrou a primeira referência castelhana às novelas arturianas num verso

---

(1) Sôbre êstes pontos v. Milá, *op. cit.*, págs. 117, 133 e 123. Bertran de Born espera que Afonso VIII intervenha na guerra de Ricardo *Coração de Leão* e Felipe Augusto (1196-1199). Ramón Vidal de Bezandú descreve um acontecimento literário na côrte de Afonso VIII:

« E cant la cort complida fo
Venc la reyn'Elionors
Et anc negus no vi son cors.
Estrecha venc en un mantel
D'un drap de seda bon e bel
Que hom apela sisclato
Vermelhs ab lista d'argent fo
E y hac un levon d'aur devis.
Al rey soplega, pueis s'assis
Ad una part, lonhet de lui. »

Guiraut de Calansó diz, numa elegia a D. Fernando de Castela (1211):

« Qu'en lui era tot lo pretz restauratz
Del rey Artus qu'on sol dir e retraire,
On trobavan cosseth tug bezonhos. »

dos *Anales Toledanos Primeros* (1) do ano 542 D.C. (era juliana 580): *Lidio el Rey Zitus con Mordret su sobrino en Camblenc, Era* DLXXX. O conde de Barcelos, D. Pedro (2), indica a mesma data no segundo título do seu *Livro das Linhagens* ou *Nobiliario*, em um passo que sumaria a *Historia Regum Britonum* de Geoffrey de Monmouth; e como as datas são incertas e sujeitas a desaparecer, e esta perdera-se para a lenda arturiana havia tanto tempo como o *Brut* de Wace, é claro que o escriba dos *Anales Toledanos* deve ter tido à sua frente a própria *Historia*. A sua obra termina no ano de 1219. Estas listas de datas estavam sujeitas a freqüentes transcrições e revisões mas nada há em tão insuficiente afirmação que sugira um conhecimento primitivo da *Historia*; não podemos, pois, indicar com mais precisão a sua introdução na Península Hispânica do que entre o ano do casamento da raínha Leonor e o dos *Anales Toledanos Primeros*, isto é, entre 1170 e 1219.

O exemplar que esteve na biblioteca real foi a fonte de muitas referências feitas por Afonso *o Sabio* à obra de Godofredo ao longo da vasta compilação conhecida por *Grande et General Estoria* (3), de que há uma edição autorizada ou «de palácio» datada de 1280, obra não incomensurável como as

---

(1) *España Sagrada*, tom. XXIII, pág. 381. In-*Modern Language Review*, XVII (1922), pág. 383, o presente escritor, seguindo Milá e Menéndez y Pelayo, lê: «Lidio el rey Citus con Mordret en Camlenc. Era MLXXX», e opina que aqui se tem lido erradamente DLXXX. Nos ex. da *España Sagrada* do Museu Britânico lê-se também DLXXX o que é correctamente indicado pelo Dr. H. Thomas nos seus *Spanish and Port. Rom. of Chivalry*, cap. I.

(2) *Hist. Reg. Brit.*, liv. XI, cap. II: «Anno ab incarnatione dominica quingentesimo quadragesimo secundo». Também no *Nobiliario*, tit. II: «Esta batalha foy na era de quinhentos e oytenta annos». Por outro lado, *Brut*: «Sis cens et quarente deus ans»; e *Annales Cambriæ*: «537. Gueith Camlann in qua Arthur et Medraut corruerunt».

(3) Devo à gentileza de Don A. G. Solalinde, que permitiu me servisse de materiais por êle coligidos para uma ed. da obra, as informações respeitantes à *Grande et General Estoria*. O distinto sábio espanhol já deu à luz a primeira parte da obra numa edição monumental.

modernas histórias enciclopédicas de Cambridge. O seu principal assunto é uma tradução de tôda a Bíblia aumentada, todavia, com uma inspiração de fina imparcialidade, do Corão e de outras fontes religiosas; paralela a estas traduções, e interrompendo-as, há uma história do mundo devida, principalmente, a Petrus Comestor. Desde as mais remotas fábulas de Ovídio (moralizado por João Inglês) a narrativa continua através da *Eneida* de Vergílio e várias fontes históricas até ao nascimento de Cristo, e aqui pára a descrição profana, embora a narrativa da Escritura continue até à *Quinta Parte* inacabada. Eneias sugeriu naturalmente o nome de seu bisneto Bruto; e como Geoffrey dera às suas fábulas uma certa fidedignidade pelo emprêgo muito liberal da cronologia bíblica, o real compilador teve sòmente de marcar a sua posição numa referência conveniente e voltar à sua tradução central. Assim vemos dispersa pela II, III e IV parte desta História Universal uma tradução completa e literal da obra do bispo de Santo Asafo, a que Afonso chama a *Estoria de las Bretannas*, desde o III cap. do Liv. I até ao VIII do III. As passagens omitidas são os versos do oráculo (para o que se deixou um espaço em branco no manuscrito e se acrescentou uma paráfrase em prosa), as várias dedicatórias e o capítulo em louvor da Bretanha. Declinando as gesticulações decadentes da latinidade galesa por não convirem à modéstia dum idioma novo, e caindo em confusões ocasionais quando era obrigado a recapitular, Afonso é em geral breve, apropriado e uniforme, embora não eminentemente pessoal no seu estilo. Suspende a história de Breno e Belino para chegar à conclusão segundo a narrativa lívia ortodoxa preservada no *Pantheon* de Godofredo de Viterbo; dêste modo, àparte o que sabemos das tradições da sua família e sucessores, não podemos conjecturar como êle poderia ter tratado o rei Artur. Na sua anterior *Primeira Cronica General* ou *Estoria de Espanna* (*c.* 1268) aconteceu-lhe ter seguido originais diferentes, e a sua edição assemelha-se assim a um par de tesouras porque não faz referência a Geoffrey ao tratar de Artur, nem mesmo de Gratian Municeps, Constantino e He-

lena, ou à fabulosa colonização da Irlanda pelos Barclenses de Espanha.

A tradição da autoria real é continuada por D. Pedro de Barcelos (m. em 1350), bisneto de Afonso e autor suposto e provável da maior parte do *Nobiliario* ou *Livro das Linhagens* (1). Foi êste o primeiro esfôrço importante da prosa portuguesa, e neste ponto ocupa um lugar análogo ao das compilações de Afonso X, de muitas das quais é tributário. O primeiro e o segundo *Livros de Linhagens* eram sêcas anotações de interêsse mínimo, mas as versões posteriores foram remodeladas dentro de um plano mais vasto, mais largamente baseadas na história e na fábula, empregando um estilo que é breve, ingénuo e freqüentemente gracioso, admiràvelmente adaptado à narrativa. É menos fácil fixar uma data à obra, representada como está por um manuscrito do século XVI e passando além da data da morte de Pedro *o Cruel* (1369), e tendo uma dúzia de outros autores acrescentado os seus trabalhos aos do Duque de Barcelos; mas parece razoável fixar para o corpo da obra o primeiro têrço do século XIV e atribuir o plano ao próprio D. Pedro. No plano, formando a cadeia genealógica entre os monarcas e a nobreza ibérica e a mais respeitável antiguidade, entra êste «Título II» dos Reis de Troia, e como êles provieram da linhagem de Dardânio que primeiro povoou Troia; dos Reis de Roma e de Júlio César [e] Augusto; e de Bruto que povoou a Bretanha, e de Constantino, do rei Artur, etc. O capítulo contém um breve sumário de tôda a *Historia Regum Britonum*, terminando com o regresso de Ivor e Ini à Bretanha, onde o autor conclui um pouco incoerentemente: «Atáaqui vem dereitamente o linhagem dos rreys da Troya e de Dardanus. Dardanus que pobrou primeiro e rrey Priamo e seus filhos. E Brutus pobrou Bretanha, e Vterpamdragon e rrey Artur de Bretanha. Costantim que foy primeiro que rrey Artur de

(1) *Portugaliæ Monumenta Historica — Scriptores*, I, págs. 236-245. O tít. II é omitido na ed. romana de 1640, por Estevam Paolino, como sem interêsse para a obra.

grandes tempos, e de Cadualech atáa Canadres. Aqui fiin este linhagem dos rreys de Bretanha, daqui adeante foy a terra em poder doutros rreys que foram senhores de Bretanha a que nós chamamos Imgraterra». O propósito do autor é a genealogia, e omite as profecias de Merlim e tôda a sua história pessoal, assim como os «louvores» e as «maravilhas» da Bretanha, e os nomes do autor e da obra. Em poucas linhas expande-se a respeito do rei Lear que é justamente rememorado em Portugal; isto permite-nos a nós notar que êle, como Afonso X, seguiu um manuscrito do Bispo de Santo Asafo não muito diferente da vulgata de 1154 (1).

D. Pedro cita duas datas: a da batalha de Camlan como já referida, e a da morte de Cadwallader, 699 D.C. (2). O seu resumo é caracterizado por um grau inusitado de decadência paleográfica; como exemplo temos Socrim por Locrino, Torineo por Corineo, Ieyr por Leil, Lucio Liber por Lucio Hiber, Rinal por Rival, Rey de Tostia por rei de Escócia. Estes erros são tão antigos como o escritor pois que o embaraçam freqüentes vezes. E assim é obrigado a explicar a derivação de Cornualhas do seu Torineo, desta forma: «E deu a huuma parte da terra a Torineus, e *ouue nome depois Corinus*, Corinea, e depois foi corrumpido o nome e ouue nome Cornualha». Mostra bem uma preferência notável pela

---

(1) Para as ed. de Geoffrey, *cf.* o Apêndice do Dr. S. Evans à sua tradução de Geoffrey (Dent, «Temple Classics»). Agora deve o leitor consultar a edição de Acton Griscom e os estudos de E. Faral em *Romania* e *La Légende Arthurienne*].

(2) Cf. *Hist. Reg. Brit.* de Geoffrey, XII, cap. XVIII. Substituindo *dia* por *anno* D. Pedro cai por um momento em contradição pois que o cálculo correcto é 700 — 1 ano = 699. Diz êle: «Ante as calendas mayas, e esto foy em Abril. Esto foy a cabo de seteçentos annos meos um dia da encarnaçam de Jesuchristo». Wace traduz também calendas pelo nosso cômputo: «Al disesetisme jor d'avril»; mas esta data está errada:

«Sis cens ans puis que Jhesu Crist
En sainte Marie car prist.»

forma de romance dos nomes próprios sôbre a latina; e assim em vez de, como seu bisavô, terminar usualmente em — *o* (representando — *us*), emprega formas tais como Socrim, Ebrat, Julian d'Euras, Dom Valo, Brene, Belim. É claro que o seu original não era um texto latino mas um manuscrito em qualquer forma romance, e também, como acima observamos, deve ter derivado imediatamente de Godofredo. Um êrro tem a virtude de nos advertir sôbre a linguagem precisa do seu original. Entre as leituras defeituosas do original conveio-lhe modificar Humberto para Imbereth: mas é necessário derivar o nome do rio Humber (Hombre) do rei Humberto que morreu ali, e como Imbereth destruíra o étimo, o escritor recorreu a uma explicação popular. Diz êle que se chamava Hombre do homem que lá morreu (1). Mas isto é um manifesto contrasenso em português e em inglês; nem pode racionalizar-se salvo pelo castelhano *hombre* (homem). D. Pedro, então, seguiu um castelhano abstracto da *Historia Regum Britonum;* e, consideradas tôdas as coisas, ¿onde poderia êle ter obtido um tal documento tão fàcilmente senão na côrte dos Afonsos?

Mas a mais notável factura do Título II do *Nobiliario* e do seu original castelhano é apresentada pelos três parágrafos relatando a morte do rei Artur (2). A obra segue de perto a

---

(1) Pág. 237: « E por aquelle homem que hi morreu ouue nome Aguahomem ». A grafia usual nos mss. castelhanos do periodo é (*h*)*omne* ou (*h*)*ome*, assim como também *nomne* e *nome*. (*H*)*omne* e *nomne* são provàvelmente cultismos derivados da liturgia ou do canto que principia assim: *In Dei nomine*, etc. (*H*)*ome* e *nome* eram lições que derivavam da cultura mas que perderam o grupo *m'n;* mas o discurso popular sem dúvida foi sempre *hombre, nombre* (e assim *e. g.*, no *Poema de Yuçuf*), como em todos os grupos primários ou secundários de *m'n* — *fembra, fanbre, miembrat*, etc.

(2) « *De rrey Artur filho de Vterpamdragon e das côrtes que fez, e aqueeçeo aa rrainha sua molher com seu sobrino Mordrech a que leixou a terra passamdo em Bretanha.*

« Morreo Vterpamdragon e rreynou seu filho rrey Artur de Bretanha, e foy boo rrey e leal e comquereo todolos seus emmiigos, e passou por muytas auemtuyras e fez muitas bomdades que todollos tempos do

narrativa de Geoffrey antes e depois da batalha de Camlan; mas durante aquela expedição ouvimos dizer a Lançarote, Gannes

---

mundo fallarom dello. Este rrey Artur fez um dia em Chegerliom sa çidade côrtes. E estas côrtes foram muy boas e mui altas. A estas veerom doze caualleiros messageiros que lhe emuiaua Luçius Liber que era emperador de Roma que se fezesse seu vassalho rrey Artur, e que teuesse aquella terra de sua maão. E se este nom fezesse que lhe mandaria tolher a terra per força e que faria justiça de seu corpo. Quamdo esto ouuio rrey Artur foy muito irado e mandou chamar toda sa gente que armas podiam levar. E quando foy a Sam Miguel em monte Gargano combateosse com o gigante que era argulhoso e vemçeo e matouo. Lucius Liber quando soube que rrey Artur hia sobrelle chamou sa oste e toda sa gente e sayolhe ao caminho. E lidiarom ambos e vençeo elrrey Artur, e foy arrancado ho emperador. E elrrey Artur quando moueo de Bretanha por hir a esta guerra leixou a ssa terra a huum seo sobrinho que havia nome Mordrech.

« *De Mordrech sobrino delrrey Artur.*

« Este Mordrech que auia a terra em guarda de rrey Artur e a molher, quando elrrey foy fóra da terra alçousse com ella e quislhe jazer com a molher. E elrrey quando o soube tornousse com sa oste e veo sobre Mordrech. E Mordrech quando o soube filhou toda sa companha e sayo a elle sa batalha. E elles tiinham as aazes paradas pera lidar no monte de Camblet, e acordousse Mordrech que avia feito gramde traiçom e se emtrasse na batalha que seria vençido. E emuiou a elrrey que saysse a departe e falaria com elle, e elrrey assy o fez. E elles que estavam assy em esta falla sayo huuma gram serpente do freo a elrrey Artur, e quando a vyo meteo maão á espada e começeo a emcalçalla e Mordrech outrossi. E as gentes que estauam longe viram que hia huum após ho outro, e foromsse a ferir hummas aazes com as outras e foy grande a batalha, e morreo Galuam o filho de rrey Artur de huuma espadada que tragia sobresaada, que lha dera Lamçarote de Lago quando emtrara em réto ante a çidade de Ganes. Aqui morreo Mordrech e todollos boos caualleiros de huuma parte e da outra. Elrrey Artur teue o campo e foy mall ferido de tres lamçadas e de huuma espadada que lhe deu Mordrech, e fezesse leuar a Islaualom por saar. Daqui adiante nom fallemos del se he viuo se he morto, nem Merlim nom disse del mais, nem eu nom sey ende mais. Os bretoões dizem que ainda he vivo. Esta batalha foy na era de quinhemtos e oytenta annos.

« *Da rrainha molher delrrey Artur e dous rrex que depois delrrei Artur ouue em Bretanha e como perdeo o seu nome de Bretanha e poserom-lhe nome Ingraterra.*

« A rrainha sa molher de rrey Artur meteosse monja em huuma abadia

e Avalon que precisam dos Galeses. D. Pedro não segue a outra narrativa peninsular dêstes acontecimentos porque não conhece o rei Marcos de Cornualha que é o último personagem de *Merlin y Demanda;* nem segue a história francesa mais geralmente divulgada em que o rei Artur altivamente recusa conferenciar com o traidor Mordred. Narrando esta entrevista e deduzindo a batalha duma falsa interpretação dum gesto entre a comitiva pessoal dos monarcas, o Duque de Barcelos mantém-se alheio à descrição que dá o nosso próprio Malory (Liv. XXI), também tributário do original perdido a que Sommer chamou a *Suite du Lancelot.* Como aquela obra se estende, em todos os acontecimentos, desde a embaixada de Lúcio Hiber até à coroação de Constantino, filho de Cador, fácil foi associar-se a Geoffrey. Provàvelmente D. Pedro depende da *Historia* excepto nos capítulos I e II do Liv. XI e mesmo neste caso copia a data de Geoffrey na era Juliana (580). Há umas diferenças de pormenor, algumas das quais devidas à condensação ou descuido da versão peninsular, entre Malory e o *Nobiliario.* As batalhas de Dover (1) e de Baramdowne são omitidas; a morte de

---

e a pouco tempo morreo alli. E no rreyno de Bretanha ouue depois de rrey Artur dous rreys, e huuma parte ouve Loth de Leonis e a outra partida ouue Constantim o filho de Candor o duc de Cornualha. Depois da morte de rrey Loth de Leonis ouuve hi outros dous rreys em Bretanha que forom do linhagem de rrey Artur e ouueram gramdes batalhas sobre a terra, e emtanto veo Gormon que conquereo a terra e deitou todollos christaãos á perdiçom. E por esto perdeo Bretanha seu nome e poseromlhe nome Inglaterra.»

(1) O visconde de Roda, En Ramón Pellerós, viu a cabeça de Galvão em Dover em 1397 ou 1398. Afonso X, nas *Cantigas de Santa Maria,* n.º 35, diz:

«Et apareceu-lles Doura
A que pobrou rey Artur.»

¿Mas como soube êle isso? Não por Geoffrey, nem pela vulgata do *Lancelot,* nem por quaisquer tipos arturianos espanhóis, nem pela história, visto que a afirmação é errónea. ¿Seria da *Suite du Lancelot?* Isto não se encontra em Malory, mas Malory seguiu o original principal-

Galvão é deslocada, e a êle se chama erradamente filho de Artur; êste não tem sonho nem envia uma embaixada a Mordred; é êle próprio e não os seus cavaleiros quem dá o sinal para a batalha, etc. Sabemos por D. Pedro, o que não sabemos por Malory — que êste relato repousa sôbre a autoridade de Merlim.

É êste mesmo resumo, tanto quanto o podemos crer, da *Historia Regum Britonum*, modificada na mesma maneira pelo mesmo extracto da *Suite du Lancelot*, que supre a base da longa narrativa arturiana inserta na compilação conhecida por *Cronica General de 1404* (1) Esta *Cronica* foi inteira-

---

mente nas suas últimas páginas, e Dover também é mencionado com uma certa freqüência durante as primeiras campanhas de Artur (Cf. *Vulgate*, de Sommer, tom. II, onde está escrito *Dovre*, *Doure*).

(1) R. Menéndez Pidal, *La Crónica General de 1404*, in-*Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, *3.ª época*, *año VII*, 1903, 2, págs. 34–55, esp. 37–39. A passagem vai de fol. 20 v. até 28 v. Começa: «Aqui fala de Eneas que salio de Troya e dize por que llamaron Bretaña,...» etc. Fol. 21 v.: «Commo Balduc, rey de Inglaterra, quiso bolar et morio...». Fol. 23 r.: «Del rey Algar... Del rey Elidur... Del rey Groboydam...». Fol. 25 r.: «Dize la Estoria del Sancto Grayal...» etc. Fol. 25 v.: «Morio Vterpadragon e regno su fijo Artur en Bretaña...». Fol. 26: «Como Inglaterra fue convertida dos vezes...». Fol. 28 v.: «Del malo emperador Juliano que fue falso hermitaño».

O extracto da *Suite du Lancelot* oferece diversas *variæ lectiones* do texto do *Nobiliario*:

«E regno su fijo Artur *en* Bretaña — [omitido] e foy boo... dello [mas aqui M. Pidal indica a sua omissão por reticências]. — Este *buen* rey Artur fiez cortes vn dia en *Camalot* su çibdat — moy alta e *moy grand* e moy bueña — Lucius Yber — que se *tornase* su vasallo — [omitido] e que teuesse... levar [reticências indicam a omissão do transcritor] — [acrescenta] E fue para lidar con este enperador — *en* San Miguell *del* Monte Gargano — muy orgulloso e *muy fero* — [acrescenta] e desi fue lidar con aquel enperador — [omite] Lucius Liber... a molher [reticências] — [omite] fóra da terra — [acrescenta] este su sobriño oyo dizer que su tio era muerto — *tomar* la mugier como *traydor* — sobre *su sobriño Mordarechque a Bretaña — con quantos puedo auer*, salio a el a la batalla — en Monte Tanblle [en el monte dabellio] — envio *su mandado* a rey Artur — [omite] a departe — [acrescenta] Desçendieron del mont a vn llano que dezian Salabres — [omite] do freo a elrrey Artur — enpeço de

mente discutida por D. Ramón Menéndez Pidal dum manuscrito do século XIV na posse do livreiro antiquário Vindel, sendo também feita comparação com um manuscrito da biblioteca do Escurial. O autor é um português, embora as fontes sejam castelhanas. Completou a sua obra no ano de 1404, 14 anos depois de ter coligido os materiais; e a sua linguagem é ao princípio viciada de castelhano até que, depois do fol. 58, entra francamente no português. Numa data posterior a obra foi escrita tôda em castelhano. A nacionalidade do autor pode ter levado à suposição de que êle colheu a sua informação de uma ou de outra das numerosas redacções da obra do Conde de Barcelos; mas o modo como grafa os nomes próprios é perfeitamente independente daquela autoridade, omite algumas frases da narrativa, mas, por outro lado, emprega outras que não podem derivar-se do texto português. Ficamos, por isso, com a certeza de que o compilador da *Cronica de 1404* e o do *Nobiliario* encontraram o seu ponto de contacto não directamente entre êles próprios, mas no mesmo original, um sumário da *Historia* modificado pelo *Lancelot*, um tanto mais extenso do que qualquer outro texto, mal escrito por um escriba vicioso e composto, como vimos, na língua castelhana. Êste original não contém, todavia, o longo extracto do *Baladro del Sabio Merlin* (1), que é peculiar ao cronista de 1404. Mostra

---

yr en pus della — otrosi *tanbien* — E as sus gentes, que estauan açierca, quando esto viron, pensaron que el vño queria ferir al otro que ellos non vian la serpente que ellos vian — e morieron ay de vña parte e de la otra los mas — [omite] e morreo Galuam .. Ganes — [omite] e de huuma espadada que lhe deu Mordrech — [acrescenta] et fiezosse leuar a sus caualleros pocos que con el ficaran viuos, por tal se podria guaresçier [omitindo *Islaualom*] — non *sabemos* del — [omite] Esta batalha foy na era de quinhemtos e oytenta annos [omite também a rubrica] — E a rayña su mugier *vio que avia fecho grand mal;* e fiez se monja *en Corberque* en vna mongia, e a poco tienpo morio [en Corberque]».

(1) Fol 25 r.: «Dize la *Estoria del Sancto Grayal et de rrey Artur* que este Aurelius avia nombre Vter et el otro Padragon: e diz que morio Vter, et que Padragon que tomo el nonbre del yrmano para con el suyo et se llamo Vterpadragon. Mas non fue ansi; que estos dos yrmanos

nestes excerptos o seu conhecimento dos caps. 52-180 do *Balado* tal como chegaram até nós; cita-o como parte de *La Estoria del Sancto Grayal et del rrey Artur*; e parece ter

---

el vno ouo nombre Aurelius et el outro Vterpadragon, et esta es la verdat.

« *De las prophecias del Merlin.*

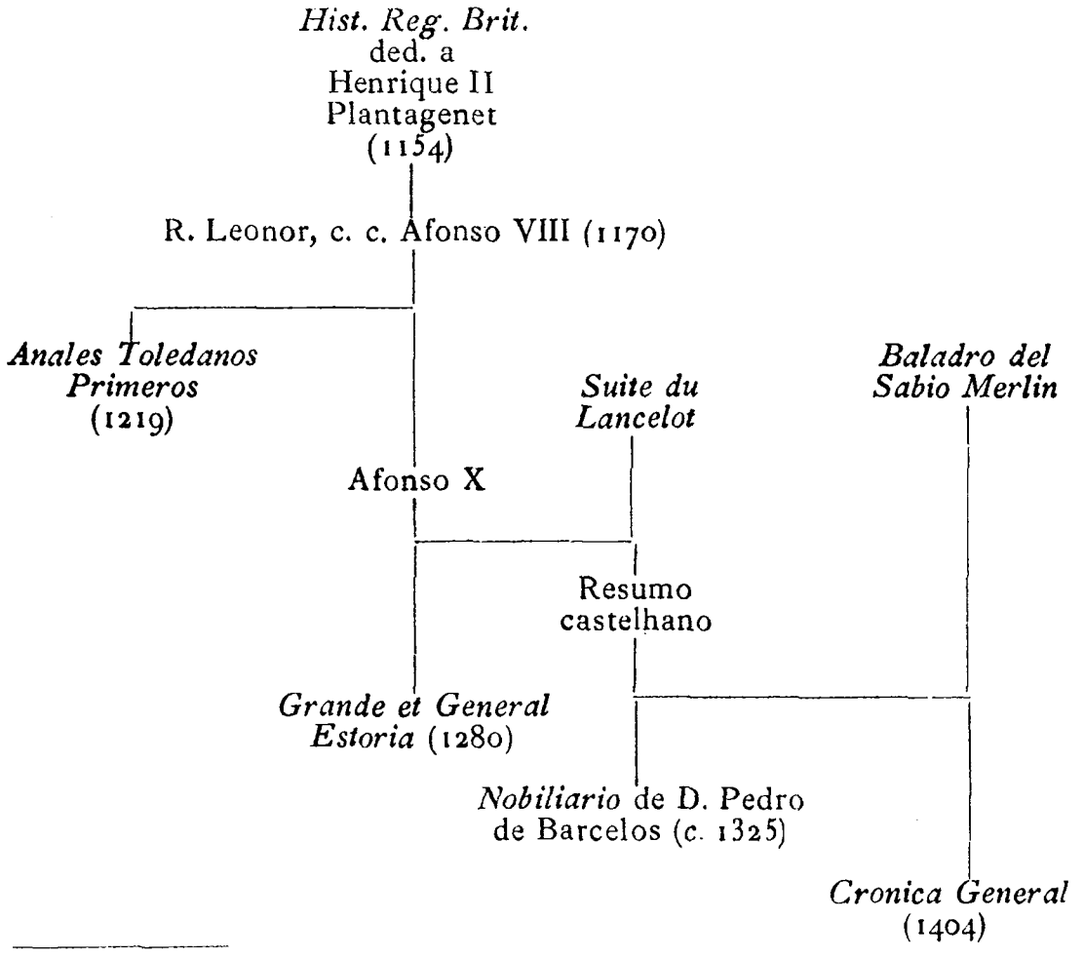
«En este tenpo prophetizaua Merlin en Inglaterra et dezia las cosas que aviam de venir, et dixo a Vitiger que se non podria gardar de los fijos del rrey Costançio que ellos lle darian mala fin. Quien esto bien quisiere saber leya *el libro del Valadro de Merlin* [lea el libro debla obra de Merlin]. Et este Merlin dixo que Aurelius seria el primero rey esfuerçado et que el destroyria todos malquerientes. Et ansi fue. Vieno Aurelio yrmano mayor et paso el mar a la Grand Bretana et acogeronse a el todos los christianos que eran en la tierra et fizieronlo rey; et despues lydo con Vitiger et vençiolo et matolo et tomo la tierra que era suya. Despues conquisto mucha otra tierra et fue moy buen rey. Mas ençima morio con pecoña; que sus enemigos sabian vna fuente en que el bebia et poçoyaronla; e el vebiendo, morio. Quando rrey Aurelius fue muerto, alçaron sus vasallos por rey a su yrmano Huterpadragon ».

Fol. 25 v.: «*Del rey Vterpadragon, del qual se conta vn mal enxenplo e eneste capitulo fabla del rey Artur el qual dizen que es muerto e otros tienen aavn oje en dia es viuo.*

«Un dia fez este rrey cortes e fueron hy muchos rricos onbres e grandes senores e troxeron todos sus mugieres; e vieno ay vn duque de Cornualha, que troxo y su muger que auia nonbre Yguerna. Et esta dueña era mucho fermosa et vieno mucho afechada et muy ricamente garnida. Et en quanto seyan comiendo a la mesa viola el rey tan fermosa, et namorosse della tanto, que non ponia el ojo senon en ella. A dezia en su coraçion que se la non oviese, que seria muerto. Mas su marido el duque bien paro mientes en como el rrey cataua su mugier et acogiose con ella a vn su castiello que dezian Quenteol [Quinteol]. Et quando lo el rey sopo que el duque era ansi ydo, ayunto luego su hueste et çierco el duque en aquel castiello. Et envio luego por Merlin; e con su ayuda tanto fiez, que fue muerto el duque. E el rey tomo Yguerna por mugier et ovo della vn fijo a que dixieron Artur. Este fue el buen rey Artur de que todos fablan que fue tan buen rey, como podedes ver por su libro, se lo leyerdes. Despues ouo este rey, de Yguerna, vna fija que ouo nombre Elena; esta fue mogier de rey Loth. Deste Loth e de su mugier vieno Galuan e Garet et Agrauayn et Mordereque [Agrauayn e Morderique]».

Cf. também fol. 26: «Como Inglaterra fue conuertida dos vezes a la

lido também a primeira parte, ou *Joseph Abaramatia*. Embora não fôsse aqui empregado por D. Pedro, o *Baladro* foi conhecido pelo chanceler Estêvão da Guarda (1), e foi provàvelmente citado pelo próprio Conde de Barcelos sobrescrevendo a segunda lírica do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, pelo que a *Cronica de 1404* não pode ser reputada o nosso primeiro conhecimento da existência destas traduções. Apenas notamos que a *Suite du Lancelot* e a trilogia do *Grail* de Boron se tornaram sucessivamente relacionadas com a *Historia Regum Britonum*, a qual elas tentaram obscurecer; e podemos seguir a vária fortuna em Espanha da primeira história de Geoffrey, o que é também de certo modo a história da introdução da literatura arturiana, no seguinte diagrama:



fe: *la vna por Josephas, fijo de Joseph de Varametia* e la otra por sant Agostin».

A segunda conversão é a única recordada pelo *Nobiliario* e por Geoffrey de Monmouth.

(1) *Canc. da Vat.*, n.º 930.

O diagrama mostra-nos, para o caso de uma pequena parte da literatura arturiana e cronològicamente a mais antiga, que a raínha Leonor Plantagenet foi a sua introdutora na Península Hispânica e Afonso *o Sabio* o seu disseminador; e tira-se uma conclusão semelhante considerando as referências das primitivas obras castelhanas e portuguesas. Afonso é, sem dúvida, uma espécie de nome «capa» nesta época, cobrindo tudo mesmo a actividade literária indescriminada dos chefes toledanos do tempo de S. Fernando até Afonso XI e D. Juan Manuel; em tôda a parte a sua energia está em jôgo, os seus projectos progridem, a sua política de absorpção do pensamento estranjeiro é continuada; a sua retirada sentiu-se numa diminuïção perceptível da vitalidade literária, contudo estamos pouco habilitados para especificar a sua intervenção pessoal neste ou naquele pormenor. Houve colaboradores inumeráveis na escola toledana, dos quais alguns nomes se salvaram; e depois de Afonso *o Sabio* houve outros príncipes literatos: Sancho IV, Afonso XI, D. Juan Manuel.

A simples citação de figuras cavalheirescas também nos leva à presunção da sua existência em vernáculo; embora alguns romances, nacionais ou estranjeiros, possam ser postulados como bases desta referência, não se pode aludir a um *in-vacuo*. Não obstante estas reservas, parece possível poder afirmar-se o interêsse de Afonso X pela *matière de Bretagne*, vendo que os *Cancioneiros* o mostram citando Bruto, Artur, Merlim e Tristão. Nestes *Cancioneiros* êle está à frente dum novo movimento da poesia galega, um gesto de impaciência em face do vago e distante provençalismo de Bonaval e outros poetas; porisso êle animou a reprodução não só de simples formas mas também o espírito e o sentimento dos trovadores provençais; dentre os novos materiais vêmo-lo empregar as citações bretãs (1). Afonso encontrou um auxiliar em Gon-

(1) Para as referências aos *Cancioneiros* galegos, v. supra. Para o provençalismo de Afonso consultar *Alfonso X di Castiglia ed il Provenzalismo della prima lirica portoghese*, de G. Bertoni, in-*Archivum Roma-*

çal'Eannes do Vinhal (1) († 1280; em castelhano, Gonzalo Ibáñez de Aguilar), português pelo nascimento mas vassalo e favorito de Afonso e de seus colegas, e investido no território de Sevilha, sendo nomeado senhor de Aguilar. Assim como Guiraut de Cabrera se referiu à *temperatura de Breton*, também Gonçal'Eannes fala dos *cantares de Cornoalha*. D. Deniz, neto de Afonso, foi um outro partidário desta escola poética (2); e também o foram o chanceler Estêvão da Guarda e Pedro de Barcelos, filho de D. Deniz: e a pléiade dos arturianos dos *Cancioneiros* é completada com o soldado ou jogral Fernand'Esguio (3) a quem, sendo prometido um cavalo por um dos filhos do rei e não o recebendo, o compara humorìsticamente á «Bestia Glatissante». Homens como Nuno Álvares Pereira, Lópes de Ayala e Fernão Lopes são também exemplos desta transmissão cortesã e dinástica da Lenda; Rodrigo Yáñez é o laureado de Afonso XI; D. Juan Manuel é sobrinho de Afonso *o Sabio*, executor de alguns dos seus trabalhos e o expoente máximo da sua prosa, e dos seus dois falcões (Lançarote e Galvão) um pertenceu a D. Henrique, irmão do rei. A quási única menção da lenda durante o

---

nicum, VII (1923), págs. 171-175, que comenta o n.º 70 do *Canc. Vat.* (a Pero da Ponte):

> « Vos non trobades come proençal
> Mais come Bernaldo de Bonaval. »

desta maneira: *Dai pochi nomi dei trovatori qui ricordati si capisci già subito quale fosse l'imitazione provenzale che Alfonso X amava e voleva: quella, cioè, ligia ai migliori trovatori e ai motivi più caratteristici della poesia occitanica, non quella indeterminata, vaga, indistinta, secondo la maniera del Bonaval e dai poeti della stessa generazione, che non penetrarono nel cuore della lirica dei trovatori, ma ne colsero sopra tutti gli elementi esteriori.* » Pág. 174.

(1) *Canc. Vat.*, n.º 1007. V. a sua vida por C. Michaëlis de Vasconcelos, in-*Canc. da Ajuda*, II, ou *Revista Lusitana*, VI, pág. 30.

(2) *Canc. Vat.*, n.º 132:

> « Quero eu en maneyra de proençal
> Fazer agora hun cantar d'amor. »

(3) *Canc. Vat.*, n.º 1140.

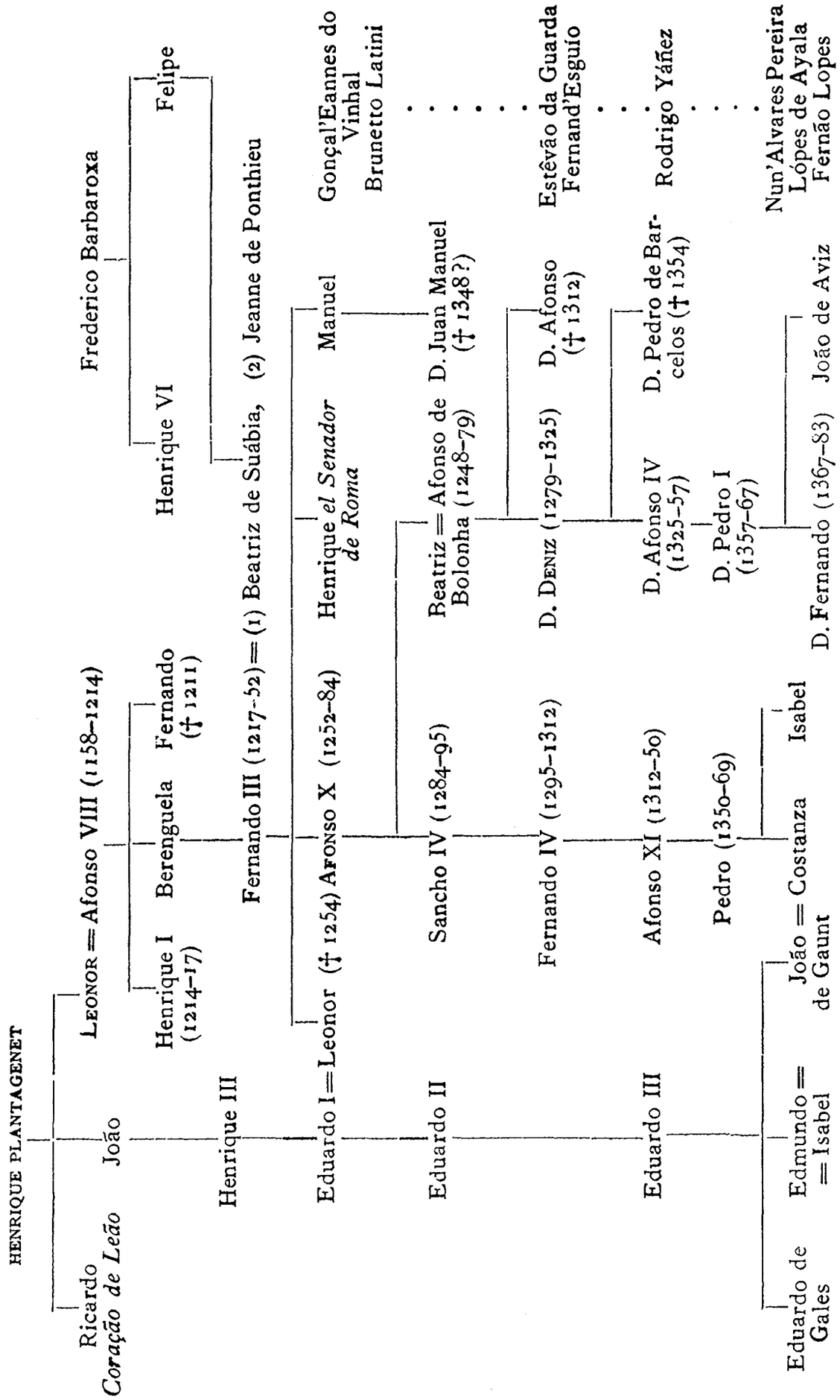
século XIV, que não pode ligar-se à Côrte, é a citação de *Tristan* pelo Arcipreste de Hita. Finalmente, encontramos na comitiva afonsina algumas indicações sôbre os textos arturianos. Estêvão da Guarda relata exaustivamente o incidente final do segundo livro do *Grail* de Boron; um parágrafo do *Lançarote* está nas mãos de D. Pedro de Barcelos; D. Manuel, pai de D. Juan Manuel e irmão de Afonso, é citado entre as primitivas profecias de Merlim ligadas ao *Baladro*, e o próprio rei, o primeiro que cita *Tristan*, é conhecido por ter estado em contacto com os possuïdores da versão que se tornou corrente em Espanha, nomeadamente Eduardo I de Inglaterra, o patrono da compilação de Rusticiano, e Brunetto Latini que cita uma porção do mesmo *Tristan* na sua *Rhétorique* (1).

---

(1) C. M. de Vasconcelos o n.º 458, do *Canc. Vat.*, de Afonso X, em 1260, que é o ano em que Brunetto Latini o visitou em missão dos Guelfos de Florença. Apresentamos a *Rhétorique* posteriormente. Latini deixou o seguinte elogio do monarca castelhano (*Il Tesoretto*, II, versos 129-134):

« Che già sotto la luna
Non si truova persona
Che per gentil legnagio,
Nè per alto barnagio
Tanto degno ne fosse
Com'esto Re Nanfosse. »

Eduardo esteve em Burgos em 1254, *cf. España Sagrada*, XXVI, pág. 319, e as referências já apresentadas. A visita de retribuïção de Sancho a Londres em 1255, e as relações constantes por intermédio de Leonor de Castela, espôsa de Eduardo, representam ainda mais condutos para o intercâmbio literário do Plantagenet e do castelhano. Sôbre a versão catalã desta obra e sua correspondência com o texto aragonês de Fernández de Heredia veja-se o estudo do sr. Bohigas nos *Estudis Universitaris Catalans*, XVI, 1931.


HENRIQUE PLANTAGENET
Ricardo
Coração de Leão
João
Leonor = Afonso VIII (1158–1214)
Henrique I
(1214–17)
Berenguela
Fernando
(† 1211)
Henrique III
Fernando III (1217–52) = (1) Beatriz de Suábia, (2) Jeanne de Ponthieu
Frederico Barbaroxa
Henrique VI
Felipe
Eduardo I = Leonor († 1254) Afonso X (1252–84)
Henrique el Senador de Roma
Manuel
Gonçal'Eannes do Vinhal
Brunetto Latini
Eduardo II
Sancho IV (1284–95)
Beatriz = Afonso de Bolonha (1248–79)
D. Juan Manuel († 1348?)
Fernando IV (1295–1312)
D. Deniz (1279–1325)
D. Afonso († 1312)
Estêvão da Guarda
Fernand'Esguio
Eduardo III
Afonso XI (1312–50)
D. Afonso IV (1325–57)
D. Pedro de Barcelos († 1354)
Rodrigo Yáñez
Pedro (1350–69)
D. Pedro I (1357–67)
Eduardo de Gales
Edmundo = = Isabel
João = Costanza de Gaunt
Isabel
D. Fernando (1367–83)
João de Aviz
Nun'Alvares Pereira
Lópes de Ayala
Fernão Lopes

LEONOR PLANTAGENET E A LENDA ARTURIANA EM ESPANHA

A. 1 — Henrique Plantagenet patrono titular da Lenda Arturiana.

2 — Ricardo *Coração de Leão,* amigo de Afonso II de Aragão, patrono de Bernard de Ventadorn e outros trovadores, fonte do original do *Lanzelet* de Ulrich von *Z*atzikhoven.

3 — Leonor, mulher de Afonso VIII, protectora das letras. Na côrte de Henrique I. Redacção dos *Anales Toledanos Primeros.* Artur e Fernando comparados em 1211.

4 — Eduardo I, em Burgos com Afonso X em 1254, fonte da compilação original de Rusticiano de Pisa.

5 — Imperador Henrique VI, patrono do Abade Joaquim e do Geoffrey de Viterbo.

B. 6 — Afonso X, tradutor de Geoffrey de Monmouth e provàvelmente possuïdor de um extracto do mesmo, o primeiro a citar *Tristan,* patrono de Gonçal'Eannes do Vinhal e de Brunetto Latini. Os falcões a que D. Juan Manuel pôs o nome *Lançarote* e *Galvan,* tendo pertencido êste a Henrique *el Senador de Roma.* D. Manuel citado no *Baladro del Sabio Merlin.*

7 — Sancho IV, Afonso XI, continuaram as tentativas de Afonso X. A Tavola Redonda citada na *Gran Conquista de Ultramar.* Merlim e Tristão no *Poema de Alfonso Onceno* (Rodrigo Yáñez). Merlim, na *Cronica de Don Pedro* (Ayala).

C. 8 — Afonso III chega de Bolonha a Portugal em 1248.

9 — D. Deniz continuou as teorias poéticas de Afonso X, citou Tristão e Iseu, foi patrono de Estêvão da Guarda (cit. do *Baladro* no *Canc. Vat.,* 930). O nome de seu irmão foi relacionado com o *Joseph* (1313) e o *Amadis.*

10 — D. Pedro de Barcelos, editor de *Cancioneiros* e talvez de *Lais de Bretanha.* Serviu-se de várias obras de Afonso X para o seu *Nobiliario,* e a versão castelhana de Geoffrey de Monmouth e *Lançarote* para o *Titulo II.*

11 — Eduardo de Gales, Edmundo, João de Gaunt, presentes em Espanha ou Portugal (1366-7, 1381, 1386-8, respectivamente).

12 — Elementos de Tristão na história amorosa de D. Pedro I de Portugal. Na côrte de D. Fernando, Galaaz foi o modêlo de Nun'Alvares Pereira. D. João I, patrono de Fernão Lopes.

Antes que deixemos Geoffrey de Monmouth, seria conveniente considerarmos as vicissitudes da sua carreira na Espanha. A sua reputação estava talvez no seu apogeu ou já

no seu declínio quando D. Pedro de Barcelos escreveu o Título II do *Nobiliario,* pelo que a vasta literatura arturiana encheu tôda a obra do seu místico autor. O Rei Artur prolongou uma precária existência, àparte dos romances, em bandeiras processionais (1), quadros (2), referências e na qualidade de um dos Nove da Fama (3) até que foi definitivamente exautorado por Cervantes como um simples corvo! (4). As originais profecias de Merlim (*Hist. Regum Brit.*, liv. VII) não chegaram, talvez, à Espanha durante a Idade-Média; nem pode ser certo que as versões do P.e Joaquim e de Alain de Lille, hoje em Madrid e Toledo, respectivamente, fôssem importações medievais da Península. A notícia da sua vida no cap. CIV do *Mar de Histórias* (5) depende duma fonte estranjeira e parece provir dos *Merlins* franceses; ao passo que é quási certo ter sido o *Merlin* de Boron que D. Juan I de Aragão pediu ao seu arquivista a 24 de Novembro de 1391 e que foi catalogado na livraria do seu sucessor. Porisso o príncipe herdeiro ou, segundo a fórmula catalã, duque *primogenitus*, chamava a três mastins Amadiz, Ogier e Merlim (6), como prova da sua devoção pelos cavaleiros de França, Bretanha e Espanha. Porém Merlim continuou a ser a ficção de Geoffrey mais afortunada e quando destacada do seu contexto viveu uma vida tam vigorosa como o Zadkiel ou o Mouro Velho (7) da Idade-Média espanhola, subindo até à literatura por duas vezes — com López de Ayala (8) e com Cervantes.

---

(1) Rubió y Lluch, *Documents per l'Historia de la Cultura Catalana Mig-Eval*, I, págs. 141 e II, pág. 104.

(2) Martorell, *Tirant lo Blanch*, cap. CLXXVI, ed. Aguiló.

(3) *Cronica llamada: el triunpho de los nueve preciados da la fama.* (Lisboa, Germão Galharde, 1530), etc.

(4) Na lenda de Cornualha o Rei Artur foi metamorfoseado em gralha. *Cf.* J. D. Bruce, *The Evolution of Arthurian Romance*, I, pág. 34 n., 74.

(5) Fernán Pérez de Guzman, *Mar de Historias*, cap. CIIII.

(6) Rubió y Lluch, *op. cit.* II, pág. 327.

(7) Nas *Cantigas de Santa María* de Afonso X Merlim é mais um fabricante de milagres do que um profeta. N.º 108: «Como Santa Maria fez que nacesse o fillo do iudeu o rostro atras como ll'o Merlin rogara».

(8) *Cronica del Rey D. Pedro*, año XVIII, cap. 22; año XX, cap. 3: «En las partidas de occidente entre los montes y la mar nascera una ave

O primeiro inventou um vaticínio que é por inteiro aplicável às infelicidades de Pedro *o Cruel*. O texto da adivinha do mouro Benihatin precede a inevitável catástrofe do tirano e a exegese fala sete vezes nos seus funerais. Esta passagem, em que o ódio do cronista persegue o amo — benfeitor, talvez, — para além da morte e do juízo, é laboriosamente trabalhada e modelada num climax para tôda a narrativa; a sobriedade quási aflitiva da narração geral é aqui sòmente relaxada por uma torrente de empolada condenação e se todo o episódio ofende o nosso gôsto por prosaico, incongruente e com um tanto de anti-clímax, podemos recordar com proveito que êle foi admirado pelo juízo católico e bem informado de Menéndez y Pelayo (1), o príncipe dos críticos de Espanha. O dom ou arte da profecia estava espalhado por tôda a parte durante os séculos XIV XV. Em Aragão os vaticínios variavam com a fortuna das dinastias, os interêsses pessoais dos príncipes e as perspectivas do Grande Cisma; eram fabricados por padres, nobres e príncipes; e receberam a atenção ansiosa das pessoas mais categorizadas do estado (2). Em Portugal a profecia foi sempre corrente e aplaudida; e a mesma mania provocou em Castela um gracioso e justo protesto do autor do *Vitorial* (3):

Fijo, non creades aquellos que vos dirán que vos farán

---

negra, comedora e robadora, e tal que todos los panares del mundo queria acoger en si, e todo el oro del mundo querra poner en su estomago; e despues gormarlo ha, e tornara atras, e non perescera luego por esta dolencia. E dice mas, caersela han las alas, e secarsele han las plumas al sol, e andara de puerta en puerta, e ninguno la querra acoger, e encerrarse ha en selva, e morira y dos veces, una al mundo, y otra ante Dios, e desta guisa acabara.»

(1) *Orígenes de la Novela*, I, pág. CLXXVVIII: «*Cuánto crece en la fantasia el prestigio pavoroso de la catástrofe de Montiel, con aquella especie de fatalidad trágica que se cierne sobre la cabeza de D. Pedro hasta mostrar cumplida en su persona la terrible profecia «que fué fallada entre los libros e profecías que dicen que fizo Merlin» y sometida por el rey a la interpretación del sabio moro!*»

(2) Rubió y Lluch, *op. cit.* I, n.º 304 n., 423 e n., II, págs. XXV e n.º 230.

(3) Gutierre Diez de Games, *El Vitorial*, ed. Llaguno y Amírola, págs. 29-30.

ver e saber vuestra ventura... Guardadvos non creades falsas profecias, nin ayades fincia en ellas, asi como son las de Merlin, e otras: que verdad vos digo que estas cosas fueron engeniadas e sacadas por sotíles omes e cavilosos para privar e alcanzar con los Reyes e grandes Señores... E si bien paras mientes, como viene Rey nuevo, luego facen Merlin nuevo: dicen que aquel Rey hade pasar la mar, e destroir toda la Morisma e ganar la Casa sancta, e ser Emperador; e despues vemos que se face como a Dios place... Merlin fue un buen ome, e muy sabio. Non fué fijo del diablo, como algunos dicen, ca es esprito, non puede engendrar; provocar puede cosas que seon de pecado, ca este es su oficio, El es sustancia incorporea; non puede engendrar corporea. Mas Merlin, con la gran sabiduria que aprendió, quiso saber mas delo que le cumplia, e fué engañado por el diablo, e mostrole muchas cosas que dixese; e algunas dellas salieron verdad; ca esta es manera del diablo, e aún de qualquier que sabe engañar, lanzar delante alguna verdad, porque sea creido de aquel que quiere enartar. Asi en aquella parte de Inglaterra dixo algunas cosas que fallaron en ellas algo que fué verdad; mas en otras muchas fallesció: e algunos que agora algunas cosas quieren decir, componenlas, e dicen que las fabló Merlin.

O maior número destas profecias encontram-se ligadas ao *Baladro del Sabio Merlin* (1) em diversos extractos de interpolações; e se hesitamos sôbre êles, não é pelo seu interêsse intrínseco, que é claro, mas porque as excentricidades do estilo profético são tais que as alusões inteligíveis são quási inevitàvelmente referências coevas. Em tôdas as versões da lenda de Merlim êste faz profecias antes de Vortiger, e as novelas peninsulares estão tôdas enriquecidas com as suas referências a Uterpandragon, embora estas tenham sido deslocadas.

---

(1) *Baladro del Sabio Merlin*, ed. Bonilla, caps. 24s s., 137-42, 341, etc., e págs. 19-22, 155-162.

Nestas profecias as referências são ao assunto principal da própria novela ou, em todo o caso, aos interêsses arturianos; e nada mais encerram de espanhol além da vaga notícia da conquista árabe. Mas a conclusão do *Baladro* é ocupada por ὕστερα πρότερα de pronunciamentos em que não merecem confiança nem a data nem a ordem, nem são circunstâncias coevas claras. Há, todavia, uma linha de evidente separação entre aquelas elocuções que Merlim fêz «um dia» em Londres e à que êle «naquele tempo» fêz a Maestre Antonio. As primeiras são lúcidas, anti-dinásticas, inteiramente desenvolvidas; as últimas são obscuras, dinásticas e explicadas por meio de animais: «grandes leões», «leõezinhos», «leões famintos», «leões ferozes», etc., entre os quais D. Pedro *o Cruel* aparece como «o burro da iniqüidade». Os primeiros dizem respeito às sábias loucuras de Afonso X, ao procedimento pouco filial de Sancho IV, à perda de Fernando IV, e vão assim de 1283 até 1312; e nós coligimos esta nota em relação com a primitiva data *la qual sentencia assi dada fue luego reuelada a vn frayle agustino que estaua en Molina estudiando en su celda para vn sermon que auia de fazer otro dia. Y este frayle dixolo luego al infante don Manuel*, etc. Agora a hostilidade à dinastia era precisamente a política de D. Manuel, que interveio hipòcritamente nas lutas de pai e filho na esperança de que ambos fôssem prejudicados, e continuou nos reinados de Sancho IV, Fernando IV e Afonso XI, por meio do seu famoso filho D. Juan Manuel; mas os mesmos sentimentos serviram também os partidários do Trastâmara que sentiam prazer em envilecer os antecedentes de Pedro *o Cruel*, a cuja morte há uma referência indubitável. Há algumas boas histórias de carácter lato nestes parágrafos e também uma data, 1467. Ficamos, pois, numa dúvida arreliante: ou tôda a passagem foi composta por um partidário do Trastâmara (em 1467?) num gôsto notàvelmente antiquado para dar escândalo, ou (o que julgamos mais provável) há um substracto de panfleto por um partidário de D. Juan Manuel e um tardio comentário trastamarino.

Menores dificuldades se ligam àquelas revelações que

fazem as palavras *en aquel tiempo maestre Antonio*(1) *profundado en la sancta fe catholica, e muy amador de Dios, supo como Merlin era en la Gran Bretaña, e fablaua en los fechos que eran por venir, e fueronse para aquella tierra donde supo que era el Sabio Merlin*, etc. Diz-se que isto aconteceu no ano de 305 D. C. Merlim principiou o seu discurso com um breve resumo geográfico da Espanha, atribuindo a Castela a hegemonia, e seguiu tortuosamente o seu caminho desde Don Rodrigo (com uma referência ao romance), através dos primitivos monarcas de Leão, até S. Fernando; e depois, mais extensamente, de Afonso XI até ao ano de 1488. É evidente que nesta série temos mais de um autor. Tôdas as referências anteriores a Afonso XI são, todavia, vagas e distantes, e devem ser regeitadas. O chamado cap. 341 do texto diz manifestamente respeito à menoridade de Afonso XI e à regência da Raínha Maria; e embora a maneira zoológica seja firmemente mantida em tôda a obra — especialmente nas referências a Henrique III, Juan II e outros — o nome de Maestre Antonio não é actualmente citado para além do «leão coroado da Espanha» que foi o trineto de Fernando III. Don Anton e o «leão coroado» reaparecem no *Poema de Alfonso Onceno* de Rodrigo Yáñez, uma obra que termina no ano de 1344 e cujo propósito é justificar a vitória do rio Salado (1340) com oráculos apropriados. O estilo já não é mais do que uma amplificação das passagens correspondentes do *Baladro*; a expedição do *maestre* à Bretanha é relatada em termos semelhantes e o tempo da referência passou(2). A

---

(1) Don Anton ou Maestre António é, evidentemente, um pseudónimo e vem do original francês do *Baladro del Sabio Merlin* em que, como no MS de Parma das Profecias de Merlim e na ed. veneziana de 1480, certas profecias foram entregues a *Maistre Anthoine*. *Cf.* Miss L. A. Paton, *Notes on the Manuscripts of the Prophécies de Merlin*, in-*Publications of the Modern Language Association of America*, XXVIII (1913), pág. 131. Depois de escrita esta obra a referida senhora publicou o texto das *Prophécies* com um estudo em dois valiosos volumes.

(2) *Poema de Alfonso Onceno*, «Expedição de D. Antón à Bretanha» (cóplas 1808-1811):

«Merlin fablo d'Espanna
E dixo esta profeçia

obra de Don Anton, uma interpolação do *Baladro* e (como supomos) não a primeira, está assim limitada pelos anos de 1312 e 1340.

Depois de 1350 outros profetas intervieram, aos quais não é possível distinguir salvo por evidência interna. Um escreveu provàvelmente sob o reinado do *leon doliente*, ou Henrique III († 1406), e estamos dispostos a atribuir-lhe a diatribe contra Pedro *o Cruel;* outros referem-se aos posteriores monarcas da casa de Trastâmara e mesmo aos primeiros autores da unidade espanhola, e o pêso dos seus vaticínios é precisamente do que Gutierre Diez de Games nos deixa à espera — vitória, a expansão da Cristandade, império, e a reünião da Igreja. Em tôda esta série de oráculos não há o menor indício do dedo português; a têmpera é inteiramente castelhana ou talvez leonesa. Não podemos, entretanto, declarar peremptòriamente quais as profecias que se juntaram a tôdas as edições do *Baladro del Sabio Merlin* desde a primeira edição do século XIV, mas é claro que os poetas do *Cancionero de Baena* (antes de 1445) manusearam um volume de maior conteúdo do que o existente. Vários rimadores ensaiaram o papel de um *nuevo Merlin:* Gonçalo Martínez de Medina contenta-se

---

Estando en la Bretanna,
A vn maestro que y auia.
Don Anton era llamado
Este maestro que vos digo,
Sabidor e letrado,
De Don Merlin mucho amigo.
Este maestro sabidor
Asi le fue preguntar:
Don Mertin, por el mi amor,
Sepadesme declarar
La profecia d'Espanna,
Que yo querria saber
Por vos alguna fasanna
De lo que se ha de faser.»

No que respeita ao estilo da profecia:

1812-13: «*Acabados los annos mil, E los tresientos de la Encarnacion, Cinquenta e nueve compliran...*» 1815: *Reynara vn leon coronado...*» 1817: «*Vn leon dormiente...*» 1819: «*un puerco espin...*» 1820: «*bestias brauas* . » 1822: *El dragon de la grand fromera...*» 1828: «*En las*

com uma maneira vagamente profética (1): Alfonso Álvarez de Villasandino (1350?-1428?) atribui um dito de espírito da sua lavra ao inocente feiticeiro bretão. Mas Villasandino já profetizara a conquista do Islam e a reünião da Cristandade, empregando os animais de Maestre António e citando em seu apoio não só Merlim como também Fr. Juan (2). Êste, todavia, não pode ser outro senão o tradutor da trilogia de Boron, cujo nome ocorre não em vários pontos do *Baladro* mas sòmente na *Demanda del Sancto Grial;* temos assim uma

---

couas de Ercoles Abran fuerte lid enplasada», etc. Mantém-se o mesmo estilo na profecia anterior de Yáñez: « *En toro cumplio su fin* », etc.

Finalmente:

« La profeçia conte
Y torne en desir llano,
Yo Rodrigo Yannes la note
En lenguage castellano.
Copras de muy bien fablar,
Segunt dixo Merlin. »
1841-2.

(1) No *Canc. Baena*, n.º 332, Gonçalo Martínez profetiza: «por manera de pregunta escura»; n.º 209, diz Villasandino:

«pues Merlin
Propuso, muy secretado,
Un dicho ya declarado
Qu'el tornado
Es tornado
Tornador, e grant dalfyn
Espantable palançin. »

(2) N.º 199, diz Villasandino:

« Del fuerte leon suso contenido
Dise el Merlin, concuerda Fray Juan. »

Cf. Demanda, ed. Bonilla, cap. 52: «*Ni yo Joannes Bivas no vos dire ende mas de lo que vos el dize, ca so frayle, e no quiero mentir*».

K. Pietsch, in-*Modern Philology*, XVIII (1920-1) pág. 596, interpreta isto como uma alusão a Jean de la Roche-Taillée, que no *Cancionero de Baena* anda ligado a Merlim *(passim)*:

« Cesaron muchos profetas
De Merlim et Rocaçisa. »

Descobriu, porém, o nome de Juan Bivas no texto do *Liuro de Josep Abaramatia*, que é datado de 1313.

prova convincente da coerência do *Baladro*, *Profecias* e *Demanda* durante o primeiro quartel do século XV.

Nos séculos XVI e XVII Merlim era ainda uma figura que poderia levar-se a aparecer nas representações populares. De *Los Encantos de Merlin* (1), por um dos veteranos de Lepanto, Rey de Artieda, só o nome resta; e um manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid contém a *mojiganga* ou burlesco de *Merlin y los animales* (2) por Juan Francisco de Tejera. De entre as «qualidades» do teatro ou da novela de *Tablante de Ricamonte* Cervantes ressuscitou o feiticeiro para desempenhar uma parte considerável na Segunda Parte do *D. Quixote* (3). É êle o inventor de Clavileño, o subtil criado do duque mascarado de Merlim para distribuir pancadas a Sancho e ao seu amo. Merlim é a arca-feiticeira da Caverna de Montesinos (uma outra figura do *Tablante*, porém mais famoso nos romances carolíngios), onde D. Quixote vê confusamente os principais personagens do romance. O que o Cavaleiro da Mancha viu na caverna de Montesinos não corresponde a nenhuma das novelas arturianas de Espanha ou de Portugal, nem é fácil seguir um recente crítico americano (4) que o identifica com um dos Grailbergs, tam populares na Alemanha. Os paralelos citados não convencem, nem a sua relação indicada com a livraria de Cervantes; e se êste conheceu algum Grailberg ou Paraíso da Sibila, poderia ter obtido tais indicações não da literatura arturiana mas da tradução castelhana de *Guarino el Mezquino* (5), que lêra, ou das histórias indígenas da caverna de Salamanca.

De todos os personagens de Geoffrey, Bruto foi o que

---

(1) Rojas Villandrando, *Viaje Entretenido* (1603).

(2) Paz y Melia, *Biblioteca Nacional, MSS. — Catálogo I. — Teatro*, pág. 617.

(3) Cervantes, *D. Quixote*, II, caps. XL, XXV-XXXVI, XXIII.

(4) P. S. Barto, *The subterranean Grail Paradise of Cervantes*, nas *Publications of the Modern Language Association of America*, XXXVIII, 2, Junho de 1923

(5) *Cf.* Bonilla y San Martin, *Las Leyendas de Wagner*, 1913, pág. 17-28 («Tannhäuser»).

menos se afastou da imagem modelada pelo seu autor. Interveio, juntamente com Breno e Belino, na *Cronica de los Conquiridores* do humanista Juan Fernández de Heredia (1310-96), cuja menção do *Pantheon* de Godofredo de Viterbo nos leva a ver a sua inspiração na *Grande et General Estoria* (1). Mas a narrativa de Monmouth foi completamente reescrita em um *Brut* francês; forma a base dum longo episódio do *Vitorial* que trata com encantadora ingenuïdade do casamento de Bruto com Dorotéa, filha de Menelau, e das guerras contra os gigantes ou Saxões; da colonização da Britânia pelos Bretões e do comêço das guerras na Güiena.

A Renascença latina do século XVI restaurou um tanto os créditos de Geoffrey. Foi lido e condenado por Juan Luis Vives (2). Por meio da tradução do *Polychronicon* de Higden, por Trevisa, tôda a procissão de títeres — Bruto, Madão, Guendolen, Lud, Lear, Cordelia, Constantino, Vortigern, Artur, Modred — passou para o *Fructo de los Tiempos* (1509) de Rodrigo Cuero (3), que contou a história inglêsa a três dos nossos governantes — Catarina de Aragão, Maria I e Felipe seu consorte. Através de Polidoro Vergílio e outros italianos, a mesma narrativa ocupa os caps. 3 a 8 de um curioso compêndio de história inglêsa e escocesa que vai até à subida ao trono de Maria da Escócia, e que se conserva na Biblioteca Nacional de Madrid (4). Esta obra participa com a *Historia*

---

(1) J. Dominguez Bordona, *La primera parte de la Crónica de los Conquiridores de Fernández de Heredia*, na *Revista de Filología Española*, X, 1923, págs. 380-388:

«*Libro III*: «*Aqui comiença el libro de Bruto de Bretaña*» (3 rubricas); *libro VI*: «*Aqui comiença la estoria de Belyn e Breno* (15 rubricas).

(2) Vives, *Opera*, VI, pág. 338: «*Fabulosa sunt magis quæ de Britanniæ originibus quidam est commentus, a Bruto illos trojano deducens, qui nullus unquam fuit*».

(3) Rodrigo Cuero, *Historia de Inglaterra llamada Fructo de los Tiempos*, 1509 (Esc. MS., X, II, 20, fols. 14 até cêrca de 38).

(4) *Chronica que en breve compendioso estilo trata de todos los reyes que ha auido en Ynglaterra y sus subcessos y guerras hasta nuestros tiempos con la discripçion de la isla sacada de varios autores nuevamente*

de las Bretanas de Afonso, da peculiaridade de não citar Geoffrey mas Gildas. Talvez devamos aos bibliófilos e não à Idade-Média a existência em Espanha dos comentários do P.e Joaquim (1) e de Alain de Lille (2), e do *Liber Bruti et prophetæ Merlini* (3), cujo último possuïdor inglês foi um Thomas Norton, sendo o primeiro indício espanhol o sêlo de Felipe V.

(Bibl. Nac. MS. 1455 = I, 144). Pertenceu no século XVI a um fidalgo espanhol cujo nome é ilegível.

(1) Bibl. Nac. Madrid, MS. 59 = B, 70.

(2) *Prophetia Anglicana, hoc est Merlini Ambrosii Britanni... a Galfredo Monumentense latine conscripta, una cum septem libris explatiorum... Alani de Insulis germani.* Catedral de Toledo, MS. do século XVII, que outrora pertenceu ao Cardeal Zelada.

(3) Bibl. Nac. Madrid, MS. 6319 = F. 147. O manuscrito é do século XIV, em pergaminho, de várias mãos, 74 folios. A Biblioteca Colombina de Sevilha possuiu outrora um exemplar do *Brut* de Wace, escrito por um italiano no século XV e comprado em Milão em 1521 (*Cf.* H. Harrisse, *Grandeza y decadencia de la Colombina*, Sevilha, 1886).

IV

OS LAIS BRETÕES: «CIFAR»

A *Historia Regum Britonum* tomou precedência sôbre todos os outros membros do corpo arturiano em Espanha, não só pela antiguidade da sua composição como também porque a língua em que foi escrita era melhor aceita pelos bibliotecários e pelos bibliófilos; nos romances franceses uma distinção posterior, que é possível fazer-se, entre a prosa e o verso, cerca de especial interêsse quaisquer vestígios ou restos do estado poético que pode discernir-se nas literaturas peninsulares. Podemos encontrar líricas incidentais no *Amadis de Gaula* e no *Don Tristan de Leonis*, e embora êste seja talvez antigo não o comentaremos aqui; mas limitamo-nos a investigar reminiscências dos lais bretões interpretados pelos cinco *lais de Bretanha* do Cancioneiro de Colocci-Brancuti e da encantadora novela de *El Cavallero Cifar*.

Os primeiros foram estudados pela brilhante erudição da sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, o maior nome da crítica portuguesa (1). Estas cinco breves líricas, que estão à frente do *Cancioneiro de Colocci-Brancuti*, um dos principais repositórios da poesia lírica galego-portuguesa do século XIV, são pequenas peças singularmente descoloridas. A primeira dirige-se ao Amor personificado e louva o deus por aquela cultura e delicadeza que a meiga paixão traz:

Amor, des que m'a vos cheguei,
Bem me posso de vos loar,

(1) C. Michaëlis de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, na *Revista Lusitana*, VI (1900), págs. 1 e ss.; reimpresso no *Cancioneiro da Ajuda* (Halle, 1904), II, págs. 479-525; *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, ed. Molteni, n.os 1-5.

Ca mui pouc', ant', a meu cuidar,
Valia; mais, pois, emmendei ..

Esta é a tradução livre de uma lírica do *Tristão:*

Amor, de vostre acointement
Me lou ie molt, se dex mament!

Nada contém de mais nacional ou pessoal que a espontânea *saüdade* do verso:

Mui fremosa e de gran prez,
E que polo meu gran mal vi,
E de que sempre atendi
Mal (ca ben nunca m'ela fez).

A terceira e a quarta são líricas amorosas da ausência, provindas também do romance de *Tristão:*

Mui gran temp'a, par Deus, que eu non vi
Quen de beldade vence toda ren!

E:

Don Amor, eu cant'e choro;
E todo me ven d'ali:
Da por que eu cant'e choro
E por meu mal dia vi.

Elas dizem:

Grant temps a que ie ne vi cele
Qui tote rienz vaint de biante,

e

Damor vient mon chant et mon plor.

Os originais do segundo e do quinto *lais* ainda não foram descobertos. Eram canções para dança ou *bailadas* com estribilho, cantadas por mulheres e de diversos géneros; a primeira exprime ódio a Morhout e a outra louva Lançarote. Aquela é em si própria uma *bailada* ou *cantiga* e supõe-se uma tradução literal; a segunda intitula-se um *lais*.

O Marot haja mal-grado,
Porque nos aqui cantando
Andamos tan segurado,

A tan gran sabor andando!
Mal-grad'aja! que cantamos
E que tam en paz dançamos!

E:

Ledas sejamos orgemais!
E dancemos! Pois nos chegou
E o Deus con nosco juntou,
Cantemos-lhe aqueste lais!
Ca este escudo e do melhor
Omen que fez Nostro Senhor!

Mas se não pudemos descobrir as líricas francesas originais, poderemos identificar a forma em prosa dos estribilhos (1); da primeira há uma passagem no *Merlim* do pseudo Boron, onde se lê:

Gauuain vient pres des damoyselles et escoute ce quelles dient. Et quant il la bien entendu, il demande a son cousin: «¿Entendes vous ceste chanson?» «Oil bien», fait il, «elles dient que mal gre en ait le Morholt».

A segunda acha-se no *Lancelot do Lac:*

Et dirent que voirement estoit il li mieldres cheualiers del monde.

Embora êstes lais sejam insípidos, não ressaltam menos claramente das outras poesias dos Cancioneiros: só êles são atribuídos a àutores estranjeiros e fictícios; só êles são verdadeiramente anónimos; só êles são *lais;* só êles são traduções; e só êles exigem comentários em prosa. Êstes estão contidos nas rubricas (2) e nas velhas notas conservadas por

(1) Voltaremos a referir-nos a estes versos no cap. IX e XI, infra; neste último reconsideraremos os três de *Tristão.*

(2) «[1]Este lais fez Elis o Baço que foi duc de Sansonha, quando passou aa gran Bretanha, que ora chaman Inglaterra. E passou la no tempo de Rei Artur, pora se combater con Tristan, porque lhe matara o padre en ũa batalha. E andando un dia en sa busca, foi pela Joyosa Guarda u era a Rainha Iseu de Cornoalha. E viu a tan fremosa que adur lhe poderia omen no mundo achar par. Enamorouse enton d'ela e fez por ela este laix. Este lais posemos aa cima porque era o melhor que foi feito.

«[2]Esta cantiga fezeron quatro donzelas a Marot d'Irlanda en tempo

Colocci, e quando confrontados com o *Tristão* francês mostram uma conformidade geral de assunto mas diferenças consideráveis de pormenor. Na hipótese de que estes títulos se refiram a uma e à mesma obra D. Carolina Michaëlis (1) concluíu:

«As poucas noticias do colleccionador, relativas a Helys, Morhout, Lancelot e á filha do rei Pelles, divergem algo, como mostrei, das narrações analyzadas por Löseth. O dilemma é este. O redactor das rubricas, quer fosse o proprio traductor dos lais, como penso, ou o compilador do cancioneiro, condensou mal os successos complicados, expostos nos longos capitulos respectivos do extensissimo romance, trocando nomes e inventando factos. Ou então, o texto aproveitado afastava-se realmente em bastantes pormenores das relações que conhecemos:

«1.º—O Morhout era chamado *Morhaut*, ou *Marohut*, *Marholt*, de onde de um lado *Marout* e *Marôt*, e do outro *Marlot*.

«2.º — O Morhout roubava quantas donzelas podia aos cavalleiros que as guardavam, e enviava-as como servas á Irlanda.

«3.º — Fallava-se do pae de Morhout, morto por causa de uma bella que guardava.

«4.º — A victoria de Tristan sobre o Morhout era feste-

---

de Rei Artur, porque Marot filhava toda-las donzelas que achava en guarda dos cavaleiros, se as podia conquerer d'eles. E enviava-as pera Irlanda pera seeren sempre en servidon da terra. E esto fazia el porque fora morto seu padre por razon de ũa donzela que levava en guarda. [Nota de Colocci]. Esta cantiga e a primeira que achamos que foi feita e fezeron-na quatro donzelas en el tempo del Rei Artur a Maraot d'Irlanda por la .. tornada en lenguagem palavra por palavra e diz assi.

«[3] Don Tristan o Namorado fez esta cantiga.

«[4] [Colocci] Don Tristan.

«[5] Este laix fezeron donzelas a don Ançaroth quando estava na Insoa da Lidiça quando a Rainha Genevra o achou con a filha de rei Peles e lhi defendeo que non paresçesse ant'ela.

«[Colocci] Don Tristan per Genevra.»

(1) C. M. de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, págs. 20 e 21.

jada por varios grupos de donzellas, libertadas quando as ia levando presas á Irlanda.

«5.º — A cantiga de refram que entoavam era designada como a primeira que foi feita.

«6.º — ¿ *Lançarote* chamava-se *L'ancelot* ou *L'ançarot?*

«7.º — E a *isle de joie* era *isle de liesse.*

«8.º — Nessa ilha as damas da filha do rei Pelles celebravam cantando e dançando, a victoria de Lancelot sobre o cavalleiro Albano, ou outro qualquer.

«9.º — Tristan matava Helys I.

«10.º — Helys II tinha erroneamente a alcunha de *le Brun.*

«Os factos concordantes a que as rubricas alludem, a lide com o Morhout, o combate com Helys, a aventura com a mãe de Galaaz, são tão poucos que não levam a apurar resultados seguros sobre os originaes. A existencia dos cinco lais é, a meu ver, indicio não só forte mas irrespondivel da existencia de romances de Tristan e Lancelot em prosa».

A última frase é incontestável, embora não possamos afirmar que estas novelas andavam em prosa portuguesa; porque os resultados seriam os mesmos se andassem em qualquer outro dialecto ibérico. O galego era o veículo aceito e convencional do verso lírico, como o dórico o fôra da ode grega, e outros o escreveram além dos habitantes da Galiza e de Portugal. Todavia a exposição das rubricas parece estar sobrecarregada por hipóteses que devem referir-se tôdas a uma só composição e ao *Tristão.* Os argumentos que principiam como hipóteses devem terminar ou em factos conhecidos ou em resultados que tenham uma probabilidade *prima facie;* e a emergência de tantos traços desusados justifica a nossa apropriação inicial. A rubrica do segundo *lai,* a *bailada de escarnio,* tem sido levada a coincidir com os pormenores dados numa passagem que se relaciona com a contestação de Bandemago e Morhout no *Baladro del Sabio Merlin* (1);

(1) *Cf.* Bonilla, *Tristan* (1501), (1912), pág. XXXIV e o nosso cap. IX. V. também *Baladro,* cap. 255, ed. Bonilla: «E Morloc embiaualas todas

e devemos de ligar ao poema a abertura da tríplice aventura de Galvão, Ivão e Le Morholt. Se ela foi a primeira que se fêz, concluímos que as proesas de Bandemago foram as primeiras depois do comêço da «Era Aventurosa», e que estas principiaram cêrca da época da morte de Balin *le Savage*, quando Tristão tinha 2 ou 3 anos de idade; nada tem que ver, por isso, com a batalha da ilha de S. Sansão, nem a êste último o acompanharam raparigas escravas ou cantoras. Do mesmo modo, a-pesar-da nota de Colocci, devemos deduzir a *bailada* do Lançarote do *Tristão* e referi-la à 3.ª parte do romance de *Lançarote de Lago*, embora não haja no fragmento espanhol existente nenhum mais extenso (1). Albano não se relaciona com a passagem porque morrera 10 anos antes, e Lançarote fizera o suficiente para provar o seu valor não derrotando menos de 2.000 cavaleiros na Isle de Joie ou de Liesse. Estas subtracções explicam os n.os 1, 2, 3, 5 (?), 7 (?) e 8 da exposição de D. Carolina Michaëlis e com o seu auxílio podemos regeitar o n.º 4 e a última parte do n.º 8; o n.º 6 (na variante ortográfica de L'Ancelot por Lancelot) é totalmente uma factura normal dos textos arturianos franceses, embora não reproduzidos em romances castelhanos ou portugueses em mais parte nenhuma; e os restantes pontos, n.os 9 e 10, são absolutamente normais a dentro da prosa do *Tristão*, embora não sejam sacrificados pelo *Don Tristan de Leonis*, castelhano. A invasão de Logres pelo Rei Marcos e os Saxões, a captura de Iseu enquanto Tristão está doente numa abadia e a comunicação destas circunstâncias a Tristão ocupam três capítulos da *Demanda del Santo Grial* (2); mas não achamos ali a canção ou a sua fixação específica, a filha

---

a Irlanda, e fazialas todas meter en vn castillo donde no podian salir despues; y esto hazia el por su padre e por dos sus hermanos, que eran buenos caualleros, que fueron muertos en vn torneo por juyzio de dueñas e donzellas que dieron en el reyno de Londres». E cotejar *Tristan*, capítulos 7-9.

(1) *Cf.* o nosso cap. XI, infra, e a *Vulgate Version of the Arthurian Legend, de Sonnuer*, V, págs. 379-403.

(2) *Demanda del Santo Grial*, ed. Bonilla, caps. 210, 289-290.

de Beho a cantar velhos lais de namorados e a resposta do herói com o *Lai du Plours*, composto por êle na floresta de Hantone. As restantes canções respeitam a Helys (1), pai e filho, no primeiro ano da Demanda do Santo Gral, quando Tristão viajava incógnito com um escudo verde e liso e encontrou o jovem Helys, filho do Helys Saxão que êle matara durante a invasão dos de Cornualhas no ano anterior; depois da batalha de Saxónia Tristão ouviu o canto dos pássaros na floresta, o seu espírito povoou-se com pensamentos de Iseu e cantou então o terceiro lai. A identificação dos originais no romance de *Tristão* certifica-os como parte indubitável daquela novela a despeito da sua ausência na história espanhola existente. Mas há fortes razões para crer na existência, ao mesmo tempo, na Península Hispânica de um outro *Libro de Tristan* (2), espanhol ou português, inteiramente diferente, relacionado com o *Lanzarote de Lago*, e no qual, por razões cronológicas, estas líricas poderiam bem entrar.

Em conclusão, preferimos crer que as rubricas dos *lais de Bretanha* não são impecáveis nas suas referências ao facto arturiano, mas a sua incúria não deve reduzir-se a «nomes mudáveis e factos inventados»; porque isso só é necessário se adoptarmos a hipótese de unidade para o que nada nos impele. A *bailada* de Morholt é ininteligível no *Baladro del Sabio Merlin*, que temos boas razões para crer estar em circulação entre os «Trovadores» da côrte de D. Denis. A *bailada* de Ançaroth referir-se-ia ao romance de *Lanzarote de Lago;* e três canções amorosas devem atribuir-se a um livro de *Tristão*, e de-certo (até chegarmos a saber mais do que sabemos) àquele *Libro de Tristan* que estava no limbo do ciclo espanhol de Lançarote.

Acha-se na *Historia del Cavallero de Dios que avia*

---

(1) C. M. de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, comentário aos lais 1 e 3.

(2) *Lanzarote de Lago*, fol. 355 v.: «Aqui se acaba el segundo y tercero libro de don lançarote y a se de començar el libro de don tristan,. .» etc.

nombre Cifar (1) *el qual por sus virtuosas obras et hazañosas cosas fue rey de Menton*, a novela original castelhana mais antiga (2), influência de certos lais bretões e de novelas pertencendo à lenda arturiana. O prólogo, que é omitido na edição impressa de 1512, depois de mencionar o jubileu de 1300, continua a descrever as negociações e actos relacionados com o entêrro do cardial D. Gonzalo García Gudiel († 4 de Julho de 1299), uma ceremónia que atraíu bastantes atenções pois que foi o primeiro enterramento de um cardial em Espanha; e entre as pessoas notáveis que foram ao encontro do arquidiácono Ferrand Martinez, condutor do *cortège* e presumível autor do prólogo, estavam Fernando IV († 1312), sua mulher a raínha D. Maria de Molina († 1321), o Arcebispo de Toledo e um bispo de Calahorra que se sabe haver morrido antes de 1305. O autor do prólogo conta então a história de Cifar que supõe ter sido traduzida do caldeu para latim e dêste para castelhano. A *Historia del Cavallero de Dios*, a-pesar-da sua antiguidade e dos méritos originais da composição, não é entre os livros o mais prontamente acessível ao estudioso, mas deve os seus créditos, principalmente, às análises de C. P. Wagner, Menéndez y Pelayo e Dr. H. Thomas. Não é uma simples obra, mas *a specimen of all types of fiction and even of doctrinal literature which*

---

(1) G. Baist, *Grundriss der rom. Phil.* II, II, pág. 439 : «Die älteste selbständige kastilische Fiktion». *À propos* de Baist, se êle não é citado tam freqüentemente como outros nestas notas, é porque a tese que apresentamos tem muito de comum com as suas observações pelo que respeita aos romances arturianos em Espanha. A nossa principal diferença é que êle data as traduções um tanto depois do que parece prudente, e é um tanto dogmàticamente castelhanista. Nisto é tam bem defendido como nós, mas é desejável em teoria uma concessão mais liberal para as diferentes literaturas dialetais dum período tam afastado.

(2) Manuscritos em Madrid e Paris: ed. 1512, na Bibliothèque Nationale, Paris: ed. H. Michelant, Tubinga, 1872 (tom. 112 da *Bibliothek des litterarischen Vereins von Stuttgart*). C. P. Wagner, *Sources of El Cavallero Cifar*, na *Revue Hispanique*, X, págs. 5-104 Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, I, págs. CLXXXVI-CC; H. Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, págs. 11-20.

had till then been essayed in Europe. Todavia nas suas principais linhas divide-se em três partes ou livros. O primeiro conta as aventuras do próprio Cifar, que, como muitos heróis de novelas bizantinas, e em especial como S.to Eustáquio ou Placidas, se separou dum modo estranho da mulher e dos filhos e depois de passados muitos dias os encontrou nòvamente em uma terra estranjeira. Esta primeira parte está levemente tocada do espírito militar ou de qualquer outro análogo às ficções bretãs. O segundo livro é ocupado pelo conselho dado pelo cavaleiro a seus filhos Garfin e Roboão; e provém de uma colecção de máximas de origem oriental conhecida pelas *Flores de la Filosofia* e tendo muito de comum com os *Castigos y Documentos* que D. Sancho IV dedicou a seu filho. Na terceira parte tôda a atmosfera está sobrecarregada pela fantasia, pelo maravilhoso e pela cavalaria. Roboão parte em viagem como cavaleiro-andante. Pratica as suas façanhas no reino de Pandulfa, no condado de Turbia e no império de Tigrida, que êle não podia deixar de obter juntamente com a mão e o coração da imperatriz Seringa. Ainda melhor caracterizada é a coloração de um episódio no qual êle visita as *Islas Dotadas* e chega por uma razão qualquer a marido aceito da dama Nobleza, até que o Demónio o tenta com presentes para quebrar o seu encanto por cuja virtude obtém a noiva. No primeiro livro já figurara uma história muito semelhante; aí o Cavaleiro Atrevido vivera com uma misteriosa Dama do Lago até que também transgrediu as leis da sua estada.

Quando Grima, a mulher de Cifar, é falsamente acusada de adultério pelo marido, a evidência circunstancial assemelha-se à que existe na 36.a história do *Libro de Patronio* (1),

---

(1) *Libro de Patronio o del Conde Lucanor*, enxemplo 36: «De lo que contescio a un mercadero cuando fallo su mujer et su fijo durmiendo en uno».

Para todos os paralelos aqui citados, vid. C. P. Wagner, *loc. cit.* A sentença de morte por adultério encontra-se também nas primeiras págs. do

mas a sentença para o castigo lembra um dos perigos da Raínha Ginebra. Cifar não está inteiramente isento de culpas nessa ocasião, porque tem duas mulheres; o encontro delas e o generoso silêncio da parte ofendida recordam um paralelo com o *Lai d'Eliduc* de Maria de França. Se Cifar conquista uma cidade e se finge louco, assim faz Tristão em *La Folie de Tristan*, mas já havia muito tempo que o Rei David se tinha servido da loucura como estratagema de guerra; e se o Imperador de Tigrida nem se ri nem permite aos curiosos que conservem as suas cabeças, isto é naturalmente uma reminiscência do *Lai de Tristan qui onques ne risi*. O episódio das *Islas Dotadas* recorda as *Insulæ Fortunatæ* de Geoffrey e tem já um tom bastante bretão, à-parte a citação específica da *Estoria de don Juan fijo del rrey Orian* ou Ywain, embora os factos alegados provenham do *Lai de Lanval* A Raínha das fadas que nada pode recusar ao seu herói, os tabús, o Demónio que cai à água, o barco fantástico que se move sem remos, o porco branco, as damizelas encontrando Roboão à poterna, são tudo reflexos dos lais de *Lanval, Graelent* e *Guigemar;* e a citação do combate de Artur com o *Cath Palug* no cap. 105 da primeira parte indica algumas variantes do *Livre d'Artus*. Vê-se dêste modo que a 3.ª secção de *El Cavallero Cifar* é uma adaptação literal de vários motivos arturianos, que começam também a influenciar a narrativa do 1.º livro. Derivam ao mesmo tempo de romances e de lais que o autor leu, presumìvelmente na forma francesa, pois que o seu arturianismo se mantém à-parte do movimento geral de traduções na Península Hispânica.

Pero su mérito mayor no consiste en esto, ni tampoco en haber incorporado en nuestra literatura gran número de ele-

---

do *Amadis de Gaula*, onde é injustamente atribuída ao código escocês. Daí o libelo do *Orlando Furioso*, IV, 59:

«L'aspra legge di Scozia, empia e severa,
Vuol ch'ogni donna e di ciascuna sorte,
Ch'ad uom si giunga e non gli sia mogliera,
S'accusata ne viene, abbia la morte.»

mentos estraños, sino en la creación de un tipo muy original, cuya filosofía práctica, expresada en continuas sentencias, no es la de los libros, sino la proverbial ó paremiológica *de nuestro pueblo. El* Ribaldo, *personage enteramente ajeno á la literatura caballeresca anterior, representa la invasión del realismo español en el género de ficciones, que parecia más contrario à su índole, y la importancia de tal creación no es pequeña, si se reflexiona que el* Ribaldo *es hasta ahora el único antecesor conocido de Sancho Panza* (1).

(1) Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, I, págs. CXCVII–CXCVIII. O Ribaldo é o avisado e sentencioso criado de Cifar, que segue a sua fortuna lealmente embora o considere *desventurado e de poco recabdo*.

V

AS NOVELAS ARTURIANAS NA CATALUNHA

Relativamente à introdução e difusão da *matière de Bretagne*, o condado de Barcelona e os reinos de Valência e as Baleares parece terem seguido um impulso diferente do das partes central e oriental da Península Ibérica, onde as novelas foram conhecidas mais cedo e traduzidas mais tarde do que em qualquer outro lugar; aqui derivam da côrte de Pedro IV (1336-87); alhures de Afonso X (1252-84). A despeito de muitas ocasiões de aproximação, conseqüência derivada dos respectivos originais, não há relações demonstráveis entre os ciclos catalão e castelhanò-português (1). Para isto não há necessidade de alegar quaisquer antipatias étnicas dos Catalães pelas fantasias da cavalaria ou do amor: não sabemos o que somos e a nossa raça é o que supomos. O sintetizar em uma fórmula o carácter duma nação tentou muitos críticos desde Juvenal e Tácito, mas estas definições pupulam de excepções e são de pouca utilidade como guias práticos. Seja qual fôr o elemento da mitologia céltica ou de irracionalidade que se encontre nas suas remotas origens, a lenda arturiana só se aproximou da literatura catalã, mesmo depois de ter

---

(1) Quando escrevi esta frase não conhecia o fragmento do *Tristão* catalão que teve a amabilidade de me enviar mais tarde o Sr. P. Bohigas. Veja-se A. Duràn i Sanpere «Un fragment de *Tristany de Leonis* en català», *Estudis Romànics*, 2, vol. IX da Biblioteca Filológica do Instituto da Língua Catalã (Barcelona, L'Avenç, 1917). É de quatro fólios, e corresponde textualmente aos II e III capítulos do *Tristão* castelhano. Veja-se Ferrán Soldevila «La llegenda arturiana en la nostra literatura», *Revista de Catalunya*, III, 1926.

penetrado na castelhana e na portuguesa, quando o processo de galicização era completo e quando a nova inspiração se tornou o código da sociedade europeia. Mas as literaturas do centro e do ocidente divergem das do oriente pela diferença fundamental de linguagem que a Sagrada Escritura justamente julgara ser a principal fonte da divisão entre as espécies humanas. Em um amplo semi-círculo desde Lisboa até ao Ebro os dialectos do romanço ibérico tornam-se imperceptìvelmente em um outro, mas a linguagem de Saragoça não é ininteligível no estuário do Tejo. Estes dialectos, — português, galego, leonês de vários matizes, velho e novo castelhano, asturiano, navarrês e aragonês — anteriormente à emergência das duas línguas literárias, podiam empregar-se legìtimamente na composição de prosa ou de poesia, ou especializar-se na expressão de inspirações particulares. O galego, por exemplo, foi não só a língua dos naturais, mas também dos outros espanhóis e até estranjeiros que se sentiram impulsionados pelo lirismo; mas os grandes poemas épicos e *débats* do *mester de clerecía* são imparcialmente salpicados pelos dialectos da Espanha medieval, embora o *mester de juglaría* estivesse concentrado em Castela-a-Velha. O romanço ibérico era ainda um fluido quando as lendas bretãs principiaram a circular no planalto central e nas vertentes ocidentais e é só pelo *Libro de Patronio* de D. Juan Manuel e pelo *Nobiliario* de D. Pedro que notamos a antítese estabelecida das duas línguas literárias. O romanço ibérico apresentava além disso para a immigrante *matière de Bretagne* uma unidade lingüística, reflectida em uma unidade cultural que superou as distinções locais e dependeu, para a inspiração, do pensamento da França do norte. Só para o que respeita às líricas foi levado a imitar a Provença; nem é de aconselhar interpor aquela linguagem, embora laço filológico, entre línguas francesa e ibérica e actualmente cultivada em uma parte da Península, entre o espanhol vernáculo e as suas origens. As literaturas espanhola e portuguesa são profundamente devedoras da França, algum tanto da Provença, e imperfeitamente conscientes do catalão.

Nos confins orientais do segmento ibérico, os dialectos

aragoneses despojaram-se dos seus sinais característicos numa larga faxa de 50 milhas de extensão; mas embora as variações fôssem graduais, o seu produto total deu um novo grupo dialectal evidentemente distinto das línguas do centro e do ocidente e manifestamente afim dos dialectos da Provença. O provençal do ocidente ou *lemosí* foi, de facto, a linguagem da literatura na Catalunha durante os séc. XII e XIII; e se o séc. XIV estabeleceu o *pla catalanesch* em prosa, o *lemosí* continuou a caracterizar a dição dos poetas Torroella e Metge. O estabelecimento gradual da língua nacional pode seguir-se nos arquivos daquela época. «*Desde 1300 a 1350 trobem uns trenta dos documents en català, per uns cent vuitanta de llatins. Desde 1350 a 1400 la proporció es totalment inversa: tres cents vuitanta cinch documents dels primers per cent vuitanta dos dels segons. Durant l'últim quart de segle es quan més predominen els documents catalans, i en el regnat de Martí I, no's redacten en llatí més que'ls de les seccions més burocràtiques de la cancilleria*» (1). Destas condições conclui-se que os Catalães dos séc. XIII e XIV possuiam as ficções arturianas exactamente nas mesmas condições dos seus co-lingüistas da França meridional; que a tradução não podia ser feita antes de existir a linguagem literária; e que, de facto, a Catalunha nunca tivera mais necessidade de traduzir do francês do que os inglêses de traduzir Burns ou Henryson. Não precisava de nada mais senão de um glossário porque a Catalunha culta é bilingüe e até trilingüe. O francês setentrional aprecia-se sem dificuldade, lê-se com avidez e emprega-se segundo o gôsto do escritor (2). O dialecto nacional dependia da

---

(1) Rubió y Lluch, *Documents per l'Historia de la Cultura Catalana Mig-Eval*, II, págs. LXXII.

(2) A opção é assim expressa no poema do séc. XIV, *Frère-de-Joie et Sœur-de-Plaisir* (*Romania*, XIII, pág. 275):

«Sitot frances sa bel lengatge,
Nom pac en re de son linatge,
Car son erguylos ses merce,
Ez erguyll ab mi nos conve,
Car entrels francs humils ay apres,
Per qu'en no vull parlar frances.»

ávida receptividade do espírito catalão que produzira uma literatura por tradução de tôdas as línguas e que é provàvelmente sem igual, de patriotismo local e de um amor indestrutível pelas cadências maternas de *lo pus bell catalanesch del mon.* Assim *a priori* os romances bretões entrariam muito cêdo na Catalunha através de afinidades lingüísticas e pela mesma razão seriam mais tarde traduzidos; em romanço ibérico a penetração retardar-se-ia pela linguagem e a tradução seria desde muito cedo uma necessidade; mas cada grupo de dialectos tem o recurso independente dos originais franceses, sem a mediação oficiosa duma segunda língua estranha. A *matière de Bretagne* da Península Hispânica, por isso, divide-se em dois corpos de traduções independentes: os do centro e oeste e os de leste.

A nossa mais antiga notícia dos romances no território catalão data do reinado de Afonso II (1162-1196), trovador e patrono de trovadores, amigo do *Coração-de-Leão* e suzerano daquele Guiraut de Cabrera (*c.* 1170) cujo extenso conhecimento da *temperatura de Breton* já relatamos (1). Pedro II (1196-1213), o vencido da batalha de Muret, mereceu uma comparação com o Rei Artur; e o arturiano *Roman de Jaufre*, bastante secundário, foi dedicado (2) a Jaime *o Conquistador* (1213-1276). No filho dêste, Pedro *o Grande* (1276-1283), achamos o tipo completo dum cavaleiro-andante, cuja proeza de correr à liça em Bordeus, a-pesar-da deslealdade manifesta ou encoberta dos soberanos de França e Inglaterra, enche muitas das mais belas páginas de Muntaner (3).

---

(1) *Cf.* cap. II, e Milá, *De los Trobadores en España* (1889), pág. 273; Milá, *op. cit.*, pág. 151 n.

(2) *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 8: «Der Dichter giebt vor, dass er die Erzählung von einem Ritter am Hofe des Königs von Aragon vernommen habe. Aus den weiteren Angaben, die er über letzteren macht, scheint hervorzugehen, dass Jacob I (1213-76) gemeint ist, und dass die Entstehungszeit des Gedichtes etwa in die Jahre zwischen 1222 und 1232 zu setzen ist.»

(3) Muntaner, *Cronica del rey En Pere*, caps. 71-92. Também fala Muntaner dos heróis do ciclo. É notável o cap. CLXXXV, onde se fala

Os trovadores catalães posteriores continuaram a encher os seus versos com nomes arturianos. Guilhem de Cervera (1) diz:

Sa muller fets Tristayns morir, car noy jasia,
Que de als tot son coman e son voler fasia;

e Severí de Gerona (*c.* 1270) cita entre as vítimas das mulheres:

David e Salamo,
E Lot, el fort Samso,
Tristany, e d'autres mouts;

e mais:

Lansalot e Tristany,
Persaual e Juani,
Rotlan e Oliuer,
Berart de Monleyder,
E l Xarles qui conques.

Durante o período nacional da literatura catalã persistiu o mesmo interêsse pelas ficções bretãs, o qual encontrou a sua mais bela expressão na *Faula* de Guilhem de Torrella ou Torroella (2). Em um longo poema de uns 1250 versos, escrito num provençal salpicado de catalanismos com discursos num francês maiorquino, Torroella dá-nos a narrativa dum sonho arturiano. Em uma manhã de S. João foi levado às costas duma baleia de Soller, Maiorca, para uma terra do

---

das profecias que corriam na Sicília quando se coroou rei o infante Fadrique d'Aragão (1296), porque os vaticínios são do tipo merlínico como o vemos no *Baladro* castelhano. No ano de 1291 celebraram-se jogos de *taula redona* em Calatayud, com a assistência dos reis de Aragão e de Castela e do infante D. Juan Manuel interessado, segundo cremos, mais tarde na composição do *Amadis* e de certas profecias merlínicas.

(1) *Cf.* Bonilla y San Martín, *Don Tristan de Leonis* (1501), 1912, págs. XXVI-XXX; Rubió y Lluch, *Noticia de dos manuscrits d'un Lançalot català*, in-*Revista de Bibliografía Catalana*, III, pág. 5 e ss.

(2) Milá, *Poëtes Catalans* (Paris, 1876), ou Denk, *Geschichte des altcatalanischen Litteratur* (1893), págs. 222-228. Não pudemos encontrar os *Estudi històric i literari* (Barcelona, 1907), de G. Llabrès, citados na Introd., nota, da *Inchiestra del San Graal*, de Crescini e Todesco.

oriente. Uma serpente, num francês agradável ao ouvido do poeta, declarou ser ali a ilha de Morgane la Fée e de Artur:

Qu'enysi tu poires aperceuoir
Que tu es en l'ilh'anquantea
On repaira Morgan la fea
E missire lo reys Artus.

Logo depois viu um palafrém, ricamente ajaezado

A la manera de Peris,

cujos arreios eram adornados com muitas histórias de amor — de Flores e Blancheflor, de Iseu la Blonde e Tristão que tanto se amaram, e de outras pessoas distintas; e somos informados posteriormente de que quando o palafrém andava, os guizos de prata pendentes do peitoral tocavam um dos lais de Tristão:

Notant vn lay de Tristany,
Qui molt es plasent de ausir.

Tendo montado o cavalo, Torroella chegou em frente dum palácio onde o recebeu uma delicada e linda rapariga de 16 anos, que provou ser a própria Morgane. Entrados os dois, Torroella notou a beleza das paredes, onde estavam dependurados ricos trofeus de cavalaria. Ali se poderiam reconhecer, em distinto concurso (1), Lançarote, Tristão, Palo-

---

(1) «Hon yeu regardey pres e lung
Les voltes e'ls entelhamens
Els vayrols que subtilemens
Eron obrats de mantes guises.
D'aur e d'azur hi ac diuises
Junctes, batalhas e torneigs,
Amors, jauzimens e domneigs,
Certs [?] hi ha pleyts d'homes presans
E d'altres fayts richs, ben stants,
Qui donen prets segons valor.
De Tristany lo fin aymador
Virets lay pinxes les amors,
Les proesas e la valors
Perquen son temps laus e prets hac;
E del prous Lancelot del Lac

mides, Ivão, Erec, Galvão, os três demandantes do Gral, Gallehault, Blioberis, Leonel, Ken, Dinadan, Garieth, Sagramor e muitos outros. Mas Torroella queixava-se de não ver o Rei. Por meio de um pequeno anel, o que por resposta lhe dera Morgane, êle pôde ver um leito onde repousava um rapaz a cujos pés estavam sentadas duas nobres matronas vestidas de negro. Morgane chamou-lhes — Artur, Valor, Amor — e o jovem inválido fêz um discurso pèssimista

---

Pogrets vezer lay examen
Lo sen, la força, l'ardimen
Ab que màntench caualeria.
Lay pogretz vesser la folhia
De Pelomidas lo fortiu
Queb son coratge sobraltiu
Manech a ffi mant rich assay.
D'Ivan lo cortes virets lay
Les proeses e les cortesies
E d'Arech les caualeries
E de Galuany les aventuras.
Las batalhas forts e duras
De Baorç e de Perçaual
Que'en la gesta del Sant Graal
Fforen ensems ab Galeas
Quez hanc per armes no fo laç,
Ne per trebalh que sofferis.
De Galeot, celh que hom dis
Lo filh de la bella Ganyanda,
Viretz lay com ac amor granda
Vas Lancelot per cuy morich,
Car stet lonch temps que nol vich,
Nen poch sauber cert nouell;
De Blio e de Lyonell
Com foren prouus e assaians;
De Quochs e Dinadans
Los folhs gabs que saubion dir.
Encara hi pogues pausar
Los fayts d'armes e lur afar
De Siuarlot e de Brunor,
De Garryet e de Sagramor
E cascuns del fis amadors
Qui trebalharen per amors
En bades ses nulh altre pro.
Estor de Mares hi fo
E Dodinell lo salvatge
E d'Iuany maint rich vaselhatge
E de molts altres hi fou la vida
Asaut poxan [?] e diuissida.»

Mila, *Poëtes Catalans*, págs. 16-17.

corroborando a sua espada Excalibur. Por fim reparou no maiorquino e preguntando quem era soube por Morgane que êle fôra lá para comunicar Artur com o mundo. Cientìficamente céptico, o catalão estava decidido a preguntar se o Rei era realmente Artur:

Siets vos, Senyor, lo rei Artus,
Celh qui attendon li Breto?

Artur afirmou-lho com alguma impaciência; mas Torroella observou que a *Mort d'Arthur* contara a sua morte. (O manuscrito fornece alguns pormenores, embora não reproduzidos por Milá. Todavia esta narração da batalha de Camlan

Segons que recompta la gesta,

é a única indicação que temos do conteúdo da *Mort d'Arthur* catalã). Explica-se que a vida do Rei fôra salva pelos cuidados de Morgane e pela virtude do Tigris; a mocidade renova-se anualmente pelas visitas do Santo Gral. Mas a sua melancolia era motivada pelo que vira na espada; naquela lâmina achou Torroella alegòricamente representada a verdade: que os maus prosperam e os bons são tam perseguidos que nada podem fazer. Para prègar a verdade Morgane reenviou o fidalgo-poeta para Maiorca.

A *Faula* é imitada em certos pormenores pelo *Libre de Fortuna e Prudencia* de Bernat Metge (1381), e cêrca da mesma época (1398) o autor das *Cobles de la Divisio del Regno de Mallorca* menciona «*lo rei Artus*». Dois *testaments*, o de En Bernat Serradell de Vich (1419) e o *Testament d'Amor*, aludem a Tristão, Lançarote, Gouvernal e «*lo castel de la Perillosa Guarda*». À poética dinastia dos March (1) eram familiares as ficções bretãs, como pode depreender-se da composição de Jacme March datada de 31 de Agôsto de 1370, e de «La Joyosa Garda», da citação

(1) Em adição às autoridades citadas *cf.* A Pagès, *Auzias March et ses prédécesseurs* (Paris, 1912), págs. 181-3, 143, 424, 175, 230 (*Bibliothèque des Hautes Études*, fasc. 194).

de Tristão, Lançarote, Gallehault, Palomides, Brunehort (1) e Agravain por Arnau na sua *Canço d'amor Tençonada*, da citação de Lançarote (2) por Auzias e da canção do seu discípulo Juan de Rocafort (3):

> Enamorat no fou mes d'Isolda
> Aquell gentil e valeros Tristany.

Mas a dívida de Auzias March era ainda mais subtil porque êle relacionou-se principalmente com a cavalaria arturiana devido à sua casuística amorosa, menos por referência directa do que pelo *De Arte Honeste Amandi* de André le Chapelain, que lhe deu uma exposição sistemática do *amour courtois* tal como o concebia pelos autores de romance (4). O *De Arte Amandi* foi em parte traduzido nas *Retgles d'Amor* de Domingo Mascó (5), um criado de Juan I e Martinho I de Aragão; e no reinado piedoso dêste último a sofística amorosa era reprimida por Fr. Antoni Canals (6), o tradutor do *Modus bene vivendi*, que aconselha um dos camareiros do monarca a ler sòmente livros aprovados e não livros frívolos como as fábulas de Lançarote e Tristão, nem o *Roman de Reynard*, nem livros que provoquem a concupiscência como os livros da arte do amor, o *De Vetula* de (Pseudo) Ovídio, ou livros inúteis como os de histórias e fantasias, mas sim livros devotos, da fé cristã; um tal livro é um dos que êle dedica às damas, e mais especialmente às donzelas da côrte porque nêle encontrarão assunto cheio de pura honestidade. As novelas do séc. XV são, como era de esperar, caracterizadas

---

(1) Do romance da Távola Redonda, *Claris et Laris*.

(2) *Obres*, n.º XV, ed. Amadeu Pagès (Barcelona, 1912). É esta a sua única citação directa dos personagens arturianos.

(3) Denk, *Geschichte der altkatalanischen Literatur*, pág. 331.

(4) A Pagès, *Auzias March et ses prédécesseurs*, pág. 230; *cf.* pág. 317-18, 342, etc.

(5) MS. n.º 2, Ll. I (fol. 46), *Biblioteca Particular de Su Majestad*, Madrid.

(6) A Pagès, *op. cit.*, pág. 175, citando *Docs. Inéd. del Archivo General de Aragón*, tom. XIII, pág. 420.

ainda por referências arturianas. Um passo de *Curial y Guelfa* (1), freqüentes vezes citado, indica que a obra de tradução não estava até então completa; e *Tirant lo Blanch* (2), apresentando tôda a coorte de heróis arturianos, parece sentir que o seu código de ideas e motivos não é compatível com o espírito da sua própria época, mais prático e cínico.

Podemos obter informações valiosas respeitantes à qualidade e efeito da idea arturiana sôbre os espíritos catalães, das alusões e citações da literatura geral, mas elas deixam-nos ainda sem guia no que se refere aos tipos de livros e histórias comuns, aos progressos e à época da tradução. A constituïção bilingüe do público obscureceu o último ponto de tal forma que os documentos fornecem apenas um facto para o conhecimento dos textos existentes em vernáculo. Não é sempre possível restringir qualquer alusão particular a um livro específico; mas sôbre os tipos arturianos em circulação lança luz brilhante a grande colecção de documentos com que A. Rubió y Lluch ilustrou a cultura da sua pátria e se ilustrou a si próprio. Deve ter havido uma certa intimidade peculiar e patriarcal, como de facto houve, nos laços que uniam os príncipes de Aragão ao seu reino, com os seus três parlamentos e duas línguas, governado por um título variável e interêsses diferentes, porque muitos dos seus soberanos são distinguidos menos pelo número do que pelo epíteto — o Batalhador, o Conquistador, o Grande, o Ceremonioso, o do Punhal, o Eclesiástico — e os Arquivos de Aragão caracterizam-se, numa extensão sem paralelo na Europa, pelo cunho da actividade total dos monarcas e suas famílias, os moldes das suas disposições e as flutuações das suas paixões e sentimentos (3).

---

(1) *Curial e Guelfa*, ed. Rubió y Lluch (Barcelona, 1901), pág. 124: «Empero yo vull seguir la manera daquells cathalans qui trasladaren los libres de Tristany e de Lançalot, e tornaren los de lengua francesa en lengua catalana».

(2) Martorell, *Tirant lo Blanch*, ed. Aguiló, caps. 37, 103, 173, 174, etc.: Joseph Abaramatia, Lançalot del Lach, Boors, Perseualt, Galeas, lo Sant Greal, Tristany, Isolda, Ginebra, Artus, Morgana.

(3) A Rubió y Lluch, *Documents per l'Historia de la Cultura Cata-*

¿Onde é que um Rei limaria os seus versos ou um príncipe real preguntaria com cândida vaidade qual era o efeito das suas composições sôbre os seus mais próximos parentes; ou deixaria uma carta para a espôsa com o fim de recordar as suas impressões sob o aspecto do canto dum roussinol? Mandam-se comprar livros exóticos e um soberano acha tempo para elogiar a criada dos seus predecessores; um outro cita a *Divina Comedia* e sabendo

quoniam sola scientia dicitur summa nobilitas in hac vita,

faz um vivido elogio da erudição e regista a *Gloria del Principat de Catalunya* numa eloqüente oração perante o parlamento que se eleva no exórdio ao sublime quando diz: *Gloriosa dicta sunt de te, Cathalonia!* No período que estes documentos abraçam, os caracteres dos correspondentes tomam o mais alto relêvo: Jaime II, um categórico e pouco escrupuloso patrono das letras, o iniciador da eloqüência patriótica e o primeiro a introduzir a cultura nos seus arquivos; o incolor e indeciso Afonso III; Pedro IV, uma figura de actividade fremente cuja influência se sente ìntimamente em todos os departamentos e pormenores, historiador, orador, poeta e jurisconsulto; João I, humanista e helenista, um *dilettante* cuja ávida curiosidade pelas letras se ilumina pelos arquivos muito antes da sua subida ao trono; Martinho I, príncipe silencioso, sinceramente devotado à ciência, solitário e contemplativo, a quem até os seus guias espirituais são compelidos a chamar a atenção para os assuntos do govêrno. Chegamos também a tomar conhecimento com as raínhas: D. Leonor, mulher de Pedro, com a sua paixão pelas tapeçarias francesas; D. Violante de Bar, leitora dos mais recentes versos franceses e admiradora das *Heroides;* D. Maria de Luna, tam escrava da piedade como seu marido Martinho I. A correspondência é, de-certo, meramente real; mas do que

---

lana Mig-Eval, 2 vols. (Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1908-21). O estudioso deverá ler tôda a sua Introdução, para o que eu tentei aproximar estes parágrafos não só na frase como no assunto.

observamos, difere dos esforços de particulares ou comunidades religiosas só na escala. Há, talvez, mais uma ênfase de *belles lettres* do que erudição; mas a dinastia nacional, tornando-se cada vez mais catalanizada, participa mais e mais da vida e aspirações da comunidade, abrindo o caminho por onde avança a cultura. De patronos de trovadores tornaram-se êles próprios trovadores, historiadores, oradores, músicos, artistas; falam uma língua ainda compreendida pelos seus compatriotas, e depois de seis séculos o seu falar e o seu espírito profundamente catalães encontram ecos de amor e de saüdade patriótica (1).

Nestes arquivos entram muitos dos mais famosos nomes da literatura catalã, Lull, Arnau de Vilanova, Fernández de Heredia, Muntaner, Descoll, Metge e Eximeniç; e de origem estranjeira apresentam os documentos de Rubió y Lluch mais de 200 títulos de livros, das mais variadas línguas como o castelhano, o provençal, o francês, o italiano, o latim, o grego, o árabe e o hebraico. Entre estes, talvez a lenda arturiana não ocupasse um espaço muito grande; contudo voltam-se para ela com significativo interêsse alguns escritores. Pedro o *Cerèmonioso* é particularmente afecto à lenda; e em geral os documentos apresentam um aspecto mais claro do estado dêstes interêsses no séc. XIV no condado de Barcelona, do que o que se dá com Castela e Portugal.

I — A 3 de Julho de 1385 o Infante D. João copia as *Chroniques d'Anglaterra* de Mossen Ramon Alemany de Cervelló, e em 1392 recusa-se a mandar o *Llibre de Conestable* a seu primo, a-não-ser em troca das *Croniques de Bretanya* reünidas por Mossen Guerau de Cervelló (2). Nenhuma indicação possuímos sôbre o conteúdo ou a linguagem destas obras. Os Nove da Fama incluem o nome de Artur de Bretanha, e vemos Pedro IV comprar tapeçarias de França tendo-os pintados, ou à sua história, já em 1347 e 1351 (3). O

(1) Rubió y Lluch, *op. cit.*, II, pág. X-XIII.
(2) *Documents*, I, n.º 366 e 419.
(3) *Ibid.*, n.ºs 135 e 157.

de D. Leonor, mulher de Pedro (1). Êle estava, pelo menos, presente naqueles livros da *Tabula Rotonda* ou *Taula Redona* (2) (deve notar-se que o último é um título catalão inserto em um contexto latino) copiados para Pedro IV em 1349 por Rei Artur teve a honra duma pintura inteiramente dedicada a si, comprada e paga em Paris a 2 de Setembro de 1368, a pedido Ramon d'Oliver de Perpinhão, e em 1356 por Bernat Valls. O mesmo assunto foi tratado pictorialmente na tapeçaria francesa de 36 palmos de comprimento em que estava ilustrada a *Istoria Militum Mense Rotunde*, uma das dez tapeçarias semelhantes ou «*draps istoriats*» que custou à Raínha Leonor de Sicília 32 florins e 9 em Março de 1356. Os documentos não indicam qual era o conteúdo dêstes livros da Távola Redonda, embora nos sugiram uma tradução catalã entre os anos 1349 e 1356. A inferência é precária e sem confirmação. Estas obras acima indicadas referiam-se a Artur e provàvelmente a Bruto, mas não podem, de outro modo, classificar-se.

II — Das várias novelas referentes a Tristão, o *Meliadux* (3), em francês, comprou-o Pedro IV a 27 de Março de 1339; e a série completa, também em francês, em dois volumes — *Meliadux* (4) com *Guiron le Courtois* constituindo o romance de *Palamedes* e *Tristan de Leonis* — ofereceu-a o duque primogénito a sua mulher em 1383. No reinado de Martinho, Tristão foi bastante popular para tomar parte nos festejos públicos, uma vez que o pintaram nos arreios de cavalos figurando na entrada do Rei em Valência em 1402 (5),

---

(1) *Ibid.*, II, págs. 104, n. 1: «.I. drap frances de la istoria del rey Artus, lo qual es lonc de .IIII. alnes».

(2) *Ibid.*, I, n.os 144, 171, 172.

(3) *Documents* I, n.º 101.

(4) *Ibid.*, I, n.º 344: «Nos hir, cercans nostres libres, ne trobam dos entre los altres, scrits abdos en ffrances: la un es del rey Meliadux e del bon caveller sene pahor, e de Gurm lo cortes, e de Donahi lo Ros ab d altres cavallers molts, l altre es de Tristany, ystoriat».

(5) *Cf.* Bonilla, *Tristan* (1501), 1912, que cita: «Item, donj an bernat godal per XV paraments de caual que auia pintat e donat son or e argent

a-par-de Iseu, Lançarote, Ginebra e também Aristóteles, Vergílio, Jasão, Semiramis, Salomão, o Conde de Barcelona, Imperatriz, Papa e Saladino. A novela *Tristão* em francês apareceu no inventário da livraria do infeliz Príncipe de Viana que morreu em 1461; mas para a afirmação de uma versão catalã nada temos a alegar excepto a citada passagem do *Curial y Guelfa*, e os quatro fólios publicados pelo Sr. A. Durán.

III — O ciclo do Santo Graal já aparece nestes documentos. Vespasiano comemorou-se em duas das tapeçarias da Raínha Leonor: numa, em ouro e veludo, estão pintados Tito e seu pai; a outra, comprada em Mompilher em Dezembro de 1368, contém a história da destruïção de Jerusalém (1). Em Castela e Portugal esta novela foi ligeiramente adaptada para servir de introdução geral ao ciclo do Santo Graal: em catalão também existe, publicada pela Llibreria de l'Avenç sob o título de *La Destrucció de Jerusalem* (2). O *Joseph ab Arimathia* ou *Estoire del Saint Graal* não se encontra em nossas fontes, a-não-ser-que entre numa das compilações não classificadas acima descritas, mas parece que o *Livre de Merlin*, presumìvelmente segundo a variante do pseudo Roberto de Boron, é o intitulado *Profacies de Merlí en frances* da livraria de Martim que João I manuseou em 1391 (3). Ainda emquanto príncipe o Infante D. João pusera

---

e altres colors, ço es, lo parament d aristotil e d virgili, e d tristany e d jsolda, e de jason e d eropra, e d etnas e d semjramis, e d lançalot e d ginebre, e d salomo e del conte de barcelona, e de la imperadriu e del papa, e los de saladrjn.. ». (Do relatório das despesas da entrada do Rei Martim em Barcelona em 1402).

(1) *Documents*, I, n.º 209, II, pág. 104 n.º 1: «Un drap de lana frances, a obs de paret, de diverses colors, en lo qual es la istoria del rey Vespesia que pren la ciutat de Jherusalem».

(2) *Destrucció de Jerusalem*, Barcelona, Llibrería de l'Avenç (*Histories d'altres temps*, n.º 8, ed. Miquel y Planas).

(3) *Documents*, II, pág. 327, n. 1, e n.º 338: «Item un altre libre appellat *Profacies de Merli* en frances scrit en pergamins ab post de fust cubert de cuyrs vermell ab .V. claus petits a cada post et ab dos tancadors de parxa groch e vermell, lo qual comença: «Cien droyt», e faneix: «Ex-

a um dos seus cães o nome de Merlim (1372) como sinal do seu respeito pela cavalaria-andante arturiana, e lera com avidez as profecias de Merlins coevos que prometiam a um da sua linhagem haver de ser coroado imperador (1). A terceira parte da trilogia, a *Demanda do Santo Graal* segundo a versão atribuída a Walter Map, era corrente em catalão e é garantida pelo texto editado por Crescini e Todesco para o Instituto dos Estudos Catalãis. Na livraria do Príncipe de Viana havia um MS. francês dêste romance; e foi um dos livros e outros valiosos a êle referentes que Pedro IV escreveu a Pedro Zapata a favor das princesas Brama e Maria em 1342 (2). O documento é em latim, o inventário em aragonês; porisso talvez deva a obra referir-se ao grupo castelhanò-português de traduções que seriam em geral correntes no Aragão; isto levanta a dúvida se a *Demanda* era de Map ou de Boron, sendo ambas as versões correntes em Castela (3).

IV — É com referência ao *Lançarote* que melhor guiados somos. Jaime II, cuja colecção aumentou consideràvelmente com o espólio dos Templários, legou um exemplar a seu filho Raimundo Berenguer em 6 de Agôsto de 1319 (4).

---

plicit les profacies». El manuscrit de la llibrería del rey Martí comença igual que'l Merlí de Robert de Boron publicat per G. Paris y J. Ulrich (Paris, 1886), encara que aquesta coincidencia, en mots tan típichs, no significa res».

(1) *Documents*, I, n.º 299: «Entes havem per vostre nebot Galceran de Margarola que vos d aquestes dies trametets al senyor rey .I. libre en lo qual fa mencio, entra altres cosas, de la contesa d aquests papas, e que .I. de la casa d Arago devie esser coronat per emperador».

(2) *Ibid.*, II, n.º 68.

(3) O reino da Navarra apresenta um outro exemplo de bilingualismo em Espanha. Por um lado sob o poder da realeza de França, por outro governado por reis como Tibaldo de Champanha, as novelas devem ter circulado livremente em certas classes sociais. Na livraria de Carlos III encontramos: *Un Romans de Lancelot. Item un Romanz Pampeluno vieio de Lanzelot et Bors su Compaynero.* O navarrês, como dialecto, difere apenas superficialmente do aragonês.

(4) *Documents*, II, n.º 40: «Item dicto infanti Raimundo Berengarü

O seu capelão, Domingo Gil d'Arenós, principiou a transcrever êste romance em 1336 e completou-o para Pedro IV em 1339 (1), e ainda foi feito um outro exemplar por Jaume Capcir, capelão da igreja de S. João em Perpinhão — o *entrepòt* da cultura francò-catalã — em 1346. O Infante D. João enviou uma cópia da novela em 1374 a Abraão de Carcassone (2), encadernador judeu, e cinco anos depois comunicou sob o seu sêlo privado com o visconde de Roda (3), En Ramon Perellós, dizendo ter copiado um *Lançarote* francês por admiração pela sua beleza. Mas as cartas de principal interêsse para nós são aquelas onde Pedro IV pede a Pedro Palau que lhe devolva o livro de *Lançalot en catalá* lido pelo duque primogénito. São datadas respectivamente de 17 de Fevereiro (4) e 16 de Março de

---

unum librum cohopertum de partge viridi et cum platonibus qui incipit: «apres ce che maestres Gauters», et finit in ultima linea: «lo fasca e digats tuyt amen», et videtur liber de Lançalot».

(1) *Documents*, II, n.º 59 e n.; I, n.ºs 105 e 127.

(2) *Ibid.*, II, n.º 182.

(3) *Ibid.*, I, n.º 301, uma encantadora carta pouco vulgar:

«Lo Primogenit d Arago,

«Veçcomte: nos aci estants sabem que vos hic haviets en la vostra casa .I. bell libre de Lançalot en frances; e quan l aquem vist per sa bellesa havem lo ns pres e retengut, volents e pregants vos que, tota vegada que avinent ho haiats, nos certiffiquets ab vostres letres que tots los novells e ardits que sapiats. e fer nos n ets agradable servey, dada en Perpenya, sots nostre segell secret, a. xx. dies de juny de l any. MCCCLXXIX. — Primogenitus.

«Fuit directa viçecomiti de Roda.»

(4) *Ibid.*, I, n.º 204:

«Lo Rey,

«Manam vos que, vista la present, per persona certa nos trametats aci a la ciutat de Valencia lo libre de Lançalot qui es escrit en lengua catalana e en pergami, e lo qual lo duch primogenit tenie l altre die en Barchinona. e aço no laquiets. dada en Valencia, sots nostre segell secret, a. xvii. dies de ffebrer de l any. MCCCLXII.

«Fuit directa Petro Palan».

1362 (1), e como o príncipe tinha então 11 anos de idade, podemos provàvelmente deduzir ao mesmo tempo o *terminus ad quem* da tradução e os seus intuitos didácticos. Somos assim levados com singularidade a ver um Rei bastante conhecedor de que o *Lancelot du Lac* é incomparàvelmente o melhor dos livros para rapazes, que considerava os arcebispos os detentores mais próprios de tal tesouro, e cujos livreiros tinham o bom gôsto de os conservar em seu poder mais de um mês depois do seu pedido perentório! É provàvelmente parte dêste *Lançalot en catalá* (2) que vive no fragmento encontrado em Campos de Maiorca e transcrito por En Mateu Obrador.

V. — Em semi-dependência das lendas da côrte bretã de

---

(1) *Documents*, I, n.º 205:

«Lo Rey,

«Manam vos que de continent, vista la present, nos enviets per l arquebisbe de Caller o per altra persona, lo libre de Lançalot, de pergami, escrit en cathala, en lo qual legia nostre fill lo duch quan erem a Barchinona. e maravellam nos molt com no l nos havets ja trames, maiorment com altra vegada vos hajam escrit d aquesta raho matexa. dada en Valencia sots nostre segell secret, a. xvi. dies de març en l any de la nativitat de Nostre Senyor. mcccclxii. — Rex Petrus.

«Fuit directa Petro Palau, tenenti claves archivi domini regis Barchinone.

«Dominus rex mandavit mihi Jacobo de Castilione».

Não podemos, naturalmente, concluir em absoluto não ter havido tradução catalã anterior a esta data, mas sòmente que não temos indícios dela. Em um caso semelhante os documentos principiam a mencionar a tradução de Perellós do *Purgatorium Sti. Patricii* sòmente em 1386 (*Documents*, I, n.º 382 e n.), que é a base das versões posteriores por Montalbán, Lope de Vega e Calderón. Todavia a mesma obra tinha realmente sido traduzida por Ramón Ros de Tárrega (ed. R. Miquel y Planas, *Llegendes de l altra vida*). A mesma história é possível para o *Lancelot*, mas não temos prova alguma para sua defesa.

(2) Transcrevo o seguinte parágrafo, de que não fiz relato, dos *Libros de Caballerías*, de Gayangos (*Biblioteca de Autores Españoles*, n.º 40), págs. x-xi, n. 9: «Mi amigo, el señor don Mariano Aquiló, bibliotecario

Camalot, o velho *Roman de Jaufre* (1) provençal ligara-se ao nome de Jaime I e circulara entre os seus sucessores, sendo as lições do *amour courtois* transcritas por Domingo Mascó nas *Retgles d'Amor* e combatidas no *Modus Bene Vivendi* de Fr. Antoni Canals na côrte de Martim I (2).

VI — Finalmente, as novelas espanholas indígenas, que nasceram da livre imitação da *matière de Bretagne*, foram apreciadas pelos príncipes de Aragão. Um certo Eximeno de Monreal, aragonês, ofereceu-se para transcrever a *Historia del Cavallero Cifar* (3) em 1361; e Pedro IV insistiu com certa impertinência por que cumprisse a sua promessa, *cum autem dictus liber sit nobis multipliciter opportunus*. O *Amadis de Gaula* foi relembrado no nome de um dos cães do Infante D. João, no ano de 1372, juntamente com Merlim da história do Gral e Ogier do *Romancero* (4).

A correspondência real dá-nos uma vista sistemática do interêsse catalão pelas lendas bretãs durante os meados e os últimos anos do séc. XIV, embora seja menos satisfatório como relato dos trabalhos de tradução. Que havia muita actividade é evidente; mas de todo o seu produto apenas três fragmentos se encontraram e é-nos facultada a sua lei-

---

segundo de Barcelona, me ha comunicado últimamente, entre otras notícias curiosas relativas a este ramo de bibliografia, la de una novela en prosa catalana sobre este mismo asunto de Lanzarote del Lago, intitulada: *Tragedia ordenada per Mossen Gras, la qual es part de la gran obra dels actes del famos cavaller Lançalot del Lac, en la qual se mostra clarament quant les solacies en las cosas de amor danyen: et com als qui verdaderament amen, ninguna cosa les desobliga. Endereçada al egregi compte de Iscla.* Por estar falto al fin el ejemplar de este libro, que parece impreso a fines del siglo XV o principios del XVI, no se puede calcular cuál sería su extensión».

(1) A *Istoria de Jaufre*, foi pintada nas paredes do quarto mourisco da Aljafería de Saragoça (*Documents*, I, n.º 160, datado de 23 de Fevereiro de 1352. Uma carta em aragonês).

(2) *Ut supra.*

(3) *Documents*, I, n.º 199.

(4) *Ibid.*, II, pág. 327, n. 1. Também existe um fragmento do *Tristão*, como se disse.

tura por mercê dos eruditos. Um simples fólio, com o número CLXXXVII, foi descoberto nos arquivos da paróquia de Campos de Maiorca, ilustrado por Rubió y Lluch e copiado por M. Obrador (1). É parte dum relato do grande combate entre D. Lançarote e o vil cavaleiro D. Carados (2). A batalha já está fúriosamente travada, mas o valor de Lançarote vence; os combatentes entram no castelo de Carados fechado em um abraço fatal; Carados liberta-se e tenta subir um degrau mas Lançarote tem a infelicidade de quebrar a espada. Então uma donzela dá-lhe uma das da armaria do cavaleiro e fecha a porta àquele traidor; Lançarote corta-lhe o braço direito e vê na espada uma profecia de que êle seria morto pela sua própria espada e por aquele que êle mais amasse. Carados salta para um fôsso levando à prisão de Galvão — e assim termina o fragmento. A sua comparação com a parte correspondente do *Lanzarote de Lago* castelhano demonstra uma identidade de narrativa sem correspondência de palavras. A espada que Lançarote quebra, por exemplo, é em catalão « a boa espada do Rei Artur que êle levava, a qual era uma das boas espadas do mundo »; mas em castelhano é « uma das melhores espadas do mundo ». Torna-se necessária uma segunda comparação. As duas narrativas são aproximadamente da mesma extensão, mas a catalã é mais rigorosamente escrita e enche um só fólio, com o n.º 187, o assunto dos fólios espanhóis 88 r-90 r (3). A última está numerada desde o comêço do segundo livro do *Lançarote*; segue-se, evidentemente, que o fólio catalão é rasgado de um romance compreendendo ambos os livros — a-não-ser-que sigamos a alternativa improvável de que fôsse originàriamente um simples fragmento cosido e numerado com outros MS. Êste fólio pertence já ao séc. XIV, e deve ter sido o assunto de uma citação em Maiorca em 1441; e embora se tenha

(1) *Revista de Bibliografia Catalana*, III (1903), pág. 5 e ss.

(2) P. Paris, *Romans de la Table Ronde*, IV *(Lancelot du Lac)*, laisse, LXXXIV.

(3) Rubió y Lluch, in-*Revista de Bibliografia Catalana*, III, pág. 5 e ss. e a transcrição de Obrador.

perdido esta primitiva parte, é possível ainda exista o seu original francês, pois o MS. numerado 485 na Biblioteca Nacional de Madrid, chamado por Gallardo(1) *Libro de Caballerías* e por O. Klob(2) *Artus*, é de facto um primeiro livro do *Lancelot du Lac*, estendendo-se desde o nascimento do herói até à grande assembleia na Roche aux Saisnes(3). Neste ponto começa um *explicit*, mas está riscado; uma outra letra continua a narrativa, mas breve se torna uma série de garatujas. A última página rasgou-se ao meio e emendaram-na com uma tira de papel e a má letra juntamente com muitas dedadas aumentam a sua ilegibilidade. Mas há pelo menos duas notas indicando a sua propriedade:

Al molt alt e molt poderos seyor Infan... mo bur... comte dampupuries,

e

Senyor jac Roy d'payllas.

A fôlha sôlta atribui a obra à livraria de D. Gaspar Galcerán de Gurrea y Aragon, conde de Guimerá, etc.; e os enganos do escriba com confusos *ee* sem acento e *aa* podem levar à conclusão de ser êle catalão. O MS. foi evidentemente uma das novelas francesas que circulou entre leitores principescos da Catalunha durante o séc. xv e provàvelmente cópia de um outro pertencente ao séc. anterior e do mesmo tipo e uso.

Uma produção considerável, embora também em fragmento, é a versão da *Demanda* mencionada por Varnhagen e editada por Crescini e Todesco para o Instituto de Estudos Catalãis(4). O MS. original contém 137 fólios dos quais os

---

(1) Gallardo, *Ensayo de una Biblioteca Española*, II, ap.

(2) O Klob, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XXVI, pág. 177 n.

(3) Bibl. Nac. Madrid, MS. n.º 485 = B. 14, francês, em papel, séc. xv, 284 fols., iniciais iluminadas, sem títulos: na lombada, *Flos Mundi*: fols. 26–35 cosidas depois de 36–48, e o fol. 241 depois do 246. Entre 228 e 229 está uma fôlha datada de 1536, com três versos do *Magnificat*.

(4) V. Crescini e V. Todesco, *La Versione Catalana dell' Inchiesta del*

primeiros 130 são ocupados pelo texto. Um *ex libris* diz-nos ter sido possuído noutro tempo por Jo: Vinc. Pinelli e uma anotação daquele bibliófilo diz: *La quarta parte del terzo volume di Lancelot du Lach in lingua catalana scrita l'anno 1380. La quale risponde allo stampato in lengua francese per Gioan Petit in foglio, Parisi, 1533, à ch. 65 et finisce a ch. 116. Vita miracoli e morte di S. Bernardo in versi antichi in calce.* A data da transcrição é indicada em uma pequena nota de propriedade pelo transcritor G. Rexach: 16 de Maio de 1380(1); e parece que o seu apelido e a sua predilecção pela vogal *a*, o caracterizam como um maiorquino. A narrativa abre precipitadamente no *recto* do primeiro fólio: «E naquele tempo diz a história que, na Festa do Pentecostes, os companheiros da Távola Redonda...». A linda donzela vem a cavalo anunciar a chegada de Galaaz; e depois de terminadas as aventuras do Cêrco Perigoso e da Espada, tôda a côrte parte em Demanda do Santo Graal, o que é humilhante para o maior número. O narrador leva o leitor com liberalidade através de tôdas as intrincadas aventuras dos demandistas e de tôdas as admoestações tautológicas dos padres, até ser por fim descoberto o Vaso Sagrado e D. Galaaz morrer feliz; e tam pouco varia da exposição tradicional do assunto que o leitor inglês pode ficar a conhecê-lo todo na mais graciosa prosa de Sir Thomas Malory (Liv. XIII-XVII). Galaaz morre, Percival faz-se ermita, e Bors volta mais uma vez a Camalot, terminando o livro apressadamente dando-nos a saber que Mestre Galter foi quem fêz o livro da Grande Demanda do Santo Gral por amor do Rei Henrique.

Os passos característicos desta obra são estudados por Crescini em um prólogo a esta edição e a nós apenas nos

---

San Graal secondo il codice dell' Ambrosiana di Milano, 179 *sup.* (Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1917). A história é estudada suficientemente na introdução de Crescini, que seguimos.

(1) «Aquast lebre es den. G. Rexach / lo qual la escrit hi acabat dimecras / a xvi yõrs de mayg de. lãy. m / ccc l xxx».

compete recapitular os seus principais pontos. Comparou-a escrupulosamente com a *Vulgate Version of the Arthurian Romances* de H. O. Sommer, com as novelas espanholas e portuguesas no género das que Bonilla e Reinhardstœttner editaram, e com o *Libro terzo de' gran fatti del valeroso Lancilotto del Lago*, impresso em Veneza em 1569, por Michele Tramezzino. A tradução afasta-se dos romances castelhanò-portugueses, mas segue fielmente a Vulgata, descrevendo aquele tipo de *Demanda* ligado ao nome de Walter Map (1). Poderíamos acrescentar que ainda quando a *Demanda del Sancto Grial* castelhana se afasta do pseudo Boron para seguir Map (caps. 373-390), a catalã continua a apresentar diferenças de frase (2); e assim a notável alteração feita pelo redactor castelhano não deve atribuir-se à influência do catalão. Entre as lições várias da Vulgata vê-se que a *Inchiesta* concorda principalmente com as designadas por *M* (3); mas como esta concordância não é regular nem contínua, é claro que o tradutor não manuseou *M* mas outro MS. da família *M*. Êle confunde, omite e altera o original, embora muitas das

---

(1) Fol. 130 v.: «E lo Rey Artus tramas per tots sos clergas de sa cort, aquals qui les aventuras matian en ascrit ni les aventuras qui eran avangudes als caveles de layns, e si comta Baorts les avantures del Sant Grasal axi con el las vie vistas e foran mases an escrit ab los altres libras don mestre Galter fan al libre del Sant Grasal per amor del Rey Anrich son senyor, qal fan traledar de lati an romans e si as afinat lo libre abtant que pus non parle de las avantures del Sant Grasal en ast libre ni en altre, e si era nagu qui mas na dixes non fase a craure.

«Aqui fanax la storia del Sant Grasal.
«Finito liho sit laus gloria x̄ p̄ ō».

(2) *Cf.* v. gr., *Demanda*, cap. 389: «Estuuo assi Perseual en la mongia siruiendo a Jesu Christo vn año y vn mes, y a cabo deste tienpo passose deste siglo; y los monjes lo enterraron en el palacio spiritual cerca de su hermana e cena del buen rey Galaz, ca assi auia el mandado».

E a *Inchiesta*, fol. 130 r.: «E si vische Perseval .j. any e puyxs traspasa dest segle e sen puya fer compaya a Galeas sus alt el sel e sil fan Baorts soterar apres de sa sor e apres de Galeas al Palau Asparital».

(3) Bibl. Nac. Paris, MS., fonds fr., 342.

faltas devam atribuir-se ao copista; e o seu método de tradução é o mais literal que pode imaginar-se (1). Algumas das confusões da versão ou as hesitações entre as diferentes expressões da mesma idea pertencem indubitàvelmente ao tradutor, cujo nome não se descobriu; mas acham-se erros, paleográficos (como «Reus lo senascal» por «Kex li senescaus» do francês, «los yorns del Fas» por «los yorns del flos», «ancare tamudas» por «an car tanudas»), sem implicarem uma longa tradição ao MS. devendo atribuir-se a Rexach. Êste leva a sua obra a terminar com a conclusão da Demanda, e provàvelmente não copiou mais do que a narrativa. As dimensões da tradução original foram, de-certo, mais consideráveis, e compreenderam, sem dúvida, na sua forma primitiva a novela completa do *Lancelot du Lac*. Não está determinado se o fragmento ambrosiano deve relacionar-se com o fólio de Campos; e a data da tradução do francês, que talvez seja anterior a 1380, pode estar provisòriamente ligada à primeira alusão ao *Lançalot en catalá*, em especial a 17 de Fevereiro de 1362. É pois claro que nem um nem outro dos fragmentos do Lançarote influenciaram ou foram afectados pelos textos existentes das traduções central e ocidental.

---

(1) *Cf. Vulgate:* «Lors fu galaas apeles & il vint auant si saienoilla deuant les saints & iura comme loiax cheualiers que'(il) ceste queste maintenroit vn au & .j ior & plus encore sil le couenoit faire. ne iamais a cort ne reuenra deuant quil saura la uerite del saint graal sil le puet trouer ne sauoir en nule maniere».

E a *Inchiesta:* «Lavos fo apelat Galeas e el vanch evant e sagonola devant los sans e iura can a leal cavaler qual aqasta questa mantandra .j. any e .j. yorn hi mes ancara quel yames a cort no tornara tro qua el sapia la veritat del sant grasal, si el ho pot saber en naguna manera».

Concordância da *Inchiesta* com a *Vulgate*, págs. XIV–XXVII; com *M*, págs. XXVIII–XXIX; discordância com *M*, pág. XXX; erros do tradutor, págs. XXXI–XXXV; erros do copista, págs. XXXV–XXXVIII; independência ocasional da *Inchiesta*, págs. XXXIX–XLIII. Tôdas as referências são à Introdução de Crescini.

VI

AS NOVELAS ARTURIANAS EM CASTELA E PORTUGAL

Tristão (1)

Podemos desta forma, após um longo preâmbulo, abordar individualmente os romances do grupo castelhanò-português.

---

(1) Textos. Manuscritos: *Tristan*, fragm., 1 fólio séc. xiv, Bibl. Nac., Madrid; *Cuento de Tristan*, fragm., séc. xiv ou xv, Vaticano, n.º 6428. Este reproduziu-o G. T. Northup, no seu *Cuento de Tristan de Leonis* (Universidade de Chicago, 1928) com uma introdução. O Sr. Northup demonstra o carácter aragonês do MS., insiste na sua origem italiana, e crê impossível formar uma árvore genealógica dos *Tristães* como o intento eu. Do livro importantíssimo do Sr. Northup há várias resenhas como a do Sr. Bohigas na *Revista de Filología Española* e a minha na *Modern Language Review*.

A análise crítica que fêz o Sr. Northup do meu livro na *Modern Philology* discute a questão dos *Tristães*.

Primeiras edições: *Libro del esforzado cavallero Don Tristan de Leonis*, Valladolid, Juan de Burgos, 1501; Sevilha, Juan Varela, 1520 (F. Colombo, *Registrum*, n.º 4008); Sevilha, Juan Cromberger, 1528; Sevilha, Juan Cromberger, 1533 (talvez um êrro tipográfico por 1528); *Coronica nuevamente emendada y añadida del buen cauallero Don Tristan de Leonis y del rey Don Tristan de Leonis el joven, su hijo*, Sevilha, Dominico de Robertis, 1534.

Reimpressões: Bonilla, *Anales de la Literatura Española*, 1904 (Fragm. Bibl. Nac., também em Bonilla, *Tristan* (1501); Monaci, *Facsimili di antichi manoscritti*, Roma, Martelli, n.º 6, e *Tristan de Leonis*, ed. Bonilla, 1921 (Fragm. Vaticano); *Tristan de Leonis*, ed. Bonilla, Madrid, 1912 (ed. de 1501); *Libros de Caballerías*, I, págs. 339-457, ed. Bonilla, Madrid, 1907 (ed. de 1528).

Crítica: Bonilla y San Martín, *Tristan de Leonis*, Madrid, 1912,

As novelas que existem em ambas estas literaturas, e provindas duma grande quantidade de dialectos, caem em um número restrito de tipos e qualquer delas existe em traduções relacionadas entre si pelos dois lados da fronteira, ou então onde lhes falta um elemento são ainda insuficientemente explanadas sem a evidência das duas literaturas. Por um lado o intrincado labirinto da trilogia do Santo Gral atinge as duas culturas; por outro lado, os textos que se relacionam com Tristão e Lançarote sobreviveram sòmente em castelhano, mas os seus rastos também se descobrem no Ocidente. O estado presente dos romances é moderno, pertencente à sua decadência, e será necessário inquirir em separado para cada uma as circunstâncias da sua origem e a língua ou dialecto da sua primeira forma; tais particularidades são difíceis de investigar e em certos casos inacessíveis; mas a evidência da sua história que é acessível à nossa compreensão parece referi-las a um impulso inicial, a uma influência que irradiou da côrte dos monarcas espanhóis, em Toledo, para a côrte mais modesta dos Reis de Portugal. Outras novelas existiram por certo que não devem ter mostrado estas confecções internacionais; mas em tal caso, na ausência corporal ou até tradicional, não podemos pronunciar-nos. Por outro lado, o mesmo complexo arturiano estendeu-se talvez até à província catalã através do dialecto de Aragão; mas uma vez mais, como vimos, não há provas certas de tal intercâmbio e tudo parece provável em negá-lo. Os documentos da casa de Aragão, assim como os

---

Introd.; id., *Anales de la Literatura Española*, 1904; id., *Leyendas de Wagner*, Madrid, 1913; G. T. Northup, *The Italian Origin of the Spanich Prose Tristram Versions*, in-*Romanic Review*, III, 1912, págs. 194–222; e in-*Modern Philology*, XI, 1913, págs. 259–265; id., in-*Modern Language Notes*, XXVIII, 1913, págs. 30–31; C. M. de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, in-*Revista Lusitana*, VI, 1900, ou in-*Cancioneiro da Ajuda*, II. A. Duràn i Sanpere, «Un fragment de *Tristany de Leonis* en català», *Estudis Romànics*, 2, vol. IX, da Biblioteca Filológica do Instituto d'Estudos da Língua Catalã (Barcelona, L'Avenç, 1917). Seria útil consultar E. Vinaver, *Études sur le Tristan en prose* (Bibl. de l'École des Hautes Études, fasc. 82), e o artigo do Sr. F. C. Johnson sôbre o *Bret* de Edimburgo.

textos catalãis existentes, apontam um motivo independente e uma data posterior às traduçõe ocidentais.

O critério de política ou de língua não deve levar-nos a considerar os romances em separado como pertencentes ou à literatura castelhana ou à portuguesa, porque êles pertencem àquele período de experiência uniforme e divergência local a que os governantes castelhanos chamam o «Império das Espanhas», mas a nossa exposição pode seguir a descriminação primitiva das próprias novelas. A história de Tristão mantém-se à-parte de tôda a côrte do Rei Artur, de que êle é um forasteiro tardio e pouco freqüente, e desenrola-se em um outro meio entre os estreitos mares de Cornualhas, Irlanda e Bretanha. Mesmo quando a poderosa influência de D. Lançarote admite Tristão na companhia da Tavola Redonda e convencionalizou o seu carácter, o cavaleiro cornualhês permaneceu quási inteiramente alheio à grande intenção daquele corpo, a Demanda do Santo Gral. Por estas razões é conveniente tratar primeiro de *Don Tristan de Leonis;* depois, para abrir um caminho através da floresta de romances gralianos, da *Historia de Vespasiano o de la Destruccion de Jerusalem*, do *Joseph Abaramatia*, do *Baladro del Sabio Merlin con sus Profecias*, e da *Demanda del Sancto Grial;* e procedendo dêste modo teremos desencantado o romance de *Lanzarote de Lago*, cujo protagonista é também deuteragonista de cada uma das histórias arturianas, e que esteve sujeito a cancelamento pela sua aparente coïncidência com outras narrativas. Além disso o livro castelhano do Lançarote é um mero fragmento nas nossas mãos, embora possamos respigar do complexo graliano outros episódios. Se êstes *membra disjecta* pudessem ser imputados com verdade a um grande romance cíclico do herói, tal como, ao que se supõe, foi tentado pelo primeiro tradutor, não seria claro; mas a necessidade da sua colecção dá prioridade em nossa exposição ao *Merlin y Demanda* sôbre o *Lanzarote*. A ordem pois, por nós proposta, não é a cronológica mas a latitudinal, condicionada pela facilidade com que cada parte pode destacar-se do corpo geral; e assim começaremos pelo Tristão.

As novelas que existem em ambas estas literaturas, e provindas duma grande quantidade de dialectos, caem em um número restrito de tipos e qualquer delas existe em traduções relacionadas entre si pelos dois lados da fronteira, ou então onde lhes falta um elemento são ainda insuficientemente explanadas sem a evidência das duas literaturas. Por um lado o intrincado labirinto da trilogia do Santo Gral atinge as duas culturas; por outro lado, os textos que se relacionam com Tristão e Lançarote sobreviveram sòmente em castelhano, mas os seus rastos também se descobrem no Ocidente. O estado presente dos romances é moderno, pertencente à sua decadência, e será necessário inquirir em separado para cada uma as circunstâncias da sua origem e a língua ou dialecto da sua primeira forma; tais particularidades são difíceis de investigar e em certos casos inacessíveis; mas a evidência da sua história que é acessível à nossa compreensão parece referi-las a um impulso inicial, a uma influência que irradiou da côrte dos monarcas espanhóis, em Toledo, para a côrte mais modesta dos Reis de Portugal. Outras novelas existiram por certo que não devem ter mostrado estas confecções internacionais; mas em tal caso, na ausência corporal ou até tradicional, não podemos pronunciar-nos. Por outro lado, o mesmo complexo arturiano estendeu-se talvez até à província catalã através do dialecto de Aragão; mas uma vez mais, como vimos, não há provas certas de tal intercâmbio e tudo parece provável em negá-lo. Os documentos da casa de Aragão, assim como os

---

Introd.; id., *Anales de la Literatura Española*, 1904; id., *Leyendas de Wagner*, Madrid, 1913; G. T. Northup, *The Italian Origin of the Spanich Prose Tristram Versions*, in-*Romanic Review*, III, 1912, págs. 194–222; e in-*Modern Philology*, XI, 1913, págs. 259-265; id., in-*Modern Language Notes*, XXVIII, 1913, págs. 30-31; C. M. de Vasconcelos, *Lais de Bretanha*, in-*Revista Lusitana*, VI, 1900, ou in-*Cancioneiro da Ajuda*, II. A. Duràn i Sanpere, «Un fragment de *Tristany de Leonis* en català», *Estudis Romànics*, 2, vol. IX, da Biblioteca Filológica do Instituto d'Estudos da Língua Catalã (Barcelona, L'Avenç, 1917). Seria útil consultar E. Vinaver, *Études sur le Tristan en prose* (Bibl. de l'École des Hautes Études, fasc. 82), e o artigo do Sr. F. C. Johnson sôbre o *Bret* de Edimburgo.

textos catalãis existentes, apontam um motivo independente e uma data posterior às traduçõe ocidentais.

O critério de política ou de língua não deve levar-nos a considerar os romances em separado como pertencentes ou à literatura castelhana ou à portuguesa, porque êles pertencem àquele período de experiência uniforme e divergência local a que os governantes castelhanos chamam o «Império das Espanhas», mas a nossa exposição pode seguir a descriminação primitiva das próprias novelas. A história de Tristão mantém-se à-parte de tôda a côrte do Rei Artur, de que êle é um forasteiro tardio e pouco freqüente, e desenrola-se em um outro meio entre os estreitos mares de Cornualhas, Irlanda e Bretanha. Mesmo quando a poderosa influência de D. Lançarote admite Tristão na companhia da Tavola Redonda e convencionalizou o seu carácter, o cavaleiro cornualhês permaneceu quási inteiramente alheio à grande intenção daquele corpo, a Demanda do Santo Gral. Por estas razões é conveniente tratar primeiro de *Don Tristan de Leonis;* depois, para abrir um caminho através da floresta de romances gralianos, da *Historia de Vespasiano o de la Destruccion de Jerusalem*, do *Joseph Abaramatia*, do *Baladro del Sabio Merlin con sus Profecias*, e da *Demanda del Sancto Grial;* e procedendo dêste modo teremos desencantado o romance de *Lanzarote de Lago*, cujo protagonista é também deuteragonista de cada uma das histórias arturianas, e que esteve sujeito a cancelamento pela sua aparente coïncidência com outras narrativas. Além disso o livro castelhano do Lançarote é um mero fragmento nas nossas mãos, embora possamos respigar do complexo graliano outros episódios. Se êstes *membra disjecta* pudessem ser imputados com verdade a um grande romance cíclico do herói, tal como, ao que se supõe, foi tentado pelo primeiro tradutor, não seria claro; mas a necessidade da sua colecção dá prioridade em nossa exposição ao *Merlin y Demanda* sôbre o *Lanzarote*. A ordem pois, por nós proposta, não é a cronológica mas a latitudinal, condicionada pela facilidade com que cada parte pode destacar-se do corpo geral; e assim começaremos pelo Tristão.

As aventuras de Tristão nas versões espanholas pertencem a duas fases distintas do seu protagonista e a dois estágios diferentes da lenda, que pretendem ilustrar a sua paixão pela Raínha Iseu ou igualá-lo em actos heróicos a Lançarote. Êste ocupa a parte média da novela e dá ocasião às três grandes batalhas entre os paladinos e uma entre Tristão e Galaaz, *alter ego* de Lançarote. Nestas o seu carácter é reduzido às convenções da cavalaria e fielmente modelado no do seu rival; ao-passo-que Lançarote, Ginebra e o impetuoso Artur são assemelhados ao «triângulo» cornualhês. As passagens que respeitam a Tristão e a Iseu têm aspecto mais antigo e essencial (1). A vileza do Rei Marcos é poderosamente ilustrada no capítulo de abertura por uma tímida concordância com as preguntas de Le Morholt e o pusilânime assassínio de um irmão. Ficamos pois a conhecer o nascimento e primeiros cuidados de Tristão, seus perigos derivados da não retribuída paixão de Belisenda, a sua libertação de Cornualhas do tributo irlandês impôsto por Le Morholt, que lhe dá um golpe traiçoeiro. Morholt morre na Irlanda, para onde o segue Tristão dois anos depois. Tratado por Iseu, torna-se um notável justador; mas como um entalhe da sua espada coïncide com um fragmento que ficou no crânio de Le Morholt, fica com a vida em perigo e é banido. Marcos, sendo derrotado em um caso de amores pelo sobrinho, ordena como vingança que levem Iseu da Irlanda para ser Raínha de Cornualhas, o que habilita o errante Tristão a trabalhar livremente encontrando por acaso uma ocasião de auxiliar o Rei da Irlanda contra um acusador. Devido a uma confusão de Brangwain, todavia, Tristão e Iseu bebem o *lovedranc* preparado para Iseu e o Rei Marcos, e o seu destino fixou-se. Voltam juntos da viagem para descansar algum tempo na Ilha do Gigante, e chegando a Tintagel tentam enganar o guarda da ponte. Têm de combater por algum tempo os intentos de Lamorad, Aldaret e uma don-

(1) Caps. 1-42, 48, 53, 55-56, 65-66, 80-83. Refiro-me ao *Tristan* (1501), ed. Bonilla, 1912.

zela ciümenta, sendo por fim presos, condenados e libertados duma ignominiosa morte só pelos amistosos cuidados de Sagramor. Escapos da Casa da Donzela Prudente, são de novo surpreendidos por Marcos; emquanto que Tristão cai ferido por uma flecha envenenada, Iseu é arrebatada ao severo cárcere de Tintagel. Impossibilitado de ver a sua dama, Tristão dirige-se à Bretanha, para ser curado dos seus sofrimentos por Iseu Blanche-Mains, com quem, após uma expedição contra um conde de Egipta, se casa na esperança de esquecer a outra. Mas o casamento não se efectua; a lembrança da Iseu de Cornualhas impede-o e uma ciümenta carta dela leva-o a regressar a Inglaterra (caps. 1-41). Tristão e Marcos reconciliam-se (48); porém os amantes fogem aos procuradores de escândalos da côrte (53), e são bem recebidos por Lançarote e Ginebra em Joyosa Guarda (55-6). Efectua-se uma outra reconciliação pelo Rei Artur, que os mostra a Marcos a dormir em um leito, separado contudo por uma espada nua (65-6). A conclusão (80-3) refere-se à morte de Tristão: como êle foi mortalmente ferido por seu tio e os seus tristes adeuses; como Iseu o visitou e como ambos morreram no seu último abraço. Ninguém tira vingança do Rei Marcos excepto a sua consciência; todavia o volume termina eloqüentemente pela própria narração de Tristão das feições e beleza de Iseu.

É êste o principal contexto da narrativa tal como é conhecida em Espanha. O tradutor tratou hàbilmente o original, e embora o seu estilo seja desleixado raras vezes é amorfo. Os primeiros quarenta capítulos são breves e activos; os três últimos, lentos mas eloqüentes e concluindo por um admirado climax na descrição de Iseu(1). É possível, contudo, nem tôdas estas excelências fôssem contemporâneas da própria obra, porque o estilo apresenta uma certa semelhança familiar com o do *Baladro del Sabio Merlin* de 1498, tendo sido ambos os livros publicados por Juan de Burgos. Falham algumas belezas estilísticas, talvez, nas aventuras

(1) V. nota de Bonilla, *Tristan* (1501), págs. 382-4.

insertas (1), o que dá uma irreparável quebra à unidade da acção. A viagem da Bretanha a Tintagel foi interrompida para permitir a Tristão contar a Kahedin (Quedin) as aventuras da Gasta Floresta, onde Artur estava preso (caps. 42-7). Mal Tristão regressa à côrte, e logo gasta cinco preciosos capítulos com defesa da Passagem de Tintagel — uma proeza mais digna de Suero de Quiñones do que do amante cornualhês — e com a batalha com D. Lançarote (48-52). A fuga ao escárnio dos cortesãos leva a três torneios (2) e a uma outra escaramuça com Lançarote (54); e transferindo os amantes de uma floresta *mise-en scène*, destrói a credibilidade da espada nua como prova da sua continência. Há treze capítulos mistos (67-79): Tristão combate Palomades, e posteriormente Lançarote no *Perron Merlin;* toma o lugar de Morholt na Tavola Redonda; é derrotado pelo antigo cavaleiro da côrte de Uter, Branor le Brun; Morgane la Fée tenta em vão seduzi-lo como fizera a Lançarote; tem uma batalha porfiada com D. Galaaz. Se se fizeram alguns cortes na novela, foi decerto nesta secção que tal se deu; nem censura alguma deveríamos fazer a quem resumiu, excepto não ter sido bastante completo.

A história espanhola de Tristão figura em um certo número de textos que estão ìntimamente relacionados. A 1.ª ed. impressa, também o documento completo mais antigo, foi executada em Valhadolide por Juan de Burgos em 1501 e pode ver-se hoje no Museu Britânico. Os três primeiros fólios foram destruídos, mas continham o *Prohemio* ou Prólogo endereçado por Felipe Camus ao Senhor de Chimay, o qual se encontrava de-certo na 2.ª ed., publicada em Sevilha em 1520 por Juan Varela, e pode ainda ler-se na

---

(1) Combinando os factos do cap. 75 com os do 25, Garci-Ordóñez de Montalvo (*Amadis*, IV, cap. 48, dedicatória de 1492, 1.ª ed. conhecida 1508) cita *El libro de Don Tristan e de Lançarote*, um título apropriado. *Cf.* nota de Bonilla, *op. cit.*, pág. 331.

(2) O ardor de Iseu foi também moderado, pelo que ela pôde dizer: «No vine con vos sino per ver vuestras cauallerías» (cap. 58).

de um simples fólio, numerado CCXXXVII (cancelado) e CCXXIII, desta mesma tradução do séc. XIV. A fôlha é ilustrada com um grupo que representa o antigo cavaleiro Branor, ou Brauor el Brun, a conversar com uma senhora, esta seguida pela filha, todos três a cavalo. Comparado com a ed. de 1501, êste fragmento mostra apenas pequenas variantes: omissões de frases sôltas (MS.: *nin de mejor consejo; mas el cauallero non fue / y con ellos/*), adições de pouca importância (MS.: *hedat de çiento annos;* — ed. de 1501: *hedad de mas de cient años*), troca de palavras (MS.: *la mayor marauilla / en armas* — ed. de 1501: *la mayor caualleria en armas* — MS.: *comido* — ed. de 1501: *cenado*) e actualizações de vocabulário ou de morfologia (MS.: *auedes, sepades* — ed. de 1501: *aueys, quexeys*, etc.). Na edição de 1528 continuam-se os mesmos processos (1528: *alferez, contado por pecado* — 1501: *aferez, acaloñado pecado*), e ainda com mais liberdade na edição de 1534, na qual o editor se orgulha das suas alterações. Ficamos com a certeza de que todo o romance deve reportar-se ao séc. XIV, embora não seja possível garantir a integridade de frases isoladas e, ainda menos, a do vocabulário.

No séc. XIV foi provàvelmente um pouco mais longe do que na sua forma presente, visto como fazendo omissões e contracções podemos verificar os principais pontos de divergência pelas outras variantes da mesma tradução original, o *Cuento de Tristan* (1), que está em um grande fragmento conservado na Biblioteca do Vaticano (n.º 6:428), o qual ascende ao séc. XV, ou, quando muito, ao séc. XIV, e que segue tam fielmente a versão impressa que revela uma origem comum. O conteúdo dos dois é quási idêntico, particularmente na ordenação dos entrechos, altamente característica; e a correspondência continua do mesmo modo durante todo o curso da narrativa, desde o súbito comêço,

---

(1) G. T. Northup, in-*Romanic Review*, III, pág. 208, n.º 21; pág. 209, n.ºs 29 e 31; pág. 210, n.ºs 1 e 5; pág. 211, n.ºs 7 e 9. Não pude ver a reimpressão do *Cuento de Tristan* de Bonilla. Diz êle que termina a pág. 206, l. 20, do seu *Tristan* (1501), mas Northup termina-o com a visita de Artur e Lançarote a Tristão em Louverzerp (*i. e.*, pág. 275).

com a primeira tentativa de envenenamento de Tristão pela madrasta, até ao final, com a libertação de Artur na Gasta Floresta, ou no torneio de Louverzerp.

Mas o contraste mais flagrante provém dos nomes próprios (1), o que parece indicar um considerável período de separação entre as duas tradições. Elas correspondem em geral a leituras da *Tavola Ritonda* ou do *Tristano* Riccardiano, com que estes romances castelhanos parecem formar um sub-grupo de *Tristões* em prosa.

A indecisão torna-se mais evidente no fragmento do Vaticano; no texto impresso há uma tendência pronunciada pela uniformidade, que não é provàvelmente original, mas devida à edição. E como, por outro lado, ignoramos a tradição manuscrita, estas divergências não constituem base segura para deduções, nem podemos tentar livremente conciliar as suas discordâncias. O fragmento do Vaticano termina antes daquelas passagens de que o *Tristão* espanhol é única prova; mas a conclusão da narrativa (caps. 80–3) é confirmada por um dos mais velhos romances espanhóis (2), que algum grande poeta de génio com-

---

(1) O Prof. Northup cita entre outros (dando primeiro o *Cuento*): Egite, Agite, Egipte—Egypta; Languisin—Languines; Balisen, Belisen—Belisenda; Grata sangre—Gaturas; Briobris, Brioles de Gaunes, Blioberis—Brioberis, Blioberis de Gaones; Bordo, Bros, Bors, Boz, Bort, Borz, Bers, Brez—Bordon, Bores; Brunor—Brauor; Tarasyn—Cornezino; Castillo del Pero—Castillo del Ploto (em vez de Ploro); Delizadera, Du zadera—Edon; La dueña del Quarto Blanco de la Espina—La dueña del Lago de la Espina; Godino, Gudino—Echides, Aldaret; Goruanas, etc.—Gorualan; Estor de Mares, Astor, Eror—Estor de Mares; Yseo la Baça—Yseo la Brunda; Joyosa Guarda—Giosa Guarda; El Rrey Senescal—Queas; Godis—Quedin; Lambrosyn, Lanbron, Linbrosin—Lambagues, Lanbrojesin; Amorante, El Amorante, Lamorante, Amorat, Lamoratto de Gales—Lamorad de Ganoes, etc.

(2) V. as versões e inteligente reconstrução de Bonilla, *Tristan* (1501), 1912, págs. 393–401 (Ap. III). Quando no texto em prosa não falta uma frase, essa falta deveria ser explicada como um empréstimo do lote do autor dos romances. E assim sentimo-nos inclinados a substituir algumas do último parágrafo de Bonilla sôbre a influência dêste poema nos outros; *e. g.*, «de una mala lanzada... de fuera tiembla el asta...» vem

pôs, parte com frases tiradas da prosa dêstes capítulos, parte da linguagem consagrada de outros romances. O romance de

Herido esta don Tristan...

foi depois aumentado com uma sugestão fornecida pelo folclore: as lágrimas dos amantes regaram aquela *mala yerba* (que também se encontra nos romances portugueses de *Dona Auzenda* e do *Conde Ninho*), a qual tem o poder de emprenhar as mulheres. Em uma fase posterior e mais lírica, certas versões afirmam que uma mulher, que fala na primeira pessoa, comeu e por isso sofreu, e, por uma transição para a terceira pessoa, somos levados por outras à conclusão absurda de que Iseu comeu e ficou prenhe devido a uma flor que lhe brotou do túmulo.

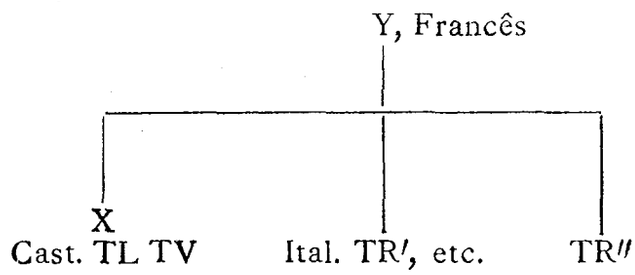
A concordância das duas versões castelhanas obriga a crer na sua proveniência comum de um só original: quer como duas traduções do mesmo texto estrangeiro, quer como diferentes cópias da mesma tradução, afectada por diferentes influências. Em qualquer dos casos são versões de um romance estrangeiro, escrito em língua portuguesa, italiana ou francesa; esta fonte indicá-la-emos pela letra X. Mas X — o consenso de TL (*Don Tristan de Leonis*) e TV (*Cuento de Tristan*, Vaticano) — pode comparar-se depois com o *Tristano* Riccardiano (TR′)(1) e seus congéneres, e com *La Tavola Ritonda o l'Istoria di Tristano*

---

de *Nuño Vero;* «cuando una missa rezada...» vem do *Infante Vengador*, mas «juntanse boca con boca...» vem do romance em prosa: «e estando abraçados boca con boca, le salio el anima del cuerpo». O carácter especial do romance é a sua extraordinária compressão e dor do sentimento; o da prosa é a complicação e exuberância de sentimento. É interessante notar que o episódio da morte dos amantes se encontra também no romanceiro nórdico. Existe uma balada islandesa (*Islenzk Fornkvæði*, 23, citada por W. P. Ker in *Scottish Historical Review*, I, pág. 372: «Isodd heim frá sjónum gengur») que conserva a versão ortodoxa da tragédia.

(1) *Il Tristano Riccardiano*, ed. E. G. Parodi (Bolonha, 1896, *Coll. de Opere inedite o rare*).

(TR″)(1), que assim produziu uma série nova de romances caracterizados por traços comuns, quer descendendo de um único original, quer influenciados por uma versão que contrasta fortemente com as novelas analisadas por Löseth(2). Os romances italianos diferem consideràvelmente dos castelhanos e (segundo o Prof. Northup) essas divergências aproximam-nos demasiado da vulgata francesa, o *Tristan;* elas devem ter sido compiladas de diversas fontes, e os galicismos que encerram indicam contacto directo com manuscritos franceses (3). Mas embora esteja explicada a sua composição, o consenso de X (ou TL + TV) com TR′ e TR″ deve explicar-se por referências a qualquer outro modêlo Y, notàvelmente diferente da multidão de *Tristões* em prosa, certamente escritos em francês. Se deixarmos para mais tarde, por isso, a controvérsia respeitante à língua de X e às diferenças específicas das novelas italianas, devemos esperar encontrar consenso geral quanto à genealogia do grupo hispano-italiano, dêste modo:



sendo Y um manuscrito hipotético em francês, diferindo dos vulgares *Tristões* em prosa em todos os pontos de concordância entre TL, TV, TR′ e TR″(4).

---

(1) *La Tavola Ritonda o l'Istoria di Tristano,* ed. F. L. Polidori (Bolonha, 1896, mesma col.).

(2) E. Löseth, *Le Roman en Prose de Tristan,* etc.

(3) Para o que se refere à classificação dos romances italianos deve o leitor ver a *Arthurian Legend in Italian Literature,* do Prof. E. G. Gardner, que êste livro pretende acompanhar. Nós não pretendemos fazer asserção alguma no que respeita às versões italianas, mas só às suas relações com as castelhanas.

(4) TL, TV, TR, TR′ foram comparados por Bonilla no *Tristan* (1501), 1912, Introd., e por Northup, *loc. cit.* RT termina de repente na floresta

Mais tarde o romance conhecido em Espanha entrou de novo em contacto com um autor italiano, embora êste escrevesse em francês. Os caps. 71 a 75 do *Don Tristan de Leonis* referem-se às proezas de um dos contemporâneos de Uter Pendragon, o antigo cavaleiro Brauor el Brun (1); é com êste episódio que abre a extensa compilação de Rusticiano de Pisa. O incidente pertence à tradição original das versões espanholas, o qual é, felizmente, comprovado pelo fragmento descoberto por Bonilla, e a correlação com Rusticiano é estreita, sem identidade (2). Não só os nomes são diferentes e muito corruptos, mas muitos pormenores foram alterados. Depois da conclusão dêste episódio — que Rusticiano antepôs à sua compilação, simplesmente porque era uma lembrança da primeira *Távola Redonda* de Uter Pendragon, e que implica a admissão de Tristão na segunda —, o escritor alude ao abandono de Iseu de Bretanha por aquele herói (cap. 42 da castelhana), às aventuras da Gasta Floresta (42 ss.), e à batalha no *Perron Merlin* (cap. 67) (3). Os capítulos 76–7 espanhóis pouco correspondem aos episódios seguintes de Rusticiano (4), mas o que vem a seguir não é repetido ao sul dos Pirinéus (5); e há apenas uma semelhança fugaz no final do cap. 78. Depois de uma referência a Guiron, Rusticiano no seu fólio 65 entrou profundamente na maior parte do vasto *Palamède*, que é anterior à história de Tristão (6). Evidentemente não podemos supor que a colecção de ὕστερα πρότερα de Rusticiano seja simples cópia do seu original, pelo menos no que respeita à sua ordem; em certos

---

de Darnantes (Gasta Floresta, no espanhol), e no mesmo ponto TR vai a outras fontes, incluindo Thomas. Os parágrafos correspondentes de Löseth são os n.os 19–75 *a*.

(1) Löseth, § § 621–2. A πρέσβυς ἱππότης ocorre também no grego medieval.

(2) Por exemplo, Lançarote combate e é vencido em Rusticiano, mas não no castelhano; nem Artur nem os reis são derrotados. Para as outras diferenças consultar as notas de Bonilla.

(3) Löseth, § 623.

(4) *Ibid.*, 624.

(5) *Ibid.*, 625.

(6) *Ibid.*, 629.

casos podemos aceitá-la como prova da existência de certos episódios na sua fonte, embora sem valor algum para negar outros. A novela castelhana coincide parcialmente com o seu assunto numa aventura que, além disso, é difícil de abordar, nem pelo seu fraseado nem pela sua ordem. Por isso não devem atribuir-nos a suposição de o tradutor espanhol ter seguido Rusticiano, em primeira ou segunda mão, numa versão francesa ou numa italiana, mas sim que se serviu do original ou talvez do seu imediato.

Antes de continuar a discussão do problema destas versões, devemos lembrar ou relembrar quais os traços gerais do romance português.

Não se atribue ao *Livro de Tristam* da livraria de D. Duarte (m. 1437)(1) nenhuma linguagem especial, embora não nos recusemos a supô-lo escrito em português; mas, àparte isso, a única prova dum romance português é a apresentada pelo *lais de Bretanha.* Duas das quintilhas devem referir-se a outros romances, e as restantes três, embora derivadas indubitàvelmente dum *Tristão* em prosa, não têm lugar no *Don Tristan de Leonis.* É possível, como já se disse, que elas devam ter feito parte do *Libro de Tristan* ligado ao *Lanzarote de Lago;* ou que tenham sido tiradas da confusão de episódios que ocupam os caps. 67–69 da novela em referência; ou talvez sejam os únicos restos duma terceira tradução, possìvelmente portuguesa; ou ainda devam ter sido tirados dum contexto estranho cuja prosa nunca fôsse traduzida.

Os cinco lais de Bretanha não são uma prova clara de um texto português nem de qualquer modo de alguma tradução; não concordam com o romance existente; e são despropositados como prova da linguagem de X, o original de que ambas as variantes espanholas provêm. Já discutimos suficientemente as bases apriorísticas da teoria da prioridade portuguesa(2),

---

(1) Que Graesse afirmou erròneamente ser aragonês. Cf. Northup, in-*Modern Language Notes,* XXVIII, págs. 30-31.

(2) *Revista Lusitana,* VI. V. o nosso cap. IV.

e neste caso, como em qualquer outro, ela cai por falta de consistência. Uma teoria italiana já foi defendida por um distinto erudito americano; e as dificuldades que o Prof. Northup venceu na sua tese permitiram, pelo menos, uma análise e comparação úteis do grupo hispano-italiano (1). Em uma lista de vinte e seis pontos êle encontra os dois manuscritos espanhóis em concordância com o *Tristano* Riccardiano e com a *Tavola Ritonda*, contra a opinião expendida na análise de Löseth. «Concordam na própria desordem da disposição; num curioso intercâmbio dos principais personagens; em interpretações erradas dos nomes próprios, em interpolações da lenda, e em outros aspectos além dêstes» (2). Estes pontos, continua, levam os nossos romances a constituir um sub-grupo não ortodoxo dos *Tristões* em prosa. Então apresenta trinta e dois «exemplos em que as versões italianas foram mais fiéis do que as espanholas ao original» (3) e nove «exemplos em que TV e TL estão mais próximos do francês do que as versões italianas ou qualquer delas» (4), notando que, «emquanto as duas versões espanholas estão quási invariàvelmente de acôrdo, os dois principais textos italianos estão mais inclinados a divergir» (5). Estes quarenta e um pontos indicariam, podemos supô-lo, a *differentia* no sub-grupo criado pelo tipo do *Tristão* da Vulgata; podemos até suspeitar que as divergências italianas seriam devidas a influência ou outra modificação voluntária (como nos nomes da *Tavola Ritonda*); mas o Prof. Northup emprega uma razão

---

(1) G. T. Northup, *The Italian Origin of the Spanish Prose Tristram Versions*, in-*Romanic Review*, III, 1912, págs. 194-222, e in-*Modern Philology*, XI, 1913, págs. 259-265.

(2) *They agree in disarrangements of the proper order; in a curious interchange of leading characters; in erroneous interpretations of proper names, in stupid perversions of the legend, and in other respects besides.*

(3) *...instances where the Italian versions have remained more faithful to the original than the Spanish.*

(4) *...instances where TV, TL, are near the French than the Italian versions or some one of them.*

(5) *...while the two Spanish versions are almost invariably in accord, the two principal Italian texts are more disposed to differ.*

de trinta e dois para nove para pôr as versões italianas «muito mais próximas do francês» que as espanholas. Os seus «francês» e «original» são, parece, o *Tristão* da análise de Löseth; todavia as excentricidades comuns dos dois romances italianos, mesmo àparte a concordância espanhola, são suficientes para reclamarem um «original» muito diferente da Vulgata. Todas as concordâncias do grupo hispano-italiano se referem ao seu original Y não ortodoxo, que deve ter sido certamente escrito em francês: estas concordâncias, contudo, não alteram de modo algum a tese de que o original imediato dos textos espanhóis, o nosso X, fôsse um manuscrito italiano. A única prova admissível acêrca disso seriam os italianismos indiscutíveis do texto espanhol. Na linguagem não posso distinguir rasto algum; entre os nomes próprios, o maior número dos casos da concordância citados pelo Prof. Northup refere-se a Y, e nas poucas vezes em que um nome apresenta qualquer aspecto especial de interêsse falta ver (considerando em especial a nossa ignorância total da tradição manuscrita destas versões) se muito se ganha com a tese italiana. Parece que todos são capazes de ter uma explicação puramente espanhola. A literatura italiana influíu poderosamente na da Península Hispânica nos fins do séc. XV, mas há sérias objecções a opor à idea de que isso já se dava no séc. XIII ou princípios do XIV.

O caso da origem italiana do *Tristão* espanhol em prosa funda-se sôbre a questão dos nomes próprios, de que não conhecemos a forma original nem a tradição manuscrita posterior. Afirma-se também que as novelas italianas seguem à letra a Vulgata, naturalmente porque o castelhano se conforma mais exactamente com a sua fonte não ortodoxa. Se os galicismos abundam no *Tristano* de Riccardiano e na *Tavola Ritonda*, isto não prova apenas tradução, mas ainda um estado literário em que o francês era o meio cultural dos escritores italianos. Rusticiano e Brunetto Latini pertencem àquela época das letras italianas; mas em tempo algum se estabeleceu tal prática em Espanha ou em Portugal. Os galicismos (como a palavra *aferez*) não faltam de todo no *Tristan de Leonis*, mas durante alguns séculos os editores seguintes, expurgaram-no dêles gradual-

mente. Isto parece-nos razão insuficiente para que esta novela constitua excepção à linha geral de desenvolvimento seguida pela *matière de Bretagne* em Espanha; o Sr. Bonilla está quási por certo na verdade quando pleiteia em favor de um original francês (o nosso X). Êste original já não existe há muito, e nada sabemos do seu conteúdo. Ao relacionarmos a composição de Rusticiano com o *Don Tristan de Leonis*, encontramos motivos para os ligarmos por meio do modêlo de Rusticiano.

Os romances castelhanos são indubitàvelmente uma tradução fiel, porque a livre composição nos assuntos arturianos era desconhecida, se deduzirmos certos casos óbvios, no grupo castelhano-português; nem era mesmo praticada no catalão; por outro lado, Rusticiano dá-nos a entender que desejaria operar com liberdade e combinar as suas fontes. O prefácio de *maistre Rusticiens de Pise* declara que êle «traduziu» ou «compilou» o seu romance do «Livre monseigneur Edouart, le roi d'Engleterre, en cellui temps que il passa oultre la mer ou service nostre seigneur Dame Dieu pour conquester le saint sepulcre», e o tom do preâmbulo prepara-nos para aceitarmos a sua atitude de singular independência para com a cronologia do romance (1). O *Livre monseigneur Edouart* incluía o *Tristan* e o *Palamède*, e certamente também a aventura de abertura

---

(1) Cf. H. L. D. Ward, *Catalogue of Romances in the British Museum*, I, pág. 367. V. também Löseth, *Roman en Prose de Tristan*, págs. 423-4: «Seigneurs empereurs et princes et ducs et contes et barons et chevaliers et vavasseurs et bourgois et tous les preudommes de cestui monde qui avez talent de vous delitez en rommans, si prenez cestui et le faites lire de chief en chief; si orrez toutes les grans avantures qui advindrent entre les chevaliers errans du temps au roy Uterpendragon jusques au temps au roy Artus, son fils, et des compaignons de la Table Reonde, et sachiez tout vraiement que cist livres fut translatez du livre monseigneur Edouart, le roi d'Engleterre, en cellui temps que il passa oultre la mer ou service nostre seigneur Dame Dieu pour conquester le saint sepulcre, et maistre Rusticiens de Pise, lequel est ymaginez yci dessus, compila ce rommant. Car il en translata toutes les merveilleuses nouvelles et aventures qu'il trouva en cellui livre et traita tout certainement de toutes les aventures du monde, et si sachiez qu'il traitera plus de monseigneur de

de Rusticiano, a de Branor le Brun, o antigo cavaleiro; mas podemos com certa razão supor que o seu desenvolvimento foi mais lógico. O dono do manuscrito era cunhado do Rei de Castela, que visitara em 1254, cuja embaixada recebera em 1255 e a quem poderia muito provàvelmente presentear melhor com um livro ou com uma transcrição do que um gramático de Pisa. Afonso X principiou a citar *Tristan* (1) cêrca de 1260. Neste ano foi visitado por Brunetto Latini, a quem a sua conversação muito agradou; e tendo Brunetto permanecido em França de 1261 a 1269, inseriu no seu *Trésor* (2) uma referência muito

---

Lancelot du lac et de monseign. Tristan, le filz au roy Meliadus de Loonois, que d'autres, pour ce qu'ilz furent sans faille les meilleurs chevaliers qui a ce temps furent en terre, et li maistres en dira de ces deux pluseurs choses et pluseurs nouvelles que furent entre eux que l'en trouvera escript en tous les autres libres. Et pour ce que le maistre les trouva escrips ou livre d'Engleterre, si metra une grant aventure tout premierement, qui advint a Kamalot en la court le roy Artus, le sire de Bretaingne.

«[Rubrica] Ci commence le livre du roy Meliadus de Leonnois qui fu pere au bon chevalier Tristan, neveu au roy Marc de Cornouaille, et premierement de Brannor le Brun, qui avoit .VI. vins ans d'aage, et comment il vint a la court le roy Artus et amena une noble demoiselle avecques lui, et comment il abati de coup de lance .XII. roys et tous les chevaliers de la Tab. Re., ne oncques ne le porent remuer de selle. Et parole après du bon chevalier sans paour et de Guiron le courtoys et de Arioham de Soissoigne», etc.

(1) *Canc. da Vat.*, 468, 6:

« . . . ca ia paris
Damor non foi tam coitado
Nen tristam nunca soffrerõ
Tal affam . . .»

Para a data, cf. *Revista Lusitana*, VI, pág. 24.

(2) Brunetto Latini, *Li Livres dou Trésors*, ed. Chabaille (Paris, 1863), liv. III (Rhétorique), part. I, cap. XIII: «Autressi fist Tristans quant il devisa la biauté la roine Yseult. Si chevol, fist il, resplandissent comme fil d'or, ses frons sormonte la flor de lis, si noir sourcil sont ploié comme petit arconniau, une petite voie de lait les dessevre parmi la ligne dou neis, et est si par mesure que il n'i a ne plus ne mains, si oil, qui sormontent toutes esmeraudes, reluisent en son front comme .ij. estoiles; sa face

característica do que devia ser a tradição espanhola. A descrição da beleza de Iseu (1) foi remodelada, talvez, mais ao gôsto do editor espanhol (2); o mesmo processo é evidente nas variantes dos próprios manuscritos latinos. Mas manteve-se a ordem e as frases mais características e desenvolvidas (excepto as abreviaturas latinas), e o sentimento eloqüente da passagem torna-a inesquecível mesmo em um romance finamente delineado.

Muito se pode saber ou inferir a respeito da fonte francesa do *Tristan* espanhol; mas temos ainda de determinar as circunstâncias da tradução. Na história da introdução do original (3), 1254 e 1260 parecem ser datas prováveis, e a referência a *doblas de oro*, moeda que Afonso X primeiro usou cêrca do ano de 1262, fixa mais ou menos a data para a versão caste-

---

ensuit la biauté dou matinet, car ele est de vermoil et de blanc ensemble, en tel maniere que l'un ne l'autre ne resplandit malement; la bouche petite et les levres auques espesses et ardans, de bele color, et les dens plus blanches que pelles, et sont establies par ordre et par mesure; mais ne pantere ne nule espice nule se puet comparer à sa très douce alaine; ses mentons est assez plus poliz que marbres; nus laiz ne donne color à son col, ne cristal ne resplendit à sa gorge. De ses droites espaules descendent .ij. braz grailles et lons, et blanches mains où la char est mole et tendre; les doiz granz, traitis et reonz; sor quoi reluist la biautez de ses ongles; ses très biaus piz est aornez de .ij. pomes de paradis, qui sont autressi comme une masse de noif. Et si est si graille par la ceinture que on la porroit porpendre dedanz ses mains. Mais je me tairai des autres parties dedanz, desqueles li corages parole miex que la langue».

Há *variæ lectiones* numerosas e instrutivas.

(1) A passagem falta em todos os *Tristões* da Vulgata analisados por Löseth. Também falta em Rusticiano, mas isso não basta para demonstrar a sua ausência do *Livre monseigneur Edouart*. Actualmente existe apenas em B. Latini e no *Don Tristan de Leonis*.

(2) Suponhamos *marfil* e *nieve*, por ex., num texto espanhol do séc. XVI.

(3) Bonilla, *Tristan* (1501), págs. XLII-XLIII, discute a data e o modo como a lenda entrou em Espanha e arquitecta uma teoria catalã. Mas essa é uma questão diferente da determinação das circunstâncias de um manuscrito especial.

lhana (1). A compilação de Rusticiano data de 1271-2; mas, como vimos, não há necessidade de se tomar em conta o ano para a versão espanhola, visto como as suas relações residem na fonte comum; parece porém haver menos razão para situar a tradução antes do reinado de D. Sancho IV (1284-96). Podemos encontrar um limite na conhecida referência a *Cifar*, *Amadis* e *Tristan* por Juan García de Castrogeriz (2), entre 1345 e 1350. Alguns críticos, com espírito conservador, afirmam a existência do *Amadis* em 1345 e entendem conceder alguma prioridade ao *Tristan;* se lhe dermos dois anos, temos 1343, quando o picaresco Arcipreste de Hita lhe chama uma novidade. Todavia o próprio conservantismo tem os seus perigos. O *Amadis* é, com toda a certeza, de data consideràvelmente anterior à sua primeira alusão; e o que era novela para Juan Ruiz não deve ter sido novela para os leitores menos conhecedores do que respeita à tradução. De qualquer literatura se podem coligir factos de renome tardiamente alcançado. A fama de Milton parece ter sido uma novidade para os leitores do *Spectator*, apesar da admiração de Dryden; os romances eram de interêsse novo para os leitores das *Reliques* de Percy. O Arcipreste não explicou o que queria dizer a palavra *agora* por êle empregada (3). Não há certeza ou probabilidade do seu conhecimento familiar com a sociedade cavalheiresca — salvo na ocasião em que figurou como réu perante um príncipe da Igreja! —, e podemos concluir daí que não estava favoràvelmente colocado para adquirir livros de cavalaria e elevado

---

(1) Bonilla, *Tristan* (1501), pág. 164 e nota, págs. XLIII-XLIV.

(2) Foulché-Delbosc, *La plus ancienne mention d'Amadis*, in-*Revue Hispanique*, XV, pág. 815.

(3) Juan Ruiz, *Livro de Buen Amor*, copla 1703:

> «Ca nunca fue tan leal Blanca-flor a Frores,
> Nin es *agora* Tristan con todos sus amores».

Baist, *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 438: «Für den Archipreste de Hita war der Prosa-Tristan ein neues Buch und zweifellos ein neues kastilisches». As deduções são demasiadas para um texto pouco ambíguo.

amor cortês. O estudioso deve, pois, conservar completa liberdade de espírito e escolher uma data entre 1262 e 1343.

É ainda proveitoso considerar o *Tristan* em relação com outros romances do ciclo bretão em Espanha, especialmente com o *Baladro del Sabio Merlin*. Ao falar do nascimento de Palomades, a ed. de 1501 remete o leitor para *El Libro de Merlin*; mas a referência é espúria. O *Baladro* não trata dos acontecimentos ali relatados, porque são mencionados sòmente no primeiro Prólogo da ed. de 1498. Êste Prólogo é adaptação do capítulo do *Tristan* pelo editor de ambas as obras, Juan de Burgos, e esta alusão ao *Libro de Merlin* é uma habilidade. Os dois textos, na sua forma francesa, não têm relação alguma, e o *Tristan de Leonis*, diferente dos *Tristões* vulgares, tem poucas das alusões feitas ao seu herói em qualquer parte pela trilogia de Boron: todavia o *Don Tristan de Leonis* (cap. 70) tem uma alusão quási certa ao *Conte del Brait*, a que chama *La Coronica del Rey Artur* (1). Quando Tristão ocupa o seu lugar à Távola Redonda, senta-se na cadeira que pertencera a Morholt. Êste Morholt de Irlanda, diz o tradutor do texto espanhol, fôra morto por Tristão, e a causa da sua morte é indicada pormenorizadamente na *Coronica del Rey Artur*. Parece, pois, que não podia identificar-se com o mino-

---

(1) O título de *Coronica del Rey Artus* aparece no MS. 2-G-5 da Bibl. Part. de S. M., Madrid: *La estoria de Merlin... y del rrey Artus* (fl. 282 *v*), e na *Cronica general de 1404: La Estoria del Sancto Grayal et de rrey Artur* (fl. 25). A referência é ao *Baladro*, cap. 255, que pertence, como veremos, não ao *Merlin* de Roberto de Boron, mas ao *Conte del Brait* de Hélye. Naquela passagem é predita a morte de Morholt, cuja culpa é escravizar donzelas, e não, como no *Tristan*, trazer tributos de Cornualhas. A identificação dos dois não é feita no *Baladro*, mas no *Merlin* do pseudo Boron, e em Malory, onde se dá a mesma nota de Morholt, é expressamente declarado que êle é o Morholt morto na Ilha de S. Sansão. A passagem de *Tristan* diz (cap. 70, pág. 298): «El matara a Morlot de Yrlanda; & la causa de donde esta auentura venia, en la coronica del rey Artur da dello mucha cuenta; quien lo quisiere ver por estenso, alli lo hallara, e porque no hazia a la ystoria, no se escruio aqui, saluo lo que a nuestro proposito haze».

tauro morto na Ilha de S. Sansão, ou, como se conclue da narrativa, a «Isla sin Ventura»; e o impedimento da identificação é a causa indicada, ou que se supõe ser indicada, da sua morte. Se procurarmos um texto que satisfaça a estes requisitos da referência, não o encontraremos em parte alguma, excepto no *Conte del Brait*, novela preservada no *Baladro del Sabio Merlin*, de que a *Coronica del Rey Artur* parece ter sido um segundo título. Já relembrámos a opinião de que as mais antigas adições ao *Baladro* foram feitas pouco depois do ano de 1312; e continuaremos a mostrar, em um outro capítulo, que a obra foi primeiro dedicada a D. Sancho IV, depois de vencer a grande crise da insurreição de D. Juan, cêrca do ano de 1291. O tradutor do *Tristan* parece ter ido à mesma fonte que o tradutor do *Baladro* e tido presente um ou outro dos textos peninsulares, ou o seu original francês. Qual?

Há um caso a considerar *a priori:* que o primeiro texto a ser citado, o *Tristan*, o qual é igualmente o mais interessante e digno, foi também o primeiro a ser traduzido; e êste preconceito é claramente confirmado pelo modo como no *Tristan*, não obstante a referência indicada, parece ignorar-se a técnica especial da outra tradução. Os principais nomes arturianos estão já fixados pelo uso — Artus ou Artur, Lançarote, Guinevra, Tristão, Iseu, Joyosa Guarda, Camalote, Merlim, etc. As personagens menores são citadas com muito menos certeza ou acôrdo entre as duas versões, e são particularmente numerosas as indecisões do manuscrito vaticano ou *Cuento de Tristan*, e de tal maneira que, embora tenhamos o cuidado de não tirar conclusões duma ortografia cuja história é tam pouco conhecida, parece certo que o tradutor do *Tristan* não é de modo algum tributário duma tradição anterior. Uma divergência que merece referência especial é a que reside nas maneiras de traduzir o nome *Beste Glatissante*. A tradução de *Bestia Ladrador*, escolhida pelo *Baladro*, tornou-se o ponto de partida das referências e como tal é já empregada no poema de Esquio do *Cancioneiro da Vaticana* (n.º 1:140). Mas no *Tristan*, talvez derivado de um original *Grattasante*,

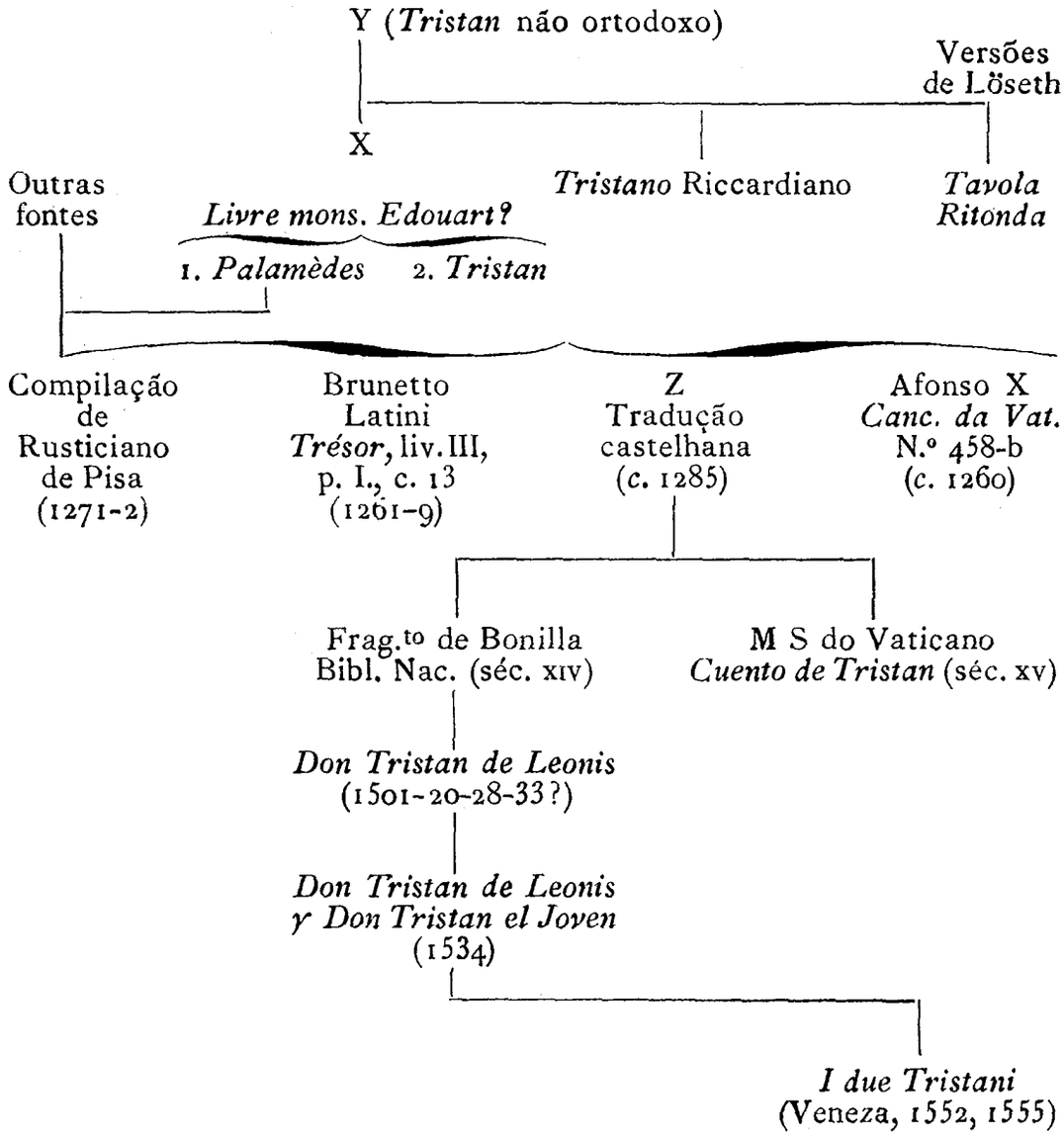
aparece *Bestia Grata Sangre* e *Bestia Gaturas* (cap. 42). Do mesmo modo a palavra *Baladro*, que se tornou a característica de outra tradução, não é mencionada em parte alguma de *Don Tristan de Leonis;* por outro lado, devemos dizer que isto está de acôrdo com a prática do próprio *Merlin y Demanda*, que se refere sempre ao *Cuento del Baladro* em vez de *Conte del Brait;* o título dado na passagem já citada justifica-se pela *Cronica* de 1404 e pelo *Merlin* fragmentário da Biblioteca do Palácio. Ainda mais notável na trilogia é a tradução de *Quest* pela palavra *Demanda*, tendo sido adoptado o mesmo equivalente em 1313 pelo tradutor do *Joseph Abaramatia*, e referido não sòmente à 3.ª parte, mas também a toda a trilogia do Santo Graal: no *Don Tristan de Leonis* a palavra é desconhecida. Esta novela tem ocasião (cap. 70) de referir-se aos incidentes de abertura da *Quest*, isto é, àqueles que são comuns a Map e ao pseudo Boron, e ocupam os primeiros quarenta e oito capítulos da versão espanhola, e a sua referência é ao *Libro del Santo Grial* (1). Em outras passagens a palavra *Quest* é traduzida por *conquista*, com o verbo *conquerir*, emprêgo inteiramente estranho ao *Baladro* e à *Demanda*, embora ocorra duas vezes no cap. 341, que contém profecias no estilo de Maestre Antonio (2). As citações de *El Libro de las Aventuras* são comuns ao *Tristan* (cap. 70), ao *Baladro* (cap. 240) e à *Demanda* (cap. 344), e por isso deve considerar-se como pre-castelhano. No conjunto estamos em crer que o tradutor do *Tristan* não teve possibilidade de ler a tradução do *Merlin* e que a sua obra deve localizar-se alguns anos antes desta última. Que as duas obras poderiam estar em contacto também pode presumir-se duma evidência externa, a que tende a mostrar que a primeira foi transmitida por intermédio de Afonso X e a última por seu filho D. Sancho IV.

---

(1) Até à «Aventura del Santo Escudo con la Cruz Vermeja» (*Demanda*, ed. Bonilla, caps. 46–8).

(2) *Tristan* (1501), ed. Bonilla, pág. 346: «por conquerir la conquista». *Baladro*, ed. Bonilla, cap. 341: «la conquista del Santo Grial».

Nenhum rasto existe do nome do tradutor nem do patrono para quem foi feita a tradução. Vamos tentar reünir as principais probabilidades respeitantes ao *Tristan* espanhol no seguinte diagrama:



O extenso *Roman de Palamède*, espécie de introdução à história de Tristão, não deixou rasto algum em Espanha ou em Portugal; a continuação da sua linhagem em *Ysaie le Triste* também não produziu frutos (1). Mas o último redactor espa-

(1) A *Historia de los Amores de Clareo y Florisea y de los Trabajos de Isea* (Veneza, 1544), por Nuñez de Reinoso, é uma novela sentimental e alegórica de peripécias segundo o modêlo grego. Não é um romance de cavalaria, nem mesmo pastoril, embora escrito acêrca duma *Insula*

nhol de *Don Tristan de Leonis* acrescentou à novela original uma longa continuação sob o nome de *Tristan el Joven*, seu filho (1). A ed. de Dominico de Robertis foi seleccionada e traduzida para italiano, aparecendo em Veneza em 1552 e 1555, na tipografia de Michele Tramezzino, sob o título *Le opere magnanime dei due Tristani, cavalieri della Tavola Ritonda.* Nada se sabe do autor, além do que podemos deduzir do modo insultante como trata a Nação Portuguesa; o seu método, como o de Lope de Vega em *La Hermosura de Angelica* e *La Jerusalen Conquistada*, é desviar para o território espanhol um importante acontecimento estrangeiro. Êle atribue aos amantes de Cornualhas um filho, Tristão, que é levado em sonhos a ir buscar a fortuna à Península, onde combate com o Miramamolim (Amîr al-Mu'minîn) de África e aceita a mão da Infanta D. Maria. O entrecho, como minuciosamente relata Gayangos (2), é o seguinte:

O jovem Tristão recebeu a ordem da cavalaria a tempo de jurar a Demanda do Santo Graal. A rainha Guinevra, ainda bela apesar da idade, enamora-se das graças do jovem cavaleiro que, com 17 anos apenas, venceu e matou em combate singular Orribes, poderoso gigante que aterrorizara todo o reino pela sua crueldade. Mas o jovem Tristão desenvolveu as suas qualidades na Península, para onde fôra levado em sonhos, porque pensava ver uma cidade cercada ao norte por elevadas montanhas e ao sul por vastas planícies. Nesta cidade o Rei de Espanha, mancebo de boa aparência, vivia com a filha única, princesa tam encantadora e brilhante como o sol, a qual se aproximou dêle e, tocando-lhe o lado esquerdo, lhe aumentou o valor, afastando-se em seguida. Animado por

---

Pastoril. Sob o nome de *Historia dos Trabalhos da sem-ventura Iseo* circulou uma tradução livre portuguesa. *Cf.* C. M. de Vasconcelos, *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 336.

(1) *Coronica nueuamente emendada y añadida del buen cauallero don Tristan de Leonis y del rey don Tristan de Leonis el Joven, su hijo*, Sevilha, Dominico de Robertis, 1534.

(2) Gayangos, *Libros de Caballerías*, págs. XIV-XV.

essa agradável visão, o cavaleiro embarcou num navio e desembarcou naquela parte de Castela que confina com a Navarra. Passando por Pamplona e Logroño combateu em torneio com certos cavaleiros que defendiam a passagem de uma ponte; em Burgos travou conhecimento com Palisendo, com quem continuou viagem até à côrte do Rei Juan — assim se chamava o referido rei castelhano. Bem recebido pelo monarca, que o presenteou com a dádiva singular de um *chapéu*, e pela Infanta D. Maria, que, impressionada pelo seu gentil aspecto, o tomou ao seu serviço, foi alojado como qualquer dos seus cavaleiros. Na côrte venceu três cavaleiros franceses e obteve distinção nas justas pelo seu valor e destreza. No fim a enamorada princesa confia o seu segrêdo a Jerónima Torrente, uma aragonesa sua aia. À notícia de que os Mouros tinham invadido o território espanhol, três capitães — Velasco, Guzmán e Mendoza — comandam uma numerosa hoste de guerreiros, acompanhados pelo cavaleiro estrangeiro, o qual foi logo a causa da derrota do Muçulmano. Entretanto o Miramamolim africano, Amolihacen-quebir, sendo também um admirador da Infanta D. Maria, atravessou outro sector da fronteira castelhana com todo o poder mouro, inteiramente resolvido a raptar a dama ou a morrer na emprêsa. Tomando Nájera, dirigiu-se a Burgos a marchas forçadas e surpreendeu a princesa quando ela passeava pelo jardim real, meia légua distante da cidade, e levou-a prisioneira para os seus domínios. Tristão avançou para o ataque, matou o pagão e dez dos seus mais fortes cavaleiros, salvou a Infanta e restituíu-a aos braços do irmão, efectuando troca semelhante da mão dela pela de sua própria irmã Iseu, que o Rei havia muito admirava. O grupo matrimonial embarcou na Corunha e, depois de celebrarem os esponsais em Inglaterra, o rei Juan e a rainha Iseu voltaram para os seus Estados. A história finge ser uma tradução francesa de original inglês.

VII

AS NOVELAS ARTURIANAS EM CASTELA E PORTUGAL

Vespasiano (1)

Dos romances castelhanos e portugueses que se relacionam com o Santo Graal devemos destacar dois de certa importância: o *Vespasiano* e o *Joseph;* o primeiro porque a sua relação com o ciclo arturiano é apenas momentânea e a sua introdução é provàvelmente posterior, e o segundo porque, tendo-se perdido manuscritos, ficou isolado daqueles a que pertenceu.

O velho poema francês de *La Vengeance Nostre Seigneur*, composto nos fins do séc. XII ou princípios do séc. XIII, abrangeu duas tradições apócrifas, originàriamente distintas. A *Cura sanitatis Tiberii Cæsaris Augusti* conta como a Vera Efígie de Cristo foi invocada com êxito por S.ta Verónica e S. Clemente para a doença do Imperador Tibério. Na *Vindicta Salvatoris* um espírito fradesco deu largas à imaginação para

---

(1) PRIMEIRAS EDIÇÕES: *La Estoria del Noble Vespasiano*, Toledo, Juan Vásquez, c. de 1486 ou 1490; Sevilha, Pedro Brun, 1499, etc.; *Estoria do muy nobre Vespasiano, emperador de Roma*, Lisboa, Valentim de Morávia, 1496.

REIMPRESSÕES: F. M. Esteves Pereira, *Historia de Vespasiano*, Lisboa, 1905 (ed. 1496); R. Foulché-Delbosc, in-*Revue Hispanique*, XXI (ed. 1499); Bonilla, *Libros de Caballerías*, II. Um *Aucto de la destruicion de Jerusalen* é o n.º 30 da *Colección de autos*, etc., *del siglo XVI*, de Rouanet, Madrid, 1901.

CRÍTICA: K. Haebler, *Bibliografía Ibérica del siglo XV*, I, pág. 327; II, pág. 186; F. M. Esteves Pereira, *op. cit.*, Introd.; cf. também W. Suchier, *Ueber das altfranzösische Gedicht von der Zerstörung Jerusalems*, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XXIV.

vingar o martírio de Nosso Senhor no povo da Judea: assim como O venderam por trinta dinheiros, assim os judeus foram vendidos cada trinta por um dinheiro. Se substituirmos Tibério por Vespasiano, se fizermos o agradecido Imperador pedir o baptismo, se o inspirarmos a demonstrar a sinceridade da sua conversão, perseguindo a nação judaica, teremos a súmula do romance; e a vingança religiosa achou-se saciada quando desventraram as vítimas para se procurar nelas o ouro engolido, e quando Pilatos, não podendo estar na prisão, foi mandado para as profundas do Inferno.

Êste romance teve alguma popularidade na Inglaterra durante os sécs. XIII e XIV (1) e encontrou um bom acolhimento na côrte de Pedro o *Cerimonioso* e na literatura da Catalunha (2); mas em Espanha e em Portugal a sua história parece coincidir com a era da imprensa. Brunet cita nove incunábulos franceses sob o nome de *Destruction de Jerusalem* ou *Destruction de Jerusalem et la Mort de Pilate*, e de um dêstes o impressor toledano Juan Vásquez, que se sabe não ter publicado livro nenhum depois de 1490, traduziu *La Estoria del Noble Vespasiano* (3). Traduzida também em português sob o título de *Estoria do muy nobre Vespasiano, emperador de Roma*, foi publicada em 1496 por Valentim de Morávia, sendo a segunda obra a ser impressa naquele reino. É possível que um dos frades do convento de Xabregas, revisor da *Vita Christi* (saída da mesma tipografia) em 1495 (4), a escrevesse para êle. A linguagem é arcaica sob certos aspectos e concorda mais com o estilo do reinado de D. João II do que com o de D. Manuel I; e o texto foi realçado com um certo número de admiráveis gravuras em madeira (5). Estas ilustrações, levemente modificadas,

---

(1) Schofield, *English Literature from the Norman Conquest to Chaucer* (Londres, 1906), pág. 378.

(2) V. o nosso cap. V.

(3) K. Haebler, *op. cit.*

(4) A *Vita Christi* e o *Vespasiano* saíram em um só volume em Ruão, 1488.

(5) Foulché-Delbosc reproduziu 15 gravuras em madeira na sua reimpressão desta edição. O texto de Esteves Pereira não tem nenhuma.

foram adoptadas pelo impressor sevilhano Pedro Brun, que publicou a 2.ª ed. castelhana em 1499; o Sr. Esteves Pereira é de opinião que êle se mostrou muito hábil retraduzindo esta obra do português em vez de copiar simplesmente o seu predecessor castelhano. Outras edições desta árida crónica viram a luz, em 1525, sob o título de *Destroyçam de Jerusalem*, a qual se encontra na biblioteca do monarca português. Um leitor moderno deve sorrir do grotesco rancor e da fraqueza medieval da narrativa, mas parece que teve algum valor aos olhos dos anti-semitas de 1492 e 1496. D. Manuel I enviou uns cem exemplares —para louvor de Deus e exaltação da Sua Santa Fé Católica! — ao seu irmão em Cristo o Preste João da Abissínia; e o mesmo assunto foi tratado nos *autos* perante a populaça de Castela (1).

A relação com a história do Graal é tenuíssima. A prisão e a salvação miraculosa de José de Arimatea são descritas no cap. 23, e diz-se-nos que Jafel, seu sobrinho, falaria mais livremente no *Libro del Santo Grial* (2). Pelo que respeita ao próprio *Vespasiano*, foi escrito por Jafel sob as ordens de José e de Jacob «pater Mariæ Jacobi», que presenciaram aqueles factos.

---

(1) C. M. de Vasconcelos, *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 215; Rouanet, *Colección de Autos, etc.*, n.º 30.

(2) Cap. 23: «Mas esto dexaron estar porque Jafel no lo porna en oluido, e fablara del en el libro del santo Greal».

VIII

AS NOVELAS ARTURIANAS EM CASTELA E PORTUGAL: «O SANTO GRAAL»; «JOSÉ DE ARIMATÉA» (1)

A primeira parte da história do Graal tornou-se acessível aos leitores espanhóis e portugueses através de dois manuscritos, um português e outro castelhano, êste eivado de elementos leoneses e até galaico-portugueses. A história do primeiro é romântica. Embora mencionado por Varnhagen, o *Liuro de Josep Abaramatia* foi dado como perdido até que O. Klob o encontrou e descreveu em 1902. Ainda hoje está

---

(1) MANUSCRITOS: *Liuro de Josep Abaramatia* (Tôrre do Tombo, MS. de Alcobaça, n.º 643, séc. XVI, 311 fóls., 250×190 m/m: «Liuro de josep abaramatia Intetulado aprimeira parte Da demãda do sãto grial ata apresẽte idade nũca vista. treladado Do proprio original por ho doutor Manuel Alũez. Corregedor da Ilha desã miguel. Deregido ao muy alto e poderoso principe El Rei Dom João ho .Zº. Deste nome Elrrey nosso Sñor»); *Libro de Josep Abarimatia* (Bibl. Particular de D. Afonso XIII, Madrid, MS. 2-G-5, pergaminho, 1469-70, por Pedro Ortiz, 302 fóls., 240×140 m/m: (fóls. 251-282) «Esta parte se llama el libro de iosep abarimatia e otrosi libro del sancto Grial que es el escodilla en que comeo Jesu Christo»).

Dirigindo-me aos eruditos portugueses devo confessar com tôda a lealdade que se me não ofereceu ainda ocasião de fazer um estudo directo e demorado dêste importantíssimo MS., que ainda espera a atenção de algum sábio lusitano ou lusófilo. Parece que é a única parte do ciclo de Boron, cuja forma francesa ainda desconhecemos. Não sei se oferece variantes notáveis, mas uma coisa vale a atenção do leitor curioso. Uma das características do ciclo boroniano é introduzir no *Brado* um episódio do «Cavaleiro das duas Espadas». No *Josep* ortodoxo há um personagem que se chama assim; espera-se aí uma variante, se a versão portuguesa é heterodoxa. Do *Josep* fala também K. Pietsch in-*Spanisch Grail Frag-*

à espera de edição ou que dêle tratem; mas podemos ter uma noção aproximada do seu conteúdo pelo relato do descobridor, e algum conhecimento da sua linguagem e estilo pelo Sr. J. J. Nunes. É um manuscrito do séc. XVI, com 311 fólios e 118 capítulos, contendo a primeira parte de uma trilogia do Graal que deve ter sido intitulada *A Demanda do Santo Grial*, e passa por corresponder à *Estoire del Saint Graal*, o primeiro ramo da *Vulgate Version of the Arthurian Legend*, de H. O. Sommer. Os primeiros capítulos relatam a visão celestial do autor, que então recebeu um livrinho pouco maior do que a mão, e contam como o seu espírito foi arrebatado por um anjo. No cap. XV começa a narrativa com o mesmo cunho fielmente francês, entremeado por fáceis abreviaturas, extensões e omissões, assim como variantes da ortografia dos nomes próprios; conclui com a morte do Rei Lançarote e com as maravilhas que a ela se referem, e com a profecia que os leões guardiães

---

ments, Chicago, 1924, I, págs. XXXV–XXXVII, para provar a prioridade da tradição castelhana do MS. palaciano, que reproduz.

REIMPRESSÕES (extractos): O. Klob, *Beiträge zur Span. und Port. Gral-Litteratur*, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XXVI, págs. 167–205 (Alc. 643 e 2–G–5); J. J. Nunes, *Uma Amostra do Livro de Josep ab Arimatia*, in-*Revista Lusitana*, XI, págs. 223 e ss. (Alc. 643, fóls. 101–110: «De como ElRei Mordaim vio a nao em que ha dona que ha ele vyera amdava e do que come ela passou. Dos gramdes trabalhos que Mordaym na pena pasou e das temtaçoes que ho diabo lhe fez e do que lhe Deos dise»). O fragmento arturiano do MS. 2–G–5 foi reimpresso por extenso por K. Pietsch, *Spanish Grail Fragments*, I, Chicago, 1924 (*Modern Philology Monographs of the University of Chicago*).

CRÍTICA: O. Klob, *op. cit.*; J. J. Nunes, *op. cit.*; C. Michaëlis de Vasconcelos, in-*Revista Lusitana*, VI; K. Pietsch, *op. cit.*, Introd. *Cf.* também as autoridades citadas adiante, no nosso cap. IX.

Antes da descrição de O. Klob, o MS. Alc. 643 fôra mencionado por Varnhagen, *Cancioneirinho de Trovas Antigas*, pág. 165; por K. von Reinhardstoettner, *Demanda do Santo Graal*, Introd., págs. IX–X; por M. Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, I, pág. CLXXVI; por C. M. de Vasconcelos, *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 215; por A. Morel-Fatio, in-*Romania*, X, pág. 300; por O. Klob, *op. cit.*; e K. Pietsch, *The Madrid Manuscript of the Spanish Grail Fragments*, in-*Modern Philology*, XVIII (1920–21), págs. 147–156, 591–596, descreve o MS. 2–G–5.

do seu túmulo seriam mortos por Sir Lancelot du Lac. A ortografia é em geral a do séc. XVI, mas a linguagem apresenta freqüentes pontos de contacto com a dos *trovadores;* tanto o assunto como a redacção são de incontestável antiguidade (1).

Diga-se o que se disser a respeito da história que o manuscrito da Tôrre do Tombo contém, as circunstâncias alegadas pela sua inscrição, preâmbulo e colofonte são tão numerosas que dão oportunidade a uma argumentação infinita. Segundo a inscrição, êste livro é a primeira parte da *Demanda do Santo Grial*, e não foi visto antes da sua «tradução» (com o significado de transferência) do original pelo Dr. Manuel Álvares, corregedor da ilha de S. Miguel, o qual a dedica a D. João III (2). Êste reinou de 1521 a 1557, mas parece que o «original» ou «tradução» do Dr. Álvares circulou já entre os poetas do *Cancioneiro de Resende* (publicado em 1516), onde é citado (3). O preâmbulo declara a natureza do «original», as circunstâncias do descobrimento e o método da «tradução». O «original» era um pergaminho iluminado (4) com uns duzentos anos de idade, encontrado em Riba de Âncora, perto da igreja paroquial, na posse de «uma velha de muy antiga idade» (5); parece que a época do seu encontro foi quando seu pai era corregedor do rei em Entre-Douro-e-Minho. A «tradução» consistiu ape-

---

(1) J. J. Nunes, *op. cit.*: «Uma leitura attenta faz-nos ver a grande semelhança que a sua lingua apresenta com a dos trovadores; a collocação das palavras, as formas d'estas e até alguns archaismos estão-nos a dizer que o copista do seculo XVI, embora procurasse pôr-lhe o estilo e dição ao corrente da epoca, deixou vestigios bem visiveis do exemplar que tinha ante os olhos, quiçá copia tambem de outro mais antigo».

(2) *Ut supra*, nota bibliográfica. Atribuindo a dedicatória a D. João III, sigo a autoridade dêste MS., para quem «.Z°.» significa «III». Mas ¿não poderia a leitura ser antes «.ij°.» e a dedicatória a D. João II (*m.* 1495)? Neste caso a citação do *Cancioneiro de Resende* é mais compreensível.

(3) *Canc. de Resende*, I, pág. 278:

«cumprido metreescola
Ou Josep Baramatya».

(4) «Spto em pergaminho e iluminado Eacaise De dozentos anños que foi spto».

(5) À margem: «tté huma Fraguezia».

nas em alterar palavras ininteligíveis (1) e em substituir frases para se tornar legível, pedindo o Dr. Álvares ao rei que nomeie qualquer pessoa competente para actualizar o estilo. A sua obra é de facto uma *tresladação* e não manifesta conhecimento de um original estranho.

É possível, se preferirmos fazer análise literal, meter uma cunha entre a data atribuída pelo Dr. Álvares ao seu «original» (1521 menos 200, isto é 1321) e o ano definido com precisão pelo colofonte, ou seja 1313. Neste ano, um Juan Sánchez (João Samchez), mestre-escola em Astorga de Leão (2), em estilo empolado, anuncia que «mandou fazer êste livro», cinco anos depois do estabelecimento da Universidade de Coimbra, sob o pontificado do papa Clemente, que destruíu a Ordem do Templo, convocou o Concílio de Viena e lançou um interdito sôbre Castela; no mesmo ano morreu a rainha D. Constança, sendo em 1312 ou 1313 que o infante D. Felipe casou com a filha de D. Afonso. A fundação da Universidade de Coimbra ocorreu no ano de 1308; cinco anos depois dá 1312-13. O papa Clemente V reinou de 1305 a 1314, convocou o Concílio de Viena que se reüniu no ano de 1311, e pronunciou a sentença contra a Ordem do Templo no ano de 1312. Levou também o episcopado espanhol a proceder contra os Templários da sua própria pátria, e Afonso, bispo de Astorga (1301-1314), esteve presente à convenção da província de Santiago de Compostela realizada em Salamanca em 1310 ou 1311 (3). Não se nos diz se naquela ocasião era auxiliado pelo seu *mestreescola;* mas no meio das muitas intrigas que a desgraça dos Templários

---

(1) «Não mudei senão hos vocabulos inẽteligiueis».

(2) «Este liuro mamdou fazer João samchez mestre escolla Dastorga no quimto ano que o estado de coimbra foy feito e no tempo Dopapa Clemente que destroio aordem Deltemple e fez O comcilio geral Em viana e posho entredito Em castela e neste ano se finou a Rainha dona Costamça em são fagumdo E casou o imfante Dom filipe coma filha De Dom a.º ano de 13 e XIII. anos». Assim leu O. Klob. Varnhagen leu 1312; Nunes, aparentemente, 1314. O último passo é obscuro; *estado* é um êrro que está por *estudo.*

(3) *España Sagrada,* XVI, pág. 251.

levantou, o infante D. Felipe (cêrca do ano de 1307) tornou-se conhecido por planear com o grão-mestre Rodrigo Yañez ficar com os bens dêles em detrimento da Coroa. Clemente V lançou um interdito (1) sôbre Castela em 1310 porque Fernando IV tinha feito reverter os dízimos ao seu bôlso; foi levantado nos fins de 1313, durante a menoridade de Afonso XI, cuja tutora, a rainha D. Maria de Molina, não podia suportar a perda do apoio da Igreja. Poucos meses antes do levantamento do interdito, a rainha D. Constança de Castela, filha de D. Denis de Portugal e mulher de D. Fernando IV, morreu em Sahagun (2); e a sua morte teve uma repercussão considerável na política, devido a D. Juan Manuel, D. Juan el Tuerto e outros partidários desafectos estarem tentando ocultar as suas pretensões à tutoria do infante-rei sob a capa dos direitos sôbre seu filho. Morta D. Constança, Afonso XI foi entregue aos cuidados de sua avó, a hábil D. Maria de Molina. Entre os tios do falecido rei, o mais hábil e o mais jovem era o infante D. Felipe, que nem sempre estava disposto a agir de acôrdo com a rainha-avó. Não teve filhos (3), mas casara antes de 1322 com uma senhora chamada Margarida (4). O nosso texto é a única autoridade que nos permite descobrir estes dois factos — que o casamento se efectuou em 1313 e que Margarida era filha de D. Afonso. O único Afonso provável aquela época (pois é certo ela não ser filha do príncipe herdeiro de Portugal) era D. Afonso de Portugal, filho segundo do rei D. Afonso III de Portugal. Êle não goza de um capítulo àparte no *Nobiliario* de seu sobrinho D. Pedro de Barcelos, provàvelmente porque todos os seus filhos eram raparigas: duas são, todavia, citadas por êle, D. Isabel, que casou com D. Juan el Tuerto, e D. Maria, que casou com D. Telo. A estas o nosso texto parece querer acrescentar D. Margarida, casada com o infante D. Felipe. É muito plausí-

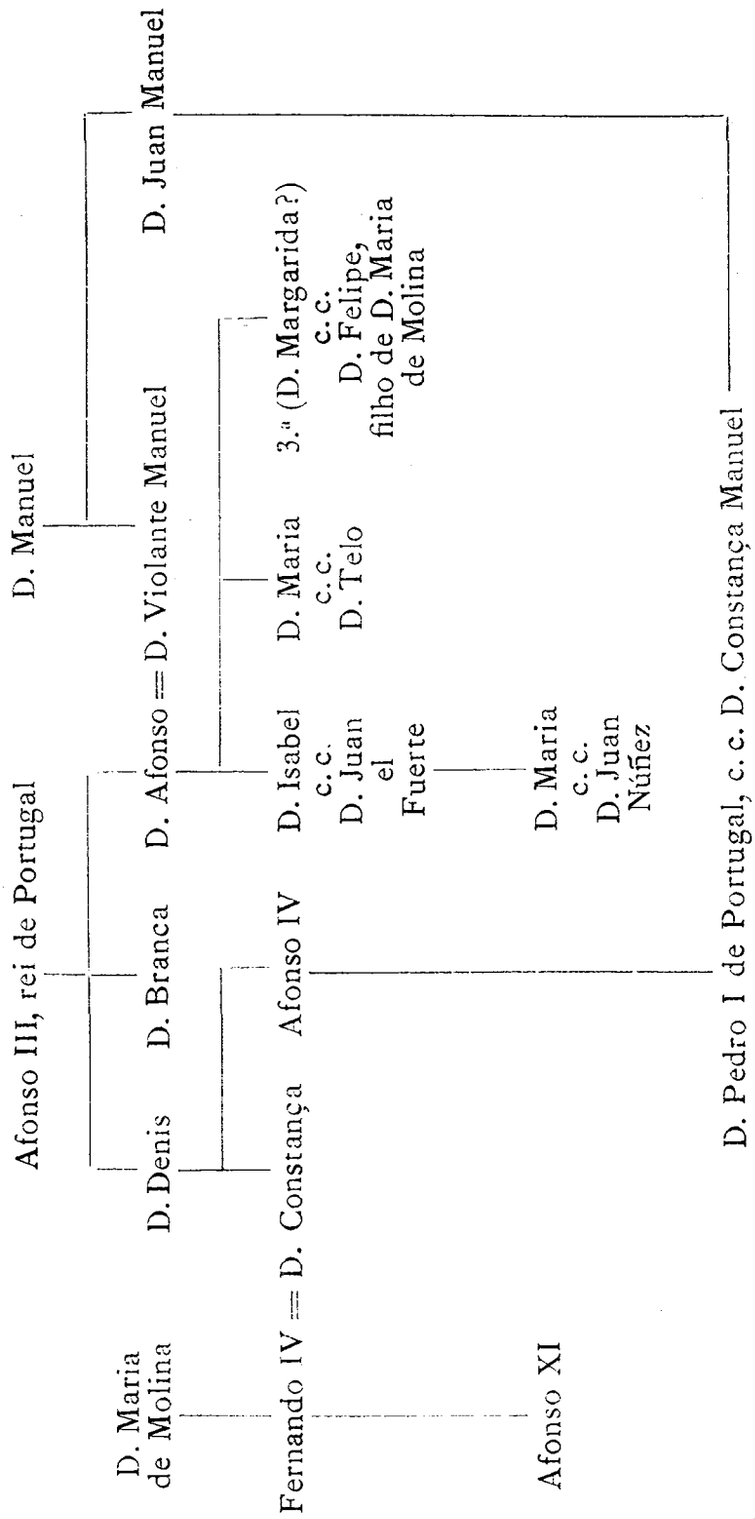
---

(1) *Cron. de D. Fernando IV*, cap. XV (1310), e *Cron. de D. Alfonso XI*, cap. VI (1313).

(2) *Cron. de Alfonso XI*, cap. VI (1313).

(3) *Port. Mon. Hist.-Scriptores*, I, pág. 277.

(4) *Cron. de Alfonso XI*, cap. XLII (1322).



vel que ela possuísse qualquer parentesco com D. Juan Manuel, pois o vemos encarregado em 1322 de preparar sua filha D. Constança para o casamento com Afonso XI de Castela. A neta de D. Afonso, D. Maria, casou com o mais velho (ou mais novo) Juan Núñez. Voltando a D. Afonso de Portugal, sabemos que êle casou com D. Violante Manuel, filha de D. Manuel, irmão

de Afonso X, e irmã do famoso D. Juan Manuel, e que cedeu os seus bens à coroa de Castela em 1304, morrendo em 1312. O seu nome e o de suas filhas manietaram quási todos os elementos de oposição à regência da rainha D. Maria de Molina; por isso o casamento de D. Felipe com D. Margarida, se ela era na verdade sua filha, seria um acontecimento importante na política da regência. As suas relações com o tradutor de uma novela arturiana são indirectamente defendidas pela opinião expendida por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1) (supomos que correctamente): que êle era o infante D. Afonso de Portugal que interveio na composição do grande derivativo da *matière de Bretagne*, o romance de *Amadis de Gaula* (2).

Dos dados fornecidos por Juan Sánchez, podemos verificar quatro pelas crónicas; o quinto tem pelo menos o mérito de não ser capaz de ter sido fabricado pelas fontes que são vulgarmente acessíveis. Falta-nos apenas identificar o próprio Juan Sánchez. Todavia o nome Sánchez é como as areias do mar, que são inumeráveis. Neste período era usado por um favorito, por um bispo de Ávila, por dois *caballeros* de Segóvia, e por todos os bastardos —uma multidão respeitável— de D. Denis, incluindo o célebre D. Pedro Sanches, conde de Barcelos, que repetidas vezes temos mencionado (3). Os mestres-escolas não deixam rasto muito profundo no mundo, nenhuma informação parece poder obter-se respeitante ao que desempenhava aquelas funções (indubitàvelmente subordinado do bispo) em Astorga durante o ano de 1313; apesar das sugestões que continuaremos a fazer, avançamos menos na crença da sua correcção do que na esperança de estimular posteriormente novas investigações sôbre o assunto da parte

---

(1) C. M. de Vasconcelos, *Lais de Bretanha, ad fin. Cf.* cap. XII.

(2) Se fôsse necessário crer num êrro no texto, uma emenda de «r.º» (*i. e. ruberto*) para «a.º» modificaria a alusão ao casamento de Felipe de Valois com Jeanne, filha de Roberto de Borgonha, que se realizou em 1313.

(3) Um Juan Sánchez foi *mayordono* de D. Juan Manuel, mas êste emprêgo impossibilita a sua identificação com o mestre-escola.

de estudiosos mais favorecidos pelas circunstâncias para a sua elucidação.

Um mestre-escola medieval que na sua obra literária alude à política da Igreja e do Estado em dois reinos, que parece mostrar uma inclinação de partido, e que tem livros feitos por sua ordem, não deve ter sido uma figura sem relêvo; provàvelmente teremos de procurar o seu nome entre os de nobreza inferior — os *caballeros* e não os *ricos homes* da época. Um certo *caballero* (1), Sancho Sánchez de Velasco, gozou o favor do rei Fernando IV, que lhe deu o cargo de *merino mayor* de Castela; mas, atacado ferozmente pelas Côrtes de Valhadolide em Abril de 1310, teve de entregar a sua *merindad* a Ferrand Ruiz de Saldaña, partidário de D. Juan el Tuerto, que se intitulou rei de Leão. Casara com uma sobrinha do bispo de Orense, na Galiza, e em 1312, por informação fornecida por êste, aproveitou a oportunidade para anular um dos projectos de D. Juan respeitante à regência. Para tal fazer tinha só de avisar D. Juan Núñez da conspiração, que era delineada por um partidário com vistas de exclusão do outro. Mas por esta aliança com D. Juan Núñez, Sancho Sánchez entrou num dos partidos da oposição conluiados contra a regência de D. Maria de Molina, e assim tornou-se em pouco tempo aliado, um tanto anàrquicamente, de D. Juan Manuel e mesmo de D. Juan el Tuerto, ambos os quais estavam poderosamente estabelecidos no reino de Leão. Seu irmão, Juan Sánchez de Velasco, é o único Sánchez com nome de baptismo Juan que se encontra nas crónicas e nobiliários da época. Fêz parte por duas vezes de embaixadas mandadas a fidalgos eminentes (uma vez a D. Juan el Tuerto em 1310) empregado pelo rei Fernando IV; e sem dúvida sofreu com a desgraça do irmão. O procedimento natural para com o irmão de um favorito naquela época seria dar-lhe menores rendimentos clericais, que o deixariam com um pé em cada lado à espera de uma súbita promoção

(1) As passagens referentes a Sancho Sánchez de Velasco e Juan Sánchez de Velasco na *Cron. de Fern. IV* e *Cron. de Alfonso XI* encontram-se a págs. 131, 148, 150, 156, 158, 159 e 175 da *Bibl. de Aut. Esp.*, n.º 66.

quer da parte da Igreja quer do Estado (1). As suas esperanças podem ser comparadas às daquele Gutierre Gómez, cujo irmão fôra também favorito de um rei, mas conseguiu agüentar a tempestade de 1310, e, pelo favor real, saltou, de simples arquidiácono a arcebispo de Toledo e primaz das Espanhas. Mas fôsse quem fôsse o mestre-escola Sánchez, não há razão para duvidar de que o seu nome está inteiramente de boa fé no colofonte.

Outra dúvida semelhante existe quanto à linguagem do primeiro *Liuro de Josep Abaramatia*. O Dr. Álvares fala de uma transcrição (*treladação*) e da correcção de um texto antiquado, mas a sua linguagem não é bastante precisa para pôr de parte a idea de «tradução». Podemos, também, encontrar um intervalo de oito anos, segundo a sua própria confissão, entre o seu «próprio original» e aquele que o mestre-escola completou em 1313. Não é uma simples questão de decidir entre as reivindicações pelo castelhano ou pelo português, visto como um astorgano do séc. XIV pode ter empregado a língua dos vizinhos galegos ou castelhanos, ou então ter escolhido o seu *patois* astorgano para escrever. Que um burocrata insignificante do séc. XVI classificasse correctamente uma amostra de genuíno dialecto escrito, parece-me duvidoso; mas a linguagem de Astorga tem a particularidade de estar preservada hoje apenas adentro do território de Portugal. É falada actualmente em Miranda do Douro, estando o mais ocidental dos dialectos centrais ainda em uso no extremo sudoeste da antiga diocese de Astorga, o que pode servir para explicar a transmissão do manuscrito, porque tendo passado da capital para os seus extremos limites, deve ter descido fàcilmente o Douro até à sua foz. A descoberta de uma relíquia arturiana numa igreja paroquial de aldeia pode pôr-se em paralelo com o fragmento do Lançarote que se encontrou nos arquivos da igreja de Campos em Maiorca; e se «a velha de muy antiga idade» tem o

---

(1) Segundo a *España Sagrada*, XVI, pág. 252, o bispo de Astorga de 1315–26 era um Juan. O sobrenome dêste Juan não figura, e as suas verdadeiras funções parecem ser conhecidas por inferência.

seu quanto de novelesco, era, e talvez ainda seja, em circunstâncias semelhantes às que o coleccionador pode ainda encontrar nas terras do rio Letes.

O *Liuro de Josep Abaramatia* ocupa uma situação um tanto isolada no arturianismo espanhol e português. Dando-se como a primeira parte de uma trilogia graaliana, não é seguido das partes imediatas, mas termina num colofonte. É consideràvelmente mais breve do que a terceira parte da trilogia, que freqüentemente se apresenta com igual número de divisões. Embora o nome de Juan Bivas tenha sido encontrado por K. Pietsch incluído no texto, a tradução ou transcrição que o mestre-escola Sánchez «mandou fazer» em 1313 contrasta com a que Bivas dedicou a um rei, presumìvelmente Sancho IV, cêrca de 1291. É provável que tenhamos aqui a tradução portuguesa da primeira parte da *Demanda del Santo Grial* de Rivas, mas toda a certeza neste assunto deve aguardar uma descrição satisfatória do manuscrito (1).

A história do Santo Graal existiu com certeza na literatura castelhana e na portuguesa. É citada na *Cronica General* de 1404 sob o nome de *Estoria del Sancto Grayal et de rrey Artur* (2), e as três partes da *Demanda del Sancto Grial*, encadernadas em dois volumes de capa branca, estiveram na livraria da rainha Isabel, *a Católica* (3). O primeiro ramo tornou-se, contudo, autónomo dos outros, com excepção de uma sumária referência aos capítulos introdutórios num manuscrito de proveniência leonesa. Êste é um álbum tendo o título

---

(1) V. Apêndice.

(2) Fol. 25 *r*. A fol. 26: «Como Inglaterra fue conuertida dos vezes a la fe: la vna por Josephas, fijo de Joseph de Varametia e la otra por sant Agostin». Isto mistura a *Estoire del Saint Graal* com a *Historia Regum Britonum*.

(3) Clemencín, in-*Memorias de la Real Academia de Historia*, VI, cita: «142. Otro libro de pliego entero de mano escripto en romance, que se dice Merlin, con coberturas de papel de cuero blancas, e habla de Josepe de Arimathia. 143. Otro libro de pliego entero de mano en romance, que es la tercera parte de la demanda del santo Grial, las cobiertas de cuero blanco».

de *Leyes de Palencia* e a cota 2–G–5 da Livraria do Paço em Madrid, e foi completado em 1469 ou 1470 por Pedro Ortiz, escrivão (de Palência?)(1). O seu conteúdo mixto inclui um *Libro de Josep Abarimatia*, um *Libro de Merlin* e um *Tratado de Lançarote*. O último é muito breve para merecer referência, mas corresponde, pouco mais ou menos, à *Demanda del Sancto Grial* castelhano-portuguesa nas secções que se relacionam com o comêço da *Mort d'Arthur*. A secção média corresponde cuidadosamente ao *Baladro del Sabio Merlin*, castelhano, e é de extensão bastante para poder ser comparada textualmente com os primeiros vinte e seis capítulos do pseudo Roberto de Boron. Segue-se que o *Libro de Josep Abarimatia* pode com certeza supor-se o sobrevivente dos manuscritos que originàriamente formaram a primeira parte da trilogia de Boron em Espanha. O 8.º capítulo (como Vespasiano meteu Caifás em um navio) é tirado do 227.º da *Demanda* castelhana. O fragmento trata em 25 títulos da prisão de S. José, da expedição de Vespasiano e da destruïção

---

(1) Title, *Leyes de Palencia. Ad init.*, «E este libro se acabo Año domini MCCCCLXIX p. ortis clericus»; *Ad fin.*, «Escriptus fuyt año domini MCCCCLXX petrus ortis»; Índice: Fóls. 1–44, «flor sanctorum (libro de fueros)»; 44–213, «vida de Barlan e de iosafa»; 213–238, «libro de la vida de los santos padres»; 238–251, «libro de fray juã de rocaçisa»; 251–282, «libro de josep abarimatia»; 282 *v*–296, «libro de Merlin»; 296–298, «tratado de los articulos de fe de los christianos»; 298 *v*–302 *v*, «tratado de lançarote». *Cf.* O. Klob, *op. cit.*; K. Pietsch, *Concerning MS. 2–G–5 of the Palace Library of Madrid*, in-*Modern Philology*, XI, págs. 1–18; id. *On the Language of the Spanish Grail Fragments*, in-*Modern Philology*, XIII, págs. 369–378 e 625–646; id. *The Madrid Manuscript of the Spanish Grail Fragments*, in-*Modern Philology*, XVIII, págs. 147–156, 591–596; e *Spanish Grail Fragments*, I (Chicago, 1924); H. O. Sommer, in-*Romania*, XXXVI, págs. 393–394.

Hoje podemos ler na íntegra êste MS. na formosa edição de Pietsch, *Spanish Grail Fragments*, Chicago, vol. I: Introdução e texto, 1924; vol. II: Comentário, 1925. É de lamentar que o ilustre filólogo não tenha podido incluir nestes tomos a substância dos artigos que publicou na *Modern Philology*, porque fica assim incompleta a obra. Como fruto que é de vinte e sete anos de estudo, tem uma riqueza extraordinária de dados sintácticos.

de Jerusalém. José de Arimatéa e Vespasiano deixam Jerusalém juntos no cap. 12.º, e no 16.º o santo chega a Sarras. Armado dos poderes milagrosos do seu cargo sagrado, entra na câmara do conselho de Evalach e prèga o Evangelho e os mistérios da nossa Fé. O próprio Cristo ocupa os caps. 38.º–48.º, em que consagra Josafá e explica a doutrina da Eucaristia. O cap. 49.º principia com a conversão de Evalach, e os restantes (muitos dos quais não têm rubricas) levam o fragmento até um final de graças dadas por aquele monarca após a sua vitória sôbre Tolomer.

IX

AS NOVELAS ARTURIANAS EM CASTELA E PORTUGAL: «O SANTO GRAAL», «MERLIM», «DEMANDA» (1)

A história do Santo Graal vive em um vasto e desordenado romance que podemos intitular (segundo Nicolau Antonio)

---

(1) MANUSCRITOS: *Cronica de 1404*, fóls. 25-6; *Historia dos caualleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal*, Viena, Livraria do Paço, MS. n.º 2:594; *La estoria de Merlin*, Madrid, Livraria do Paço, MS. 2-G-5, fóls. 282 *v*-296 («Aqui comieça la estoria de merlin y cuyo fijo fue, e del rrey artus y de como gano la grand bretaña que se dize ĩglaterra»); *Tratado de lançarote*, Madrid, Livraria do Paço, MS. 2-G-5, fóls. 298 *v*-302 *v*.

PRIMEIRAS EDIÇÕES: *El Baladro del Sabio Merlin con sus profecias*, Burgos, Juan de Burgos, 1498; *Merlin y Demanda del Sancto Grial*, Sevilha, 1500 (citado por Moratín, Diosdado, N. Antonio; hoje sem valor); *La Demanda del Sancto Grial con los maravillosos fechos de Lançarote del Lago y de Galaz su hijo*, Toledo, Juan de Villaquiran, 1515 (a *Demanda* subsiste); Sevilha, 1535 (o *Balado* e a *Demanda* subsistem).

REIMPRESSÕES: R. Menéndez Pidal, *La Crónica General de 1404*, in-*Revista de Archivos*, 1903; K. von Reinhardstoettner, *Historia dos cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal*, Berlim, 1877, I Band (MS. de Viena, fóls. 1-70); O. Klob, *Dois episodios da Demanda do Santo Graal*, in-*Revista Lusitana*, VI (MS. de Viena, fóls. 183 *v*-185 *v* e 192 *v*-195 *r*; o MS. foi todo transcrito por Wechssler e por Klob, mas não publicado); O. Klob, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XVI, págs. 192-205 (extractos de 2-G-5); K. Pietsch, *Concerning MS. 2-g-5 of the Palace Library at Madrid*, in-*Modern Philology*, XI, págs. 1-18, e *Spanish Grail Fragments*, 2 vols. (Chicago, 1924. 1925); G. Paris e J. Ulrich, *Merlin, Roman en Prose du XIIIe siècle* (Paris), I, págs. LXXXI-XCI (*Baladro*, 1498, prefácio, texto e conclusão); Bonilla, *Libros de Caballerías* (Madrid, 1907), I, págs. 1-338 (*Baladro* e *Demanda*, Sevilha, 1535) *C f.* também *Del Santo Greal, Comedia*, séc. XVII, citado in-*Cat. de los MSS. de la Bibl. Nac.*, de Paz y Melia.—I. *Teatro*, n.º 3:040, e La Barrera.

CRÍTICA: G. Paris, O. Klob, K. von Reinhardstoettner, *opp. cit.*; K. Pietsch, *opp. cit.*, e *On the language of the Spanish Grail Fragments*, in-*Modern Philology*, XIII, págs. 369-378 e 625-646, e ainda *Zum Text des*

Merlin y Demanda del Santo Grial, ou, abreviadamente, *Merlin y Demanda*, sendo os seus componentes o *Baladro del Sabio Merlin con sus profecias* e a *Demanda del Santo Grial* (1). Sendo traduzido originàriamente numa trilogia (*Joseph, Merlin, Demanda*) sob o título de *Historia de la Demanda del Santo Grial*, o primeiro livro é agora apenas um fragmento; a última edição consta só de duas partes. As restantes correspondem-se em estilo, desenvolvimento e outras características de autoria, mas não se completam lògicamente em si mesmas, nem são consistentes umas com as outras. Elas implicam a exis-

---

Segundo Libro de la Demanda del Sancto Grial, in-*Philologische Studien... K. Voretzsch*, Halle, Niemeyer, 1927, págs. 514–522; E. Wechssler, *Ueber die verschiedenen Redaktionen des Robert de Boron zugeschriebenen Graal-Lancelot-Zyklus*, Halle-a-S., 1895; Brugger in-*Zeitschrift für franz. Spr. und Litt.*, XXIV, e ss.; H. O. Sommer, *The Quest of the Holy Grail*, in-*Romania*, XXXVI, págs. 369–402 e 543–590; id., *Die Abenteuer Gawains, Ywains und le Morholts*, in-*Beihefte zur Zeitschrift für rom. Phil.*, XLVII, 1913; *cf.* também A. Pauphilet, *La Queste du Saint Graal du MS. Bibl. Nat. fonds fr.*, 343, in-*Romania*, XXXVI; F. Lot, *Études sur le Lancelot en Prose* (Paris, 1918), pág. 384; J. D. Bruce, *The Development of the Mort Arthur Theme in Mediæval Romance*, in-*Romanic Review*, IV (1913), págs. 401–471; id., *The Evolution of Arthurian Romance*, 2 vols. (Gotinga e Baltimore, 1923); e Miss L. A. Paton, *Notes on Manuscripts of the Prophecies de Merlin*, in-*Publications of the Mod. Lang. Assoc. of America*, XXVIII (1913), págs. 121–139; P. Bohigas, *Los Textos Españoles y Gallego-Portugueses de la Demanda del Santo Grial*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1925; Miss L. A. Paton, *Prophécies de Merlin*, 2 vols. I, Introd. e Texto; II, Estudos sôbre o conteúdo, Nova Iorque, Heath, 1930 (é importantíssimo); M. Rodrigues Lapa, *A Demanda do Santo Graal: Prioridade do Texto Português*, Lisboa, 1930. Notem-se também as profecias do tipo merlínico (ainda que se não lhes mencione o nome) enunciadas na Sicília a um príncipe catalão em 1296, segundo diz a crónica de R. Muntaner, caps. CLXXXV. A análise que o Sr. Bohigas fêz do meu livro na *Revista de Filologia Española* discute preferentemente o problema do *Merlin* e *Demanda*.

Sôbre a origem portuguesa da *Demanda* veja-se o estudo do Sr. Bohigas na *Revista de Fil. Esp.*, XX, 1933, que admite, todavia, a necessidade de novos estudos.

(1) Internamente há indícios de uma divisão diferente de livros na trilogia de Boron, mas estas indicações são anteriores à fase hispânica da

tência e vulgarização dos romances (1) de Lançarote e Tristão, a que fazem freqüentes referências, bem como o conhecimento por parte do leitor duma história mais antiga e espiritual do Graal de Walter Map. Nada há, de facto, de que o autor pareça ter menos conhecimento do que da própria Velha História e de qualquer das suas partes, falta ainda mais exagerada pelo redactor castelhano. O chamado Roberto de Boron é inteiramente insensível à lógica e significado da lenda, e afastando-se repetidamente dela para se perder numa descrição minuciosa de factos fantásticos e batalhas sem sentido. Pertencendo à mesma categoria de romances que o *Merlin* de Huth, os primeiros quatro livros de Malory e certos manuscritos da Biblio-

---

sua história. Para o espírito espanhol e português, a trilogia era composta pelo Joseph, por Merlim e pela Demanda, provàvelmente sem restrições quanto à correspondência em extensão. Combinando as indicações de *Cron. de 1404* com o MS. de Viena, obteremos o título completo do grupo: *Historia de los caballeros de la Mesa Redonda y de Rey Artus y de la Demanda del Santo Grial.* Êste foi abreviado para *La Demanda* (às vezes, menos, *La Estoria*) *del Santo Grial* (ou *Grayal*, donde *Grial* e *Graal*). A *primera parte* era *El Libro de Joseph Abarimatia.* A *segunda parte* variava. O título completo é o de 2-G-5: *La estoria de Merlin y cuyo fijo fue e de rrey Artur*, etc. Por isso lemos no *Tristan: Coronica del Rey Artur.* Mas era em geral conhecido pelo nome da sua conclusão, que é extractada do *Conte del Brait* («este libro ha nonbre el BALADRO»). Por isso *Valadro de Merlim* (*Cron. de 1404*); *Baladro del Sabio Merlin con sus profecias* (1498); ou mesmo *Profecias de Merlin* (? *cf. Profacies de Merli en frances*, livraria de Martinho I). *Cf. El Libro de Merlin* (Benavente, c. 1444), *Merlim*, (Livraria de D. Duarte, c. 1437). A *tercera parte* era *La Demanda del Sancto Grial*, ampliada: *con los maravillosos fechos de Lançarote del Lago y de Galaz su hijo.* A ed. de Villaquiran termina: «Aqui se acabe el segundo y postrero libro», etc; a ed. de 1535, mais explicitamente: «Aqui se acabe el primero y segundo libro», etc: Mas não há consistência interna nestas últimas edições. O *Bal.*, no cap. 218, refere-se ao cap. 297 chamando-lhe *El Segundo Libro del Sancto Grial*, e a *Dem.*, no cap. 355, a *las primeras* (no plural), *cf.* cap. 423.

(1) «La gran historia que llaman de Tristan» (*Dem.* c. 2, *cf.* 22; *Bal.* 332). «Lanzarote, que es ramo de la historia del sancto Grial, que anda por su parte» (*Bal.* 301), e «La grande historia que dize de los hechos de Lançarote, e de su nascencia, e de los nueuos linajes de nacion, assi como lo deuisa la alta historia del santo Grial» (*Bal.* 298, *cf.* 144; *Dem.* 40,

teca Nacional(1), o *Merlin y Demanda* castelhano-português é um pasticho de partes sem ligação, atribuídas a Roberto de Boron, as quais se subdividem nas partes seguintes: I. A história de Merlim e da Exaltação de Artur; II. As profecias de Merlim; III. A *Suite du Merlin*, romance complicado de diversas aventuras, e, especialmente, de Balin e do Golpe Doloroso; IV. O *Conte du Brait*, extractado de Hélye de Boron; V. A *Queste* de Boron, narrativa atabalhoada, que acrescenta ao verdadeiro Graal as cavalarias andantes de Galaaz, passos em detrimento de Galvão, e copiosos extractos de *Tristan* e *Palomedes*; VI. A *Mort d'Artus*, terminando com a morte do rei Marcos.

I. O *Livre de Merlin* narra os diabólicos estratagemas daquele profeta, como êle visitou Voltigern e profetizou a sua destruïção, como auxiliou o rei Pendragon, como triunfou do malicioso barão que tentou acusá-lo de falsas profecias, como ajudou Uther e como presidiu ao nascimento e educação do rei Artur. Finalmente, como ideou o plano que levou à coroação e aceitação universal daquele monarca.

62, 323). A frase «segun adelante oyredes», ou equivalente, é empregada por Tristão (*Bal.* 332) e Lançarote (*Bal.* 144); e o autor supõe que conhecemos o nascimento de Galaaz e tôda a história de Lançarote (*cf. Dem.* 40). A *Quest* de Map é chamada «el otro libro» ou *El Libro de Galaz* (*Dem.* 226: «lo auemos escrito en el libro de Galaz», 229, 241, 249, 358). Um *Livro de Galaz* (em linguagem não especificada) esteve na livraria do rei D. Duarte de Portugal. *El libro del Baladro* (*Bal.* 338, *Dem.* 358 três vezes, 373, 423, 424 duas vezes, 426) refere-se sempre ao *Conte del Brait* de Hélye, extenso romance abrangendo (ao que parece) as aventuras de Bandemago, Enterramento, etc., de Merlim, Demanda, e Morte de Artur. Êste título (tirado do *Bal.* 338) veio mais tarde a ser aplicado à *Historia de Merlin*. O *Cuento del Bastardo* (*Dem.* 36) é citado em vez de «La Cote Male Taile» e «Guinglain». Havia também *El Libro de las Aventuras*, obra imaginária (*Bal.* 240, *Dem.* 344), e *La gran historia de Llain* ou *Clain* (*Dem.* 294). Para os factos de *Joseph Abarimatia, cf. Bal.* 25-6, *Dem.* 49, 368. Para as relações entre o *Baladro* e a *Demanda, cf. Bal.* 72, 87; *Dem.* 181 e ss., 221, 277-279. Na *Dem.* 287, 288, 316 imagina-se a conquista da Bretanha efectuada por Carlos Magno. Tòdas as referências, aqui e subseqüentemente, são dos capítulos da edição de Bonilla *Libros de Caballerías*, I).

(1) Bibl. Nac., Paris, f. fr., n.os 112, 340, 343.

II. Em tôda esta secção Merlim contribui liberalmente com as suas predições de factos da época arturiana; mas depois do estratagema insidioso do barão, resolveu não falar mais em profecias que se pudessem conhecer antes de o facto se realizar. As profecias no seu novo estilo obscuro são omitidas pelo *Merlin* de Huth, e também pelo *Baladro* espanhol, excepto (diz êste) «un poco que dixo a Uter» (1).

III. Vem a seguir a *Suite du Merlin*, enorme amálgama de aventuras. Artur gera Mordred em Helaine, e é dado como filho de Uther Pendragon. Vê-se a Besta Ladrador; e a entrada do *chevalier nafré* leva Giflet e Artur a diversas batalhas, até que êste último recebe das mãos da Dama do Lago a sua invencível *Excalibur* (2). A tentativa do rei para matar todos os contemporâneos de Mordred é frustrada pela providência de Deus, e Mordred é criado pelo pai de Sagramor. Travamos então freqüentes relações com Balin o Selvagem, que é singularmente infeliz nas suas tentativas para conduzir os seus *protegées* nas suas pesquisas; é êle quem captura o rei Rience e ajuda a derrotar Nero e Loth (a morte dêste último por Pelinor leva Galvão a jurar vingança, sendo o seu juramento mantido de modo sangrento no decorrer da narrativa); usa duas espadas, fica sem poder para impedir uma dama de sacrificar um prato de sangue seu numa tentativa infrutífera para fazer aquilo que só à irmã de Percival é dado cumprir, mata Garlan (3) na côrte de Pelehan e fere êste com a Lança Sagrada — sendo êste o Golpe Doloroso que conduz à destruïção da terra e ao comêço dos Tempos Aventurosos. Tal como Balin, morre às mãos de seu irmão Balan, a quem também

---

(1) *Merlin* de Huth, I, págs. 85-6: «Ensi fu commenciés uns livre que on apelle par nom le livre des prophecies Merlin, de chou que il dist des rois d'Engleterre et de toutes les autres choses dont il parla puis». *Baladro*, cap. 75: «mas en este libro no dize sino lo que dixo claramente, sino vn poco que dixo a Uter». Esta secção deu, provàvelmente, o nome às *Profacies de Merli en frances* de Martinho I, que além disso parece ter-se assemelhado ao pseudo Roberto de Boron.

(2) A espada famosa do Rei Artur.

(3) Por momentos confundido com Galvão no *Baladro*, cap. 268.

mata; e Merlim encanta a ilha da tragédia e a espada da execução. Artur casa a rainha Ginebra e institui a Távola Redonda com 148 cavaleiros. Galvão, Tor e Pelinor envolvem-se numa tríplice aventura. Merlim viaja com Niviena e é sepultado por ela na Caverna dos Amantes. Artur combate e derrota Cinco Reis. É pôsto em grave perigo por Sir Accolon de Gaula. Uma outra tríplice aventura (de Morholt, Galvão e Ywain ou Uwain) começa no momento em que os dois últimos encontram doze donzelas mofando do escudo de Le Morholt; e para completar o catálogo dos factos apresentados pela Demanda, são ainda precisos mais alguns episódios (como as mortes de Pelinor, Lamorant e Agloval por Galvão).

IV. Depois da batalha dos Cinco Reis, Tor foi preferido a Bandemago, que deixou Camalot num acesso de cólera. As suas aventuras são omitidas por Malory e pelo *Merlin* de Huth, sendo o leitor enviado neste último para o *Conte del Brait* (1). Bandemago, de facto, saíu de Camalot e logo caíu, não sei como, na prisão do pai de Urien. Libertado por uma donzela, foge, deixa-a a Le Morholt, que odiava todas as donzelas porque seu pai fôra morto escoltando-as por dever, e que se dedicava a prendê-las em castelos irlandeses como escravas; Bandemago liberta-a, um tanto injustamente, dirige-se para o túmulo de Merlim e ouve o terrível grito do profeta. Volta a ter com Morholt, despede a donzela e dirige-se para a côrte.

V. A *Demanda* distingue-se principalmente da *Queste* da Vulgata pelo seu ténue sentido místico e pela adição de matéria estranha e extravagante. Sem qualquer notícia prévia acêrca de Galaaz ou de seu pai, aquele chega a Camalot e ocupa a sua Cadeira Perigosa. Todos os cavaleiros juram a Demanda, com Galvão à frente. Galaaz e Melian, seu escudeiro, encon-

---

(1) *Merlin* de Huth, II, págs. 172-3: «A tant se met Baudemagus a la voie entre lui et son escuiier. Mais de chose ne d'aventure qui li avenist en toute la voie ne parole mes livres, car mes sires Helyes mes compains a empris sa matiere... car mes sires Helyes en a commenchies l'ystoire a translater, et si di ge malement l'ystoire, mais la branke, car chou est droitement une des brankes del graal, sans quoi on ne porroit pas bien entendre la moiiene partie de mon livre ne la tierche partie».

tram diferentes aventuras. Galvão mata Ywain, Patrides, Sagramor, Erec e Bandemago; e na assemblea do primeiro ano citam-lhe o nome para vergonha. Anteriormente a isto ocorre a disputa de Bors e de Leonel. No segundo ano da Demanda Tristão é ferido e convalesce numa abadia; e Galaaz visita Corbenic, onde presta pouca atenção aos seus mistérios, mas castiga o impertinente Eleazer. Faz algumas curas e volta no Navio de Caifás e Salomão. Marcos captura a Joyosa Guarda na ausência de Tristão, sequestra Iseu e persegue insistentemente o rei Artur, que fôra libertado por combinação de Galaaz, Palomades e Artur o Menor. Após esta derrota, Marcos tenta envenenar Galaaz, o Santo; a modéstia dêste torna-se motivo de irrisão para Galvão e seus irmãos, até serem vencidos em combate singular e depois libertados do Castillo Follon pelo seu esfôrço. Nesta ocasião são sôltas umas 350 donzelas, proeza dignamente comemorada na estátua que Carlos Magno levantou a Galaaz. Depois de informar Tristão dos ultrages de Marcos, Galaaz pugna pelos direitos de uma viúva expoliada, e arma cavaleiro a Samaliel, filho de Trollo, que mostrou merecer tal honra. Lançarote consegue ver o Graal, embora parcialmente e durante pouco tempo, e Heitor e Galvão são expulsos. Palomades, o Pagão, derrotou ou combateu Gareth, Galvão e Lançarote, mas aos golpes de Galaaz torna-se cristão, e assim termina a sua demanda da Besta Ladrador. Galaaz, Bors e Percival voltam de novo a Corbenic, onde encontram outros nove cavaleiros; o primeiro dos citados viu o Graal e curou o Rei Mutilado; os três ficaram no castelo quando os outros partiram, e Palomades morre pouco depois. Os demandistas foram industriados acêrca das intrigas da Besta Ladrador, a Fonte Curadora e a Dama da Capela; e quando Galaaz e Percival partem para Sarras no Navio de Salomão, Bors volta a Camalot.

VI. A história entra então sem mais preâmbulos em uma breve *Mort d'Artur*, que segue o *Lancelot* da Vulgata nas suas linhas gerais. Depois da morte de Artur sucedem-se, em dolorosa seqüência, as de Guinevra, Lançarote e do rei Marcos.

Esta combinação do *Merlin*, *Conte del Brait* e *Livre des Prophecies* já não existe em parte alguma, nem mesmo existiu com todos os pormenores indicados, pois o que demos é apenas um esquema abreviado dos romances citados. Contudo, realiza-se quási inteiramente nos fragmentos do Graal espanhóis e portugueses. As três partes da trilogia de Boron aparecem juntas apenas no MS. 2-G-5 da Livraria Real de Madrid; mas são fragmentárias e de pouca utilidade para reconstituir o arquétipo espanhol. Duas partes, o *Baladro* e a *Demanda*, ainda existem e provêm de uma edição sevilhana do ano de 1535, com o título de *La Demanda del Sancto Grial con los maravillosos hechos de Lanzarote del Lago y de Galaz su hijo*; o Museu Britânico possui também um exemplar no qual o *Baladro* de 1535 foi encadernado com a *Demanda*, a metade existente de um *Merlin y Demanda*, impresso por Juan de Villaquiran em Toledo, em 1515. Apesar da correspondência das edições sevilhana e toledana, que são quási idênticas, é provável que ambas sejam a reimpressão do mesmo *Merlin y Demanda del Sancto Grial* (Sevilha, 1500) visto por Nicolau Antonio, Moratín e outros. O *Baladro del Sabio Merlin con sus profecias* foi editado separadamente em Burgos, por Juan de Burgos, em 1498; e o MS. n.º 2:594 da Livraria do Paço, em Viena, contendo *A Historia dos Cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal*, foi reproduzido em parte por Reinhardstoettner e Klob e comparado por H. O. Sommer. O *Baladro del Sabio Merlin*, ou *Segunda Parte de la Demanda del Santo Grial*, contém: I. O *Merlin*; II. As *Profecias*; III. A *Suite du Merlin*; IV. *Conte del Brait* (extractos); a *Demanda* ou *Tercera Parte* compreende: V. a *Queste* de Boron, e VI. a sua *Mort d'Artur*.

Comparando o conteúdo das edições de 1498 e 1535, poderemos determinar a forma quinhentista do *Baladro del Sabio Merlin*; mas o depoïmento dos *Cancioneiros* portugueses indica uma fonte francesa que difere dêste consenso dos *Baladros* pela adição de certos elementos; podemos supor até certo ponto que esta foi a forma do primeiro tradutor do manuscrito, quando êle pousou a pena. A sua obra mostraria também mais

concordância com as suas congéneres do norte dos Pirinéus, à medida que cada uma delas se aproxima da fonte original, e deveria especialmente ser mais fiel do que os textos que hoje seguem Malory e o *Merlin* de Huth. Em uma forma admiràvelmente resumida Malory cita tôdas as aventuras da narrativa de Boron até à conclusão da de Galvão, Ywain e Le Morholt; mas omite tôdas as que precedem a intriga de Uther com Igerne; tão pouco cita as Profecias ou o *Conte del Brait*. Acrescenta à narrativa um relato da guerra de Artur com os Onze Reis, tirada do *Merlin* da Vulgata. O *Merlin* de Huth contém o *Merlin* e a *Suite du Merlin*, mas não as Profecias, o *Conte del Brait* ou os incidentes da Vulgata; estende-se até ao comêço da tríplice aventura de Galvão, Ywain e Le Morholt, e ao episódio das donzelas que dançam mofando do escudo; neste ponto suspende para passar a seguir o Graal. A própria tríplice aventura foi inspirada pelo MS. 112 da Biblioteca Nacional de Paris. Comparado com êstes seus companheiros, o traço distintivo dos romances espanhóis é incluírem algumas das Profecias e um extracto do *Conte del Brait*: o compilador francês verificou, em primeiro lugar, de facto, as alusões do pseudo Boron. As Profecias surgem mais naturalmente depois do cap. 75 do *Baladro*, onde se fêz preparação para a sua aceitação (1), mas parece terem sido atraídas pela conversação de Merlim com Vortigern no cap. 52; com o *Conte del Brait* termina a narrativa.

A *Cronica de 1404*, que alude ràpidamente aos reinados de Vortigern, Pendragon, Uther e Artur (caps. 52-180 do *Baladro*), confirma a existência do romance peninsular até cêrca de 1390, ano em que o cronista coligiu os seus materiais em Castela. A descrição da Besta Ladrador (cap. 145) é confir-

(1) Na vida italiana de Merlim (Veneza, 1480) e em um MS. de Parma, ocorrem neste ponto certas profecias. Foi aqui também, que, com tôdas as probabilidades, foi encontrado Maistre Anthoine, embora posteriormente se transferisse para o apêndice puramente espanhol de profecias. *Cf.* Miss L. A. Paton, in-*Publ. Mod. Lang. Assoc. of America*, XXVIII, pág. 216. Miss Paton editou em 1930 em Nova Iorque as *Prophécies de Merlin*.

mada pela poesia de Fernand'Esquio no *Canc. da Vaticana*, que humorìsticamente chama a atenção para a côr da descrição que nos dá o romance (1). A notícia da morte de Le Morholt (cap. 245) é, como vimos, o assunto de uma referência do tradutor de *Tristan de Leonis* (cap. 70); e a tantas vezes citada poesia de Estêvão da Guarda no *Canc. da Vaticana* (n.º 930) é uma segura notícia não só do enterramento de Merlim relatado por Roberto de Boron, mas também do *Brait* de Hélye, uma das características das versões peninsulares (cap. 338) (2). Estas referências confirmam o texto existente até à sua mais alta antiguidade, assinalando-lhe os princípios do séc. XIV ou

---

(1) *Canc. da Vat.*, 1140:

Disse un infante ante sa companha
Que me daria besta na fronteira;
E non sera ja murzela, nen veira,
Nen branca, nen vermelha, nen castanha,
Pois amarela nen parda non for,
A pran, sera a besta ladrador,
Que lh'adurran do reino de Bretanha.

Cf. Baladro, cap. 145: «vna bestia... la mas dessemejada que nunca vio... blanco como nieue... negras como carbon... estraña de fuera y de dentro... en el reyno de Londres». O nome de *Bestia ladrador* não aparece no *Tristan*.

(2) *Canc. da Vat.*, n.º 930:

Com'avẽo a Merlin de morrer
Por seu gran saber que el foi mostrar
A tal molher que o soub'enganar,
Per essa guisa se foi cofonder
Martin Vaasquez —per quanto lh'eu oí—
Que o ten mort'ũa molher assi
A quen mostrou, por seu mal, seu saber.

Sei que lh'e muito grave de tẽer —
Por aquelo que lh'el foi a mostrar,
Con que sabe que o pod'ençerrar
En tal logar u conven d'atender
A tal morte de qual morreu Merlin,
U dara vozes, fazendo sa fin;
Ca non pod'el tal mort'estraer.

Cf. Canc. Baena, n.º 331 e Fernández de Oviedo, «Quinquagenas», in-*Canc. Baena*, ed. Pidal, Ochoa e Gayangos, pág. 681, n.º 200.

mesmo antes, o séc. XIII; mas o segundo *lai de Bretanha* (1), confirmando o texto com a rubrica, demonstra ao mesmo tempo a imperfeita conservação dos episódios finais.

Se seguirmos o conselho do pseudo Boron e compararmos o *Merlin* com o *Brait*, as aventuras finais podem formar o

---

(1) *Canc. Col. Branc.*, n.º 2:

[Rubrica] «Esta cantiga fezeron quatro donzelas a Marot d'Irlanda en tempo de Rei Artur, porque Marot filhava toda-las donzelas que achava en guarda dos cavaleiros, se as podia conquerer d'eles. E enviava-as pera Irlanda pera seeren sempre en servidon da terra. E esto fazia el porque fora morto seu padre por razon de ũa donzela que levava en guarda». [Colocci, de uma velha rubrica] «Esta cantiga é a primeira que foi feita e fezeron-na quatro donzelas en el tempo del Rei Artur a Maraot d'Irlanda por la... tornada em lenguagem palavra por palavra e diz assi...

'O Marot haja mal grado... etc.

Cf. Baladro, cap. 255: «e Morloc embiaualas todas a Irlanda, e fazialas todas meter en vn castillo donde no podian salir despues; y esto hazia el por su padre e por dos sus hermanos, que eran buenos caualleros, que fueran muertos en vn torneo por juyzio de dueñas e donzellas que dieron en el reyno de Londres».

Bibl. Nac., f. fr., MS. 112: «Apres heure de tierce leur auint quilz vindrent deles .j. bois et trouuerent damoiselles qui karoloient entour .j. arbre, et pourient bien estre iusqua .xij. Et deuant elles auoit .ij. cheualiers tous armes sur .ij. grans cheuaulx. Et estoient amduy si apreste quil ny failloit fors du poindre. Et a cel arbre (entour) cui les damoyselles karoloient auoit .i. escu pendu tout blanc sans autre enseigne nulle. Et ainsi comme chascune damoiselle passoit par deuant lescu, elle crachoit dessus et disoit: 'Dieux donit honte a cellui qui te soloit porter, car il nous a mainte honte pourchassee'. Et lors recommencoit sa chanson et respondoit auec les autres. Gauuain vient pres des damoyselles et escoute ce quelles dient. Et quant il la bien entendu, il demande a son cousin: 'Entendes vous ceste chanson? 'Oil bien', fait il, 'elles dient que mal gre en ait le Mor(h)olt'». (Sommer, in-*Beihefte zur Zeitschrift für rom. Phil.*, XLVII, págs. 3–4; *cf. Merlin* de Huth, II, págs. 232 e ss., e Malory, IV, caps. XVI e ss.). Ainda que com dificuldade se possa disputar sôbre a origem da *cantiga* e das duas rubricas, estas são provàvelmente um eco erróneo do episódio; «iiij donzelas» em vez de «xij demoyselles»; Marot, Maraot (também adoptado pelo *Amadis*) em vez de Morloc (Morlot, Morolt, Morholt); a morte do pai de Morholt é narrada com uma diferença, que podia, contudo, acrescentar-se como emenda ao *Baladro*, referindo o torneio aos irmãos.

seguinte esquema: 1. enterramento de Merlin; 2. os Cinco Reis; 3. aventuras de Bandemago e Morholt; 4. Bandemago e Merlim — o *Brait*; 5. Accolon; 6. Morholt e as donzelas; 7. tríplice aventura de Galvão, Ywain e Morholt; 8. outros episódios. Mas era próprio da idiosincrasia da triologia de Boron o insistir sôbre a igualdade das sua divisões; e por isso as modificações feitas em qualquer parte deviam ser compensadas por modificações análogas em outro ponto. Sendo o final do *Merlin* uma série de episódios desconexos, êle pr prio justificava o corte, parecendo ter sido mondado por todos os escritores. Malory alude a 1, 2, 5, 6 e 7, com referências passageiras a 3 e 4. O 8 em parte alguma se conservou. O *Merlin* de Huth tem 1, 2, 5 e 6 e remete os seus leitores para Hélye no que respeita a 3 e 4; entra então apressadamente pelo *Graal*, deixando os tríplices aventureiros com as mãos a abanar. O *Baladro* de 1535 tem 1, 3 e 4, e Bandemago deixa Merlim para regressar a Camalot; o *Baladro* de 1498 tem 1, 2, 3 e 4, e Bandemago volta de novo a ter com Morholt antes de partir para a côrte, de modo que êste fica no campo; além disso ambos os *Baladros* estão de acôrdo em introduzir 3 (as aventuras de Bandemago) no meio da compilação, mas na edição de 1498 a sua partida para estas aventuras ocorre no final do livro. Os versos portugueses

O Marot haja mal grado

são seguramente tirados de 6 (o escudo de Morholt e as donzelas), a que se refere a rubrica de Colocci. A primeira rubrica é tirada de 3 (Bandemago e Morholt), que deve ter ficado a uma distância respeitável de 6; isto quere dizer que dificilmente deve ter sido deslocado por meio volume como nos textos existentes, como também não é provável que 5 (Accolon) interviesse para quebrar a seqüência dos casos de Bandemago e Morholt em 3, 4 e 6. Posteriormente, no *Baladro* de 1498 Le Morholt está pronto a empreender a aventura do escudo e das donzelas. Não há provas de que 7 (a tríplice aventura) ou 8 (aventuras incógnitas presumidas pela *Queste*) fizessem parte do texto peninsular: 7, 8 e 5 (Accolon) foram provàvelmente cortadas

para compensar o aumento de volume que aquele livro tomou com o acrescentamento de 3 e 4 do *Conte de Brait* e algumas profecias. Concluímos daqui que o original francês da história castelhano-portuguesa consistia em: I. *L'Estoire de Merlin*; II. *Prophecies*; III. *Suite du Merlin*, como 1, o Enterramento de Merlim, e 2, os Cinco Reis; IV. extractos do *Conte del Brait*, em especial 3, aventuras de Bandemago, e 4, Bandemago e Morholt, seguidos de 6, Morholt e as donzelas, da *Suite du Merlin*.

Vamos agora comparar os três extractos do *Baladro del Sabio Merlin*, ou *Estoria de Merlin y de rrei Artur*.

O manuscrito 2-G-5 (1) contém: I. *Merlin*, uma transcrição um pouco resumida dos primeiros vinte e seis capítulos, respeitante ao nascimento do feiticeiro, perigo de sua mãe, e a conversação que teve com Blaise. Uma série de títulos abrange as conversas de Merlim com Vortigern (caps. 27-54), não havendo alusão às suas profecias. Da *Suite du Merlin* (III) êste manuscrito alude, numa série de títulos, ao encontro do rei Artur com a Besta Ladrador e ao de Artur e Merlim, isto é, o assunto dos caps. 144-150 do *Baladro*. Onde é possível comparar as frases dêste resumo com a linguagem das edições, leva a vantagem de ter um estilo mais arcaico; mas é muito conciso e apresenta várias omissões. O seu dialecto, um castelhano infectado de leonês, é de considerável interêsse, por nos fornecer uma prova da ligação destas histórias arturianas com os velhos dialectos da Península, emquanto êstes tiveram alguma autonomia. Por outro lado, 2-G-5 pouco pêso tem como prova da forma e construção da novela.

Do *Baladro* de 1498, cujo único exemplar existente está na Livraria do Marquês de Pidal, apenas conhecemos os extractos enviados por Menéndez y Pelayo a G. Paris e publicados por êste na sua edição do pseudo Boron. Nêles estão incluídos dois prefácios que não se encontram em outras edições, um

---

(1) 2-G-5 foi comparado com o *Baladro* de 1535 por O. Klob, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XXVI, e por K. Pietsch, in-*Modern Philology*, XI, págs. 1-18. V. também Pietsch, *Spanish Grail Fragments*.

índice e uma parte do último capítulo; é sòmente por meio dêste que podemos fazer uma comparação textual das edições de 1498 e de 1535. A primeira apresenta melhor leitura e maior correcção estilística, pois a linguagem se aproxima da de *Don Tristan de Leonis*. Ambos os romances saíram do mesmo impressor, Juan de Burgos, o *Tristan* em 1501, em Valhadolide, e o *Baladro* em 1498, em Burgos; é à sua pena progressiva ou destrutiva que devemos a semelhança de estilo. O conteúdo do *Baladro* de 1498 distribui-se por 40 capítulos e 105 fólios: a edição de 1535 consta de 341 capítulos e 97 fólios: o assunto, portanto, deve ter sido quási o mesmo, mas com uma pequena vantagem a favor do primeiro texto. Os 40 capítulos do texto de Juan de Burgos consistem em 38 títulos numerados, e dois —entre 9 e 10, e entre 37 e 38— que não foram numerados, os quais podemos designar por 9-A e 37-A; as rubricas são mais freqüentes nas primeiras páginas da novela, mas depois tornam-se muito mais espaçadas, correspondendo indiferentemente ao conteúdo provável dos capítulos. Por isso, não é necessário concluir pela ausência de quaisquer episódios que se encontram na ed. de 1535; provàvelmente encontraríamos nêles os caps. 28 e 29, embora as rubricas se refiram só a Bandemago e Le Morholt, às últimas aventuras de Balin Selvagem—ao assassínio de Garlan, ao Golpe Doloroso, à morte e inumação dos irmãos. As duas edições apresentam em comum três características, que provàvelmente não ascendem ao arquétipo peninsular. As obscuras profecias de Merlim (1), que teriam sido colocadas no reinado do rei Pendragon e feitas a Uther (cap. 75), foram acrescentadas à entrevista entre Merlim e Vortigern, onde interrompem o sentido. Como o manuscrito 2-G-5 e a *Cronica* de 1404 são demasiado breves para nos informarem acêrca do estado do texto daquelas profecias, talvez possamos concluir, embora arbitràriamente, que uma não foi nunca conhecida ao sul dos Pirinéus, numa ordem correcta. O êrro é, todavia, totalmente característico

(1) 9-A. Cap. (s. num.): «Como Merlin dixo al rey Berenguer ciertas profecias». *Cf.* ed. de 1535, cap. 52.

das tradições arturianas da Espanha e de Portugal, sendo acompanhado também por dois outros de origem peninsular. Êles concordam na transferência das aventuras de Bandemago da sua relação com a visita a Merlim para um lugar que divide exactamente em duas partes a de Balin e Balan (1); mas nem por isso êles são mais consistentes com cada um dos outros, nem consigo próprios. O Golpe Doloroso (cap. 283) dá comêço aos Tempos Aventurosos, mas algumas das suas primeiras aventuras são realizadas por Bandemago mais de trinta capítulos antes (cap. 250) (2). O redactor de 1535 não sabia como nem quando Bandemago deixou a côrte, nem como ou porque chegou êle à prisão do pai de Urien: todavia, segundo Juan de Burgos, Bandemago deixou Camalot no capítulo a que nós demos o número 37-A, ocorrendo as suas aventuras nos que têm os números 28 e 29 (3). Esta enumeração (4) pode explicar o êrro. As aventuras de Bandemago seguiram a derrota dos Cinco Reis numa seqüência de capítulos, numerados à moda romana, XXXVII, XXXVIII, XXXIX e XL; mas os dois números do meio foram alterados em XXVIII, XXIX e transferidos para o corpo do romance, cancelando as rubricas de XXVIII e

---

(1) *Baladro,* 1498, caps. 28 e 29; 1535, caps. 241-61.

(2) *Bal.* de 1535, cap. 283: «Agora comiençan las auenturas del reyno auenturado»; cap. 250: «y este Bandemagus fue de los primeros que las auenturas e marauillas del reyno de Londres començaron».

(3) *Bal.* de 1498, cap. s. num. (37-A): «como Baudemagus salio de la corte del rey Arthur muy despechado por que no le habian fecho caballero de la Taba redonda, e al rey e a los otros grandes les peso».

(4) Os números figuram em caracteres romanos: Cap. XXXVII: «como el rey Artur fizo batalla con los cinco reyes».

Cap. s. num.: «como Baudemagus salio», etc.

Cap. XXVIII: «como Baudemagus se combatio con su primo Anchises».

Cap. XXIX: «como Morlot llevo de las tiendas una donzella».

Cap. XXXVIII: «como Baudemagus tomo a Morlot de Irlanda una donzella».

Cap. XXVII: contém a visita da mulher de Ebron ao rei Artur e o cavalheirismo de Brehus *sans pitié* (ed. de 1535, caps. 238-40). Como êste incidente não se encontra em Malory ou no *Merlin* de Huth, talvez deva referir-se ao *Conte del Brait.*

XXIX que se referiam a Balin e ao Golpe Doloroso; a XL corresponderia então, de novo, o número XXXVIII. Contudo o mesmo resultado poderia obter-se possìvelmente de alguns erros semelhantes de foliação, e faltando-nos um relato satisfatório do *Baladro* de 1498 não seria prudente acreditar em qualquer das explicações. É todavia indubitàvelmente um êrro mecânico surgido adentro do período espanhol do romance, porque os dois textos mostram claramente duas redacções. O de 1498 abre o seu cap. 38 com as palavras: «Despues que Baudemagus tomo su donzella que no respondio a Morlot ninguna cosa de lo que le decia...»; e continua depois até ao encontro de Bandemago com Merlim. Mas nos termos da ed. de 1535 torna-se necessária a juxtaposição dos capítulos 261 e 332. A terceira característica comum dos *Baladros* é o terem terminado o romance com a conclusão do *Conte del Brait*. Segundo a ed. de 1498, Bandemago volta para junto da sua donzela, que tinha ficado muito horrorizada com o grito de Merlim, leva-a a Le Morholt, manda-a embora e regressa à côrte do rei Artur, deixando Le Morholt ainda no campo; segundo a de 1535, Bandemago volta à sua donzela, que encontra morta de susto (1); não há, pois, necessidade de visitar de novo Le Morholt, seguindo o seu caminho direito à capital. A diferença principal no conteúdo entre os dois romances é que o primeiro ainda conserva o episódio da guerra do rei Artur com os Cinco Reis (cap. 37), que foi omitida na segunda edição para se levar a visita de Bandemago a Merlim (caps. 333–340), a tomar contacto imediato com o enterramento de Merlim (cap. 332). As diferenças acidentais são a superioridade do estilo da obra de Juan de Burgos, e a circunstância de esta edição possuir dois prólogos e um epílogo que faltam à outra. As profecias espanholas de Merlim são peculiares ao exemplar sevilhano (2).

---

(1) «muerta... por miedo de los baladros». Uma metáfora tomada à letra.

(2) Ambos os *Baladros* contêem 1, 3, 4; ambos omitem 5, 6, 7, 8, e trocam o lugar de 3. A ed. de 1498 tem 2 e um resto de 6, perdido na ed. de 1535. A ed. de 1535 perdeu ambos os 2 e a primeira metade de 3.

Assim a comparação das duas versões castelhanas do *Baladro del Sabio Merlin* revelam um ponto de contacto entre as suas tradições textuais dentro do período peninsular do romance. Quando cotejada com passagens paralelas ou novelas francesas e portuguesas, esta antiga história castelhana mostra rastos de duas espécies de particularidades: houve certas alterações deliberadas, e especialmente abreviações, e houve erros mecânicos devidos à ignorância. A prova do *lai de Bretanha* deve avaliar-se não como indício necessário da linguagem e circunstâncias da primeira tradução, mas como dando um relato de texto mais antigo do que o dos *Baladros* existentes; porque se, como sustentámos, a tradução da *matière de Bretagne* se fêz emquanto as duas nações ainda possuíam uma unidade de cultura intacta, é igualmente razoável supor que as divergências de tradição deviam referir-se à época em que aquela unidade se quebrou. O mesmo interêsse e importância se ligam à *Historia dos Cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal*. Êste manuscrito do séc. XV não é tradução original nem é cópia cuidadosa; mas ainda conserva a forma e expressão originais, com que a obra castelhana tem sido muitas vezes reeditada. A separação das obras castelhanas ocorreu, mais provàvelmente, na primeira metade do séc. XIV; desde essa época a *Demanda* castelhana, assim como o *Baladro* castelhano, têem estado expostos a modificações intencionais e mecânicas.

A *Demanda do Santo Graal* portuguesa conservou, sem modificações essenciais, a combinação da *Quest* e da *Mort d'Artur* que foi imaginada pelo chamado Boron (1). Aproveitando e encorporando largamente aquela história que foi ajuntada ao *Lancelot* em prosa, o compilador trabalhou por sugestão do *Tristan* em prosa, *Palomède* e *Méraugis de Portlesguez*. Êle não compreendia muito bem o significado do seu original, mas às vezes inventava episódios para a explicação dos quais não tinha medida. Ninguém cuidava do Navio Sagrado; ninguém pensava em nada mais senão em dar bofetadas e sôcos.

---

(1) V. a excelente crítica de A. Pauphilet in-*Romania*, XXXVI, págs. 591-609.

Galaaz é tão absurdamente pugilista como qualquer outro cavaleiro. Como o inventor presumia que os seus leitores conheciam o *Lancelot du Lac* e *Queste del Saint Graal*, separou a ligação lógica das duas obras, introduzindo os actores principais sem prévio anúncio, contradizendo-se a si próprio, deixando inacabadas as suas próprias sugestões, dirigindo constantemente a atenção dos leitores para a literatura estranha, mas sempre com a impudente insinuação da sua própria autoria ou da dos seus colegas na fraude, Hélye de Boron e Luce de Gast. Nem ao menos a conformidade das duas partes da trilogia é assegurada pelas suas citações de Roberto de Boron e do *Conte del Brait*, pela sua hostilidade a Galvão, pela sua concordância com o *Tristan, Palomède* e *Méraugis*, pela proeminência adjudicada a estes heróis e a Bandemago, e pela prova infalível do seu estilo dispersivo e construção incorrecta. Tais pontos de contacto são maiores do que provas de contradição interna, porque (como muito bem disse A. Pauphilet) é da própria natureza da *Quest* de Boron não ser invariàvelmente constituída.

Assim é a *Quest* de Boron e assim a *Demanda* portuguesa. O escriba não tem liberdade em face dêste texto. Contudo poucos fólios desapareceram: um passo sôbre a morte de Erec (esp., caps. 165–8), um outro sôbre a tempestade de Galaaz do Castillo Folon (caps. 285–8), e o episódio da Viúva Desherdada (caps. 292–6), é tudo o que falta. Entrando em pormenores ainda mais insignificantes, o escritor português manifesta alguma incerteza sôbre se o seu original seria obra latina ou francesa, demonstrando que provàvelmente nem uma coisa nem outra; esquece-se de se nomear a si próprio ou à sua língua, tem uma predilecção pelos nomes próprios, comete extraordinárias «calinadas» e parece incapaz de confrontar a sua obra com outros originais arturianos: em tudo o que respeita aos textos castelhanos, apesar do severo editor que êles tiveram, mostra uma tradição de escriba mais sincera (1).

---

(1) Cf. H. O. Sommer, in *Romania*, XXXVI: pág. 548, port.: «destoria, aquella domaa, ante a jnsoa grande», esp.: «descocia, en aquella demanda,

As edições que existem do romance castelhano, 1515 e 1535, apresentam unidade de assunto com a *Queste del Saint Graal*. A sua feição mais importante é a perda acidental de uns 50 fólios referentes a Bors, Percival e Bandemago (1); e isto, juntamente com muitas outras excisões e perdas, reduziu o romance a não menos de dois terços da sua extensão original (2). Não são pouco freqüentes actos de impaciência: o revisor põe um limite nas «expressões» e desfechos inúteis, e acha desnecessário repetir o que já fôra dito em outras partes da trilogia. Economiza espaço em especificar os episódios do Graal, não devido a um temperamento prático que não vê interêsse em semelhantes mistérios, mas porque as achou duplicadas do *Quest* de Map, o que êle próprio declara ter já transcrito. A sua influência principia no meio do romance (cap. 226), pelo que entende dever eliminar passagens referentes ao navio de

---

ante la joyosa guarda»; port.: «gram batalha»; esp.: «gran bretaña»; pág. 549: «a corrupção de nomes próprios é em espanhol, e mais especialmente em português, levada até um incrível grau» (*e. g.* port.: «Gadram», esp.: «Tristan!»); pág. 561 (cap. 184), port.: «mais nom vos direi como, ca o nom achei em frances nem Boirom diz que en mais achou na' grande storia do latim de quanto eu vos conto», esp.: «ca ya deuisado lo ha en el cuento como murieron & los otros falle en franças & no lo escreui en castellano. Mas habla la gran hystoria de Llayn de quanto yo cuento»; págs. 555–7 (cap. 52), port.: «madar, filho sofra», esp.: «mudar, philosophia»; port : «nem eu direy mais,...», esp.: «ni yo Joannes Biuas no vos dire ende mas de lo que vos el dize: ca so frayle & no quiero mentir»; port.: «de frances em latim», esp.: «en franças».

(1) Depois do cap. 126, correspondente aos fols. 51–103 do texto português. O êrro pode justificar-se pela semelhança de GALUAN&gARiETe (cap. 126) com GALUAN&EREC (237).

(2) As omissões são: cap. 31, 3 parágrafos; 49, 5 par. referentes a *Joseph;* 52, 3 par. de «senificanças»; 126, 52 fólios; 141, 1 par.; 194, 6 fólios; 201, 22 linhas; 225, 23 linhas; 226, 3 fólios referentes ao navio de Salomão; 229, 8 fólios, Caifás; 241, 3 fólios; 291, 2 fólios, navegação de Lançarote e Galaaz; 358, 3 fólios, Corbenic; 373 e ss., conclusão de Boron, 6 fólios. Nos caps. 226, 229, 241, 291, 358 a omissão é justificada por uma referência ao *Libro de Galaz* (226: «lo auemos escrito en el libro de Galaz»), que ocorre nos primeiros quatro exemplos da *Quest* de Map e no quinto da *Quest* de Boron, com o fim de enganar o leitor.

Salomão; Caifás e à navegação de Lançarote. À história de Map chàma-lhe *El Libro de Galaz*, e a versão de Boron é *La verdadera hystoria del Sancto Grial*; mas no cap. 358 a obra de Boron é o *Libro de Galaz*. Neste momento é que o redactor se preparou para mistificar os seus leitores. Os doze cavaleiros reünidos em Corbenic deviam ter (e na versão portuguesa tinham) concluído a *Demanda*, curado o Rei Mutilado, e partido, deixando os três heróis para irem concluir a obra. Mas o revisor castelhano expurgou esta conclusão, nomeando simplesmente os componentes do grupo; nos caps. 359–72 continuou a seguir o pseudo Boron no que respeita às aventuras de Palomades e à exposição das maravilhas, e no final do cap. 372 coloca-as uma vez mais fora de Corbenic. Depois de três anos de aventuras sem causa nem motivo, e apesar de uma frase que limita todo o livro a um ano e meio, obriga os pesquisadores a voltar a Corbenic para concluir-lhes a aventura (373–90) ao modo de Mestre Walter Map, a quem cita (1). Esta conclusão é mais feliz do que o livro, mas a versão castelhana aumentou a ignorância de Galaaz, fazendo-o tropeçar no seu intento não duas mas três vezes. O estilo é desordenado e incoerente; as rubricas estão freqüentemente erradas (2), e o leitor deverá notar que o *Baladro* abriu com o 540.º ano da nossa era, ao passo que (¡o tempo andou para trás!) a *Demanda* começara no 454.º (3).

A *Mort d'Artur* do pseudo Boron ocupa os caps. 391–455 das *Demandas* espanholas e os fólios 187–199 do texto português, sem divergências de nota. No MS. 2-G-5 os incidentes de abertura são referidos em uma passagem que vai desde a conspiração de Agravain e seus irmãos até à recusa das propostas de paz de Lançarote (caps. 391–417); mas a maior parte é simples resumo, sendo o espaço ocupado apenas com a re-

---

(1) Cap. 385: «segun lo dize maestre Gualter».

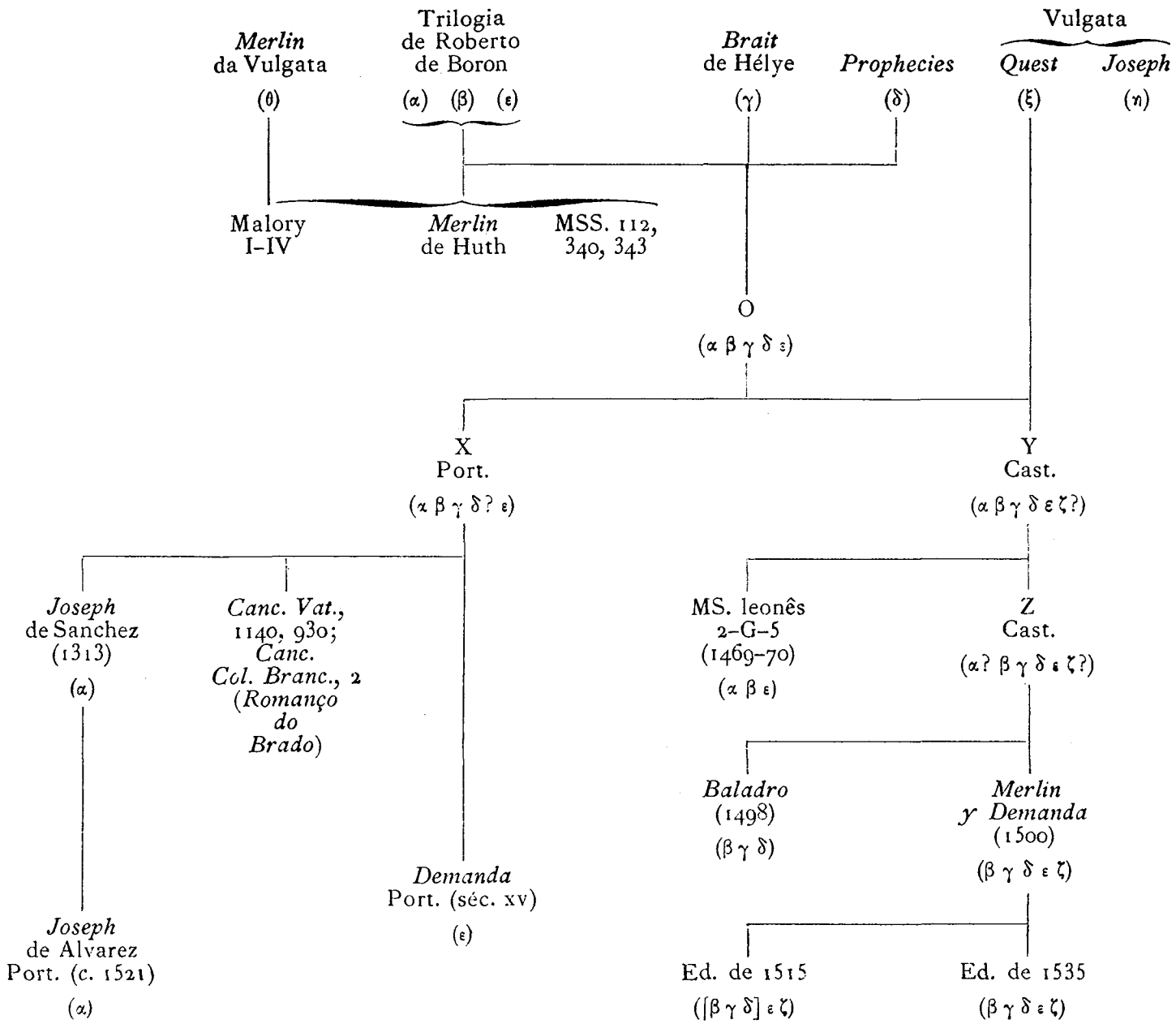
(2) Por exemplo o do cap. 58 refere-se aos caps. 292 e ss.

(3) *Baladro*, cap. 26: «a quinientos e quarenta años despues de la pasion de Jesuchristo». *Demanda*, cap. 6: «a .ccccl. iiij años complidos de la muerte de Jesu-Christo».

velação do adultério da rainha e a mensagem de reconciliação, sendo dada menor liberdade à emboscada, à exaltação de Lançarote e ao combate no lugar da execução. Todavia estes textos têem a particularidade de ser acessíveis em quatro textos, três dialectos e dois séculos, e ajudam a documentar o que já temos dito no *Tristan*, o constante processo de modernização que afectou os romances espanhóis da Bretanha na sua história de dois séculos e meio (1). A narrativa é um resumo da história da Vulgata tal como se encontra ligada ao *Lancelot du Lac*, mas termina com a traiçoeira invasão de Logres pelo rei Marcos e a sua ignominiosa morte.

Tendo examinado os textos aproveitáveis da trilogia em Espanha e Portugal, devemos tentar indagar a sua genealogia, autoria e data — operações incertas cujo prémio é simples probabilidade. A tradução original (O), correspondente precisamente ao seu modêlo francês, deve ter compreendido o *Joseph* (α), *Merlim* (β), etc., e a *Quest* (ε) de Boron, juntamente com o *Conte del Brait* (γ) do seu companheiro de armas e as *Prophecias* a Uther (δ). Não há indícios de uma Vulgata ou *Joseph* (η) de Map nem de um *Merlin* (θ), mas uma *Quest* (ζ), correspondente, é parcialmente reproduzida pelo revisor da *Demanda* espanhola. A conformidade das edições de 1515 e 1535 provàvelmente ascendia ao hoje inacessível *Merlin y Demanda del Sancto Grial* de 1500 ($\beta\gamma\delta\varepsilon\zeta$), que perdera a primeira parte da trilogia, os Cinco Reis, o episódio do escudo de Morholt e a conclusão do Santo Graal de Boron, mas possuía as profecias espanholas de Merlim e a visita de Map a Corbenic. O *Baladro del Sabio Merlin con sus profecias* (1498) não

(1). *Cf.* K. Pietsch, in-*Modern Philology*, XI, pág. 4, que cita: a ed. de 1515, «asonada, ledo, honrro, afijado, feziste, fecho, vos»; ed. de 1535, «juntada, alegre, honro, ahijado, heziste, hecho, os». Nota também a sua coincidência nos erros de tipografia. Cf. também O. Klob, in-*Zeitschrift für rom. Phil.*, XXVI, págs. 200-1; MS. 2-G-5 (1469-70): «y si el al diz que esta guerra començo por la muerte de sus sobrinos...»; *Demanda* port. (sec. xv): «E se diz que começou esta guerra por morte de seus sobrinhos...»; *Demanda*, esp. (1535): «Y si os dixere que esta guerra començo por la muerte de sus sobrinos...».


Merlin da Vulgata
(θ)
Trilogia de Roberto de Boron
(α) (β) (ε)
Brait de Hélye
(γ)
Prophecies
(δ)
Vulgata
Quest
Joseph
(ξ)
(η)
Malory I-IV
Merlin de Huth
MSS. 112, 340, 343
O
(α β γ δ ε)
X
Port.
(α β γ δ? ε)
Y
Cast.
(α β γ δ ε ζ?)
Joseph de Sanchez (1313)
(α)
Canc. Vat., 1140, 930; *Canc. Col. Branc.*, 2 (*Romanço do Brado*)
MS. leonês 2-G-5 (1469-70)
(α β ε)
Z
Cast.
(α? β γ δ ε ζ?)
Baladro (1498)
(β γ δ)
Merlin y Demanda (1500)
(β γ δ ε ζ)
Demanda
Port. (séc. xv)
(ε)
Joseph de Alvarez
Port. (c. 1521)
(α)
Ed. de 1515
([β γ δ] ε ζ)
Ed. de 1535
(β γ δ ε ζ)

é, certamente, aproveitável para comparação com o terceiro ramo; a única indicação das profecias espanholas está no título, que pode ser tomado como referindo-se às que Merlim fêz a Uther; mas possui uma conclusão mais completa que as suas semelhantes. O *Merlin y Demanda,* 1500, e o *Baladro del Sabio Merlin,* 1498, evidenciam juntos uma obra ainda mais antiga (Z), bipartida ou tripartida, que mostrou as suas particularidades comuns (α? βγδεζ?). Mas esta hipotética Z não pode ter sido o original castelhano, pois as suas transposições são manifestamente posteriores; por isso nós acrescentamos um Y anterior. O manuscrito 2–G–5 é de posição ambígua. As suas lições são demasiado escassas para serem citadas como prova, e não tocam em nenhum dos traços característicos dos outros textos existentes; e poderia bem provir quer de tradição castelhana quer portuguesa, e também de Y ou Z: de modo que quando o atribuímos à primeira e, na dúvida do apoio do seu silêncio sôbre as profecias, o atribuímos a Y, a nossa acção é um tanto arbitrária. É contudo pràticamente certo que a Y não faltava um *Joseph Abarimatia* (αβγδεζ?). Uma concisão semelhante na *Cronica* de 1404 impede que classifiquemos o texto de que o autor se serviu em 1390. A *Demanda* (ε) portuguesa do séc. XV presume a existência de um *Romanço do Brado* correspondente, de que se fala nos n.os 1:140 e 930 do *Cancioneiro da Vaticana* e no n.º 2 do de *Colocci-Brancutti.* O *Liuro de Josep Abaramatia* conserva o primeiro ramo de Boron (α). O *Josep, Brado* e *Demanda,* combinados, levam a supor a existência de um romance composto de tôdas as três partes (X) e de uma tradição mais antiga do que Z ou mesmo, talvez, Y (αβγδ?ε). Finalmente, como é certo que as novelas de ambas as línguas ascendem a uma simples tradução, poremos uma outra desconhecida (O) à frente do quadro que tomará a forma que pode ver-se na pág. 152.

A admissão de quatro desconhecidos (OXYZ) parece embaraçar a genealogia com incertezas, mas devem tomar-se antes como simples típicos das numerosas redacções sofridas pelos nossos manuscritos e não como afirmações exaustivas. Depois da introdução da arte da imprensa em Espanha, e em face do

Amadis e seus descendentes, o decadente *Merlin y Demanda* teve quatro edições em quarenta anos; mas no período da sua florescência, o séc. XIV, quando cada exemplar era em alguns pormenores modificação do original, e cada escriba um compilador, as edições devem ter sido mais freqüentes e o processo de modificação mais rápido. Possuímos, de facto, só os restos de uma considerável literatura do mesmo assunto, um número desconhecido de versões em ambas as línguas da Península, que derivam de O. ¿Em que língua ou dialecto foi escrito O? Por quem? Quando?

Quanto aos primeiros dois pontos, as *Demandas* castelhanas são explícitas: foram escritas em castelhano por Fr. Juan Bivas (1). Podíamos certamente supor Bivas o autor das redacções Y ou Z, e que tivesse conhecido a versão portuguesa, quem a traduziu ou de que língua estrangeira; mas pelo que respeita ao primeiro caso, êle é simplesmente omisso, e, quanto a êste último caso, inclina-se para a opinião de que Boron escreveu em latim (2). Quando relembramos a melhor tradição do texto castelhano, apesar da sua violenta revisão; quando consideramos que o poder para contaminar pressupõe um acesso mais livre dos textos arturianos, concederemos provàvelmente à reclamação de Bivas uma verosimilhança intrínseca e autoridade textual.

---

(1) *Demanda*, cap. 52: «ni yo Joannes Biuas, no vos dire ende mas de lo que vos el dize, ca so frayle e no quiero mentir». O nome está hoje confirmado pela descoberta do prof. Pietsch de «Joam Biuas» no texto do *Josep*.

(2) Comparar: cap. 35, esp.: «mas porque la ystoria deuisa en frances»; port.: «mas porque a estoria nom nomeou» — um êrro; cap. 52, esp.: «mas esto no lo oso tresladar ruberte de brunco en françes»; port.: «mas esto nom ousou Madar [*sic*] ruberte de borem de françes em latim... nem eu nom direy mais segundo meu poder»; cap. 194, esp.: «los otros falle en françes & no lo escreui en castellano. Mas habla la gran hystoria de Llayn de quanto yo cuento»; port.: «Mais nom vos direi como, ca o nom achei em frances nem Boirom diz que en mais achou na grande storia do latin de quanto eu vos conto» — o port. está completamente errado; o esp. ficará correcto se for emendado: «los otros *no* falle...».

Contra o nome de Bivas, por desconhecido, nada pode objectar-se. Contra a sua linguagem o Prof. Pietsch escreveu dois artigos filológicos (1), o primeiro dos quais estabelecia que o dialecto do manuscrito 2-G-5 era leonês ou influenciado de leonês, e o segundo discute a «presença de certas palavras portuguesas e particularidades da sintaxe portuguesa» neste e nas *Demandas* espanholas. O primeiro é baseado na morfologia; o último é apoiado por um vocabulário de umas 36 palavras ou partículas, de que ocorrem 14 na *Demanda*. Nem tôdas elas são igualmente conclusivas; e, se consultarmos indiferentemente os vocabulários medievais ou os modernos (e decerto para aquele período não possuímos uma lista de palavras que se compare mesmo ao insuficiente *Dicionario* da actual linguagem), então podemos conceder algum crédito aos exemplos restantes apresentados em apoio da teoria; e, afinal, é condição dos nossos estudos, embora extravagante, que a pior das autoridades antigas é melhor do que a melhor das modernas conclusões. Em face das asserções do texto, e de que já observámos as respectivas tradições de Castela e Portugal, requere-se uma base mais larga para qualquer teoria que intente o paradoxo de deduzir o castelhano do português inexistente; a posição de 2-G-5 não está suficientemente determinada devido à necessidade de material em que se possa encontrar um juízo; e se formos até substituir o «castellano» de Bivas por qualquer outro dialecto, hesitaremos decerto em colocá-lo a oeste de Leão.

---

(1) K. Pietsch, *On the Language of the Spanish Grail Fragments*, in *Romance Philology*, XIII, págs. 369-78 e 625-46. O Prof. Pietsch é agora de opinião que êles estão escritos em uma linguagem mesclada, bàsicamente castelhana, mas tingida com elementos leoneses e galegos, e defende a teoria da prioridade castelhana. V. *Apêndice*. As críticas acima, por isso, não se referem estritamente às suas vistas, mas podem bem ficar como oposição às vistas que outros têem tido sôbre os seus dados lingüísticos. Parece também que o próprio Pietsch sofreu uma certa mudança de opinião em três décadas do seu estudo dêste manuscrito. O seu programa de 1911 era decerto deduzir uma conclusão portuguesa de restos de palavras e sintaxe portuguesas — *«por el hilo se sacará el ovillo»*.

Como do texto do *Merlin y Demanda* não podemos obter a data da tradução, somos obrigados a interrogar os acidentes que o acompanham. Essas fontes de instrução não são naturalmente as mais dignas de crédito, porque podemos ser iludidos por falsificações ou interpolações; elas são, porém, no fim de contas, habituais. Quando estudamos as traduções modernas, é só dos prefácios que podemos deduzir a data e autoria da versão e o progresso das suas edições; mas isso nem sempre é fácil, como poderemos ver por certas reimpressões recentes, para informar alguém em tais pormenores quando um editor resolveu seguir o caminho traçado. O tradutor medieval, por outro lado, era menos responsável pela sua fidelidade ao original, e raras vezes deixava de dar indicações da sua identidade e circunstâncias no texto, mas estas provas tenderam a desaparecer dos romances que nos interessam; e na reprodução da obra êle estava absolutamente desprotegido contra os interêsses dos piratas de livros (1). Feitas estas restrições, negar simplesmente a utilidade do assunto acidental na tradução da trilogia não seria uma posição inteligente, pelo que nos compete prestar uma atenção mais imparcial a qualquer testemunho que para nós possa existir nos prefácios, epílogo e profecias juntos às várias edições (2).

As *Profecias de Merlin*, ligadas ao *Baladro* de 1535, dão a história posterior da obra, e devemos recapitular o que já dissemos respeitante a êles. Estão escritos num estilo difícil

---

(1) No caso presente, o tradutor da trilogia teve o cuidado de suprimir o nome de Boron em um certo número de passos, e um tradutor português suprimiu o de Bivas.

(2) K. Pietsch, in-*Modern Philology*, XI, pág. 15, n.º 2: «É verdade que o redactor de B (*Merlin*, I, pág. LXXXVIII) diz, referindo-se à sua obra: 'yo no de mio este libro copile, mas transferile de una lengua en otra'. (Do mesmo modo no 'Prologo', pág. LXXXIII). Mas bastará citar Gayangos, *Libros de Cabellerías*, XLVI: '(es) sabida la invariable costumbre de los escritores de este género de libros, quienes, sin excepción alguna que sepamos, pretendieron siempre haber hallado sus originales en lengua caldea, griega, húngara e inglesa' (juntar: arábiga—*Leopolemo*, I, *D. Quixote*)». Mas é raro ser bastante citar a menor parte do contexto de Gayangos. O *Tirant lo Blanch* talvez não seja uma tradução; mas algumas das

e confuso, que é freqüentemente impossível reconstituir; não obedecem à ordem cronológica; abundam em datas, as quais, todavia, em parte pela conversão da era juliana na era cristã, em parte por causa da possibilidade dos números romanos poderem corromper-se, são totalmente duvidosas; foram confundidas em várias ocasiões e é possível que a sua matéria mais antiga possa encontrar-se misturada com a mais moderna. Mas podemos aventurar-nos a algumas generalizações. As últimas referências estendem-se por todo o séc. XV e chegam até ao ano de 1488; predizem a reünião da Cristandade, a ruína da África, o império da Espanha, e outras matérias semelhantes que Gutierre Diez de Games nos pede para aguardar (1). Nas referências ao anterior séc. XIV parece-nos ver o azedume dos contemporâneos na alusão a D. Pedro *el Cruel* (2), e o conhecimento contemporâneo de Henrique III (3); êste está destinado a reerguer as ruínas que aquele fêz (4) e os dois passos devem ter sido escritos por algum «profeta» que, como Ayala, trazia o ódio da guerra civil para os reinados dos Trastâmaras. Estas passagens e as do séc. XV usam uma *ménagerie* de leões (coroado, jovem, cruel, etc.), lôbos, onças, cavalos, cachorros e burros, que provêem das obscuras profecias de Merlim a Uther no *Livre des Prophecies Merlin;* esta *ménagerie* solta-se primeiro nas lutas durante a menoridade de Afonso XI, quando a ficção da visita de Maestre Antonio a Merlim atinge e autoriza uma série de factos que vão desde a sua aclamação

---

novelas arturianas são-no indubitàvelmente, e é perfeitamente caprichoso pôr de parte qualquer fonte de instrução respeitante a essa obra.

(1) Por exemplo, pág. 161 (ed. Bonilla): «...y esto sojuzgara todas las tierras de Africa vn reino en la ysla. Y en este tiempo descendera el Imperio en el reyno de España... e la su morada sera en la tierra santa de Jerusalem... y en aquel tienpo sera la yglesia de Sant Pedro mas honrada...».

(2) Pág. 158: «asno de maldad, conplido de toda crueldad».

(3) Pág. 159: «vn pollino leon se leuantara en este tienpo, perezoso, adormido, e con grandes llagas».

(4) Pág. 159: «los quales el asno de gran maldad e lleno de toda roña, con su solo bramido vuo sacado e descortezado».

até à sua vitória no rio Salado (1312-40). Maestre Antonio tem também algumas coisas a dizer sôbre D. Rodrigo, Pelaio, os Afonsos I e III e outros reis; mas estes parágrafos são superficiais e o seu conhecimento real dos factos é só patenteado adiante no reinado do undécimo Afonso. No cap. 341, que talvez seja o mais antigo, cita a Leona de Molina (Rainha D. Maria) e a data de 1350, número que, embora citado como um ano de Cristo (o que é absurdo), deve ser lido como da era juliana, isto é, A.D. 1312; é possível que alguns outros passos incompreensíveis do capítulo devam ser tomados como alusão à queda dos Templários naquele ano (1). Todavia isto pode estar certo; o interêsse de Maestre Antonio pelo reinado de Afonso XI e o seu estilo zoológico são confirmados, como vimos, por Rodrigo Yáñez que escreveu cêrca de 1344 e fala no pretérito perfeito. Emquanto não é possível obter prova mais decisiva da sua coerência com o *Baladro* numa data tão recuada, não temos razão para duvidar de que êles sempre formaram um só corpo; porque a sua autoridade dependeu ìntimamente da do *Liure des Prophecies Merlin*, parcialmente encorporado com o *Baladro;* vimos que, numa data não muito posterior a Yáñez, o exemplar de Villasandino continha provàvelmente o *Baladro, Profecias* e a *Demanda* em contacto imediato.

Tanto em assunto como em estilo, estas profecias de Maestre Antonio oferecem nítido contraste com as que Merlim fêz um dia no palácio do rei Artur (2), e algumas das quais foram reveladas por um frade de Molina a D. Manuel, em Sevilha. Nestas o estilo é franco e claro, um tanto moralista e arrogante, anti-dinástico; o assunto refere-se a Afonso X, Sancho IV e Fernando IV. A sua inteligibilidade expô-lo às barbaridades

---

(1) Cap. 341: «Desde diez y nueue fasta en veynte vno e tres dias del mas del millar e los trezientos cinquenta años de mas de la era de Jesu Christo, en estos tiempos, en los canpos de Italia, en la cabãna de Romulo el pastor, sera tornado el leon muy cruel, e no se fartara, e rompera las greyes de sus ouejas por quatro partes,...» A era cristã não foi adoptada formalmente em Castela até às Côrtes de Segóvia, em Setembro de 1383 (*Cron. de D. Juan I*, año 1383, caps. V-VI).

(2) Págs. 155-7: «Estando Merlin vn dia en el palacio del rey Artur».

do que o emendou, e é decerto um dos partidários dos Trastâmaras o responsável pela referência à deposição de D. Pedro (1369). No texto aparece uma data, 1467, embora elas sejam raras. É mais sério terem sido encorporadas a estas profecias duas anedotas francesas, que dificilmente podem ser contemporâneas dos seus assuntos. A interessante história de como Afonso *o Sábio* declarou que, se fizesse a Criação em vez de Deus, teria corrigido os seus erros, é citada por Byron e geralmente atribuída a Pedro IV de Aragão (1337–57) ou ao seu companheiro na crónica, Descoll; mas a graça é boa demais para não ser anónima. A *Crónica de Fernando IV*, o *Livro das Linhagens,* e esta secção das profecias espanholas contêem a anedota da citação de Fernando para comparecer perante a Mansão do Juízo dentro dos trinta dias de um assassínio judicial; e embora, como é óbvio, fôsse copiada de uma história semelhante referente a Felipe *o Belo*, a sua aplicação castelhana não deve ser muito posterior à morte de Fernando IV. Há assim razões para duvidar da existência destas profecias de Merlim em Londres; ¿mas não têem bases de facto? Elas sentiram a influência dos Trastâmaras, mas não são um perfeito documento de propaganda em favor da nova dinastia, que não teve qualquer desavença com os três reis aqui mencionados. Por outro lado, representam, com suficiente precisão, a política anti-dinástica de D. Manuel, já citado, e D. Juan Manuel, que podia servir de precedente aos rebeldes posteriores. D. Manuel esteve em Sevilha, cêrca de 1283, quando as intrigas à volta da rebelião de D. Sancho contra seu pai eram mais cerradas; a sua política era proteger os dois na expectativa da ruína de ambos (1), e a mesma hostilidade, encoberta ou declarada para com a dinastia, foi continuada por seu famoso filho D. Juan Manuel, nos reinados subseqüentes. Até a citação de Molina tem uma probabilidade intrínseca, visto que a sua prisão por D. Sancho em nome de sua mulher foi o núcleo tempes-

---

(1) *Cron. de D. Alfonso X,* pág. 65: «commo quier que dijeron que les placia, non era ansi, antes les pesaba, que rrescelaban de la avenencia que serie contra ellos».

tuoso duma série de intrigas. Em resumo, talvez estas profecias constituam um panfleto a favor de D. Juan Manuel nas contendas sôbre a regência da rainha D. Maria de Molina, mas quer concordemos ou não que elas contenham um núcleo de factos contemporâneos, as actividades de Maestre Antonio são suficientes para nos levarem até aos primeiros anos de Afonso XI. A composição da obra efectuou-se, por isso, no reinado de um dos seus predecessores, Afonso X, Sancho IV ou Fernando IV.

É dos Prólogos e do Epílogo do *Baladro* de 1498 que devemos esperar identificar êste monarca. Juan de Burgos mente impudentemente em todos êles. Possui, porém, o sentido do estilo; a sua linguagem tem, tanto quanto podemos julgar, um fim propositado, conseguindo transformar um texto vago em prosa artística (1). Estava acostumado a fazer mau uso da sua indústria em tentar prover obras de prólogos, ou dar uniformidade aos que encontrava; e ao fazê-lo, obliterou indubitàvelmente algumas indicações valiosas com relação ao *Tristan* e a êste texto. O seu primeiro prólogo tirou-o por inteiro do manuscrito do *Tristan* que publicou em 1501 (cap. 28). Êste narrava as guerras de Evalach e Meridiantes até à conversão do primeiro e sua prisão; mas em vez de seguir até ao nascimento de Palomades, cujo paganismo era atribuído a esta perseguição, o redactor introduziu um «maestresala que havia nombre Jaquemin», cuja missão era escrever o segundo Prólogo. O Epílogo «impõe silêncio à pêna» (como o do *Tristan*) e refere-se absurdamente ao «propósito ou *prisão*» do rei; e é duvidoso se poderemos obter do Epílogo mais do que re-

---

(1) Assim, num cumprimento ao leitor, emprega uma frase sem fim; *Baladro*, 1535, cap. 338: «E por esto llaman este libro en romance: El Baladro de Merlin, que sera de grado oydo de todos caualleros e honbres buenos que del oyeron fablar, ca los buenos caualleros *de aquel tiempo* nunca, etc.». Mas a ed. de 1498, cap. 38: «Por esto lo llaman el Baladro de Merlin en romance, el qual sera de grado oydo de muchas gentes, en especial de aquellos caballeros que nunca fizieron villania, sino proezas e grandes bondades de caballeria, e cosas extrañas que fizieron los caballeros de la Tabla Redonda».

ferências à «real majestad», e a afirmação de que é tudo tradução (1). O segundo Prólogo é manifestamente a fonte do primeiro. Nêle um súbdito dirige-se ao rei, dedicando-lhe um livro; não há menção de prisão, mas fala com muita expressão dos horrores de uma guerra no território do seu patrono. A narração da guerra contém o *locus* respeitante à mãe que devora os filhos, e ao inimigo, que teria sido Meridiantes, chama-se-lhe disparatadamente duque de Berri. Mas o Berri não foi ducado antes de 1360, e nem o primeiro nem o segundo duque (2) tiveram, ou poderiam ter tido, qualquer importância bélica para Castela; por outro lado, um reino de Berri florescera nos tempos arturianos como implacável inimigo da Casa de Ban e de tôda a verdadeira cavalaria, e o nome podia ser empregado para ocultar qualquer figura histórica. Juan de Burgos esteve muito ocupado com o seu Prefácio também, mas as inconsistências que êle deixou mostram que não podia ser todo obra sua. Pertence ao tradutor, que o dedica a um rei que sofreu muito às mãos de um adversário importante, e que podia congratular-se pelo seu êxito e coragem (3). Dos três monarcas a quem as *Profecias* nos levam, o único que estas leves indicações apontam é Sancho IV (1284–96), cuja prisão do infante rebelde D. Juan e paz simultânea com a França, Aragão, Por-

---

(1) «a vuestra real majestad suplico lo mande corregir e emendar que yo no de mio este libre copile, mas transferile de una lengua en otra». O Epílogo do *Tristan* deixa a correcção da obra aos leitores.

(2) João (1360–1416); Carlos (1447–72).

(3) «E como deseoso me hallasse de la tal disposicion, vino a mi memoria, entre otros libros que pasado he, un libro del sabio Merlin [só?], e paresciome que para exercicio de vuestra majestad seria bien transferirle en otra lengua que le he leydo, para que entenderse pueda, como quiera que vuestra excelencia tenga e aya visto famosa libreria de muchos e diversos libros asi catholicos como del militar officio... entre otros muchos infortunios, que vuestra excelencia pasado ha, uno que poco tiempo ha que padecistes con los del duque de Berri, que vistes a vuestros subditos sufrir infinitas miserias en tanto grado que no dubdavamos de comer diez mil desventuras... E mi opinion es que no ha sido en estos tiempos rey ni principe ni señor que con tanto animo oviese sofrido los infortunios nombrados».

tugal e Granada (1290-1) levaram a nação a uma das mais severas crises da sua história, e cuja coragem feroz foi reconhecida no seu cognome de *el Bravo*.

Poderemos localizar a tradução da trilogia em castelhano por Fr. Juan Bivas, no reinado e devido à protecção de Sancho IV, e numa data cêrca de 1291. Talvez a D. Juan Manuel, a algum partidário de Afonso XI ou ao próprio Maestre Antonio, a um contemporâneo de Ayala, e a escritores posteriores ao reinado de Juan II, ao de Carlos V, possamos atribuir redacções das *Profecias* e também de tôda a obra. Dois livros desta trilogia, e provàvelmente todos três, foram traduzidos para português da versão de Bivas durante o séc. XIV, e ambos subsistem numa forma relativamente primitiva; mas pela indiferença que se nota nas numerosas e descuidadas revisões castelhanas pelas *Profecias* verifica-se que os textos portugueses não exerceram influência alguma.

X

HERÓIS MENORES DO GRAAL: GALVÃO, PERCEVAL. A «FAULA» DE G. TORROELLA

A Espanha e Portugal relacionaram-se dêste modo com a proeza de Galaaz do Santo Graal tal como é narrada por Roberto de Boron, e tiveram um conhecimento bastante grande da versão de Walter Map; conheceram também, com certo desenvolvimento, os outros heróis do Graal, Galvão e Parceval. No *Lancelot*, em prosa, Galvão tem a infelicidade de entrar inadvertidamente no Palácio Aventuroso, e a sua derrota, que o autor da *Demanda* supõe nossa conhecida (1), é o resultado da irreverência. Quando o Vaso Sagrado é trazido por uma serva para a sala do banquete, só a beleza dela lhe atrai os olhares, de tal modo que nem ajoelha nem reza; quando supõe descansar no Leito Aventuroso, uma lança misteriosa fere-o; o seu repouso é perturbado por vozes, trovões, o combate de um leão e de serpentes, lamentos de mulheres, e uma luta pessoal desesperada contra um estrangeiro armado. Aos olhos do herói, agora jazendo ensangüentado e arquejante,

---

(1) *Demanda*, cap. 323: «como Galuan e Gariete se fueron al palacio auenturoso... Dixo Galuan: '¡Ay Señor Dios! si vos plugiere, dexadme entrar en el palacio auenturoso, e salir dende con mayor honra que *otra vez* sali'». O excerto do *Lanzarote del Lago* (Bibl. Nac., Madrid, MS. 9:611: fols. 281–5) foi impresso no apêndice às *Leyendas de Wagner*, de Bonilla (Madrid, 1913), págs. 94–109. Para Galvão como herói do Graal v. *Encyclopædia Britannica*, s. v. GRAIL. A narrativa espanhola é a mesma que nos *Romans de la Table Ronde, Lancelot*, laisse CXXVIII, de P. Paris, ou *Vulgate Version of the Arthurian Romances*, IV, págs. 345–9, de Sommer.

aparece e passa a misteriosa procissão; as feridas de Galvão são curadas, mas não pode ver o antagonista. É agarrado por multidão colérica que o ata a um carro e o leva da cidade no meio de insultos; e um eremita prediz-lhe o insucesso e a morte do rei Artur.

Talvez que a melhor prova da circulação da *Quest* de Perceval em Portugal e Espanha durante os sécs. XIV e XV, possa ainda tirar-se da popularidade do seu nome nos registos baptismais; a respeito de outra informação, nada temos que se refira sem erros a um manuscrito daquela data. É verdade que a *Demanda* portuguesa cita uma *Estoria de Parcival*, em lugar correspondente à lacuna dos textos castelhanos, mas a referência nada implica para as literaturas peninsulares. Houve uma *Historia de Perceval de Gaula, caballero de la Tabla Rotonda, el cual acabo la demanda y aventuras del santo Grial*, publicada no ano de 1526 em Sevilha, por Cromberger, ou em Salamanca, por Varela (1); e êste texto, embora não muito digno de confiança, deve ter apresentado aos leitores espanhóis a substância de *Perceval le Gallois*. Todavia é através do nome de Perceval que a Espanha chega —embora passivamente— ao contacto com uma das mais altas criações da Idade-Média—a grande alegoria de Wolfram von Eschenbach. A identificação do seu imaginário reino do Graal com regiões da Espanha, embora defendida pelas ideas teatrais de Wagner e repetida no nosso século por Barrès, é devida mais ao prejuízo romântico germânico do que a cuidada apreciação do texto. Monserrat ou Monsagro, que foi pôsto em evidência como o original de Munsalvæscle, depende da etimologia *Mons Salvationis*, que difìcilmente é defensável; escrúpulo semelhante impede a união de Salvatierra e Terre de Salvæscle (2). Zazamanc e Azagouc devem procurar-se em África,

---

(1) Bonilla, *op. cit.*, pág. 48; *Tristan*, (1501), Introd. *Cf. Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 214, n. 4.

(2) Bonilla, *Leyendas de Wagner*, defende uma engenhosa teoria sôbre o castelo de Monsagro, perto de Oviedo, onde se conservaram algumas relíquias semelhantes ao Graal, provindas de Toledo.

e por isso com dificuldade os poderemos identificar com Salamanca e Saragoça (1), antes com os Garamantes e Azachæi de Solinus. Mas o «starken Berbester» de *Titurel* 42 é reminiscência do famoso cêrco e saque desta fortaleza por Guillaume de Montreuil em 1064, e a brilhante tomada de Tudela em Navarra (Tuteleunz) por Rotrou de la Perche, em 1114, havia de conservar aquele nome numa memória francesa. A mesma campanha deve ter sugerido o «stolze künec von Arragûn» (67.14), que bateu Uther Pendragon no torneio de Kanvoleis. Pontevedra (Vedrun) era um dos portos em que os vizinhos do canal da Mancha estavam acostumados a desembarcar para irem ao santuário de Santiago de Compostela; seria nome familiar também aos Cruzados das mesmas regiões, que costumavam desembarcar regularmente num ou noutro dos portos galegos no caminho para a Palestina — a estes pertenciam os 14:000 ingleses, normandos e flamengos que tiveram ocasião de louvar a cortesia portuguesa no cêrco de Lisboa, em 1147 (2). Nem poderia ser esquecida Toledo (Dôlet), visto que a sua conquista se efectuou em 1085, com o auxílio de um concurso desusado de Cruzados franceses, alguns dos quais receberam feudos e outros benefícios em Espanha. Em Toledo alguns homens encontraram armeiros (3) e intérpretes mouros e judeus, que podiam narrar as maravilhas dos esplendores de Az-Zahra (4) nos seus dias de glória, da fervorosa actividade comercial de Sevilha (5), e do Chefe dos

---

(1) Milá y Fontanals, *De los Trobadores en España* (*Obras*, II, pág. 51 n.), Barcelona, 1889. *Cf.* Bonilla, *op. cit.* págs. 40 e ss. Para o *Parzival*, de Wolfram, servi-me principalmente da ed. E. Martin (Halle-a-S., 1903), e da trad. de Miss Weston.

(2) *Pasz.* 66.28: «si wellnt durch schilde stechen».

(3) 261.2-4:

«sîn schilt was ze Dôlet
in Kailetes lande
geworht dem wîgande
rant und buckel heten kraft.»

(4) 736.16: Assigarzîonte, capital do conde árabe Gabarîns. *Passim* Azzaria, Assigarzîunde.

(5) Sibîlje Wolfram considera-o um pôrto de mar e com alguma razão.

Fiéis (*mahmumelîn*, esp. *miramamolín*), que governava Marrocos. Durante o séc. XII Toledo era freqüentada por muitos clérigos do norte, que traduziram para latim os livros de Al-Kindî e Ibn-Thâbit (1), estudaram astronomia (2) e nigromância (3), e exportaram para França, Bretanha e Alemanha os seus trabalhos. É neste espírito e tradição que «Kyôt der meister» declara ter achado o primeiro rasto do Santo Graal numa obra cosmológica da autoria de um dos descendentes de Salomão (presumìvelmente Ibn-Thâbit, em cuja genealogia figurava o filho de Betsabéa); e cita como autoridade Flegetânîs (*Felek thânî, Sphœra altera*) (4). Prosseguiu as investigações entre livros latinos, lendo as crónicas da Inglaterra, da França e da Irlanda; mas terminou por fim as referências no Anjou. O conhecimento que o escritor tinha da Espanha não é íntimo, mas uniforme. Sabe de um normando ou francês do norte que combateu por terra nas cruzadas espanholas, viajou por mar até à Galiza, ou ocupou um benefício espanhol com vistas de continuar os seus estudos; e apesar de ser pouco provável que Guyot de Provins tenha podido ver a Espanha sob estes aspectos, procurou conhecimento dela através dos olhos dos seus conhecidos. Da sua ligação evidente com os interêsses e a política da Casa de Anjou, deve ter obtido as suas poucas notas acêrca da política da Espanha. Kailet von Hoskurast e Gahmuret, o Angevino, são amigos, exactamente como Henrique Plantagenet e Afonso VIII, depois do casamento de Leonor de Aquitânia (1170); e algumas das mais obscuras alusões, talvez dos bons ofícios de Henrique no casamento de Matilde

---

(1) 643. 17: «Kancor unt Thêbit».

(2) 782; os sete planetas são citados com o seu nome árabe.

(3) 453. 15–18:

«der karakter â b c
muoser hân gelernet ê,
ân den list von nigrômanzî.»

O «clerk of Orliens» de Chaucer usou as «Tables Toledanes». O feiticeiro de D. Juan Manuel é «don Yllán, el gran maestro que moraba en Toledo».

(4) V. *Parzival*, 452–5, com notas e introd. de E. Martin.

de Portugal com Filipe de Flandres (1184), parecem desmentir os amores de Kailet e Alyzen. Kiot von Katelangen é personagem considerável no romance, e talvez seja alusão a Raimundo Berenguer IV e ao rei-monge Ramiro de Aragão. Estes príncipes peninsulares estão apenas ligados ao vasto complexo dinástico que teve o núcleo em Hènrique II e na rainha Leonor de Aquitânia e Provença.

A história do Santo Graal não teve posteridade em Castela ou em Portugal; mas na Catalunha encontrou outra forma e um herói indígena. Guillem de Torroella (1) foi, como o leitor verá, o principal personagem da sua *Faula*, onde caçou um papagaio e foi inadvertidamente levado por uma baleia para o ocidente, para muitas centenas de milhas de Maiorca; desembarcando numa ilha na escuridão, viu uma bela campina ao amanhecer, e chegou a um esplêndido palácio, onde Artur é guardado por Morgane la Fée; duas rainhas, Amor e Valor, estão à cabeceira do leito de dor do rei; Artur preguntou qual o nome do poeta e informaram-no devidamente, à pregunta do catalão como vivia Artur, foi-lhe respondido que vivia devido à visita anual do Santo Graal; por fim Torroella foi mandado embora com uma mensagem para a humanidade. Na sua forma mais simples esta história referia-se à imortalidade do atacado rei em Avalon, onde Morgane o esperava (2). A *Vita Merlini*, de Geoffrey de Monmouth, identificara já Avalon com as Ilhas Afortunadas (3); outras lendas atribuíram

---

(1) O prof. E. G. Gardner tratará, segundo creio, mais desenvolvidamente desta trad. siciliana na sua *Arthurian Legend in Italian Literature.*

(2) Gervásio de Tilbury, *Otia Imperialia*, II, XVII: «Alteraque pugna revocata, Arcturus vulneratur, omnibus hostibus ab ipso peremptis. Unde secundum vulgarem Brittonum traditionem in insulam Davalim ipsum dicunt translatum, ut vulnera quotannis recrudescentia subinterpolata sanatione curarentur a Morganda fatata: quem fabulose Brittones post data tempora credunt rediturum in regnum». *Cf.* Rhys, *The Arthurian Legend* (Oxford, 1890), pág. 334 e ss., e Wolfram von Eschenbach, *Parzival*, ed. de E. Martin (Halle-a-S., 1903), II, págs. LXIII-LXX, ou E. Martin, *Zur Gralsage* (Estrasburgo, 1880), págs. 32 e ss.

(3) «Insula Pomorum quæ Fortunata vocatur.
Ex re nomen habet,quia per se singula profert», etc.

a Artur e aos seus barões certo número de colinas para sua residência no outro mundo—os Eildons, Cadeira de Artur, Cadair Arthur. Tampouco o herói era perfeitamente acessível, visto como os guardas florestais da Bretanha e da Britânia costumavam ouvir o ruído de uma matilha ao meio-dia ou durante a lua cheia, e falar aos cavaleiros da sua côrte. Passando com os normandos da Inglaterra para a Sicília, esta narrativa encorporou-se a alguma forma adulterada do mito clássico da forja de Vulcano, e adaptou-se ao cenário da ilha—a cidade de Catânia, o vulcão do Etna, as suas vertentes escalvadas e os ricos prados onde uma vez Prosérpina foi raptada pelo lúgubre deus. Segundo Gervásio de Tilbury (1), atribuíu-se a um fámulo do bispo de Catânia o ter visto o rei. Emquanto êle estava guardando um cavalo cêrca do Etna ou Mongibello, êste último pôs-se de repente a galopar; o guarda seguiu ao longo

---

(1) *Otia Imperialia,* II, cap. XII: «Hunc autem montem vulgares Mongibel appellant. In hujus deserto narrant indigenæ Arturum magnum nostris temporibus apparuisse. Cum enim uno aliquo die custos palefredi episcopi Catanensis commissum sibi equum depulveraret, subito impetu lasciviæ pinguedinis equus exsiliens ac in propriam se recipiens libertatem, fugit Ab insequente ministro per montis ardua præcipitiaque quæsitus nec inventus, timore pedissequo succrescente circa montis opaca perquiritur· Quid plura? Arctissima semita sed plana est inventa; puer in spatiosissimam planitiem jucundam omnisbusque deliciis plenam venit ibique in palatio miro opere constructo Arturum in strato regii apparatus recubantem. Cumque ab advena et peregrino causam sui adventus percontaretur, agnita causa itineris, statim palefridum episcopi facit adduci, ipumque præsuli reddendum, ministro commendat, adjiciens, se illic antiquitus in bello cum Mordredo nepote suo et Childerico duce Saxonum pridem commisso, vulneribus quotannis recrudescentibus, saucium diu mansisse, quinimo, ut ab indigenis accepi, xenia sua ad antistitem illum destinavit, quæ a multis visa et a pluribus fabulosa novitate admirata fuerunt. Sed et in silvis Britanniæ majoris aut minoris consimilia contigisse referuntur, narrantibus nemorum custodibus, quos *forestarios,* quasi indaginum ac vivariorum, ferinorum aut regiorum nemorum, vulgus nominat, se alternis diebus circa horam meridianam et in primo noctium conticinio sub plenilunio luna lucente sæpissime videre militum copiam venantium et canum et cornuum strepitum, qui sciscitantibus, se de societate et familia Arturi esse, affirmant».

dos pontos mais escuros da vertente da montanha, até chegar a um lindo campo cheio de tôdas as delícias, onde havia um palácio. Era ali que Artur jazia num leito real, com as feridas ainda de fresco. O rei preguntou-lhe o nome e a profissão; satisfeito com as respostas do servo, mandou-o embora com o cavalo e presentes para o bispo. A história apresenta os traços essenciais do poema de Torroella, mas poucos mais pormenores podem notar-se no oitavo enigma do *Wartburgkrieg*, que dá a cena de abertura da lenda do Lohengrin (1). A notícia de S. Brandão assegura-nos que estamos nas Ilhas Afortunadas; a colina e Artur são do mesmo modo mencionados. Mas Artur é abertamente identificado com o Rei Mutilado ou Pescador das histórias do Graal; a terra está devastada; e é como senhor do Castelo do Graal que êle envia Lohengrin a defender Elsa de Brabante. Conseqüentemente, quando é formulada a pregunta «Como vive o rei?» (2) a resposta, embora negada, não pode ser outra senão que êle vive devido ao Graal. Duas rainhas velam por êle, Felícia e Juno (3), que são evidentemente figuras de alegoria; e uma centena de cavaleiros nomeados por S. Brandão (4), mas não pelo poeta, vivem no Grailberg com o rei.

A história chegou à Sicília com os normandos. Quando a estes sucederam os Hohenstaufens, foi para a Alemanha e deu origem, provàvelmente, à lenda semelhante da estada de Barba-Roxa no Kyffhäuser, tal como Rückert o imortalizou.

---

(1) K. Sinerock, *Der Wartburgkrieg* (Stuttgard e Augsburg, 1858), N.os 82-7.

(2) N.º 83: «Die vrâgt ich wie der küninc lebe».

(3) N.º 83:

«Felicià, Sibillen kint,
und Jûnô, die mit Artûs in dem berg sint.»

(4) N.º 84:

«der schreip mit sîner hant vil gar die spæhe
wie Artûs in dem berge lebe und sîne helde mære,
der si mir hundert hât genant,
die er mit im vuorte von Britanien lant.»

O romance do *Chevalier du Cygne* está ligado na tradição espanhola, assim como na francesa, com a linhagem de Godofredo de Bulhões, não com o Lohengrin. (*Grand Conquista de Ultramar*, lib. I, caps. 47-135).

O original de Torroella parece ter contido as formas que caracterizaram ambas as versões que citámos, e difere da primitiva história de Gervásio pela adição de uma alegoria no fino estilo do *Roman de la Rose*. Esta deve ser acrescentamento seu; em qualquer dos casos, podemos supor que o mito chegou à Catalunha por meio da conquista aragonesa da Sicília nos últimos anos do séc. XIII. Se, como é muito provável, ela dependesse de qualquer predecessor francês, seguiria indirectamente até lá por meio do domínio angevino.

XI

AS NOVELAS ARTURIANAS EM CASTELA E PORTUGAL: «LANÇAROTE» (1)

Os poetas do *Cancioneiro de Baena* falam freqüentemente de Lançarote, de Tristão e de Amadis como os perfeitos tipos da cavalaria e do amor; Lançarote, desdobrado em Galaaz e Tristão, são as principais personagens da *Demanda del Sancto Grial;* o nome de Merlim e a sua sorte são a finalidade do *Baladro del Sabio Merlin.* As quatro novelas de cavalaria a que os poetas da côrte de D. Juan II deram preeminência

---

(1) MANUSCRITOS: D. Pedro de Barcelos, *Nobiliario,* título II, Tôrre do Tombo, Lisboa, séc. XVI; *Cronica General de 1404,* MS. Vindel, português e castelhano, séc. XV; *Lançarote de Lago,* Bibl. Nac. de Madrid, n.º 9611= Aa 103, papel, séc. XVI, 355 fóls., 1 col., 315×215 milímetros (fól. 1 *r*: «Aqui comiença el libro segundo de Don lançarote de lago»; fól. 277 *r*: «Aqui se acaba el segundo libro de Lançarote»; fól. 355 *v*: «Aqui se acaua el segundo y tercero libro de don lançarote de lago y a se de comenzar el libro de don tristan y acabose en miercoles veinte y quatro dias del octubre año del nasçimiento de nuestro saluador Jhuxp̃o de mill e quatroçientos y catorze años. finis».); *Historia de Leonel, Galvan* y *Lanceloto,* en portugués. MS. en pergamino; no tiene principio (Caj. L., núm. 3, Livraria do Conde-Duque de San Lúcar no Convento del Ángel, Sevilha; citado por Gallardo, *Ensayo,* IV, col. 1506).

PRIMEIRAS EDIÇÕES: *El libro de Galaz,* fragmento in-*Demanda del Sancto Grial,* caps. 373-90; *Lançarote,* en castellano, 1528 (?) (Clemencin, *Don Quijote,* III, pág. 457, notas); *Artus,* 1501 (?).

REIMPRESSÕES: *Portugalliæ Monumenta Historica,—Scriptores,* I, ed. Herculano, Lisboa, 1860 (*Nobiliario*); R. Menéndez Pidal, *La Crónica General de 1404,* in-*Revista de Archivos,* 1903; Bonilla, *Leyendas de Wagner,* Apêndice (I., fóls. 119 *r*-121 *v*: Lançarote no túmulo do rei Galaaz; II., fóls. 261 *r*-266 *v*: Galvão e a Espada Quebrada; III., fóls. 281 *r*-285 *v*: Galvão em Corbenic; do MS. 9:611); O. Klob, in-*Zeitschrift für rom. Phil.,*

—*Tristan de Leonis, Merlin y Demanda, Lanzarote de Lago* e provàvelmente *Amadis de Gaula* seu derivativo— foram igualmente conhecidas dos seus predecessores galegos do séc. XIV. Do *Tristan de Leonis* muito sobreviveu; do *Merlin y Demanda* podemos mesmo falar com certeza; do *Amadis de Gaula* conhecemos todo o conteúdo, embora a sua história seja obscura; mas do *Lanzarote de Lago* nada mais resta além de fragmentos, e estes não foram ainda oferecidos ao mundo moderno da erudição. Os seus incidentes, pela maior parte, são pouco distinguíveis; o herói é ubíquo, pois que as referências, sendo em geral limitadas ao nome do herói e da heroína, não fornecem qualquer documentação da marcha da obra através dos séculos. É citado pela primeira vez como livro no *Rimado de Palacio* do chanceler López de Ayala, que lamentava uma juventude passada entre leituras frívolas e ficções provadas como o *Amadis* e o *Lanzarote* (1). Encontraram-se exemplares do romance nas livrarias de Carlos III da Navarra (1387–1425) (2), da rainha Isabel (3), e do conde-duque de San-

---

XXVI (fól. 105 *r*: Lançarote em Gorre; fól. 310 *v*: Lançarote e a filha de Pelles). Os fóls. 352–5 estão reimpressos in-*Revista de Filología Española,* XI (1924). Foi prometida por Bonilla uma comparação, e por E. de Laiglesia uma edição.

CRÍTICA: Varnhagen, *Cancioneirinho de trovas antigas;* H. O. Sommer, in-*Romania,* XXXVI; O. Klob, in-*Zeitschrift für rom. Phil.,* XXVI, pág. 191. Emprego também o meu próprio resumo do MS. 9:611, e transcrito em fóls. 871-911, que foi descrito recentemente por P. Bohigas Balaguer, *El Lanzarote español del manuscrito 9611 de la Biblioteca Nacional,* in-*Revista de Filología Española,* XI (1924), págs. 282–97. *Cf.* também Menéndez y Pelayo, *Antologia,* XII, págs. 473–6; E. de Laiglesia, *Tres hijuelos habia el rey,* in-*Revista Crítica Hispano-Americana,* III, págs. 3–56; e a minha *Adventure of the «Cerf au Pied Blanc»,* in-*Modern Language Review,* XVIII, (1923), págs. 436–48, e as obras ali citadas.

(1) *Rimado de Palacio,* copla 162:

> «Libros de devaneos e mentiras probadas,
> Amadiz, Lanzarote...»

(2) «Un romans de Lancelot. Item un Romanz Pampeluno vieio de Lanzelot et de Bors su compaynero».

(3) N.º 144: «Otro libro de pliego entero de mano en papel de romance, que es la historia de Lanzarote, con unas coberturas de cuero blanco».

Lúcar (1); e parecem ter sido escritos em navarro, castelhano e português, respectivamente; há, talvez, ainda alguma esperança de recuperar o último citado da livraria do Convento del Ángel, em Sevilha. Entre os livros impressos, o *Artus* (1501) (2) e o *Lanzarote* (1528) (3), pouco mais são do que rumores. Assim, para o nosso conhecimento directo do romance castelhano ou português, estamos reduzidos a um único exemplo fragmentário, o manuscrito *Lanzarote de Lago* em poder da Biblioteca Nacional de Madrid. A êste podemos acrescentar certas referências isoladas de episódios respeitantes ao herói. Nenhuma das passagens que podemos apresentar contradiz os dados do manuscrito, e pode ir mesmo até completar a sua informação; mas devemos saber, com pesar, que a união de cada um dos ramos separados com a haste principal envolve hipótese diferente. O sumário do manuscrito existente e os fragmentos de outras fontes constituem a imagem de um largo romance cíclico, bastante para suportar o pêso da reputação de Lançarote e da imitação directa das suas qualidades pelo *Amadis de Gaula* (4); mas o céptico tem a liberdade de negar, quer a existência dêste romance cíclico, quer a adição ao mesmo de qualquer outra particularidade. A esta nada de suficientemente satisfatório se pode responder; àquela objecção a nossa experiência do *Tristan* e do *Merlin y Demanda* responde que os textos são curiosamente, embora não absolutamente, conformes com cada um,

---

(1) Gallardo, *Ensayo de una Biblioteca Española*, IV, col. 1506.

(2) *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 214, n. 4.

(3) «Imprimióse después la version castellana y hubo un ejemplar en la biblioteca que formó en el Nuevo Bastán el siglo pasado el Conde de Saceda: de allí ha desaparecido, y no tengo notícia de donde existe ningún otro ejemplar». *Don Quijote* (1833, ed. Clemencín), III, pág. 457.

(4) Opinião de Miss G. S. Williams (*The Amadis Question*, in-*Revue Hispanique*, XXI, pág. 146) é que o autor da novela peninsular bebeu directamente nas fontes francesas. É duvidoso se as espanholas são bastante conhecidas para justificar a sua exclusão, e, em relação ao *Tristan de Leonis*, a tese tem sido contestada (Bonilla, *Tristan de Leonis* [1501], 1912, Introdução). Mas o êxito da imitação certamente dependeu do seu modêlo; e *Amadis* é especialmente tributário do *Lanzarote*.

e obstaria a desanimar a multiplicação dos modelos de qualquer romance.

O *Lanzarote de Lago* (1) existente, manuscrito feito com alguma pressa por quatro mãos durante o séc. XVI, apresenta-se como transcrição dos livros 2.º e 3.º de um original que foi completado na quarta-feira 24 de Outubro de 1414; e como o dia coincide com a data, devemos acreditar nisso. A narrativa do segundo livro abria imediatamente após a grande assemblea da Roche aux Saisnes; Gallehault obtivera permissão para partir com Lançarote para o seu próprio reino de Sorelois. Muito pouco tempo depois a rainha Ginebra cai em perigo de vida pelo estratagema de Bertolail e da Falsa Ginebra, aventura que foi levada a têrmo, sendo concluída pela fôrça e lealdade de Lançarote, o qual vence a seguir o insultador Carados. Quando Meleagance tomara posse da rainha, Lançarote salva-a, e finalmente mata o cavaleiro; e durante êste tempo sofria o dissabor de ser levado numa carroça (*La Charette*). A ἀρίστεια de Bors ocupa poucos capítulos, que vão até ao nascimento de Helain de Blanc, o futuro imperador de Constantinopla, e depois de Lançarote salvar a irmã de Meleagance do perigo de morrer visita o túmulo de Gallehault; o resto do livro é ocupado por Sagramor e Mathamas, Dodinel, Galvão e Heitor. A conclusão chega abrutamente pela desgraça dos dois últimos a um cemitério, e todo o livro abrange o espaço entre a pág. 429 do vol. III e a pág. 341 do vol. IV da *Vulgate Version of the Arthurian Romances*, de H. O. Sommer. O 3.º livro, muito mais breve, leva a narrativa até à pág. 193 do vol. V. Heitor e Galvão ocupam dois fólios; depois Lançarote é envenenado e curado por uma donzela que jura ser sempre virgem por seu amor, ajuda uma velha dona contra o duque Calles, é encantado por Morgane La Fée, salva-se, e toma parte num torneio de La Harpe. Visitando Corbenic, torna-se involuntàriamente pai de Galaaz, e quando sai do castelo encon-

---

(1) O manuscrito vai desde IV, pág. 87 *v* pág. 315 ou 316 de P. Paris, *Romans de la Table Ronde*, ou III, pág. 429 *v* pág. 193 da *Vulgate*, de Sommer.

tra a mãe de Heitor, entra na Foreste Perdue, ganha um tabuleiro mágico de xadrez, é aprisionado e vinga uma dama assassinada por um miserável cavaleiro. As extraordinárias proezas praticadas no torneio de Camalot levam à sua identificação; recapitula as suas aventuras, a que Galvão, Bors e Garieth juntam as suas próprias. Depois dêstes incidentes a Vulgata dos Romances narra a saída de Lançarote em busca de Heitor e Leonel, que andavam ainda percorrendo tôda a terra à sua procura; mas a novela espanhola afirma que uma donzela veio ter com êle da parte de D. Tristão, que resolvera procurar o cavaleiro de Cornualhas, que passara sôbre uma ponte de ferro, que repousara no leito de Merlim, que entrara num navio com doze donzelas e que saíra para o mar. O compilador anuncia então um *Libro de Tristan* o qual, pela cronologia de Malory, deve principiar no meio do 2.º livro, ou no comêço do 3.º, daquele romance (1). Em qualquer dos casos, a obra não pode ser identificada com o *Tristan, de Leonis* existente, a que faltam êstes incidentes, e num só volume leva o guerreiro do berço ao túmulo.

Quando comparado com a *Vulgate Version of the Arthurian Romances*, êste *Lanzarote de Lago* mostra-se quási incaracterístico. É mais resumido do princípio ao fim, provàvelmente por causa de alguns passos haverem sido abreviados pelos autores espanhóis ou seus modelos (2), e certamente por causa da omissão de *laisses* completos. Entre êstes, as aventuras de Galvão no Pont Perdu (3) faltam em muitos manuscritos do romance; uma longa seqüência respeitante a Galvão

---

(1) Fol. 352 *v.*: «como la donzella vino a la corte del Rey Artur por mandado de don tristan». 353 *v.*: «de como don lançarote dixo que queria yr en busca de don tristan». 354 *r*: «como don lançarote paso la puente de fierro». 354 *v.*: «como don lançarote fue a la mar y fallo vn barco con doze donzellas y entro en el mar». 355 *v*: «aqui se acaua el segundo y tercero libro de don lançarote de lago y a se de comenzar el libro de don tristan...».

(2) Assim faz-se que os fóls. 318 *v*–322 *v* compreendam págs. 124–38, V, da *Vulgate*, de Sommer.

(3) *Vulg.*, IV, págs. 182–96, Esp. fól. 125 *v*.

e a seus irmãos (1) desapareceu por acidente ou não, assim como a infrutífera visita de Bors a Corbenic (2). A restante metade do 3.º livro de *Lancelot du Lac* foi omitida (3), e feita preparação para a inserção de parte de um *Tristan* em prosa. Alguns fólios estão em branco (4), e as adições (5) —se algumas há— não são de importância. Os nomes dos personagens secundários nem sempre são de fácil reconhecimento, nem transcritos com consistência; e, na narrativa referente às duas Ginebras, o romance espanhol mostra a transposição de alguns elementos (6). Um exame mais minucioso dos pormenores do texto poderia estabelecer outros pontos de divergência. A expressão do romance espanhol é ingénua e sem adornos; e quaisquer que sejam os seus méritos —nem são de pouca consideração, especialmente nas passagens mais importantes— presumìvelmente pertencem ao seu original, porque o tradutor parece dominar apenas e dèbilmente a ortografia, a pontuação ou o estilo.

Os tradutores espanhóis da *matière de Bretagne* provàvelmente estiveram muitíssimo à mercê dos seus originais. Nas versões de obras arábicas feitas pela Escola Toledana, a significação foi dada por algum intérprete judeu ou mosárabe e transformada numa tradução pulida por algum competente

---

(1) *Vulg.*, IV, págs. 358 *v*, pág. 67. Esp. fól. 288 *v*.

(2) *Vulg.*, V, págs. 138–47. Esp. fól. 322 *v*.

(3) *Vulg.*, V, págs. 193–409, que leva a história à abertura da *Quest*, Esp. fól. 352 *v*.

(4) Fól. 9 *v*–10 *r*, 21 *v*–22 *r*, 35 *r* e *v*, 48 *r* e *v*, 277 *v*. Não há fóls. 278–9 e 142 repete-se três vezes.

(5) Fól. 24 *r*.: «como galeote enbiara el amo de lançarote e de la rreyna». Fól. 142 ter: «El mayordomo llego ende e dixo a lançarote...». Fól. 351: Bors e Garieth são acrescentados a Galvão. *Cf. Vulg.*, IV, págs. 26 e 212, e V, pág. 192.

(6) O fól. 15 (Entrecho de Bertolais) seguiria 33 *v* (*Vulg.*, IV, pág. 45). 34 *r* e *v* (Intenção de Gallehault de raptar Ginebra) é posposto a 16 *v* (*Vulg.*, IV, págs. 17–18). 23 *r* e *v* (profecia de Galaaz, *Vulg.* IV, pág. 26) é tomado da matéria da *Vulg.* IV, págs. 30–31. 38 *v*–39 *r* (Complacência de Artur para com a falsa Ginebra, *Vulg.*, IV, pág. 50) são tomadas da *Vulg.* IV, págs. 51–2.

latinista; trabalhando sôbre fontes clássicas e outras da *Cronica General* ou outras obras históricas e legais, temos a prova da existência de um *borrador* ou cópia grosseira, assim como as edições revistas e aprovadas pelos editores reais; mas os tradutores das línguas contemporâneas da Europa mostrariam então, como hoje, mais cuidado no princípio e menos perfeição no final. Então não havia crítica literária alguma, e a escala dos valores era de uma utilidade doutrinária estabelecida; e na parte inferior da escala, ou abaixo da sua consideração, estavam obras cujo intuito era deleitar. Agradavam; não as estimavam. Por isso as primeiras traduções arturianas eram filhas da sorte, ingénuas, palavrosas, literais e sem revisão. Sucessivos editores ou escribas continuaram a modernizá-las sob a capa do vocabulário da época, apesar de trivial. Mais raramente caïriam nas mãos de um renovador como Juan de Burgos, que é perspicaz e apropriado quando está interessado, e até eloqüente quando está entusiasmado; e nenhuma delas teve a boa fortuna do *Amadis de Gaula*, que encontrou um transcritor que o apresentou novamente a modo de discurso, modêlo e inspiração para as épocas vindouras. Todavia o *Amadis* de Montalvo é apenas o final de uma série principiada mais ou menos na lânguida e literal incoerência do *Merlin y Demanda;* mas o *Lanzarote de Lago* não está alterado grandemente, excepto no vocabulário, da sua nudez primitiva.

O manuscrito 9:611 da Biblioteca Nacional de Madrid é um fragmento, transcrição de outro fragmento. Quem escreveu o colofonte datado de 24 de Outubro de 1414, menciona a sua autoria do 2.º e 3.º livros; mas podemos supor razoàvelmente que o primeiro tradutor apresentou ao seu patrono ou leitores obra completa, e provàvelmente um ciclo completo. ¿Quais eram as partes constituintes desta obra? Não podemos dar resposta infalível, mas podemos coligir os membros dispersos das histórias de Lançarote, e ordená-los segundo a norma do *Lancelot* da Vulgata, e poderemos, então, segundo a nossa estimativa de probabilidade, associar alguns ou todos num romance completo de *Lanzarote de Lago*. É, em todo o caso, circunstância digna de nota, que nenhuma delas (a não

ser uma balada que não foi ainda suficientemente explicada) envolve qualquer contradição com o manuscrito, nem leva a qualquer resultado que seja intrìnsecamente improvável em um e no mesmo romance.

I. *Lestoire del Saint Graal.*—A introdução às histórias do Graal, quer de Map, quer de Boron, é a mesma *Estoire del Saint Graal* que se encontra no *Liuro de Josep Abaramatia,* feita por ordem de Juan Sánchez, em 1313. Uma outra primeira parte inteiramente ortodoxa do Santo Graal, o *Joseph,* acaba num colofonte que parece separá-lo de todos os romances seguintes, a sua citação de Juan Bivas, o tradutor de Boron, exclui-o do ciclo do *Lanzarote de Lago.* Não há assim prova da ligação dêste ramo com o *Lanzarote* peninsular.

II. *Lestoire de Merlin.*—Na compilação de Malory, que é muitas vezes sugestiva para o estudioso dos romances peninsulares, o *Merlin* ortodoxo foi quási inteiramente substituído pelo *Merlin* do pseudo Boron; em Espanha e Portugal não há rastos dêle. O *Artus* (de 1501), de que há vago rumor, deve ter sido *Le livre d'Artus.*

III. *Le livre de Lancelot del Lac, partie I.*—Presume-se que esta obra existiu antes de 1414. Deve ter-se estendido até à assemblea na Roche aux Saisnes, e a êste respeito seria semelhante ao manuscrito francês n.º 485 da Biblioteca Nacional de Madrid.

IV e V. *Le livre de Lancelot del Lac, parties II et III.*—Estes conservam-se parcialmente nos dois livros existentes do *Lanzarote de Lago.* O final da 2.ª parte foi pôsto mais adiante. Devia encontrar-se na lacuna seguinte ao fólio 288, e a sua antecipação no fólio 277 parece ter a intenção de ocultar as modificações feitas no 3.º livro. Ao 2.º livro devemos talvez ligar a canção

Nunca fuera caballero
de damas tan bien servido
como fuera Lanzarote
cuando de Bretaña vino.

Primavera, n.º 148;

que Cervantes gostava de citar. Diz êle que Lançarote, vindo da Bretanha (ou Britânia) foi bem recebido; que Ginebra se

queixou de um galanteador atrevido; que Lançarote cortou a cabeça do insolente debaixo de um pinheiro verde e voltou para abraçar a sua dama. Alguém já lembrou que êste episódio é uma imitação geral das proezas do herói, e representa em especial as impertinências de Meleagance e a sua morte às mãos de Lançarote, ao passo que a dona Quintañona que coa o vinho é versão popular da dona Mallehault (esp. Malagud). Mas se a balada fôr adaptação livre das situações arturianas, a sua composição difere enormemente do método empregado nas outras baladas dêste ciclo e na maioria das baladas de qualquer outro ciclo espanhol: porque o costume era trabalhar sôbre um texto, muitas vezes em prosa, para manter as frases e situações, e empregar menos liberdades de contaminação e contracção. Despojado dos seus argumentos, que tomaram a primitiva forma por uma série lógica de sugestões populares, a balada de Tristão e Iseu consiste, como já notámos, numa bela representação de três capítulos do romance, reduzidos a meia dúzia de linhas e acrescentados com hemistíquios da lavra do poeta e o mesmo se dá com a balada do veado de pés brancos. Mesmo os cinco *lais de Bretanha* e as suas rubricas, embora estas não sejam exactas em todos os pormenores, pesam sôbre episódios específicos. A solução da dificuldade pode estar, como no caso de Tristão, na descoberta de variantes que levassem a um texto inteligível; mas as suas exigências, como no-lo dá a entender, encontram-se melhor, não, por mero acidente, na história de D. Lançarote, mas na vida de Tristão. Quando êste residia na Joyosa Guarda com a rainha Iseu, um cavaleiro escossês chamado Dagarius tem a impertinência de namorar a rainha; mas Tristão, quando soube, cortou-lhe a cabeça e voltou ao castelo. O incidente foi muito discutido na côrte, no dia de Pentecostes (1).

---

(1) A explicação anterior é a de Menéndez y Pelayo, *Antologia*, XIII, pág. 476. O episódio de Dagarius (Löseth, § 349) é citado na *Demanda*, cap. XI: «La otra silla fue de vn cauallero d'Escocia que auia nonbre Danarin, que matara Tristan en aquella demanda ante la Joyosa Guarda,

O terceiro livro é um simples *torso*. Truncado pela perda dos *laisses* finais, ficou ainda mais reduzido com uma terceira perda de vários episódios do comêço, e um no decurso da narrativa; mas há indícios de matéria mais extensa. Se Gutierre Diez de Games tivesse a autoridade de um *Lanzarote de Lago* espanhol, para citar a batalha de Artur com Frolle — e êle esperava ser compreendido — o seu exemplar devia ser mais completo do que o que hoje existe; mas o assunto é duvidoso (1). Muito pouco tempo depois do regresso da guerra de França (2), Lançarote foi logrado numa visita a Helaine no próprio quarto da rainha. Sem poder suportar o desprêzo de Ginebra, perdeu a razão; mas depois de andar muito tempo errante, levaram-no ao castelo de Corbenic, onde o curaram com a visita ao Vaso Sagrado. Não confiou no perdão da rainha e por isso consentiu em ir com Helaine viver para a Isle de Joie, onde dependurou o escudo numa árvore ornamentada com a figura de um cavaleiro a implorar o perdão de uma dona; mas Helaine era feliz e as suas donzelas dançaram à roda do escudo, cantando que D. Lançarote era o melhor cavaleiro do mundo (3). O *Chevalier Mesfait* defendeu o seu escudo e a ilha contra nada menos de dois mil cavaleiros antes de se reconciliar com a côrte pelos bons ofícios de Heitor e Perceval. Êste incidente, que é também o último imediatamente anterior à festa do Pen-

---

porque aquel Danarin demandara su amor a la reyna Iseo», e a referência é a *La Gran Hystoria de Tristan*. Da estada de Tristão na Joyosa Guarda diz Malory (X, cap. LII): «And wit ye well that castle was garnished and furnished for a king and a queen royal there to have sojourned. And Lancelot charged all his people to honour them and love them as they would do himself». Brangain é uma Quintañona melhor do que Lady Mallehault. Ela até servia vinho: «Tristan... fizo aparejar a Brangel pan e vino e ceuada». (*Tristan de Leonis*, cap. 59).

(1) *El Vitorial*, Bibl. Nac., Madrid, MS. 17648 = Gay. 209, fól. 92 *v*: «avnque otras guerras ovo ante quando el rrey Artur mato a Frole rrey de Françia, que tenia el rreyno por los emperadores de Rroma». *Cf. Vulg.*, V, pág. 373.

(2) *Vulg.*, V, págs. 379-403.

(3) *Cancioneiro Colocci-Brancutti*, n.º 5: «Este laix fezeron donzelas a don Ançaroth quando estava na Insoa da Lidiça quando a rainha Ge-

tecostes, constitui o assunto do quinto *lai de Bretanha*—uma dança de donzelas em louvor de um herói, assim como o segundo fôra dançado e cantado escarnecendo um monstro.

VI. Na fé do nosso manuscrito, no meio do 3.º livro de *Lançarote de Lago*, foi inserido um *Libro de Don Tristan*. Não temos possibilidade de determinar o seu conteúdo, mas poderíamos naturalmente reünir alguns fragmentos das aventuras daquele herói tal como não as explica o *Don Tristan de Leonis*. É difícil para nós discutir as referências que a *Demanda del Sancto Grial* e o *Baladro* fazem a *La gran Hystoria de Tristan*; mas como o livro abre já tarde na era arturiana, poucos meses antes de principiar o Santo Graal, talvez possamos encontrar nêle o episódio de Dagarius, contemporâneo do festival do Pentecostes; a batalha com Helys II (o primeiro *lai de Bretanha*) e a terceira lírica do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, que aparece no primeiro ano da Demanda; e a canção cantada em casa de Brehus (n.º 4), depois de Marcos ter tirado Iseu da Joyosa Guarda logo no segundo ano.

VII. *La Queste del Saint Graal.*—O revisor das versões castelhanas diz que traduziu, ou pelo menos transcreveu, a *Quest* de Map numa obra intitulada *El libro de Galaz* (1).

---

nevra o achou con a filha de rei Peles e lhi defendeo que non paresçesse ant'ela».

(Notas de Colocci): «Don Tristan per Genevra». O estribilho é:

«Ca este escudo e do melhor
omen que fez Nostro Senhor».

Cf. Vulg. V, pág. 403: «Et dirent que voirement estoit il li mieldres cheualiers del monde. Ensi demoura lancelot en lille de ioie... Ni ia si grant yuer ne feist que elles ne venissent chascun iour caroler au pin entour lescu qui y pendoit. Par coi cil del pais lapelerent lille de ioie».

Aos leitores castelhanos e portugueses devia ser familiar a loucura de Lançarote, se quisessem compreender a mais deliberada loucura de Beltenebros na Peña Pobre (*Amadiz de Gaula*, II, cap. 8). De Beltenebros, num pendor cómico mas justo, chegamos às extravagâncias do Cavaleiro da Triste Figura na Serra Morena (*D. Quixote*, I, cap. 25, etc.).

(1) *Demanda*, caps. 226 («lo auemos escrito en el libro de Galaz»), 229, 241, 291 (358). Nos caps. 373–90 segue-se Map (385: Maestre Gualter). O MS. português não participa desta particularidade.

Em defesa da sua asserção mostra conhecer a narrativa das aventuras do segundo ano, e acrescenta a estas provas um considerável extracto da sua conclusão. Por se referir ao *Libro de Galaz* evitou especificar os incidentes do Graal, e economizou o seu interêsse pelas proezas cavalheirescas. É claro que o redactor da *Demanda* supunha os leitores familiarizados com a *Quest* de Map, hoje também incluída num ciclo de D. Lançarote.

VIII. *Le Cerf au Pied Blanc* (1).—Depois do cumprimento do Graal e antes da tragédia do rei Artur, há um espaço lacunar onde poderemos inserir aventuras desconexas. Aí Malory relata a patética história da Dama de Astolat, e o *Roman van Lancelot* holandês (2) narra a aventura do herói com um veado de pés brancos. O poeta holandês conta-nos como uma donzela chegou à côrte a queixar-se das injúrias feitas por êsse veado, guardado por sete leões, nos territórios de uma rainha, e que prometeu a mão daquela dama a quem a libertasse. Keu gabou os seus méritos e foi guiado por um cãozito a um rio; mas teve mêdo de seguir o animal através do rio. Lançarote tomou a seu cuidado o encargo logo que naquilo ouviu falar —porque chegara havia pouco—, matou os leões e o veado, cortou-lhe os cascos e sucumbiu vencido pelo cansaço. Um cavaleiro covarde que então passava, roubou-lhe os cascos e com êles reclamou a dama e o reino. Mas Galvão desconfiou da ausência de Lançarote, descobriu-o, tratou-o e revelou a fraude em combate singular. Está então na mão de Lançarote alcançar a rainha e o reino, mas prefere impor-lhe uma virgindade perpétua. A conclusão, grosseira e desengraçada, é copiada do exemplo da donzela que se votara a virgindade perpétua por amor de Lançarote (3), e a sua falta de graça prova

---

(1) *Cf. The Adventure of the «Cerf au Pied Blanc»*, in-*Modern Language Review*, XVIII, 1923, págs. 436–48, onde se dá exaustivamente a documentação. Um ponto de vista diferente é expresso por E. de Laiglesia, *Tres hijuelos había el rey*, in-*Revista Crítica Hispano-Americana*, III, págs. 3–56.

(2) *Roman van Lancelot*, ed. Jonckbloet, II, págs. 151–7.

(3) *Lanzarote de Lago*, fól. 296 *v*; *Vulg.*, V, pág. 83.

suficientemente que a história não pode terminar de modo satisfatório a não ser por um casamento e um reinado.

O poema holandês é do séc. XIII: no *Lai de Tyolet* (1) encontra-se versão mais antiga da fábula. Nesse poema a dama infeliz é princesa, não rainha; mas o seu casamento com Tyolet e o reinado dos dois em conjunto são a conseqüência da aventura. Tyolet, assim como Lançarote, não demora a vir à côrte; mas pela razão, ainda melhor, de que é um nóvel cavaleiro engendrado *ad hoc ipsum*. A própria princesa faz o apêlo e promete a sua mão. Outros pormenores — o cãozito, o gabarola Lodore, o falso pretendente e Galvão — são os mesmos que no holandês. Mas *Tyolet* tem uma introdução que fala da sua educação selvática e do seu conhecimento da vida das florestas. A sua característica especial é um modo de assobiar que atrai a caça, pelo que fica muito espantado quando um veado deixa a toca, foge através de um rio e se metamorfoseia em cavaleiro armado. Na conversação Tyolet tem a mesma ingenuïdade que Perceval, e o cavaleiro-animal incita-o a procurar ser cavaleiro na côrte do rei Artur. Os pormenores arturianos e a comparativa irregularidade da introdução são sinais de que o *Lai de Tyolet* já não é romance puro. Há todavia indícios de que o veado com patas brancas que anda pelo leito do Rio Perigoso e o cavaleiro-veado ali encontrado não são diferentes pessoas, mas a mesma coisa; por isso as duas partes da história podem ligar-se numa única forma de que a moral é a iniciação. Porque, embora um herói possa fazer várias coisas por si só, êle não pode fazer tudo. É iniciado. Sai-se bem e obtém a recompensa. A identidade dos veados é a primeira suposição do romance espanhol

> Tres hijuelos había el rey
> tres hijuelos, que no mas;

o resto é discutível. Segundo a narrativa, uma dama queixa-se do veado e oferece a sua mão a trôco dos cascos; Lançarote

(1) *Romania*, VIII, págs. 40–50; *Histoire Littéraire de la France*, XXX, págs. 113–18.

aceita a missão mas não a oferta. Parte com alguns sabujos (*sabuesos*, plural); encontra um ermita que descreve o veado e (pela primeira vez!) os leões seus defensores, que são sete, assim como uma pequenina leoa, e o bom homem clama contra a malevolência daquela que o enviara a tal missão errante. Uma copla final é fàcilmente reconhecível como obra do poeta espanhol:

¡Ay dueña de Quintañones
de mal fuego seas ardida
que tanto buen caballero
por ti ha perdido la vida!

A dueña de Quintañones provém do romance semelhante em que ela representa quer Dona Mallehaut quer Brangain, e a sua interferência aqui, oferecendo a mão ao amante de Ginebra, não faz sentido na situação; ao passo que o sentimento apenas sublinha as últimas palavras do ermita. Agora, ¿porque encontra Lançarote um ermita e lhe pregunta o caminho? Claramente porque neste ponto êle deve estar próximo do vau do Rio Perigoso: o *brachet* de *Tyolet* e o *hondekin* holandês mergulham na água, porque tinham um senso mágico de hostilidade ao veado que os fêz independentes do faro; mas falta a correia dos cães de caça de Lançarote. Quem é a dama? Sabemos pelo *Tyolet* e pelo *Roman van Lancelot* que a fábula exige um casamento e um reino, ou a possibilidade destas coisas; deve, pois, ser princesa real ou rainha. Resumindo, visto que ela aparece em pessoa e oferece a sua mão, nós supô-la-emos a princesa, filha *do* rei da história, que deve ter já morrido, ou morre com alegria apropriada.

Não podemos arrostar os grandes perigos da quadra inicial, que nos informa que *o* rei tinha três filhos e não mais; que os amaldiçoou na sua cólera; e que os filhos se transformaram respectivamente em veado, em cão e em mouro. Mas isto é demasiadamente conciso e só lança obscuridade no resto do poema. Os versos pretendem narrar-nos a relação da princesa e do veado; mas falham completamente. Sabemos, contudo, aqui que o veado é *um* filho *do* rei; inferimos que a dama é *a* filha *do* rei; são irmão e irmã. Mas se são irmão e irmã

germanos, então a irmã não tem direitos contra seus irmãos, e passa simplesmente do *patria potestas* para o *fraterna potestas:* ela é a herdeira (ou a história não tem fundamento), e êles devem ser seus irmãos ilegítimos. Esta situação é perfeitamente plausível, não dentro das convenções distantes do folclore céltico ou outro qualquer, mas na experiência cotidiana da Idade-Média. É um simples caso de hereditariedade. Três filhos ilegítimos tentam excluir a princesa real da herança; o pai amaldiçoa-os, provàvelmente no leito de morte, onde as maldições são notòriamente eficazes; mas embora estejam metamorfoseados em animais, continuam a sua hostilidade, e o mais velho, o veado, devasta-lhe as terras e leva-a a implorar o auxílio da cavalaria. Pelo que respeita ao cão (*can*) e ao mouro (*moro*), têem pouca existência objectiva e nenhuma influência na história; o seu valor provém de um epíteto composto (*perro moro*, *chien de païen*, cão gentio) que leva o veado — um nobre animal — ao mal.

O Sr. de Laiglesia emitiu, todavia, outra teoria que é baseada não só nas três narrativas já citadas, mas também em episódios do *Tristan*, *Morien*, *Perceval*, *Parzival*, *Mule sanz frainz* e *Le Chevalier au Cygne*. Para êle o problema é desencantar o veado, o que é feito pelo terceiro irmão, o mouro, guiado pelo segundo, o cão, e incitado pela donzela mensageira com quem se casa. O mouro, supõe êle, era Morien, porque no *Roman van Lancelot*, apesar de estar a uma distância de muitos mil versos dêste episódio, a Morien atribui-se o ser negro como um mouro (1). Dêste modo separamos da história Lançarote sob a autoridade da novela holandesa, quando esta lhe adjudica a aventura a êle próprio! A rêde, lançada tão longe, parece trazer mais peixe do que queríamos. Vamos conhecer o desencanto do veado quando as três principais autoridades, que são também as únicas apropriadas, pedem a sua morte.

---

(1) Citação do vol. I:

«Die Moriaen was geheten...
...Was enen moer gelijc,
Ende alse sward alse een raven».

Se o cão, ou o segundo irmão, é o *brachet* ou *hondekin* que guia o investigador, ¿como pode êle transformar-se em três cães no decurso de uma balada? ¿E quem é esta donzela mensageira, que esquece o seu anonimato até ao ponto de oferecer casamento a um herói e que incita um homem a vingar os seus próprios erros? ¿E para que reino seguiu o investigador quando desencantou dois irmãos que podem confiar na primogenitura? Mas a crítica mais séria da teoria do Sr. Laiglesia é ser o seu método demasiado livre para aplicar a baladas. Não se trata da reconstituïção de uma história popular, para o que as analogias mais afastadas e menores devem ser suficientemente claras, mas de determinar um episódio contido num *Lancelot* em prosa, do séc. XIII em França, do séc. XIV em Espanha, que é desconhecido, mas pode inferir-se de duas formas em verso, paralelas e anteriores, e uma última balada baseada textualmente sôbre êle. O romance é constituído nos mesmos moldes das outras baladas espanholas, substituindo a prosa por tiradas de versos assoantes, por compressão, contaminação, fórmulas de romance, frases explicativas e conclusões.

O *Tres hijuelos* tem 27 versos de 16 sílabas cada um, dispostos em três tiradas e quatro divisões lógicas. Temos: 1.º a introdução, em assonância *á*; 2.º a cena da côrte, em assonância *a–o*; 3.º Lançarote e o ermita, em *i–a*; e 4.º a moral, na mesma assonância. Mas o famoso gramático António de Nebrija (1), apresenta uma variante da conversação de Lançarote com o ermita na assonância *a–a*; por isso talvez devamos acrescentar outra cena, como por exemplo: 1.º introdução, *á*; 2.º cena da côrte, *a–o*; 3.º saída de Lançarote, *i–a*; 4.º Lançarote e o ermita, *a–a*; e 5.º moral do poeta. As rápidas mudanças de assonância, assim como a ininteligibilidade da forma actual, são prova clara de que a balada é forma reduzida de outra mais antiga (2), hoje perdida, provàvelmente inteligível em tôdas as suas partes; a balada primitiva, como

(1) Nebrija, *Grammatica*, II, caps. VI e VIII.

(2) A primitiva forma deve ter referido «que no mas» à princesa, presumìvelmente por meio das frases (que não estavam em contacto umas

Ferido esta don Tristan, seria um rápido sumário de vários capítulos de prosa. As variações de assonância indicavam quatro possíveis rubricas.

IX. *La Mort de Roy Artus.*—No *Merlin y Demanda* a Espanha e Portugal tiveram uma narração regular das mortes de Artur, de Ginebra, de Lançarote, e do rei Marcos; mas havia também outra história. Esta, tirada da *Suite du Lancelot*, manuscrito semelhante ao original do livro 25.º de Malory, referia-se à morte de Galvão, à entrevista de Artur e Mordred, ao fatal mal-entendido causado pelo aparecimento de uma cobra na sua conferência, à batalha, e ao transporte de Artur para Avalon. Em castelhano fêz-se um resumo dêste livro, que nos foi transmitido independentemente pelo título II do *Nobiliário* de D. Pedro (*c.* 1325) e pelo autor da *Cronica General de 1404*. ¿Houve alguma vez uma tradução preparada in-extenso, por acaso, para a *Grande et General Estoria?*

Podemos resumir as nossas autoridades respeitantes a *La Gran Historia de Lanzarote de Lago*:

1. *Primer libro de Lanzarote de Lago.*
   Perdido. Ia até à Roche aux Saisnes.
2. *Segundo libro de Lanzarote de Lago.*
   Bibl. Nac., Madrid, MS. n.º 9:611, fóls. 1–277.
   Balada: «Nunca fuera caballero»(?). *Primavera*, 148.

3–*a*. *Tercer libro de Lanzarote de Lago, primera partida.*
   Bibl. Nac., Madrid, MS. n.º 9:611, fóls. 280–355.

---

com as outras): «Tres hijuelos habia el rey... *y una fija* que no mas». O segundo hemistíquio recordaria então, como devia, o *Tyolet*, versos 340–2:

> «Fille de roi et de reine
> Et de Logres est roi mon pére;
> N'ont plus enfanz li ne ma mére».

Não há lugar para acentuar a trindade dos irmãos; se êles tivessem sido trinta a história teria narrado o mesmo.

Para a influência dêste romance sôbre os outros, *cf.* Laiglesia, *op. cit*, e Braga, *Romanceiro Geral*, I (1906), págs. 345–8.

4. *Libro de don Tristan.*
Episódio de Dagarius? *Canc. Col.-Branc.*, n.os 1, 3, 4?

3-*b*. *Tercer libro de Lanzarote de Lago, segunda partida.*
Frole? *Canc. Col.-Branc.*, n.º 5.

5. *Libro de Galaz.*
Cf. *Demanda*, caps. 226, 229, 241, 291, 358, e 373-391.

6. *El Ciervo del Pie Blanco.*
Balada: «Tres hijuelos habia el rey». *Primavera*, 147.

7. *Muerte de rey Artur.*
Nobiliario, tít. II. *Cronica de 1404*, fól. 25*v*.

Fixando a data da tradução, as diferentes secções do ciclo determinam diferentes finais. A 24 de Outubro de 1414 a história de D. Lançarote já era um fragmento consistindo no 2.º livro e metade do 3.º, com ou sem um livro respeitante a Tristão: devemos recuar o seu original até ao séc. XIV, onde encontra o período vagamente fixado pela alusão de Ayala no *Rimado de Palacio*. A balada de *Tres hijuelos* na sua forma actual é certificada por Antonio de Nebrija em 1492, como «velha»; podemos atribuir a presente forma desta balada, e em cálculo moderado, aos princípios do séc. XV. Na sua forma actual não é muito inteligível, mas implica um desenvolvimento mais longo que, se lhe concedermos algum tempo para decadência, deve certamente atingir os fins do séc. XIV; e a balada mais antiga é extraída de um texto em prosa, pelo menos dos meados daquele século. Se a *Muerte de rei Artur* fôr parte da tradução original, a referência de D. Pedro de Barcelos indica o primeiro quartel do séc. XIV ou os últimos anos do séc. XIII; o *Lanzarote de Lago* deve ter precedido o *Amadis de Gaula*, mencionado em 1345-50, e que cremos composto entre 1304 e 1312; e o quinto *lai de Bretanha* prova essa mesma indicação. O nome de D. Pedro de Barcelos relaciona o *Lan-*

zarote de Lago com os sistemas cortesãos e literários de Afonso X e Sancho IV, de que derivou muita da sua matéria.

A *Demanda del Santo Grial* diz-se ter sido composta pelo mesmo escritor que a *Gran Historia de Lanzarote* (1); mas a concordância dos textos português e castelhano atira por terra a impertinência do pseudo Boron. Por outro lado, quer no *Lanzarote de Lago*, quer no *Tristan de Leonis*, há uma referência ao *Baladro del Sabio Merlin*, porque o tradutor atribui o Golpe Doloroso ao Cavaleiro das Duas Espadas (2). Isto não está só em contradição directa com a história da Vulgata, mas nega parcialmente o segundo livro de *Lanzarote de Lago*, em que aparece um Cavaleiro das Duas Espadas diferente; por estas razões o êrro entraria adentro da Península. Vimos também que o redactor da *Demanda* diz haver escrito a vulgar história do Lançarote do Santo Graal no *Libro de Galaz*, e que oferece substanciais provas da sua asserção; mas infelizmente esqueceu-se de dizer se o «*auemos escripto*» queria dizer «traduzimos» ou «transcrevemos»; nem há meio algum de determinar quando se efectuou a revisão da *Demanda* castelhana.

---

(1) *Bal.*, cap. 144: «como dira despues encima de la gran historia de Lançarote de Lago»; cap. 332: «como adelante oyredes». *Dem.*, cap. 40: «llego la donzella alegre, ella que os dixe que mostrara Erec e firiera a Lançarote con el freno»; Port.: «Aqui uos, vem a donzella laida, que uos dise, que doestara Erec e que firiera lançarot com o freo». A última é uma alusão ao *Tristan* da Vulgata.

(2) *Lanzarote de Lago*, fol. 301 *v*: «por el qual cuidaba ser tornada la tierra en su estado bien como de primero que por el doloroso golpe que el cauallero de las dos espadas fizo fue tornada en pobreza y en lloro ansi como la gran historia del Santo Greal lo deuisa». (*i. e.*, *Baladro*, cap. 283: «Como el cauallero de las dos espadas firio al rey Pelean con la lança vengadora». Esta não é a *Gran Historia* mas a *Verdadera Historia del Santo Grial*). O «cauallero que traia dos espadas» (fol. 262 *r*, *Vulg.*), IV, pág. 324) não era senão Balin le Savage, que morreu no comêço dos Tempos Aventurosos. Confrontar com a lição do MS. espanhol, *Vulg.*, V, pág. 110: «dont tous li pais deuoit reneuir en sa premiere biaute qui par le dolerous cop de lespee auoit este desertes & escillies. Si comme li contes a deuise apertement en lystoire del saint Graal» (a referência é à *Vulg.*, I, pág. 290).

Contudo podemos dizer, com alguma certeza, que a tradução do *Lanzarote de Lago* ocorreu cêrca daquela época, e sob influências análogas, assim como o *Merlin y Demanda* e *Tristan*. Não é arriscar muito datar de ±1300, com uns quinze anos para uma margem de êrro.

XII

ROMANCES ARTURIANOS SECUNDÁRIOS E OUTROS EM CASTELA E PORTUGAL: «AMADIZ»

O nome de Sagramor pode encontrar-se em qualquer dos principais ciclos arturianos; é, porém, no *Lanzarote de Lago* que êle desenvolve as características que o tornam um dos mais interessantes dos mais jovens personagens. Por isso reviveu no *Memorial* (...) *da Segunda Tavola Redonda* ou, segundo o sub-título indicado por Barbosa Machado, os *Triunfos de Sagramor em que se tratão os feitos dos cavalleiros da Segunda Tavola Redonda* (Coimbra, 1554?, 1567 e 1867), por Jorge Ferreira de Vasconcelos (1). Principiando com o rei Artur, sua partida, e o próspero reinado de Sagramor, ocupa-se principalmente do Cavaleiro das Armas de Cristal, por entre uma rêde de combates mortais com cavaleiros, centauros, gigantes e dragões. Termina com a descrição do torneio de Xabregas (5 de Agôsto de 1552), em que o malogrado príncipe D. João, que morreu em 1554, foi a principal figura. A novela é uma curiosidade em literatura e fornece a última data da vida dos mitos arturianos na Península.

A *Istoria de Jaufre* provençal circulou, como vimos, na Catalunha, desde a data do seu comêço; mas pelo que respeita a Castela, não aparece em qualquer época durante o período

---

(1) A. F. G. Bell, *Portuguese Literature* (Oxford, 1921), págs. 168-9.

Nota do tradutor.—O Sr. Dr. Alberto Feio, distinto director da Biblioteca Pública de Braga, está há anos a preparar uma nova edição desta obra sôbre a 1.ª, a qual se encontra muito adiantada. A supressão da Imprensa da Universidade de Coimbra impediu que há mais tempo a impressão da obra se concluísse.

medieval. A *Cronica de los muy notables caualleros Tablante de Ricamonte, y de Jofre hijo del conde Donason* (Salamanca, 1513), foi o único romance arturiano ou semi-arturiano que Cervantes conheceu (1). A sua acção, passada entre Camalot e Richmond, refere-se à libertação de D. Millan do poder de Tablante pelo jovem Jofre. As primeiras linhas repetem certo número de entre nomes arturianos mais proeminentes, e citam o *Baladro del Sabio Merlin* e a *Demanda del Sancto Grial.*

Algumas novelas, não arturianas, dizem-se baseadas nas crónicas da Inglaterra, e ajudaram a espalhar absurdas concepções da nossa natureza e história entre os espanhóis da Idade-Média ou da primeira Renascença. Tal foi a *Historia de los nobles caualleros Oliueros de Castilla y Artus Dalgarbe* (Burgos, 1499)(2), que forneceu um prólogo ao *Tristan de Leonis.* É a velha história de *Amis et Amiloun* traduzida de um romance em prosa do séc. xv e reaparece na dilogia de Lope de Vega, *Don Juan de Castro.* A *Espantosa y terrible vida de Roberto el diablo* (Burgos, 1509)(3), é talvez a melhor história para crianças até hoje escrita; a maldade e a bondade de *Roberto o Diabo* são de uma ingenuïdade e sinceridade que excedem o poder do *Good and Bad Little Boys*, de Mark Twain, com a vantagem de serem narradas perfeitamente a sério. A *Chronica del Rey don Guillermo* (Toledo, 1526) e a *Estoria del rey Guillermo de Inglaterra* (séc. xv), são traduções de diferentes formas no *rifacimento* francês da lenda de Santo Eustáquio (4), que já saíra em seguimento da

---

(1) *D. Quixote*, I, cap. 16. O *Tablante* foi reeditado da ed. de 1564 por Bonilla, *Libros de Caballerías*, I, págs. 459-99 (Estella, Adrian de Anvers).

(2) Fac-simile por A. M. Huntington, Nova York, 1902; ed. Bonilla, *Libros de Caballerías*, II, págs. 446-523 (Burgos, 1499).

(3) Bonilla, *op. cit.*, II, págs. 405-21 (Barcelona, A. Lacaballeria, 1683). Só em 1733 foi trad. em português por Jerónimo Moreira de Carvalho (*Historia do grande Roberto, duque de Normandia e emperador de Roma*, Lisboa, 1733).

(4) Ambos foram publicados por H. Knust, *Dos obras didácticas y dos leyendas sacadas de MSS. de la Biblioteca del Escorial, Madrid*, 1878 (Soc. de Bibliófilos Españoles).

primeira parte de *El Cauallero Cifar*. Elas dão um carácter estranho, devoto e paciente ao nosso Conquistador.

As lendas carolíngias circularam em grande número de livros de histórias do séc. XVI, tanto de Castela como de Portugal. Mas encontram-se já na *Primera Cronica General* e na *Gran Conquista de Ultramar* transformações em prosa da *chanson de geste* intitulada *Mainete y Galian*. No vasto corpo da *Gran Conquista* há também a lenda de sua mãe, «Berthe aux grands pieds»; e sua mulher, Sebile, é a heroína do *Noble cuento del Emperador Carles Magnes de Rroma e de la buena Emperatriz Sevilla* (1), do séc. XV. O romance de *Flores y Blanca-flor*, ligado aos avós de Carlos Magno, foi familiar aos leitores do Arcipreste de Hita, para quem *Tristan* era comparativamente uma novidade, e popularizou-se entre os poetas do *Cancioneiro de Baena*. Estes *trobadores* também conheceram e admiraram a *Historia de Enrrique fi de Oliva* (2), versão de *Doon de la Roche*. A lenda do *Chevalier au Cygne* encontra-se na *Gran Conquista de Ultramar*; podemos ainda citar certo número de outras histórias francesas — *Clamades y Clarimonda*, *Partinuples*, *Pierres de Provenza y la linda Magalona*, *Ottas de Roma* (*Florence de Rome*), *Melosina*, *Paris y Viana* —, em que o interêsse cavalheiresco é subordinado à ordem fantástica ou sentimental. Em prosa a *matière de France* carecia de unidade de matéria ou intenção. As novelas são descentralizadas, e por isso falta-lhes interêsse para a literatura ou para a sociedade, na proporção do seu volume; mas as numerosas e belas baladas das séries carolíngias, tiradas de poemas épicos esquecidos, foram e são um apoio perpétuo aos temas carolíngios. De maneira mais efémera os poemas épicos da Itália engendraram as imitações espanholas e portuguesas do séc. XVI, quando o gôsto pela cavalaria em prosa estava quási embotado, e trouxeram com os seus assuntos carolíngios um estilo de tratamento que era arturiano.

---

(1) Bonilla, *op. cit.*, I, págs. 503–33.

(2) *D. Quixote*, I, cap. 16: «y aquél del otro libro donde se cuentan los hechos del *Conde Tomillas*».

Em perfeita distinção da *matière de France*, e frouxas em verso porque nunca eram épicas, as ficções bretãs foram fortes em prosa e persistentes; o seu principal produto foi o romance de *Amadiz de Gaula* (1). Três livros desta pesada obra são dedicados aos triunfos de Amadiz sôbre as obscuras circunstâncias do seu nascimento, sôbre inimigos pessoais, encantadores, inimigos em ordem de batalha, as suspeitas de sua dama e a inveja do seu rei, até que por fim entra na posse da sua Oriana, tendo-se ligado a ela por meio de um apressado matrimónio; durante todo êste tempo ao seu braço direito ninguém resistiu, a sua fé apenas uma vez desfalece, e —ao contrário dos campeões franceses— o seu carácter moral é de uma respeitabilidade burguesa. O quarto livro, fabricado com elementos dos outros três, reconcilia Amadiz com o padrasto e consagra e regulariza a posse de Oriana. No seu plano geral a novela segue o do *Lancelot* através de prisões, encantamentos, tentações e loucura amorosa; o herói caracteriza o seu currículo por uma sucessão de apelidos que lembram os do filho do Rei Ban (el Doncel del Mar, Beltenebros, etc.), mas o primeiro dêles, Amadis Sin-Tiempo, é sugerido pelo trocadilho de Tristan-Tantris. Não há Santo Graal e nenhuma teoria de amor adúltero, àparte a convenção de que os heróis devem nascer assim e serem ignorantes da sua família; mas os modos cavalheirescos e a galantaria são arturianos, e há a mesma preferência pela decoração acima da realidade, pelo sentimento acima da emoção genuína. A realização e o cenário são arturianos; o tempo divide em duas partes o intervalo entre a *Estoire del Saint Graal* e o *Livre de Merlin*; os nomes de pessoas e lugares derivam por sufixação de modelos conhecidos. Don Galaor, livre do poder do amo, é Galvão; Merlim passa de sobrenaturalmente bom a sobrenaturalmente mau: Arcalaus el encantador, e Morgane la Fée age sob o nome de Urganda la Desconocida. A primeira frase é sugestão da *Destruction de Jerusalem*; e o primeiro capítulo anuncia um

---

(1) Gayangos, *Libros de Caballerías* (*Bibl. de Ant Esp.*, n.º 40); G. S. Williams, «The Amadis Question», in-*Revue Hispanique*, XXI.

«cruel costume» tirado do *Merlin*. As imitações são contínuas e as relações entre todos os grupos de incidentes são constantes em admitir sem dúvida alguma como modelos os romances na forma em que hoje os temos, quer encontrados nalguma compilação, como o de Rusticiano de Pisa, quer separadamente, embora o autor não seja um simples mecânico, mas um artista com intenção própria. Não sabemos se manuseou os originais franceses ou as traduções castelhano-portuguesas, visto que estas são muito fragmentárias para o poderem provar; mas o tacto do autor, diferentemente do de *Cifar*, é assegurar assim o seu contacto com o espírito do leitor tão firme e ìntimamente, prova de que teve uma longa familiaridade com as suas fontes, bem como dum gôsto vivo e estável para o público.

É da edição do *Amadiz de Gaula* (1) em quatro livros, feita por Garci-Ordóñez de Montalvo, cêrca do ano de 1492, e publicada em 1508, ou anteriormente, que descendem tôdas as novelas de cavalaria da Renascença em Espanha e Portugal, incluindo também as que pretendem, como o *Palmeirim de Inglaterra*, basear-se em crónicas autênticas de Inglaterra. Mas as edições manuscritas do grande romance abrangem sòmente três livros, que foram presumìvelmente os mesmos que são agora assim numerados, e foram indicados a Pero López de Ayala por Pero Ferrús antes do ano de 1379 (2); o próprio

---

(1) Para o *Amadiz* o leitor deve consultar o artigo de Miss Williams e os admiráveis *Spanish and Portuguese Romances of Chevalry* do Dr. H. Thomas, 1920.

(2) *Cancionero de Baena*, n.º 305:

«Amadis el muy fermoso,
Las lluiras e las ventyscas
Nunca las fallo ariscas
Por leal ser e famoso:
Sus proezas fallaredes
En tres libros e dyredes
Que le de Dios santo poso».

Cf. n.ºs 38, 72 (Macandon, *Amadis*, II, cap. 14), 188, 226, 249, 301, 572; *Revue Hisp.*, XV, pág. 815; *Canc. del Palacio*, pág. 70 (Insola del Ploro, *Amadis*, II, cap. I); Ayala, *Rim. de Palacio*, copola 162; Rubió y Lluch, *Docs. pel l'hist. de la cultura*, II, pág. 327, n. 1.

Ayala lera o *Amadis* ao mesmo tempo que *Lançarote*; na tradução de Castrogeriz do *De Regimine Principum*, por nós já mencionada noutra oportunidade, *Amadis*, *Tristan* e *Cifar* são nomeados todos juntos como já existentes cêrca de 1345–50. Pelo ano de 1372 a sua fama passara as fronteiras de Castela e chegou à côrte de Barcelona; e as alusões à novela referem-se não sòmente ao herói e heroína, mas também ao sexagenário cavaleiro Macandon, e às aventuras na Insola Firme sob o velho nome que aquela passagem copiara do *Tristan* espanhol—Insola del Ploro. Temos, por isso, a certeza de um *Amadiz de Gaula* aproximadamente do mesmo conteúdo que os actuais primeiros três volumes escritos em castelhano e lidos por castelhanos na primeira metade do séc. XIV.

O entrecho do romance progride com a certeza de uma convenção estabelecida e conhecida, e não mostra nenhuma das composições arturianas originais; mas no cap. XIV do livro I encontramos um reflexo, momentâneo mas precioso, do trabalho de composição. Nesse ponto da novela a amazona Briolanja apaixona-se doidamente por Amadiz de Gaula, como acontecera a muitas mulheres por Lançarote; mas é essencial para o carácter do cavaleiro espanhol como para o do francês que rejeite as suas propostas. Amadiz recusa a Briolanja. Mas o infante D. Afonso de Portugal ordenou que o assunto fôsse escrito de maneira diversa, e fazendo assim (diz uma voz que difìcilmente pode ser outra além da do autor) comprazia-se a si mas adulterava a história (1). O carácter do herói sofreu então uma contradição fatal, pelo que era inevitável se fizessem tentativas para rectificar o desatino do príncipe. Em outro parágrafo um redactor qualquer propôs-se salvar a reputação da constância de Amadiz, encerrando-o numa tôrre. Briolanja assediava-o com a sua paixão, até que Oriana, cheia de piedade pelos seus sofrimentos e querendo libertá-lo, autoriza-o a aceder aos desejos da amazona. E de novo Montalvo (que se revela a si próprio por apelar para a autoridade do livro IV,

(1) *Amadiz*, I, cap. 40: «En esto hizo lo que su merced fue, mas no aquello que en efetto de sus amores se escribia».

da sua autoria) declara que Briolanja também se cansou e só teve o herói preso até à chegada de D. Galaor, que ràpidamente consente em desposar uma donzela tão encantadora! Temos pois quatro estádios do episódio, com um comentário sôbre o segundo, por aquele que escreveu o primeiro. O infante D. Afonso de Portugal tem sido identificado com o filho do rei D. Deniz, que reinou sob o nome de D. Afonso IV, de 1325 a 1357, mas inclinamo-nos a crer que D. Carolina Michaëlis tem razão em identificá-lo com D. Afonso de Portugal, irmão do rei D. Deniz, que viveu de 1263 ou 1265 a 1312, e foi súbdito castelhano nos últimos oito ou nove anos da sua vida. Era cunhado de D. Juan Manuel, e os negócios de sua casa parece terem interessado o tradutor astorgano do *Josep Abaramatia* (1313).

Propondo-se identificar o infante D. Afonso com o cunhado de D. Juan Manuel, a esperança e desejo de D. Carolina Michaëlis era dar vida nova à teoria da autoria portuguesa desta novela; porque há uma teoria da prioridade portuguesa respeitante ao *Amadiz de Gaula* que abrange, excede e é motivo para a reivindicação da prioridade da *matière de Bretagne*. Autores portugueses, de que os mais antigos escreveram cêrca de um século mais tarde do que as referências de Castrogeriz e Ayala, apresentam persistentemente Lobeiras de nome diferente como de criadores desta novela. O menos substancial dêstes é Pedro de Lobeira, de Évora, que, segundo se diz, traduziu a obra do francês cêrca de 1449; a autoridade é do antiquário seiscentista Jorge Cardoso (1). Gomes Eanes de Zurara (2), escrevendo cêrca do ano de 1450, atribui a novela a Vasco de Lobeira, armado cavaleiro no campo de Aljubarrota em 1385, e morto no ano de 1403. Supõe-se ter escrito a obra durante o reinado de D. Fernando, o *Formoso* (1367-83). Se Vasco de Lobeira recebeu aquela honra em idade normal, não devia ser nascido quando Ayala e Castrogeriz leram o

---

(1) J. Cardoso, *Agiologio Lusitano*, I, pág. 401.

(2) Gomes Eanes de Zurara, *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, I, cap. 63; *Cf.* Fernão Lopes, *Chronica del Rei D. João I*, II, cap. 39.

livro; se identificarmos a sua fortuna, como alguém lembra, com a do sexagenário Macandon, não devia ter ainda 20 anos quando o romance era já conhecidíssimo em Castela, e a revisão por um infante D. Afonso talvez antecedesse o seu nascimento. Se temos de ligar êste nome de Vasco ao *Amadiz de Gaula*, não pode êle ser o autor, mas a autoridade de Zurara poderia parecer bastante para citá-lo como autor, isto é, tradutor da versão portuguesa. Não existe tal versão; indicaram-se dois exemplares, um por um escritor leviano do séc. XVI, e que foi destruído por um terramoto, ao passo que uma revolução obliterou outro de que não houve notícia até 1683. Mas seria perigoso e supérfluo negar um *Amadiz de Gaula* português; tampouco é preciso excluir a possibilidade da sua tradução durante o reinado de D. Fernando, por Vasco de Lobeira.

Os Lobeiras foram uma família ousada, e Teófilo Braga descobriu-lhes tôda uma genealogia, cheia de pormenores para as várias dúvidas levantadas pela criação ou transmissão do romance, mas que nada nos obriga a discutir aqui. Muito mais importante é o *trovador* João Pires de Lobeira, da Galiza, filho natural de Pero Soares de Alvim e vassalo do já mencionado D. Afonso. A sua vida é conhecida entre os anos de 1258 e 1285, por uma documentação escassa; entre outras contribuïções para os cancioneiros portugueses é da sua autoria a canção

Leonoreta fin roseta.

repetida e adaptada no *Amadiz*, II, cap. 11. Leonoreta, como lá se diz, era a irmã mais nova de Oriana; pediu a Amadiz uma canção de amor, e êle deu-lhe aquela, com uma conclusão que referia as expressões apaixonadas dela para outro objecto. O passo pode muito bem ter sido interpolação ao texto original, com o intuito de aplicar a propósito os versos de Lobeira; porque Leonoreta não tem importância alguma no romance, quer antes, quer depois dêste incidente. A lírica, por outro lado, não tem rubrica; a êste respeito difere dos cinco *lais de Bretanha*, extraídos decerto de novelas cavalheirescas. João de Lobeira *talvez* fôsse o autor do romance e dos versos, e *talvez* extraísse os versos do romance ou adequasse êste àque-

les; *talvez* o infante D. Afonso de Portugal interviesse no Livro II a favor do poema do seu protegido, como tinha feito no primeiro livro para alargar as suas ideas de propriedade; *talvez* o passo referente a Leonoreta fôsse inserido em uma das muitas redacções que se tornaram necessárias para a novela poder viver até aos dias de Montalvo. D. Carolina Michaëlis é de opinião (1) que os versos são extraídos do romance, que êste existia no séc. XIII e fôra composto em português, e que a ida de D. Afonso para Castela em 1304 ofereceu a oportunidade para, por meio de D. Juan Manuel, se fazer uma tradução castelhana que talvez fôsse vista por Castrogeriz e Ayala. ¡Mas isto não passa de mera hipótese! Não é certo que Lobeira fôsse o autor dos versos e do romance. A provar-se isso, era ainda duvidoso qual fôra o primeiro a ser escrito. Não sabemos se o casamento de D. Afonso levou a novela do *Amadiz* para Castela, ou pôs aquele príncipe em contacto com o *Amadiz*. Não sabemos se o primeiro esquema foi português, embora o escritor fôsse um trovador dos *Cancioneiros;* Afonso X não era um poeta galego, mas um prosador castelhano. As investigações de D. Carolina Michaëlis ligaram os nomes de D. Afonso e de João de Lobeira, e as citações da canção de Leonoreta e do *Amadiz*, I, cap. 40, e II, cap. 11; também apontam a importância do casamento de D. Afonso e a sua mudança de nacionalidade em 1304; tudo isto são factos importantes para a determinação das circunstâncias sob as quais o romance foi composto, mas não sabemos o modo como os devemos interpretar.

Pela nossa parte, vendo que é para desejar se exprima uma opinião, o facto que domina a opinião é a certeza da existência do livro em Castela desde a primeira metade do séc. XIV; a sua presença em Portugal nunca passou de uma ilacção.

---

(1) C. M. de Vasconcelos, *Lais de Bretanha* e *Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 216, ss.: «Die früheste verlorene Redaktion aber gehört noch dem 13 Jh. an, ist, aller wahrscheinlichkeit nach, das Werk eines portugiesischen Troubadours, und ursprünglich in portugiesischen Sprache geschrieben».

Pesando em espírito estas circunstâncias, achamos um paradoxo enorme expatriar a obra da literatura castelhana. Como o *Amadiz* é baseado nas traduções arturianas, deve ter seguido os ciclos mais significativos, vertidos nas línguas vernáculas da Península, como vimos, principalmente durante o reinado de Sancho IV de Castela, e sob a inspiração do movimento literário afonsino. Atribuir êste romance ao séc. XIII parece, pois, antedatar-lhe consideràvelmente a composição. Seria melhor relacioná-lo com a última fase do mesmo movimento afonsino, exemplificado em D. Juan Manuel; e a intervenção de D. Afonso de Portugal, seu cunhado, presta-nos o serviço de situar a composição entre os anos da sua residência em Castela, ísto é, 1304–12. João Pires de Lobeira escreveu a canção. Foi adaptada, talvez devido à influência do seu patrono, para fornecer um episódio à novela; mas se Lobeira fêz esta interpolação, ou se escreveu o romance, é improvável que, para êsse fim, empregasse a língua portuguesa. Há ainda a circunstância do nome de João Pires de Lobeira ser o único que, com alguma evidência, válida ou não, se relaciona com esta autoria.

XIII

A INFLUÊNCIA DA LITERATURA CAVALHEIRESCA NA PENÍNSULA HISPÂNICA DURANTE A IDADE-MÉDIA

Amadiz e as novelas da *matière de Bretagne* formam um corpo de doutrina e exemplo cavalheiresco, intimamente ligado, de intuitos, invenção, expressão e efeitos comuns, igualmente popular e eficiente em Espanha e Portugal nos sécs. XIV e XV, e igualmente pronto à chamada do novo público da imprensa. É aí que elas se separam. Na sua história conjunta como manuscritos, as novelas arturianas originais gozaram de grande reputação, tais como *Tristan de Leonis*, *Merlin y Demanda*, e *Lanzarote de Lago*. Naquele período foram propriedade das mais elevadas classes da sociedade, que são sempre em certo grau cosmopolitas e que podem sentir prazer no conhecimento de um derivativo estranho; mas as descobertas de Gutenberg levou a literatura até às classes médias, e o apêlo nacional do romance indígena, fortemente reforçado pela nova prosa de Montalvo, colocou aquela novela à frente das suas competidoras. Não são elas as geradoras da cavalaria espanhola, a não ser através da sua criação do *Amadiz de Gaula*; não são os pais, mas os grã-senhores de *D. Quixote*. A cavalaria é uma doutrina de heroísmo e de sociedade convencionalizada no amor. Como fontes de heroísmo classificaram os personagens dêste grupo juntamente com os paladinos carolíngios das baladas, com a *matière de Rome la grant* representada pelo *Libro de Alejandro* e a *Cronica Troyana*; onde quer que a cavalaria fôsse amor, os seus efeitos e modos

eram semelhantes aos de *Flores y Blancaflor*, *Paris y Viana* e outras produções sentimentais. Semelhante em heroísmo e em sentimento, o grupo arturiano do *Amadiz* é núcleo de ficções medievais em Espanha e Portugal, o melhor e o mais importante exemplar da prosa cujo intuito é deleitar, o corrector e educador dos cronistas e moralistas da época, a antítese necessária da têmpera picaresca e prática do espírito castelhano. Os métodos dos poemas épicos burgaleses já não expressavam os factos da vida social, nem seu simples intento era já apenas o característico molde do pensamento; êles deram lugar à influência pulida da cavalaria e à leveza da prosa arturiana.

Esta prosa, como vimos, falou primeiro aos leitores no centro e no ocidente da Península através da *Historia Regum Britonum*, de Geoffrey de Monmouth, que apareceu na côrte de Afonso VIII ou Henrique I, introduzida com tôdas as probabilidades juntamente com o dote de Leonor de Aquitânia (1170). Os romances e os poemas franceses devem tê-la acompanhado, mas não deixaram rasto na literatura ainda muito rudimentar para fixar a sua impressão; a rainha Leonor viveu muito pouco para poder ler os originais posteriores e desenvolvidos das traduções existentes. Estas foram coligidas na côrte de Afonso, *o Sábio*, quer pela sua própria iniciativa, quer pela dos seus colegas literatos e executores; e tivemos razões para crer que o *Livre monseigneur Edouart* ou original de *Don Tristan de Leonis* estava nas suas mãos cêrca do ano de 1260. Não sabemos se o sábio rei tentou a tradução de qualquer parte dum romance arturiano, embora fôsse a sua energia que os difundiu entre os seus parentes de outra nação; é possível que a sua superior cultura sentisse pouco desejo pelas versões do que podia ler convenientemente no original, nem pudesse ter tempo de sobra para o acrescentamento de traduções francesas aos seus pesados labores nas línguas clássicas das três religiões, latim, hebraico e árabe, nem para novelas em adição às suas contribuïções à ciência histórica, legal, teológica, social e física. Na *Gran Conquista de Ultramar*, todavia, planeou uma obra em que a história roça pela lenda; e, quando continuada por

Sancho IV, incluíu uns resumos carolíngios, uma referência arturiana, e a novela completa de *Le Chevalier au Cygne*. Segundo cremos, o *Baladro del Sabio Merlin* e as suas duas outras partes foram dedicados a Sancho IV por Fr. Juan Bivas cêrca do ano de 1291; e temos também notícia de que as novelas de *Tristan* e *Lanzarote*, sem relação intrínseca com o pseudo Boron, estão cheias de alusões ao seu ciclo em Espanha. É possível que um ou ambos estes livros precedessem a tradução do *Baladro*, e que as suas referências devam relacionar-se com o original francês, e é muito provável que os três livros de *Lanzarote de Lago* vão até uma *Quest* de Map ortodoxa, intitulada *El Libro de Galaz*, a uma *Mort d'Artur* semelhante à de Malory, e fôssem acompanhados por um *Libro de Tristan* hoje perdido. A trilogia de Boron foi também mais extensa do que é, pois possuía incidentes concludentes do *Baladro* e todo o *Josep Abarimatia*. O outro *Livro de Josep Abaramatia*, executado por ou para Juan Sánchez (de Velasco?) de Astorga no ano de 1313, parece pertencer a uma segunda época do arturianismo castelhano-português. Cêrca da mesma época, a facção de D. Juan Manuel e o profeta de Afonso XI, Maestre Antonio, parecem ter influenciado as *Profecias de Merlin*, e um seu parente influíu no primeiro esquema do *Amadiz de Gaula*. Pela mesma época, ou poucos anos antes, *El Cavallero Cifar* (± 1305) parece mostrar conhecimento dos *lais* de *Lanval* e *Graelent*.

O romance do *Amadiz de Gaula* implica a existência, em uma ou outra das línguas vernáculas do centro e do ocidente, dos principais ciclos da cavalaria arturiana, e o processo da sua tradução ficou provàvelmente completo antes do comêço do séc. XIV. Os poetas dos *Cancioneiros* podiam ler naquela época um *Libro de Tristan*, um *Lanzarote de Lago*, e o *Baladro del Sabio Merlin*; talvez os *lais de Bretanha* fôssem designados para ocupar os espaços em branco dos textos em prosa (1), e o emprêgo de alusões bretãs, que foi ao prin-

(1) Ao traduzir Geoffrey para a *Grand et General Estoria*, Afonso X deixou um espaço em branco para «los viessos de latin» do oráculo de

cípio um sinal de provençalismo entre os trovadores, desceu até se tornar familiar aos mais humildes dependentes da côrte de D. Deniz. A ausência de qualquer guia sôbre a canção de Leonoreta, impede-nos de determinar as relações dos *Cancioneiros* com o *Amadiz de Gaula*, que não é mencionado na literatura portuguesa até à *Crónica de D. Pedro de Menezes* (±1450) e aos pedantes de «O cuidar e sospirar» do *Cancioneiro* de Resende; mas circulou activamente em Castela desde os meados do séc. XIV. O *Nobiliário* adianta o nosso conhecimento da *matière de Bretagne* em Portugal e indica o caminho que seguiu; ao passo que, do outro lado da fronteira, as *Profecias de Merlin* continuaram a receber acrescentamentos, e as *diferentia* dos textos que sobreviveram foram causadas pela ignorância, negligência ou capricho dos escribas ou pela pobreza das suas cópias.

Tendo principiado com o monarca, atravessado a côrte e chegado à nobreza durante o séc. XIV, as lendas bretãs desceram no início do séc. XV até à classe média, e tornaram-se leitura pública. Durante os seus duzentos anos de voga podemos citar leitores reais como Pedro IV, Juan I e Martinho I de Aragão; D. João I e D. Duarte de Portugal; Afonso XI, Juan II e Isabel de Castela, e ainda os maiores nobres, Ramón Perellós, Pero López de Ayala, Nun'Alvares Pereira, Benavente, Santillana e Pérez de Guzmán, o senhor de Batres; cronistas como Fernão Lopes e Azurara, Muntaner, Rodrigo Yañez e Diez de Games; poetas cortesãos como Pero Ferrús, Villasandino, Baena, Diego Martínez, Nicolás de Valencia, e precursores do movimento italiano no pensamento espanhol — Micer Francisco Imperial e Ruy Paes de Ribera. Os manuscritos são copiados em Espanha, Portugal e Catalunha — *Lansalot*, em 1380; *Lanzarote de Lago*, em 1414; os fragmentos do *Tristan* da Biblioteca Nacional de Madrid e da Vaticana;

Diana a Bruto, com o intuito de o preencher mais tarde, mas fêz uma paráfrase em prosa. Traduzir da prosa e do verso não era necessàriamente uma operação. ¿É possível que os tradutores arturianos desejassem dar os versos dos seus textos no *dialecto lírico?*

a *Demanda* de Viena; a trilogia fragmentária do Graal, por Pedro Ortiz (1469-70). Ainda mais significativo do que isto é a tentativa para levar algum conhecimento desta literatura às classes iletradas por meio de canções, visto que um processo tão incompatível para temperar as convenções da côrte só podia dar lugar a um entusiasmo obrigatório, e nós temos uma estranha interpretação da fútil cavalaria de Lançarote, uma versão profundamente patética da tragédia dos amantes de Cornualhas e uma espirituosa *tercera* inteiramente espanhola na dueña Quintañona.

Talvez que durante a segunda metade do séc. XV, como opinou Baist (1), o interêsse pelas ficções cavalheirescas estivesse quási a exaurir-se, e que outros escritores, como o catalão Martorell, sentissem uma inclinação para olhar para uma interpretação da sociedade mais adequada, embora menos ideal. Mas a introdução da arte da imprensa, que converteu em leitores os que tinham sido apenas ouvintes, permitiu um novo apêlo mais vasto; e a maravilhosa história da unificação nacional, conquistas estrangeiras e descobrimentos de além-mar agitou e deu origem a uma nova crença no estranho, no ideal, no aventuroso e no improvável. Os romances de *Tristan* e o *Merlin y Demanda* ganharam meio século de vida, e o *Josep Abaramatia* e *Lanzarote de Lago* foram, apesar de tudo, copiados e lidos; o *Amadiz* renasceu como a Fénix e tornou-se o acontecimento literário mais notável do século, vindo a ser o pai de uma inumerável progénie, e o estafado caminho e os resíduos requentados de arturianismo ainda tiveram fôrças para produzir *Tristan el Joven* (1534) e *Os Triunfos de Sagramor* (1567). Mas a côrte do rei Artur era estranha e super-povoada de nomes famosos, e a sua lenda encerrou-se com a aniquilação de todos os que defendera. Todavia o *Amadiz de Gaula* deixara no final de cada parte o herói românticamente gerado dos volumes subseqüentes: a sua enorme família enterrou não

(1) Baist, in-*Grundriss der rom. Phil.*, II, II, pág. 441: «In der zweiten Hälfte des 15 Jhs. muss die Schätzung der *Amadis* etwas nachgelassen haben».

só a nossa Lenda, mas a si própria; e a juventude de Cervantes testemunhou o seu declínio e morte. Depois de 1588 as novelas de cavalaria foram intermitentes; em 1600 estavam *in articulo mortis*, e 1605 escreveu-lhes o epitáfio.

Uma *vida* de dois séculos e meio durante o período de formação da mentalidade nacional desanimariam as objecções de que a cavalaria arturiana foi impopular (1) ou tardia e antipática em Castela (2), ou que a *matière de Bretagne* foi apenas uma curiosidade bibliográfica que pode impunemente omitir-se na história da sua literatura (3). Comparar, como faz Durán, as numerosas canções carolíngias com as três solitárias da tradição bretã, e deduzir daí uma medida de gradação de popularidade, é introduzir a fraude de encaixar um tipo de expressão noutro; o mesmo raciocínio demonstraria a «impopularidade» de Chaucer em face das *Reliques*, de Percy. A matéria carolíngia foi épica e favoreceu os moldes épicos, mas a arturiana foi romântica, demandando um tratamento deliberado e decorativo. A acusação de tardança e antipatia em Castela é um ataque mais subtil, especialmente porque acompanha vulgarmente deserções respeitantes a Portugal. São indubitàvelmente estrangeiras e representam modos de pensar que estão em conflito com a sincera prática dos *cantares de gesta* e, pode-se até, conceder, com o princípio do realismo que defende e dá forma às mais felizes e características produções do génio castelhano, na arte, na política, ou na literatura. Mas nem Castela é tôda a Espanha, nem o espírito humano incapaz de con-

(1) Durán, *Romancero General*, nota aos n.os 351-3: «Para prueba de lo poco que encarnó en España ese espíritu caballeresco feudal de las fábulas bretonas, basta observar que de ellas sólo se tornaron los tres romances de esta sección».

(2) Milá, *De la poesía heroico-popular* (*Obras*, VII) págs. 380-1; a mesma opinião era a de Menéndez y Pelayo ao discuti-las.

(3) Fitzmaurice-Kelly, *Historia de la literatura española* (Madrid, 1921-2), pág. 121. *Cf.* a sua *Spanish Literature* (Oxford, 1922) onde elas são omitidas; e Mérimée, *Précis de l'histoire de la littérature espagnole*, onde há a respeito delas uma nota. Mas as observações do Prof. Kelly na *Enciplopœdia Britannica*, XXV, pág. 580, àparte a heresia portuguesa, mal diferem das nossas.

traste, nem tudo o que é estrangeiro é desagradável. As ficções bretãs que penetraram na sociedade cortesã só muito levemente influíram nas canções da rua, para que tendiam as velhas formas castelhanas, mesmo no séc. XIII; nem colidiram, antes completaram e corrigiram, as opiniões do mundo a que o espírito espanhol parece inclinado a recorrer. A *matière de Bretagne* não era antipática aos círculos que afectava, e nenhum tipo de literatura pode realizar mais. Do mesmo modo não apareceu tardiamente em Portugal e na Galiza, como também em Castela. Talvez fôsse tardia, se a compararmos à sua terra de origem, ou mesmo com traduções análogas na Inglaterra, Holanda, Alemanha ou Itália, mas sòmente na mesma medida em que as literaturas hispânicas foram tardias; tanto em Espanha como em Portugal encontramo-las tão cedo quanto surgiu uma prosa conveniente para serem apresentadas e um público com vagares para as gozarem. As narrativas métricas do séc. XIII, quer as do *mester de clerecía*, quer as do *mester de juglaría*, não eram veículos apropriados para estas ficções pulidas, que foram obrigadas a aguardar a chegada da prosa toledana de Afonso X. Nem nenhuma classe da sociedade espanhola teve lazeres e meios para cultivar as graças da vida, até que as grandes vitórias de Fernando III puseram fim ao continuado perigo da Mourisma. Mas êste digno rei, grande na guerra, foi o primeiro a tirar vantagem das suas conquistas nas vitórias da paz; gizou um despertar do espírito nacional que seu filho levou por diante e seus netos e bisnetos completaram em tôdas as Espanhas. Quando a riqueza e a cultura de Córdova, Sevilha e Cádiz se derramaram pelas mãos dos grandes nobres da Reconquista, e quando o final do antigo batalhar lhes dera uma superfluidade de tempo e desejos, então foi necessário aprender a arte de viver com elegância; e como a espécie humana nunca faz o que pode pedir emprestado, as nações hispânicas voltaram-se inevitàvelmente e com ansiedade para a *courtoisie* da sociedade riquíssima e pulidíssima que viam. Riqueza e lazeres difundiram-se mais geralmente quando as civilizações ibéricas ultrapassaram os séculos e o código e prática da cortesia penetrou em tôdas as classes sociais.

Mas o resultado mais infeliz que assim prejudicou a história dos romances arturianos em Castela foi o desalento do seu estudo precisamente na região onde são mais consideráveis as reminiscências materiais. Em Portugal e na Catalunha foram lidos, em anos recentes, com entusiasmo e diligência; os factos foram seguidos com assiduïdade e interpretados, segundo a natureza do crítico, em conclusões proporcionadas ou exageradas; são consideradas e queridas como porções valiosas da primitiva experiência da nação. Mas o castelhano, que não espera vantagem alguma do seu estudo, parece encará-los com indiferença e satisfazer-se com o ouvir contar. A doutrina apriorística da tardança e antipatia das novelas castelhanas é auxiliada por uma teoria apriorística semelhante da prioridade de outras nações; indiferente à evidência dos seus olhos, não deve hesitar na paradoxal noção de atribuir a uma literatura, hoje principalmente castelhana, uma origem inteiramente portuguesa. A questão foi obscurecida pelo êrro de impor o amarelo e verde de um moderno mapa político à literatura de uma antiga época. A Espanha e Portugal não têem regras imutáveis, mas cada um dêles é o resultado da confluência de muitas correntes distintas. Na época das traduções arturianas os dialectos viviam ainda, e podiam ser empregados na literatura como os dialectos inglêses anteriores a Chaucer; e os discursos literários de Toledo e Lisboa estavam apenas a nascer. Na ausência de concordância pelo que respeita à linhagem e inter-relações dos textos arturianos, na falta de edições críticas e estudos filológicos, e talvez pela irreparável perda de antigos modelos, é difìcilmente possível fixar o *patois* exacto das traduções originais; mas as mesmas dúvidas far-nos-iam duplamente adversários duma divisão ou distribuïção radicalmente em desacôrdo dos textos existentes. A contribuïção do leonês poderia ser maior, e o galego talvez interviesse em prosa, mas a moderna antítese do português e castelhano só pode aplicar-se com alguma impropriedade. Todavia com estas reservas quanto ao dialecto parece que pelos romances tomamos conhecimento com a sua história geral, inspiração orientadora e meios de distribuïção; tampouco achamos estas alheias

e desconexas com a missão peninsular de Castela. Os textos, estudados por inteiro, oferecem a única esperança segura de um progresso no nosso conhecimento; nem esta obra será fútil se apenas indicar corajosamente a sua mais alta autoridade.

As novelas castelhano-portuguesas formam um grupo que só pode ser considerado em face de ambas as literaturas; mas as traduções catalãs ascendem por si sós a imediatos originais franceses. Foram executadas, tanto quanto podemos saber pela prova que oferecem, num período comparativamente tardio e como resultado de um impulso específico; ao passo que por outro lado, o território catalão gozou de uma mais extensiva e prolongada circulação de material estrangeiro ainda não traduzido. Mas a influência e conseqüência da *matière de Bretagne* foi mais ou menos uniforme em todos os reinos ibéricos; até como modo de introdução e penetração da sociedade se tem considerado uniforme.

O menor dêstes resultados foi a justificação dos pressentimentos de Guilherme de Newburgh. A lenda arturiana obscureceu os traços da nossa nação e história, e apresentou uma resposta feita a tôdas as preguntas do leigo. ¿Qual é a linhagem comum dos reis portugueses e inglêses? A de Bruto e Tróia. ¿Qual foi a inimizade entre a Inglaterra e a França? A de Artur e Frolo. ¿Que maneiras tinham os cavaleiros inglêses? As de Galvão ou de Brehus sans pitié. ¿Como procediam as mulheres inglêsas? Como as donzelas dos romances. ¿Qual é o cenário da ilha? Clareiras, florestas, castelos e trevas encantadas.

Não é de todo certo que o castelhano medieval sentisse qualquer inclinação para se informar dos elementos do nosso passado, ainda que livres da miragem arturiana; porque é vulgar julgarmos as nações estrangeiras nos termos de qualquer lenda, e a nossa «romântica» e «negra» visão da Espanha mesmo hoje está menos afastada da história e da observação do que a visão arturiana do nosso estado medieval (1). No

---

(1) A lenda «romântica» da Espanha é dissecada por E. Martinenche, *L'Espagne et le Romanticisme Français;* a outra dera *Westward Ho!*

caso da Escócia (1), onde não houve obscuridades, mantém-se uma completa indiferença pelos autores de Espanha. Pelo menos a convenção cavalheiresca subministrou uma explicação fatalmente fácil de todos os fenómenos inglêses; e de todos os ramos da literatura anglo-latina é só o da história que falta inteiramente na Espanha medieval (2). Mesmo o Venerável Beda, cujos escritos educativos e teológicos gozaram de larga reputação nas terras ao sul dos Pirenéus, difìcilmente conseguiu introduzir a sua *História Eclesiástica* entre os alunos espanhóis antes de Juan Luís Vives († 1540) (3). Fernán Pérez de Guzmán obteve de uma fonte estrangeira notas sôbre Alfredo, Alcuíno, Lanfranc, e Anselmo, para o seu *Mar de Histórias*, assim como sôbre Merlim e o Graal (4), mas Afonso X inseriu a *Historia Regum Britonum* na sua história do mundo e D. Pedro de Barcelos juntou-a ao *Lancelot* quando tratou das genealogias peninsulares, deixando esquecido e por reatar o laço entre o último bretão e o primeiro normando; e Gutierre Diez de Games volteia por entre uma extraordinária seqüência de fábulas com o intuito de dar uma relação fundamentalmente honesta da Guerra dos Cem Anos. O mesmo espírito continuou no reinado de Felipe II, cujas noções de história inglêsa e geografia escocesa foram bebidas em Geoffrey; salvo o que os seus contemporâneos tiraram de suas próprias fantasias principalmente do *Amadiz*. As crónicas da Inglaterra propa-

---

(1) Mencionado pela primeira vez, tanto quanto sabemos, em Bernáldez, cap. 245. Êle esqueceu a aliança Escoto-Franco-Castelhana de tôda a Idade-Média.

(2) A livraria do Marquez de Astorga tinha três dêstes volumes, impressos em Francfort em 1601.

(3) Vives, *Opera*, V, pág. 398. F. Colombo comprou um exemplar em Colónia, impresso em 1521. Os parágrafos escatológicos de Beda foram provàvelmente conhecidos sob uma forma diversa. *Cf. Visió de Trictelm* (ed. Miquel y Planas, *Llegendes de l'altra vida*), e Clemente Sánchez de Vercial, *Libro de los exemplos*, n.os 130 e 241.

(4) Pérez de Guzmán, *Mar de historias*, caps. 58, 97, 106, 107, 96, 104; Diez de Games, *El Vitorial* (Bibl. Nac., Madrid, MS. n.º 17:648, fols. 74 *r*–94 *v*, 105 *r*–154 *r*).

laram absurdos em *Oliverus y Artus, Tablante de Ricamonte, Roberto el Diablo* e *Palmeirim de Inglaterra*, que os membros da côrte que o acompanhou à presença da rainha Maria e a Winchester quási só viram o país através da névoa lendária. Juan de Varaona (1) cita a Insola Firme e Mongaza quando quere referir-se a Wight e a Man, e supõe que a beleza inglesa tem muitas Mabílias e poucas Orianas. Andrés Muñoz (2) assegura que *a esto algunos dicen que querían más estar en los rastrojos del reino de Toledo que en las florestas de Amadis,* e depois de citar Lisuarte da Távola Redonda (do *Lisuarte de Grécia*), Merlim, Bruto, os gigantes e Artur, acrescenta:

El que inventó y compuso los libros de Amadís y otros libros de caballerías desta manera fingiendo aquellos floridos campos, casas de placer y encantamentos, antes que los describiese debió sin dubda de ver primero los usos y tan extrañas costumbres que en este reino se costumbran. Porque ¿quién nunca jamás vió en otro reino andar las mugeres cabalgando y solas en sus caballos y palafrenes y aun a las veces correrlos diestramente y tan seguras como un hombre muy exercitado en ello? Y ansí podrá vuestra merced muy bien creer que más hay que ver en Inglaterra que en esos libros de caballerías hay escripto, porque las casas de placer que están en los campos, las riberas, montes, florestas y deleitosos pradales, fuertes y muy hermosos castillos, y a cada paso tan frescas fuentes (de todo lo cual es muy abundante este reino) es cosa por cierto muy de ver y principalmente en verano muy deleitosa.

Na mesma ordem social dos reinos ibéricos os romances arturianos exerceram uma influência profunda e constante que ainda foi mais profundamente gravada pelos sucessores

---

(1) Juan de Varaona, *Viage de Felipe II. a Inglaterra cuando fue a casarse con la Reina dona Maria,* in-*Col. de docs. inéd. para la historia de España,* I.

(2) Andrés Muñoz, *Viaje de Felipe II. a Inglaterra,* Madrid (Soc. de Bibliófilos Españoles), 1877, pág. 113.

do *Amadiz* (1). Já no tempo da sua primeira introdução, Afonso X comparava os seus amores aos de Iseu e Tristão, e introduzia nas *Siete Partidas* a definição do perfeito *caballero;* e o Afonso imediato instituíu uma ordem de cavalaria e cultivou as práticas cavalheirescas (2). Os grandes nobres do séc. XIV leram as novelas com secreto prazer e pesar hipócrita, e os nomes bretões tiveram grande voga entre os registos baptismais (3). A ordem portuguesa da Madresilva ascendeu igualmente ao *Lai du Chèvrefeuille* e à Jarreteira inglesa (4); e a *Ala dos Enamorados* formou um dos lados do quadrado de Aljubarrota (1385) em perfeito contraste com os mercenários da outra ala. O carácter de Galaaz foi admiràvelmente realizado pela vida e feitos do condestável Nun'Álvares Pereira; e a tragédia de Cornualhas confunde-se com a de D. Inês de Castro. Esta inspirou alguns versos apaixonados dos *Lusíadas* que todo o estudioso conhece; e a vida do primeiro pela pena de Fernão Lopes pode considerar-se, de certo modo, o mais belo esfôrço de prosa arturiana. Malograda a sua virgindade física, êste «segundo braço da defensam do Reino» conheceu que na inocência de coração, temperança, cortesia e verdade reside a invencibilidade da alma.

---

(1) Consultar «The Prevalence and the Decline of the New Romances in the Spanish Peninsula», in-*Spanish and Portuguese Romances of Chivalry,* do Dr. H. Thomas.

(2) *Cronica de Alfonso XI,* cap. 97 (Instituïção da Ordem de la Banda), e cap. 99: «Et porque venian estonce muchas gentes de fuera del regno en romeria a Sanctiago, et pasaban por Burgos por el camino frances, el Rey mandaba estar omes el la calle por do pasaban los romeros, que preguntasen por los que eran caballeros et escuderos, et decianles que veniesen jostar: et el Rey mandabales dar caballos et armas con que jostasen».

(3) Nas comédias posteriores Lançarote, Tristão e Galvão descem até aos lacaios. Na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto ambos os nomes são freqüentes entre os emigrantes portugueses. Mas o derivativo mais extraordinário da lenda arturiana foi o rei Lançarote de Pulo Hinhor, uma ilhota cêrca de Tenasserim, que era um vulgar vendedor de peixe!

(4) Martorell (*Tirant lo Blanch,* ed. Aguiló, cap. 77), referindo-se à lenda da Jarreteira como informação portuguesa, diz que o nome da heroína era «Madresilua».

«Era de honestos costumes e mui avisado nos autos da cavallaria... Porque, se forteleza é esforçado desejo de percalçar gramdes cousas com suportamento de proveitoso trabalho, este nom receando noites asperas, nem esquivos dias, nom temia de se poer a quaesquer aventuiras, por haver victoria dos enemmigos... Como a estrella da manhan, foi claro em saa geeraçom, sendo de honesta vida e homrrosos feitos, no qual pareçia que reluziam os avisados costumes dos antigos e gramdes barões... Trazer mulheres, nem jogo de dados, a nenhum era consentido. E muito se trabalhava, quando tal desvayro amtre alguũs naçia, per que começavom de se nom fallar, de os concordar loogo e fazer amigos; de guisa que seu arreal nom pareçia hoste de guerreiros, mas honesta religião de defensores... E quando se assanhava contra alguũas pessoas, com bramdo arruido era seu castigo; de guisa que ao seu pesado assessego mais haviam os homeẽs reverença que temor» (1).

Basta citar apenas esta página como ilustração do idealismo da cavalaria, porque certos críticos — Milá y Fontanals e mais ainda Menéndez y Pelayo — comprazeram-se em atribuir à *matière de Bretagne* a responsabilidade da libertinagem e da desorganização da sociedade durante êstes dois séculos.

Ademas de esta febril poesía del delirio amoroso trajeron á la literatura moderna los cuentos de la materia de Bretaña *un nuevo ideal de la vida que se expresa bien con el dictado de* Caballero andante. *Los motivos que impulsaban á los héroes de la epopeya germanica, francesa ó castellana, eran motivos racionales y sólidos, dadas las ideas, costumbres y creencias de su tiempo; eran perfectamente lógicos y humanos, dentro del estado social de las edades heroicas. Los motivos que guian*

---

(1) F. Lopes, *Chronica del Rei D. João I*, I, cap. 193 (ed. Braamcamp Freire, págs. 373-5); *cf.* pág. 60: «Liia ameude per livros destorias, especiallmente da estoria de Gallaz que falla da Tavolla Redomda. E porque en ellas achava, que per virtude de virgiindade Gallaaz acabara gramdes e notavees feitos, que outros acabar nom podiam, desejava muito de o semelhar em alguuma guisa; e muitas vezes cuidava em ssi, de seer virgem se lho Deus guisasse».

á los caballeros de la Tabla Redonda son, por lo general, arbitrarios y fútiles; su actividad se ejercita ó más bien se consume y disipa entre las quimeras de su sueño; el instinto de la vida aventurera, de la aventura por sí misma, los atrae con irresistible señuelo; se baten por el placer de batirse; cruzan tierras y mares, descabezan monstruos y endriagos, libertan princesas cautivas, dan y quitan coronas, por el placer de la acción misma, por darse el espectáculo de su propia pujanza y altivez.

Ningún propósito serio de patria ó religión les guía; la misma demanda del Sancto Grial dista mucho de tener en los poemas bretones el profundo sentido místico que adquirió en Wolfram de Eschembach. La acción de los héros de la Tabla Redonda es individualista, egoísta, anárquica...

... En todas ellas (as novelas da Távola Redonda) *se describe un mundo caballeresco y galante, que no es ciertamente el de las rudas y bárbaras tribus célticas á quienes se debió el germen de esta poesía, pero que corresponde al ideal del siglo* XII, *en que se escribieron los poemas franceses, y al del* XIII, *en que se tradujeron en prosa; mundo ideal, creado en grán parte por los troveros del Norte de Francia, no sin influjo de las cortes poéticas del Medio-dia, donde floreció antes que en ninguna parte la casuística amatoria y extendió su vicioso follaje la planta de la galantería adulterina. Pero si era cosa corriente entre los trovadores y las grandes damas de Provenza la teoría del* amor cortés *y su incompatibilidad con el matrimonio, y es cierto que esta liviana tendencia se asoció de buen grado á las narraciones bretonas, en que casi siempre ardía la llama del amor culpable, nunca esos frívolos devaneos pueden confundirse con la intensa y desgarradora pasión que sólo el alma céltica parece haber poseído en el crepúsculo de las nacionalidades modernas. Lo accesorio, lo decorativo, el refinamiento de las buenas maneras, las descripciones de palacios, festines y pasos de armas, la representación de la corte del rey Artús, donde toda elegancia y bizarría tiene su asiento, es lo que pusieron de su conta los imitadores, y lo que por ellos transcendió á la vida de las classes altas,*

puliéndola, atildándola y afeminándola del modo que la vemos en los siglos XIV *y* XV. *Los nuevos héroes diferían tanto de los héroes épicos como en la historia difieren el Cid y Suero de Quiñones. Y aún vinieron á resultar más desatinados en la vida que en los libros, porque los paladines de la postrera Edad Media no tenian ni la exaltación imaginativa y nebulosa, ni la pasión indómita y fatal ni el misterioso destino que las leyendas bretonas prestaban á los suyos, y de que nunca, aún en las versiones más degeneradas, dejan de encontrarse vestigios* (1).

Añadase á esto la novedad y estrañeza de las costumbres, la aparición del tipo exótico para nosotros del caballero cortesano; el concepto muchas veces falso y sofístico del honor, y sobre todo esto el nuevo ideal femenino: la intervención continua de la mujer, no ya como sumisa esposa ni como reina del hogar, sino como criatura entre divina y diabólica, á la cual se tributaba un culto idolátrico, immolando á sus pasiones ó caprichos la austera realidad de la vida; con el perpetuo sofisma de erigir el orden sentimental en disciplina ética y confundir el sueño del arte y del amor con la acción viril (2).

Todavia do generoso calor destas observações alguma coisa se deve deduzir que ocupa um lugar mais vasto do que o do arturianismo da Espanha. Os vícios e as virtudes vulgares das traduções peninsulares importavam em muito menos do que em uma febril poesia de delírio amoroso, nem foram capazes de produzir conseqüências revolucionárias, salvo sob a acção de tendências externas. O velho resíduo épico ainda subsistia em parte, o que é ilustrado tanto pelas *Coplas* (3) de

(1) Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, I, pág. 165.

(2) *Ibid*, I, pág. 170.

(3) Por exemplo:

«E sus villas e sus tierras
Ocupadas de tiranos
Las hallo,
Mas por cercos e por guerras
Y por fuerças de sus manos
Las cobro».

Nesta *copla* nem o sentimento nem a linguagem mudaram muito desde que o Cid «ganhou o seu pão» diante de Valência.

Jorge Manrique, como pelo *Poema del Cid.* Não houve deficiência de paixão fulminante nas Urracas e Lambras das vélhas histórias, embora ela fôsse bestial e sem ornatos; e muito tempo antes do choque arturiano a gravidade e a sobriedade do Cid se perdiam na anarquia e na insolência das *Mocedades* e na fútil violência da *Cronica Rimada.* O molde da vélha sociedade foi destruído à passagem das heróicas condições da Reconquista; a riqueza recente e a paz pediam nova cultura e novo ideal, pois a civilização é apenas a medida do excesso do supérfluo sôbre as necessidades, dos adornos sôbre a vida prática. Nem todos os heróis foram inteiramente fúteis. Contra Suero de Quiñones, defendendo a sua ponte contra todos os forasteiros (1434), ou Hernando del Pulgar, ou Garcilaso de la Vega e o granadino Muza, é de justiça opor Cortez e os seus homens, que viram os palácios de *Amadiz* nos telhados de Tenochtitlan, e aqueles que baptizaram a Califórnia com o nome de uma invenção de romance; contra os amantes reais e culpados do séc. XIV que podem ter-se escudado com o exemplo de Tristão, com muito mais justiça podemos opor a castidade e a religião do Santo Condestável. As convenções britânicas, fôsse qual fôsse a sua extravagância, educaram uma sociedade nova de aventureiros e entusiastas, de cavalheiros leais e corteses, que eram exigidos e empregados na maravilhosa era dos descobrimentos na Idade de Ouro da Espanha e de Portugal(1). Uma emprêsa tropical em quatro continentes achou, mesmo como se exigia, mais fortaleza e fé, mais indiferente

---

(1) Alguma da ociosa energia de Castela é relembrada pelo nome in-*Claros Varones,* de Pulgar, ed. de 1789, tit. 17, págs. 106-7: «Yo por ciertos no vi en mis tiempos, ni lei que en los pasados viniesen tantos caballeros de otros reynos e tierras estrañas a estos vuestros reynos de Castilla e de Leon por facer armas a todo trance, como vi que fueron caballeros de Castilla a las buscar por las otras partes de la Christiandad. Conosci al conde D. Gonzalo de Guzman e a Juan de Merlo: conosci a Juan de Torres y a Juan de Polanco, Alfaran de Vivero e a Mosen Pero Vazquez de Sayavedra, a Gutierre Quixada e a Mosen Diego de Valera; e oi decir de otros castellanos que con animo de caballeros fueron por los reynos estraños a facer armas con qualquier caballero que quisiese

coragem e lealdade sem recompensa, por entre perigos dos homens e da natureza mais raros, insidiosos e maiores, do que era permitido na licença da ficção(1).

Contudo, em geral, os romances são uma contribuïção para a literatura, e é na literatura que as suas principais conseqüências aparecem. Não desanimaremos pelo facto de serem traduções; traduções também são as crónicas e outras obras de Afonso X e os livros de Juan Ruiz e D. Juan Manuel. Chaucer fêz traduções; a tradução e a imitação marcam em tôdas as terras da Europa o caminho do progresso nas letras e na vida. Nem seremos influenciados pela fraqueza de algumas das versões. Ainda que tôdas fôssem tão falhas de vida como o *Baladro del Sabio Merlin*, não teriam caído muito abaixo da média de expressão, e poderiam produzir os mesmos efeitos; porque numa literatura imatura os recursos materiais de estilo foram de mais significação do que qualquer personalidade. *Le style c'est l'homme* é a máxima de uma cultura adulta e consciente de si própria; mas antes que o «homem» pudesse expressar-se, salvo com ingenuïdade ou despretencioso realismo, as literaturas peninsulares tiveram de obter o instrumento de subtileza de pensamento e de expressão, mestria

---

facerlas con ellos, e por ellas ganaron honra para si e fama de valientes e esforzados caballeros para los fijosdalgos de Castilla».

Cf. também o *Vitorial* (D. Pero Niño), *Libro del Passo Honroso* (Suero de Quiñones), e a *Cronica de D. Juan II*, passim.

(1) Até ao ano de 1492 as condições da literatura cavalheiresca eram ainda medievais, sendo o romance em prosa principalmente representado pelos arturianos e pelo *Amadiz*. Naquele ano o prefácio de Montalvo mostra a influência da conquista de Granada; e muitos dos grandes descobrimentos tinham sido feitos antes dos novos romances se iniciarem em 1508. Os conquistadores do México foram animados pelo *Amadiz* e seus primeiros seguidores, mas o maior número das produções cavalheirescas foram da natureza de comentários imaginativos sôbre o avanço das armas e da Fé. Para os novos romances *vd.* Dr. H. Thomas, *op. et loc. cit.* In-*El Sentimiento del Honor en el Teatro de Calderón* (Barcelona, 1882), A. Rubió y Lluch atribui aquele código às sugestões do mito cavalheiresco. O ponto é contestado (*Revista de Filologia Española*, III) e o facto é demasiado afastado para que possa tratar-se com a *matière de Bretagne*.

de coordenação e subordinação, distinção de ilação, causação e adversidade do indescriminado «e»; tiveram de aprender a ligar relativo e antecedente, introduzir cadência na frase, descobrir repetição sem identidade, conquistar sinónimos e adjectivos, de inventar e juntar parágrafos em capítulos, capítulos em episódios, episódios em livros, de fazer dos livros os servos do pensamento do autor e do deleite dos leitores. Para isto tiveram necessidade de recorrer ao caderno de primeiras linhas de estilo que encontraram na *matière de Bretagne.*

É uma grave acusação contra êstes livros o serem em geral versões fiéis, e terem sido muito pouco influenciados pelas operações livres do espírito do tradutor. Possuem, por isso, poucos méritos individuais de construção. A principal fonte de alterações nos textos tem sido erros, perda de folios, enganos na paginação ou nas rubricas, transposições e ninharias mecânicas semelhantes. Só na *Demanda* castelhana descobrimos nós, e, em menor escala, nos escritores que seguiram a *Historia* de Geoffrey, uma fonte de contaminação, até nos pormenores mais elementares, dos diferentes originais. Contudo, quando as situações arturianas são transformadas em romances em verso, encontra-se um elevado grau de talento inventivo; as extensas e embrulhadas descrições desaparecem, a acção torna-se rápida, os discursos directos e tersos, as situações dramáticas, e os personagens vívidos. A dueña Quintañona por uma só frase liga-se a tôda uma província da mentalidade popular, e é mais real do que todos os medianeiros da ficção arturiana; e os amantes de Cornualhas são inconfundíveis em algumas manifestações de sentimento. Nos romances em prosa os méritos de invenção pertencem ao *Caballero Cifar* e ao *Amadiz de Gaula;* o primeiro foi uma tentativa sem êxito, ao passo que o segundo absorveu todos os novos métodos da ficção. As principais figuras sobressaem claramente da multidão; as suas aventuras são agradàvelmente variadas com personagens secundários, que dão vida à acção e relêvo ao interêsse; o sublime ou o maravilhoso produzem uma constante fonte de surprêsa; os perigos e os triunfos alternam, emquanto a dignidade se mantém constante; as descrições são longas e ricas; as ma-

neiras imponentes dos cavaleiros e das damas, e o tato delicado nas flutuações de doce paixão, foram novidades atraentes e educativas para tôdas as camadas da sociedade peninsular.

Está em contraste com a outra literatura da época que estas qualidades, passivas e herdadas nos tradutores arturianos, activas e criadoras nos autores de *Amadiz* e *Cifar*, se tornam mais prontamente aparentes. Os nossos textos existentes pertencem quási inteiramente aos fins do séc. XV e primeira porção do XVI, que é o período da sua decadência; mas a sua grande extensão e fresca expressão foram-lhes dadas pelas idéias e pela cultura do fim do séc. XIII e princípios do XIV. A poesia épica, por defeito de arte, tinha caído sob a censura do clero; êste escreveu enormes narrativas em quadras, que se moviam lentamente e chiavam como carros sem molas. A literatura em prosa era embrionária e de poder limitado — vidas de santos, crónicas e anais, apólogos, obras de uma erudição ou duma devoção infantis. Nas prosificações de certos poemas épicos nacionais ou estrangeiros a imaginação tomara os mais altos vôos; mas estas narrativas não existem por si próprias, nem a sua exposição era directa e honesta a escola que se requeria para a prosa. O seu êxito foi deduzido do da epopeia castelhana, magníficas relíquias do antigo regime que agradaram porque não eram muito estimadas, mas cujos sucessores foram degenerando em romances em verso, e trocando as praças pelos mercados. Menos profunda ou heróica, mas mais variada, branda e pulida, a prosa arturiana correspondia melhor às exigências de uma cultura subtil; refinou-se, embelezou-se, introduziu distinções subtis entre coisas semelhantes — sofismou, se quiserem; analisou mais curiosamente embora com menos grandeza. Os seus entrechos eram às vezes poderosos e sempre diversos; os seus personagens menos instintivos e fundamentais, mas mais numerosos e categorizados; a sua linguagem menos nervosa, mas mais graciosa e pulida. As mesmas tendências eram servidas por algumas das primeiras novelas sentimentais, como *Flores y Blancaflor*, que marcou, talvez, um grande êxito individual; mas o seu pêso não era igual ao de um corpo, uno em intenção e estilo e em muitas inter-relações

subtis de pormenor, em virtude do que os ciclos de Artur e Amadiz são a principal característica das *belles lettres* da Idade Média espanhola.

A sua influência foi multiplicada por transcrições, cujo número podemos vagamente calcular pelo que a sua decadência nos mostra. As versões originais, que não se podem determinar, foram, talvez, muito imperfeitas na sua execução, e largamente dependentes dos seus originais, independentemente dos seus méritos; breves e cuidados no *Tristan*, gárrulos e descuidados no *Merlin y Demanda*. Como uma expressão original de um espírito bem dotado, no primitivo *Amadiz* mal se podem encontrar deficiências de estilo, embora não seja também possível que possuísse a eloqüência quinhentista da versão de Montalvo. Mas como os romances passaram pelas mãos de sucessivos escribas, as alterações foram feitas com o fim de manter o vocabulário ao mesmo nivel das mudanças de gôsto, ou restaurar a ordem nos passos que se tinham corrompido ou alterado; e, em troca, cada escriba deixou uma enorme quantidade dos seus próprios erros. Talvez que algumas vezes uma reforma mais completa fôsse empreendida por um editor qualquer que criticasse o seu texto com vista numa perfeição maior; e é possível que passagens ou grupos inteiros de passagens, fôssem renovados mais de acôrdo com o sentimento. As nossas diferentes redacções enxameiam de erros e infidelidades dos copistas. Notaremos as suas correcções verbais em qualquer caso que seja possível coligir um número suficiente de textos sôbre o mesmo assunto, como quando comparamos o único fólio do séc. XIV do *Tristan* com os capítulos correspondentes das edições de 1501, 1528 e 1534, ou quando comparamos o fragmento do Lançarote do manuscrito 2–G–5 com o manuscrito de Viena e as *Demandas* castelhanas de 1515 e 1535. Os prólogos e epílogos com que Juan de Burgos decorou as suas edições do *Tristan* (1501) e do *Baladro* (1498) deixam suspeitar que a lucidez destas edições lhe deve alguma coisa, e a suspeita é fundamentada quando confrontamos a edição de 1498 com a de 1535; e na conclusão de *Don Tristan de Leonis* a identidade das descrições francesa e castelhana

de Iseu quanto ao assunto é tão clara como o total *españolismo* de pormenores e da frase. Foi êste último refinamento que Montalvo aplicou ao *Amadiz*, que refundiu por completo, na sua prosa contemporânea, fácil, variada, sentenciosa, tersa, e rica; e todo o longo processo — estendendo-se desde a ingenuïdade simples das versões primitivas até à plenitude da sua inspiração — ilustra o advento daquela vasta e periódica eloqüência que é hoje encarada como clássica através da sua perfeição no *D. Quixote* (1).

As reivindicações feitas aqui a favor das novelas arturianas, nem são exaustivas nem exclusivas. Devido à sua existência e repetição durante um número considerável de anos, mantiveram-se contra a literatura didáctica, animaram e guiaram a imaginação de um povo prático, constituíram em todos os tempos um modêlo de construção e ajudaram a criar aquela prosa que era mais própria da sua natureza. Outras causas cooperaram para os mesmos efeitos. Internamente, o progresso da civilização requeria, e conseguiu-o, o progresso do estilo em prosa, e o que cada geração conseguia era o ponto de partida para a seguinte. O progresso das letras em França, que já se esperava em Espanha muito antes do *Poema del Cid*, continuou a reagir nas literaturas peninsulares. O estudo intensivo dos autores latinos favoreceu mais puras idéias do estilo. A *Cronica del Rey D. Pedro I*, de Pero López de Ayala, é uma demonstração da superioridade de Tito Lívio sôbre Orósio, Trogus, Rodericus Toletanus e outros escritores que figuram à frente da *Primera Cronica General;* o chanceler emprega discursos por política, selecciona e arranja os factos para produzir um efeito preconcebido e caracteriza a sua interpretação de modo artificioso. Todavia imita não o seu modêlo romano mas a *matière de Bretagne*. Há uma certa dignidade sombria na invenção do mouro Benihatin de Granada, que

(1) Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, I, cap. V, discute o estilo do *Amadiz*. As críticas dos escritores do Renascimento encontra-se em Dr. Thomas, *op. cit.* Não nos baseamos nelas, porque as suas bases são os «novos» romances; em geral são éticas.

expõe sem remorsos o sétuplo significado da condenação do tirano por Merlim, apenas meio ocultando o rancor do chanceler do Trastâmara. Na sua juventude Ayala lera os romances de *Amadiz* e *Lançarote*, e tivera, sem dúvida, bom conhecimento das *senificanças* da trilogia; mas a imediata sugestão para êste facto foi provàvelmente a passagem do *Poema de Alfonso Onceno* em que Rodrigo Yáñez tentou, sem êxito, arranjar uma gradação de sentimentos completando a batalha do rio Salado com a algaravia de Don Anton. Na *Cronica de D. Pedro I*, também o passo é castigado e monótono e a impressão burlesca ou pesada; mas a vitória nasceu de tais defeitos, e cada um dêles prova a confiança que o séc. XIV espanhol sentiu pelo valor emocional da ficção bretã.

Para Fernão Lopes êstes romances foram velhas histórias de armas; êle próprio veio a ser o biógrafo de um segundo Galaaz. Qualquer das crónicas do séc. XV prova o progresso e manifesta idéias e actividades cavalheirescas; nem é ilícito atribuir a sua fluência crescente e o pitoresco da frase à mesma fonte de sugestão. A *Cronica de D. Juan II*, por exemplo, é uma das que recorrem constantemente aos assuntos cavalheirescos; *para lo que pertenece a la lengua* foi julgada pelo sensível e cuidadoso Juan de Valdés, que, devido a um conhecimento de dez anos com os nossos romances, admite estar na mesma categoria de *Amadiz*, *Palmeirim* e *Primaleão* (1).

O produto final da ficção cavalheiresca na Península Hispânica é também a expressão mais original do génio de Castela; nem podemos terminar melhor do que ouvindo o testemunho de Cervantes sôbre os romances arturianos. Nenhuma novela dêste ciclo figurava na livraria examinada pelo cura, de cuja circunstância podemos inferir que se êles alimentaram o idealismo de D. Quixote, não alimentaram a sua loucura. Nenhum romance da Távola Redonda parece ter sido directamente

---

(1) Citado pelo Dr. H. Thomas, *op. cit.*, pág. 154: «pero, a mi ver, se puede leer *para lo que pertenece a la lengua* despues de Amadis de Gaula, Palmerin y Primaleon».

acessível a Cervantes. Merlim, figura popular das mascaradas, é notável na segunda parte. É o proto-encantador dos encantadores, o génio que presidia à Cave de Montesinos, o de Clavileño, e uma figura chistosa personificada pelo astuto criado, e terrível para as costas de Sancho Pança. Os romances carolíngios completaram Montesinos, que também aparece no *Tablante de Ricamonte*, um arturiano secundário, do qual Cervantes pôde obter os nomes de Artur, Lançarote, Tristão, Palomades, o Chevalier sans Peur, o Chevalier à Deux Espées, Sagramor e Branor, e também Merlim, a quem nacionaliza francês. Há também a Tabla Rotonda, *Baladro de Merlin* e a *Demanda del Sancto Grial*; e os *Anales e historias de Inglaterra* são citados em muitos prefácios cavalheirescos. Artur, chamado Artús ou (do italiano) Arturo, foi relembrado também pela sua prisão entre as Nove Virtuosas, cujo *Triunfo* lera sem dúvida; mas Cervantes cuida só de recordar que *se convertió en cuervo... y ha de volver a reinar y a cobrar su reino.* Os amores de Tristão e Iseu, Lançarote e Ginebra, cuja veracidade o Cavaleiro da Mancha defende com calor, constituem uma pausa, mas a adição da duena Quintañona refere-se às baladas, a única relíquia sobrevivente de inspiração arturiana. Quintañona envolve os companheiros na sua queda cómica: é «o melhor coador de vinho que a Bretanha jámais possuíra»—facto atestado por «pessoas que *quási* se recordam de a ter visto»; ela e Ginebra juntas não bastariam para vencer a castidade do herói, que naturalmente excede em pureza todos os personagens do mito. Lançarote cai também; é um precedente que leva a duena Rodriguez a recolher o burro de Sancho, ou pela revelação do nome de D. Quixote; e há mesmo referência a *la fuerza de acomodar al proposito praesente este romance viejo de Lançarote* (I, cap. 2).

A grande novela proveio, de facto, do desejo de parodiar um romance carolíngio, o que provocou a citação de três arturianos como também manteve os paladinos carolingianos em tal proeminência durante tôda a história.

Não precisamos de partilhar os sentimentos de Paulin Paris de que Cervantes não conhecia os méritos superiores da ficção

arturiana. Uma paródia não exige os melhores modelos, ainda mesmo os que se conservassem em Espanha. Tanto quando conhecia da *matière de Bretagne*, Cervantes fêz uso excelente das suas possibilidades humorísticas, deixando notas de uma interessante comèdiazinha — Artur o corvo e os Bretões esperançados, Ginebra a sedutora sem êxito de D. Quixote, Lançarote e o burro de Sancho, o criado Merlim que destribui castigos, e acima de todos a figura indígena da duena Quintañona, essa sedutora centenária e coador de vinho. Mas preguntemos a D. Quixote o que é cavalaria-andante (1), e êle dirá:

No han vuestras mercedes leído, los anales e historias de Inglaterra, donde se tratan las famosas fazañas del rey Arturo, que continuamente en nuestro romance castellano llamamos el rey Artús, de quien es tradición antigua y común en todo aquel reino de la Gran Bretaña, que este rey se murió, sino que por arte de encantamiento se convertió en cuervo, y que, andando los tiempos, ha de volver a reinar y a cobrar su reino y cetro; a cuya causa no se probará que desde aquel tiempo a éste haya ningun inglés muerto cuervo alguno? Pues en tiempo deste buen rey, fué instituida aquella famosa Orden de caballería de los caballeros de la Tabla Redonda, y pasaron sin faltar un punto los amores que allí se cuentan de don Lanzarote del Lago con la reina Ginebra, siendo medianera dellos y sabidora aquella tan honrada dueña Quintañona, de donde nació aquel tan sabido romance, y tan decantado en nuestra España, de

Nunca fuera caballero
De damas tan bien servido,
Como fuera Lanzarote
Cuando de Bretaña vino;

con aquel progreso tan dulce y tan suave de sus amorosos y fuertes fechos. Pues desde entonces de mano en mano fué aquella Orden de caballería extendiéndose y dilatándose por muchas y diversas partes del mundo; y en ella fueron famosos

(1) *D. Quixote*, I, cap. 13.

y conocidos por sus fechos el valiente Amadís de Gaula con todos sus hijos y nietos hasta la quinta generación, y el valeroso Felixmarte de Hircania, y el nunca como se debe alabado Tirante el Blanco, y casi que en nuestros días vimos y comunicamos y oímos al invencible y valeroso caballero don Belianís de Grecia. Esto, pues, señores, es ser caballero andante, y la que he dicho es la Orden de su caballería, en la cual, como otra vez he dicho, yo aunque pecador, he hecho profesión, y lo mismo que profesaron los caballeros referidos, profeso yo.

APÊNDICE

Desde que se completou o manuscrito desta obra apareceram três contribuïções para o estudo do arturianismo espanhol. As correcções, ou melhor a correcção, exigida por elas, começou pelas provas, mas parece ser antes para desejar dar delas uma notícia mais desenvolvida neste Apêndice. A *Evolution of Arthurian Romance* (2 vols., Gotinga, 1923), do falecido Prof. J. D. Bruce, embora contenha uma breve bibliografia das novelas espanholas, presta principalmente serviços ao hispanizante, oferecendo-lhe um resumo muito bem feito e cuidado das recentes investigações arturianas. No capítulo que trata do pseudo Roberto de Boron e do *Conte del Brait* a prova castelhana e portuguesa é de pêso e autoridade pouco vulgares.

Os *Spanish Grail Fragments* (vol. I, Chicago, 1924—vol. II *ibid.*, 1925), do Prof. Karl Pietsch, chegam a certa conclusão sôbre uma investigação filológica empreendida em 1897. O principal interêsse dêste livro reside nas suas relações de informação lingüística, ao passo que os aspectos literário e histórico, que principalmente afectam o nosso estudo, são para o autor apenas incidentais. Lingüìsticamente devemos notar a afirmação de que o MS. 2-G-5 mostra hoje ser escrito numa linguagem mesclada, cuja base fundamental é o castelhano, fortemente influenciado por elementos dialectais portugueses e leoneses; pelo que por êste facto a prova da linguagem sustenta a da crítica textual e da história literária.

Mas o principal serviço do Prof. Pietsch, para nós, é a sua descoberta do nome de Juan Bivas, já conhecido como tradutor da trilogia do Santo Graal, de Boron, no corpo do *Livro de*

Josep Abaramatia português, e por, estranha ironia, êle fêz a sua descoberta, não em um manuscrito ainda não lido da novela, ¡mas em uma das notas de Klob que até aqui escapou aos olhos de todos os leitores de Klob e até ao próprio Klob! Desejaríamos ainda uma descrição formal do manuscrito de Juan Sánchez antes de êle poder ser considerado propriedade da erudição, mas é preciso não hesitar em atribuí-lo, mesmo àparte da prova das duas etimologias oferecida pelo Prof. Pietsch, à progénie da tradução castelhana do Santo Graal. A data (1313) que Sánchez indica não pode ser aceita claramente como a da tradução original, feita, como vimos, em circunstâncias um tanto diferentes das dêste manuscrito. Devemos tomar Sánchez antes como o redactor principal ligado ao ciclo de D. Juan Manuel e D. Afonso de Portugal, ou como tradutor português de parte ou de tôda a trilogia castelhana. Pelo que respeita ao seu conteúdo, atendendo a que Klob insistiu sôbre as divergências entre o *Livro de Josep Abaramatia* e o manuscrito da Livraria Real, o Prof. Pietsch insiste agora sôbre a sua identidade onde a comparação fôr possível. A história portuguesa é do comêço ao fim uma *Estoire du Saint Graal* ortodoxa. Mesmo no romance cíclico de D. Lançarote, que circula sob o nome de Walter Map, êste primeiro ramo é atribuído a Roberto de Boron, e como tal foi naturalmente transcrito pelo último romancista que «estilizou» o pseudo Boron, o qual quis deslocar os romances da Vulgata pretendendo ser a sua fonte. A única contradição entre a *Estoire du Saint Graal* e a trilogia posterior é aquela atribuir o Golpe Doloroso a Brulans e esta a Balin le Sauvage. Ainda não sabemos se o manuscrito português se refere a Brulans. O fragmento castelhano foi reimpresso pelo Prof. Pietsch, em adição aos extractos do *Merlin* e *Demanda*, já suficientemente conhecidos. É um epítome, um pouco mais completo que as outras secções, e que regista os factos da *Estoire du Saint Graal*, da Vulgata, do vol. I, pág. 12, linha 30 da *Vulgate Version of the Arthurian Romances*, de Sommer, até pág. 46, linha 17, e de pág. 47, linha 4, até pág. 48, linha 30; entre estas duas secções são enquadrados títulos que alcançam alusivamente a

matéria de págs. 46–66. A narrativa omite a introdução e pormenores aqui e ali, mostra certa preferência pelas leituras dos manuscritos posteriores de H. O. Sommer (*e. g.*, I, pág. 20, n. 10; pág. 30, n. 5; pág. 47, n. 6; a versão portuguesa coincide em um caso, pelo menos), e desfigura os nomes próprios e até comuns (*e. g.* «Barfano», «Polo», «Mays», «al rrey Damasco», «Betatira», «canes», «diziseis», em vez de «de Cafarnaon», «Apolin», «Martys», «au roy de Damas», «Betanie», «sarrasins», «LXV»).

Em *El Lanzarote español del manuscrito 9611 de la Biblioteca Nacional* (publicado na *Revista de Filología Española*, II, págs. 282–287), o Sr. Bohigas e Balaguer dá melhor relação dêste manuscrito do que até aqui tem sido impressa, assim como reimprime os importantes parágrafos de Tristão. Não foi, contudo, tentado a cotejar a versão espanhola com o texto francês vulgar, e no todo tem menos relação com o *Lanzarote* do que com a hipótese de Wechssler e Brugger, de que êle constituíu um simples romance cíclico com a trilogia do Graal do pseudo Boron, elevando a obra dêste escritor de três partes das redacções existentes a seis na sua hipotética forma completa. O Sr. Bohigas é de opinião que o texto espanhol nunca fêz parte de tal compilação, embora omita a referência do fl. 310 ao episódio do Cavaleiro das Duas Espadas no *Baladro del Sabio Merlin*. Nisto tem êle razão certamente. A hipótese Wechssler–Brugger nasceu da opinião de G. Paris que a história do Santo Graal do pseudo Boron era anterior à versão corrente sob o nome de Walter Map e indissolùvelmente ligada ao *Lancelot*. Mas A. Pauphilet provou, por uma demonstração nada controvertível na história dos estudos arturianos (*Romania*, XXXVI), que o pseudo Boron não é mais do que um *rifacimento* de Map. O plagiador achou o primeiro livro de Map conforme com a autoridade de Roberto de Boron; transcreveu-o e a parte do *Merlin* e depois inventou a *Suite du Merlin*, assim como refez a *Queste del Saint Graal*, ocultando-se a si próprio sob recentes citações de Roberto de Boron. Êle não quis transcrever o *Lancelot du Lac*, que teria destruído a simetria da sua obra (*Merlin en Prose*, II, pág. 57);

mas, sendo necessário um conhecimento da carreira de Lançarote para a compreensão de qualquer *Queste* em que se salientava Galaaz, declarou impudentemente que o livro de D. Lançarote devia ser considerado parte da sua obra. Tôdas as referências a Lançarote, na trilogia, são comprovadas quer pelo *Lancelot* de Map, quer pelas secções de Lançarote do *Tristan*, pelo que a hipótese Wechssler–Brugger fica sem fundamento.

Para que êste Apêndice não termine dogmàticamente, consideremos algumas coisas que faltam fazer. O arturianismo hispano-português ainda está à espera de descrições do *Livro de Josep Abaramatia* (texto português), do *Baladro del Sabio Merlin* (1498), e da *Historia de Lanceloto, Leonel y Galvan*, assim como de estudos textuais e lingüísticos. Emquanto na tese apresentada neste livro temos principalmente considerado a possível influência dos nossos monarcas Plantagenets, há também alguns indícios de uma relação especial entre as histórias espanholas e as italianas. Quando consideramos a íntima relação estabelecida entre os chefes normandos da Inglaterra e da Sicília e os seus sucessores, torna-se claro que as duas influências não são exclusivas. Os principais factos parecem ser estes: 1.º os textos espanhóis dependem de textos franceses escritos em língua francesa, mas possìvelmente na Itália ou, de qualquer modo, em íntima concordância com tais versões; 2.º o *Tristan* espanhol parece formar um sub-grupo especial com duas versões italianas e duas obras escritas em francês por italianos; 3.º o *Baladro del Sabio Merlin* usa uma distribuïção original das profecias de Merlim que se assemelha especialmente à sua distribuïção em dois textos italianos, e tôdas as *Prophécies de Merlin* são tradicionalmente derivadas do texto francês apresentado por «Richard of Ireland» a Frederico II no ano de 1228; e 4.º a *Faula* de Torroella é provadamente uma história normando-siciliana. Os problemas que estão diante de nós são, talvez, tantos e tão interessantes como os que estão para trás.

ADENDA

Acrescentar à nota (2) de pág. 64:

Acêrca dos *lais* do *Tristan* em prosa F. C. Johnson escreveu *An Edinburgh Prose «Tristan»: the «Bret»*, na *Modern Language Review*, XXVIII (1933), págs. 463–464. Aquele MS. contém seis *lais* e pertence ao ciclo do pseudo Boron.

Acrescentar à nota (1) de pág. 91:

O professor norte-americano C. P. Wagner publicou uma bela edição do *Cifar* (Ann Arbor, Universidade de Michigan, 1929. Parte I: Texto, com prefácio) e promete para mais tarde um estudo definitivo. O professor G. Moldenhauer, na sua *Legende von Barlaam und Josaphat auf der iberischen Halbinsel* (Halle, Niemeyer, 1929), pág. 103, crê-o posterior à morte da rainha, ocorrida em 1521 [«rreyna ... que *era* a esa sazon ... la qual *fue* ...»], e que D. Juan Manuel teria estudado a novela. Se é verdade, esta novela perde a sua anterioridade ao *Amadiz*. Vejam-se também os artigos do Sr. E. Buceta, na *Revista de Filología Española*, XVII, 1930 [«Notas históricas al prólogo del *Cavallero Zifar*» e «Nuevas notas...»], que o considera aparecido mais cedo. O Sr. A. Haggerty Krappe no *Bulletin Hispanique*, XXXIII, 1931 [«Le mirage celtique et les sources du *Chevalier Cifar*»], nega em tudo a procedência bretã da terceira parte da novela, alegando

qué se não trata senão de elementos orientais bem conhecidos nas *Mil e Uma Noites* e livros semelhantes. Do Sr. Moldenhauer há uma nota em *Investigación y Progreso*, V, 1931, págs. 175–176, e outra no *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*, Nr. 7–8, 1931, págs. 298–302.

ERRATA

Enumeram-se as mais importantes, deixando-se ao bom cuidado do leitor a correcção das restantes.

Pág.	Linhas	Onde se lê	Leia-se
7	6 e 7	Ormshy	Ormsby
28	27	ou	de
34	1	Canadres	Cauadres
46	6	*Lanzelet*	*Lanzelot*
63	1	Beho	Breho
74	2	Ken	Keu
83	última	Palan	Palau
123	7	Fuerte	Tuerto
127	15	Rivas	Bivas
138	11	Profecias	*Profecias*
147	24	Folon	Follon
164	28	Munsalvæscle	Munsalvæsche
169	38	*du*	*au*
174	12	Bertolail	Bertolais
175	17	*Tristan,*	*Tristan*
180	30	Lady	Dona
183	11	Lodore	Lodoer
188	29	*rei*	*rey*
193	7	*Galian*	*Galiana*
223	15	as Nove Virtuosas	os Nove da Fama

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abraão, de Carcassona, 83.
Accolon, de Gaula, 135 e 141.
Afonso I, de Leão, 158.
Afonso II, de Aragão, 29, 46 e 76.
Afonso III, de Aragão, 78.
Afonso III, de Castela, 158.
Afonso III, de Portugal, 28, 45, 46, 122 e 123.
Afonso IV, de Portugal, 45, 123 e 197.
Afonso VIII, de Castela, 30, 41, 44, 46, 166 e 202.
Afonso X, o *Sábio*, VI, 12, 16, 22, 27, 31, 33, 34, 37, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 68, 106, 107, 111, 112, 124, 158, 159, 160, 188, 199, 202, 207, 210, 212 e 217.
Afonso XI, de Castela, 42, 43, 45, 46, 50, 51, 122, 123, 158, 160, 162, 203, 204 e 212.
Afonso, bispo de Astorga, 121.
Afonso, de Portugal (Infante D.), VIII, 45, 122, 123, 124, 196, 197, 198, 199, 200 e 228.
Agloval, 135.
Agravain, 40, 76 e 149.
Airas (Gil), VII.
Ala dos Namorados, 14 e 212.
Alain, de Lille, 47 e 56.
Albano (Cavaleiro), 61 e 62.
Alcuíuo, 210.
Aldaret, 94.
Alfredo, 210.
Algar (Rei), 38.
Al-Kindî, 166.
Álvares (Dr.), 14, 118, 120, 121 e 126.
Alyzen, 167.
Amadiz, 4, 18, 171, 194, 196 e 220.
Amadiz de Gaula, VII, VIII, XIII, XIV, 3, 10, 11, 16, 18, 19, 46, 57, 66, 72, 85, 96, 108, 124, 140, 154, 171, 173, 177, 181, 191-205, 210, 212, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225 e 231.
Amis et Amiloun, 192.
Amolihacen-quebir. Vid. *Miramamolim*.
Anales Toledanos Primeros, 15, 16, 31, 41 e 46.
Andreghem (Marechal de), 26.
Annales Cambriæ, 31.
Annius Viterbiensis, 23.
Anquises, 144.
Anselmo, 210.
Antonio (Maestre), 50, 51, 52, 53, 111, 138, 157, 158, 160, 162 e 203.
Arcalaus, o *Encantador*, 194.
Arenós (Domingos Gil d'), 83.
Aristóteles, 81.
Arnau, de Vilanova, 76 e 79.
Arselot et Riquelme, 10.
Artur (Arturo, Artus), 1, 4, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 23, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 55, 59, 60, 66, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 86, 89, 93-98, 101, 105, 109, 110, 133-136, 138, 140, 144, 145, 158, 166, 167, 168, 169, 175, 176, 180, 182, 187, 191, 205, 209, 211, 214, 220, 223 e 224.
Artur, o *Menor*, 136.

Augusto, 33.
Aurélio, 39 e 40.
Auzenda e Ninho, 99.

Bademago (Bandemago), 18, 61, 62, 133, 135, 136, 141–145, 147 e 148.
Baena (Juan Alfonso de), 16, 17, 18 e 204.
Baist (G), 8, 16, 19, 20, 22, 64, 108 e 205.
Baladro del Sabio Merlin. Vid. *Merlin.*
Balan, 134 e 144.
Balduc, 38.
Balin, o *Selvagem*, 62, 133, 134, 143, 144, 145, 189 e 228.
Ban, 18, 161 e 194.
Barbosa Machado (Diogo de), 191.
Barrès (Maurice), 164.
Barto (P. S.), 54.
Beatriz, de Castela, 45.
Beatriz, de Suábia, 45.
Beer (R.), 21.
Belianis de Grécia, 225.
Belino (Belim), 16, 32 e 55.
Belisenda, 94.
Bell (Aubrey F. G.), XI, 8, 12, 20, 22 e 191.
Beltenebros, 181 e 194.
Benavente (Conde de), 21 e 204.
Benihatin de Granada, 48 e 221.
Berart de Monleyder, 72.
Berenguela, 45.
Bernardo, de Bonaval, 42 e 43.
Bernardo, de Ventadorn, 10, 29 e 46.
Bernat Valls, 80.
Berosus, 23.
Berri (Duque de), 161,
Berthe aux grands pieds, 193.
Bertolais, 174 e 176.
Bertoni (G.), 42.
Bertran, de Born, 30.
Besta Ladrador, 134, 136, 138, 139 e 142.
Bestia (Beste) Glatissante, 13, 43 e 110.
Bestia Ladrador, 110 e 139.
Betsabéa, 166.
Bivas (Fr. Juan de), 53, 127, 148, 154, 155, 162, 178, 203 e 227.
Blaise, 142.
Blancheflor, 73.
Blioberis, 74.
Boades (Mossem Bernat), 26.
Bohigas e Balaguer (Pedro), V, VI, 7, 44, 68, 91, 131, 172 e 229.
Bonilla y San Martin (Adolfo), 6, 54, 61, 62, 72, 80, 89, 91, 94–98, 100, 101, 105, 107, 108, 111, 112, 115, 130, 133, 157, 163, 164, 165, 171, 172, 173, 192 e 193.
Boron (Roberto de), 82, 109, 118, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 146–150, 152, 153, 154, 156, 163, 178, 203, 227 e 228.
Boron (Pseudo-Roberto de), 41, 44, 53, 81, 89, 111, 128, 138, 140, 142, 149, 178, 203, 228, 229 e 231.
Bors, 77, 82, 88, 136, 148, 172, 174, 175 e 176.
Braga (Teófilo), 7, 13, 19, 187 e 198.
Branca (D.), de Portugal, 123.
Brancaflor, 108.
Brangain, 94, 180 e 184.
Branor le Brun, 96, 97, 101, 106 e 223.
Breho. Vid. *Brius.*
Breno, 16 e 55.
Brigus, 23.
Briolanja, 196 e 197.
Brius sans pitié, 18, 63, 144, 181 e 209.
Bruce (J. D.), 47, 131 e 227.
Brugger, 131, 229 e 230.
Brulans, 228.
Brunehort, 76.
Brunet, 116.
Brut, 31, 55 e 56.
Bruto, 12, 17, 32, 33, 42, 54, 55, 80, 204, 209 e 211.
Buceta (E.), 231.
Buda, 23.
Burns (Robert), 70.
Byron (Lord), 159.

Cabra (jongleur), 11.
Cadair Arthur, 168.
Cadeira Perigosa, 135.

Cador, 37.
Cadualech, 34.
Caifás, 128, 136, 148 e 149.
Calahorra (Bispo de), 64.
Calderón de la Barca (Pedro), 84.
Calveley (Sir Hugo), 26.
Camões (Luiz de), 14.
Camus (Felipe), 96.
Canals (Fr. Antoni), 76 e 85.
Cancioneiro da Vaticana, 43, 46, 106, 110, 112, 139, 152 e 153.
Cancioneiro de Baena, VII, 17, 18, 52, 53, 139, 171, 193 e 195.
Cancioneiro de Colocci-Brancutti, 2, 9, 12, 13, 41, 57, 140, 152, 153, 180, 181 e 188.
Cancioneiro de Rezende, 120 e 204.
Cantigas de Santa Maria, 12, 37 e 47.
Carados (D.), 11, 86 e 174.
Cardoso (Jorge), 197.
Cardueill, 11.
Carlos Magno, 18, 72, 133, 136 e 193.
Carlos Quinto, 4, 162.
Carlos III, 82 e 172.
Carvalho (Dr. Joaquim de), XII e XIII.
Castigos y Documentos, 65.
Castillo Follon, 136 e 147.
Catarina, de Aragão, 55.
Cath Palug, 66.
Cauadres (Cadwallader), 34.
Cavaleiro Atrevido, 65.
Cavaleiro das Armas de Cristal, 191.
Cavaleiro das Duas Espadas, 189, 223 e 229.
Cavaleiro da Triste Figura, 181.
Cavaleiro do Cisne, 16.
Cavaleiros da Banda, 26 e 212.
Cavaleiros da Madresilva, 14 e 212.
Cêrco Perigoso, 88.
Cerf au Pied Blanc (Le), 182-187.
Cervantes, XIII, 4, 47, 54, 178, 192, 206, 222, 223 e 224.
Chapelain (André le), 76.
Chaucer (G.), 166, 206, 208 e 217.
Chevalier au Cygne (Le), 169, 185, 193 e 203.
Chevalier Mesfait, 180.
Chevalier sans Peur, 223.
Childerico, 168.
Chronica del Rey don Guillermo, 192.
Cid, 215.
Ciervo del Pie Blanco (El), 188.
Cifar. Vid. *Historia del cavallero de Dios*.
Cinco Reis, 141, 142, 144, 145 e 150.
Cirot, 23.
Clamades y Clarimonda, 193.
Claris et Laris, 76.
Clavileño, 54.
Clemencín, 127 e 171.
Clemente (S.), 114.
Clemente V (Papa), 121 e 122.
Colocci (Ângelo), 60, 62, 140, 141 e 181.
Colombo (Fernando), 210.
Colonna (Egídio), 16.
Colonna (Giovanni), 21.
Constança (D.), 121, 122 e 123.
Constança Manuel (D.), 123.
Constantino, 32, 33, 37 e 55.
Conte del Brait, 15, 109, 110, 111, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 150 e 227.
Coplas, de Manrique, 215.
Corão, 32.
Cordelia, 55.
Corineu, 16 e 34.
Coronica del Rey Artus, 109, 110 e 132.
Cortez (Fernão), 216.
Coutinho (D. Leonor), XIII.
Crescini, 10, 72, 82, 87, 88 e 90.
Cromberger (Juan), 91 e 164.
Cronica de D. Fernando IV, 159.
Cronica de D. João I, XV, 197 e 213.
Cronica de D. Juan II, 217 e 222.
Cronica de D. Pedro de Menezes, 197 e 204.
Cronica de los Conquiridores, 55.
Cronica del Rey Alfonso XI, 26, 122, 125 e 212.
Cronica del Rey Don Pedro, 17, 46, 47, 221 e 222.
Cronica do Imperador Beliandro, XIII.

Cronica General de 1404, 38, 39, 41, 109, 111, 127, 130, 132, 138, 143, 153, 171, 177, 187 e 188.
Cronica Rimada, 216.
Cronica Troyana, 201.
Cuento del Baladro, 111.
Cuento de Tristan. Vid. *Tristan*.
Cuento de Tristan de Leonis. Vid. *Tristan*.
Cuero (Rodrigo), 55.
Curial y Guelfa, 77 e 81.

Dagário, 179, 181 e 188.
Dama da Capela, 136.
Dama de Astolat, 182.
Dama do Lago, 65 e 134.
D'Arbois de Jubainville, 23 e 24.
Dardânio, 33.
David, 66 e 72.
Demanda del Sancto Grial, VI, VII, 53, 54, 62, 89, 93, 111, 127, 128, 130-162, 171, 179, 181, 182, 188, 189, 192, 205, 218 e 223.
Demanda do Santo Graal. Vid. *Graal*.
Denk, 72 e 76.
Derby (Conde de), 26.
Desclot, 27.
Descoll, 79 e 159.
Destruction de Jerusalem, 14, 81, 116, 117 e 194.
Diana, 204.
Diez de Games (Gutierre), 17, 48, 52, 157, 180, 204 e 210.
Dinadan, 74.
Diniz (D.), VIII, 13, 28, 43, 45, 46, 63, 122, 123, 124, 197 e 204.
Divina Comédia, 77.
Dodinel, 174.
Dominguez Bordona (J.), 55.
Dominico de Robertis, 113.
Doncel del Mar, 194.
Donzela Prudente, 95.
Doon de la Roche, 193.
Dorotea, 17 e 55.
Douglas, 27.
Doze de Inglaterra, 14 e 26.
Dryden, 108.
Duarte (D.), 14, 102, 133 e 204.
Durán i Sanpere (A.), 19, 68, 81, 92 e 206.

Eanes do Vinhal (Gonçal'), 43, 45 e 46.
Eanes de Azurara (Gomes), VII, VIII, 197, 198 e 204.
Edmundo, de Cambridge, 26, 45 e 46.
Eduardo I, 27, 29, 44 e 46.
Eduardo II, 45.
Eduardo III, 45.
Eduardo, o *Príncipe Negro*, 26, 45 e 46.
Eildons, 168.
Eleazer, 136.
Elidur, 38.
Elsa de Brabante, 169.
Encantos de Merlin (Los), Vid. *Merlin*.
Eneida, 32.
Erec, 11, 74, 136, 147, 148 e 189.
Eschenbach (Wolfram de), 2, 28, 164, 165, 167 e 214.
Espantosa y terrible vida de Roberto el diabo, 192 e 211.
Esquio (Fernand'), 43, 45, 110 e 139.
Estêvam da Guarda, 41, 43, 44, 45, 46 e 139.
Estêvam Paolino, 33.
Esteves Pereira, VII, 115, 116 e 117.
Estoire du Saint Graal, 119, 127, 178, 194 e 228.
Estoire de Merlin. Vid. *Merlin*.
Estoria de Espanna, 32.
Estoria de las Bretañas, 16 e 32.
Estoria del Saint Graal (La), 81 e 109.
Estoria del Sancto Grayal, 40 e 127.
Estoria de Merlin (La). Vid. *Merlin*.
Estoria de Parcival, 15 e 164.
Estoria de Tristam. Vid. *Tristam*.
Estoria Grande de Lanzarote. Vid *Lanzarote*.

Estoria del rey Guillermo de Inglaterra, 192.
Eustáquio (S.to), 65 e 192.
Evalach, 129 e 160.
Evans (S.), 34.
Excalibur, 75 e 134.
Eximeniç, 79.
Eximeno, de Monreal, 85.

Faral (E.), 34.
Faula, 72, 75, 163–170 e 230.
Feio (Dr. Alberto), 191.
Felipa de Lencastre (D.), 14.
Felipe (Infante D.), 121, 122, 123 e 124.
Felipe, o *Belo*, 159.
Felipe, de Flandres, 167.
Felipe, de Valois, 124.
Felipe Augusto, 30.
Felipe II, 4, 55 e 210.
Felipe III, 4.
Felipe V, 56.
Felixmarte de Hircania, 225.
Ferido esta don Tristan, 99 e 187.
Fernández de Heredia, 44, 55 e 79.
Fernández, de Oviedo, 139.
Fernando (D.), o *Formoso*, 13, 45, 46, 197 e 198.
Fernando III, de Castela, 30, 42, 45, 51 e 207.
Fernando IV, de Castela, 45, 50, 64, 122, 123, 125, 158 e 160.
Ferreira de Vasconcelos (Jorge), 2.
Ferrex, 16.
Ferrús (Pedro), 18, 195 e 204.
Flegetânîs, 166.
Florence de Rome, 193.
Flores, 73 e 108.
Flores de Filosofia, 65.
Flores y Blancaflor, 193, 202 e 219.
Folie de Tristan (La). Vid. *Tristan*.
Fonte Curadora, 136.
Foulché-Delbosc (R.), 108, 115 e 116.
Fradique (Infante), 72.
Frederico Barbaroxa, 45 e 169.
Froissart, 27.
Frolle, 180, 188 e 209.
Fructo de los Tiempos, 55.

Gahmuret, o *Angevino*, 166.
Galaaz, 14, 18, 46, 61, 77, 88, 89, 94, 96, 130, 133, 135, 136, 147, 148, 149, 163, 171, 174, 176, 212, 213, 222 e 230.
Galaor (D.), 194 e 197.
Gallardo, 87, 171 e 173.
Gallehault (Galeote), 18, 74, 76, 174 e 176.
Galter (Mestre), 88 e 89.
Galvão, 11, 13, 16, 36–40, 43, 59, 62, 74, 86, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 147, 148, 163–171, 174, 175, 176, 182, 183, 187, 194, 209 e 212.
Garcia, de Castrogeriz, 16, 108, 197 e 199.
Garcilaso de la Vega, 216.
Gardner (E. G.), v, 100 e 167.
Gareth (Garet), 40, 74, 136, 163, 175 e 176.
Garfin, 65.
Garlan, 134 e 143.
Gasta Floresta, 96, 98 e 101.
Gayangos (Pascual de), 7, 84, 113, 139 e 156,
Geoffrey, de Monmouth, 2, 17, 25, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 46, 47, 54, 55, 56, 66, 167, 202, 210 e 218.
Gervásio, de Tilbury, 167, 168 e 170.
Giflet, 134.
Gildas, 56.
Ginebra (Guinevra), 13, 18, 60, 66, 77, 81, 94, 95, 110, 113, 135, 136, 174, 176, 178, 180, 181, 187, 223 e 224.
Godofredo, de Bulhões, 16 e 169.
Godofredo, de Viterbo, 32, 46 e 55.
Golpe Doloroso, 133, 134, 143, 144, 145, 189 e 228.
Gómez (Gutierre), 126.
Good and Bad Little Boys, 192.
Gouvernal, 75.
Graal, 2, 15, 18, 20, 77, 81, 88, 89, 92, 93, 111, 113, 115, 117–170, 194, 205, 210, 214, 227, 228 e 229.
Graesse, 102.
Grailberg, 54 e 169.

Gran Conquista de Ultramar, 16, 46, 169, 193 e 202.
Gran Hystoria de Tristan. Vid. *Tristan*.
Grande et General Estoria, 16, 31, 41, 55, 187 e 203.
Gratian Municeps, 32.
Grima, 65.
Groboidan, 38.
Guarino el Mezquino, 54.
Gudiel (Cardeal), 64.
Guendolonea (Doña), 16 e 55.
Guerau, de Cervelló, 79.
Guesclin (Bertrand du), 26.
Guilherme, de Newburgh, 209.
Guillaume, de Montreuil, 165.
Guillem, de Cervera, 72.
Guinevra. Vid. *Ginebra*.
Guiraut, de Cabrera, 10, 11, 43 e 71.
Guiraut, de Calansó, 30.
Guiron le Courtois, 80, 101 e 106.
Gurrea y Aragon (D. Gaspar Galcerán), 87.
Gutenberg, 201.
Guyot, de Trovins, 166.

Haebler, 14 e 115.
Haggerty-Krappe (A), 231.
Harrisse (H.), 56.
Heitor, 136, 174, 175 e 180.
Helain le Blanc, 174.
Helaine, 134 e 180.
Helena, 33.
Helinando, de Beauvais, 21.
Helye, de Boron, 109, 133, 135, 139, 141, 146 e 152.
Helys I, 60, 61 e 62.
Helys II, 61 e 181.
Henrique I, 45, 46 e 202.
Henrique II, 26 e 167.
Henrique III, 17, 28, 45, 51, 52 e 157.
Henrique VI, 45 e 46.
Henrique, *el Senador de Roma* (Infante), 16, 45 e 46.
Henrique Plantagenet, 41, 45, 46 e 166.
Henryson, 70.
Hermosura de Angelica (La), 113.
Hernando, del Pulgar, 216.
Hidgen, 55.
Historia de Enrrique fi de Oliva, 193.
Historia de Lanceloto. Vid. *Lanceloto*.
Historia de las Bretanas, 56.
Historia del Cavallero de Dios que avia nombre Cifar, 2, 16, 19, 57-67, 85, 108, 193, 195, 196, 203, 218, 219 e 231.
Historia de los nobles caualleros Oliueros de Castilla y Artus Dalgarbe, 192 e 211.
Historia de Merlino. Vid. *Merlino*.
Historia de Vespasiano, 14, 15, 93 e 115-117.
Historia do grande Roberto, duque de Normandia, 192.
Historia dos Cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal, 14, 130, 137 e 146.
Historia Regum Britonum, 25, 28, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 41, 47, 56, 57, 127, 202, 210 e 218.
Hita (Arcipreste de), 16, 27, 44, 108, 193 e 217.
Humber (Humbert, Imbereth), 35.
Huntington (A. M.), 192.

Ibn-Thâbit, 166.
Igerne, 138. Vid. também *Yguerna*.
Imperial (Francisco), 18 e 204.
Inchiesta del San Graal, 10, 72, 87, 89 e 90.
Inês de Castro, 14 e 212.
Ini, 33.
Insola del Ploro, 195 e 196.
Insola Firme, 196 e 211.
Isabel (D.), 122 e 123.
Isabel, a *Católica*, 19, 127, 172 e 204.
Iseu (Iseut, Iseult, Yseut), 10, 11, 13, 18, 46, 59, 62, 63, 73, 76, 77, 81, 94, 95, 96, 98, 101, 106, 107, 110, 114, 136, 179, 181, 212, 221 e 223.
Iseu Blanche-Mains, 95.
Isla sin Ventura, 110.
Islas Dotadas, 65 e 66.

Isle de Liesse (Insoa da Lidiça, Isle de Joie, Isle de Saint-Sanson), 60, 61, 62, 180 e 181.
Isolda. Vid. *Iseu.*
Istoria de Jaufre, 85 e 191.
Istoria Militum Mense Rotunde, 80.
Ivão (Iwain), 62, 66, 74, 135, 136, 138 e 141.
Ivor, 33.

Jacob, 117.
Jafel, 117.
Jaime, o *Conquistador,* 71.
Jaime I, 85.
Jaime II, 78 e 82.
Jarreteira, 212.
Jasão, 81.
Jean de la Roche-Taillée, 53.
Jeanne, de Borgonha, 124.
Jeanne, de Ponthieu, 45.
Jerusalen Conquistada (La), 113.
João (Príncipe D.), 191.
João, de Gaunt, 14, 26, 45 e 46.
João, de Inglaterra, 29.
João I (D.), 14, 45, 46 e 204.
João II (D.), 116, 118 e 120.
João III (D.), 14 e 120.
João Inglês, 32.
Joaquim (Abade), 46, 47 e 56.
Jofre, 192.
Johnson (F. C.), 92 e 231.
Josafa, 129.
José (S.), 128.
José de Arimateia, 18, 117 e 129.
Josep Abaramatia (Josep ab Arimatia), VI, 14, 15, 21, 41, 46, 53, 77, 81, 93, 111, 115, 118–129, 148, 150, 152, 153, 178, 197, 203, 205, 227, 228 e 230.
Joyosa Guarda, 59, 75, 95, 110, 136, 148, 179 e 181.
Juan (Frei) Vid. *Bivas* (Fr. Juan de).
Juan, de Burgos, 91, 95, 96, 109, 137, 143, 144, 145, 160, 161, 177 e 220.
Juan, de Varaona, 211.
Juan, de Villaquiran, 137.
Juan, *el Tuerto* (Don), 122, 123 e 125.
Juan de Castro (Don), 192.
Juan I, de Aragão, 47, 76, 78, 81 e 204.
Juan II, de Castela, 17, 51, 162, 171 e 204.
Juan Manuel (Don), VIII, 26, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 69, 72, 122, 123, 124, 125, 159, 160, 162, 166, 199, 200, 203, 217, 228 e 231.
Juan Ruiz. Vid. *Hita.*
Judía de Toledo (La), 29.
Julião (Imperador), 38.
Júlio César, 33.
Juvenal, 68.

Kailet von Hoskurast, 166 e 167.
Kelly (Fitz-Maurice), 7 e 206.
Ker (W. P.), 99.
Keu, 74 e 182.
Kiot von Katelagen, 28 e 167.
Klob (Otto), 20, 87, 118, 119, 121, 128, 130, 137, 142, 150, 171, 172 e 228.
Kunst (H.), 192.

Lai d'Eliduc, 66.
Lai de Graelent, 66 e 203.
Lai de Guigemar, 66.
Lai de Lanval, 66 e 203.
Lai de Tyolet, 183, 184 e 187.
Lai du Chèvrefeuille, 212.
Lai du Plours, 63.
Laiglesia (E. de), 172, 182, 185, 186 e 187.
Lamorad, 94.
Lamorant, 135.
Lançalot en catalá, 83, 84 e 90.
Lançarote (Lancelot, Lanzarote, Lanzelet, l'Ançaroth, Ançaroth), VI, VII, 2, 3, 11, 13, 14, 16, 18, 19, 36, 43, 44, 58, 60, 61, 62, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 82, 85, 86, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 110, 119, 120, 126, 132, 133, 136, 146, 148, 149, 150, 171–190, 196, 205, 212, 220, 223, 224, 228 e 230.
Lancelot (Roman van), 182, 184 e 185.
Lancelot (Suite du), 37, 38, 41 e 187.

Lancelot del Lac (Le Livre de), 178.
Lancelot du Lac (Vulgata de *Lançarote*), 10, 37, 39, 59, 83, 84, 86, 87, 90, 136, 146, 150, 163, 176, 194, 196, 210, 229 e 230.
Lanceloto, Leonel y Galvan (Historia de), 230.
Lancilotto del Lago (Libro terzo de' gran fatti del valeroso), 89.
Lansalot, 204.
Lanzarote (Estoria Grande de), 15.
Lanzarote (Tratado de), 129 e 130.
Lanzarote de Lago, 15, 62, 63, 86, 93, 96, 102, 163, 171-191, 201, 204, 205, 222 e 229.
Lanzarote español del manuscrito 9611 de la Biblioteca Nacional (El), 172, 177 e 229.
Lanzelot, 29 e 46.
Latini (Brunetto), 44, 46, 104, 106, 107 e 112.
Leal Conselheiro, 14.
Lear, 13, 34 e 55.
Leil, 34.
Leonel, 74, 136 e 175.
Leonor, de Aquitânia, 28, 29, 41, 42, 45, 46, 166, 167 e 202.
Leonor, de Aragão, 78 e 80.
Leonor, de Castela, 28, 29, 44 e 45.
Leonor, de Sicília, 80.
Leonoreta, 198, 199 e 204.
Leonoreta fin roseta, 198.
Lepolemo, 156.
Liber Bruti. Vid. *Merlini*.
Libro de Alejandro, 201.
Libro de las Aventuras, 111 e 133.
Libro del Baladro, 133.
Libro de Galaz, 14, 15, 133, 148, 149, 171, 181, 182, 188, 189 e 203.
Libro del Santo Grial, 111 e 117.
Libro del Passo Honroso, 217.
Libro de Merlin, Vid. *Merlin*.
Libro de Patronio o del Conde Lucanor, 65 e 69.
Libro de Tristan. Vid. *Tristan*.
Libro terzo de' gran fatti del valeroso Lancilotto del Lago. Víd. *Lancilotto*.
Lisuarte, 211.
Lisuarte de Grécia, 211.
Livre d'Artus, 66 e 178.
Livre de Lancelot del Lac. Vid. *Lancelot*.
Livre de Merlin. Vid. *Merlin*.
Livre monseigneur Edouart, 105, 107, 112 e 202.
Livres dou Trésor (Li), 106 e 112.
Livro das Linhagens. Vid. *Nobiliário*.
Livro de Buen Amor, 108.
Llabrès (G.), 72.
Lobeira, VIII, 10, 197 e 199.
Lobeira (João Pires de), 198, 199 e 200.
Lobeira (Pedro de), 197.
Lobeira (Vasco de), 197 e 198.
Locrino, 16 e 34.
Lodoer, 183.
Logres, 62, 150 e 187.
Lohengrin, 169.
Lope de Vega, 84, 113 e 192.
Lopes (Fernão), VII, VIII, XV, 14, 26, 43, 45, 46, 197, 204, 212, 213 e 222.
López de Ayala (Pero), 16, 17, 18, 26, 45, 46, 47, 157, 162, 172, 188, 195, 196, 197, 204, 221 e 222.
López Ferreira, 27.
Löseth, 60, 100, 101, 103, 104, 107, 112 e 179.
Lot (F.), 72 e 131.
Loth de Leonis, 37, 40 e 134.
Luce, de Gast, 147.
Lúcio Hiber (Liber, Yber), 34, 36, 37 e 38.
Lud, 55.
Lull, 79.
Lusíadas, 14 e 212.

Macandon, 195, 196 e 198.
Madão (Mandon), 16 e 55.
Mahdi, 23.
Mainete y Galiana, 193.
Mallehault (Malagud), 179, 180 e 184.
Malory (Sir Thomas), 37, 38, 88, 109, 132, 135, 138, 140, 141, 144, 152, 175, 177, 180, 182, 187 e 203.

Manrique (Jorge), 216.
Manuel (D.), 44, 45, 46, 50, 123, 158 e 159.
Manuel I (D.), 116 e 117.
Map (Walter), 29, 82, 89, 111, 132, 149, 150, 163, 178, 181, 182, 228 e 229.
Mar de Historias, 15, 18, 20, 47 e 210.
March (Auzias), 75 e 76.
March (Jacme), 75.
Marcos de Cornoalha (Rei), 37, 62, 94, 95, 106, 133, 136, 150, 181 e 187.
Margarida, 122, 123 e 124.
Maria, de França, 66.
Maria, de Luna, 78.
Maria, de Molina (D.), 51, 64, 122, 123, 124, 125, 158 e 160.
Maria (Infanta D.), 113, 114 e 123.
Maria, Rainha de Inglaterra, 55 e 211.
Maria Stuart, 55.
Marot haja mal grado (O), 58, 140 e 141.
Martin (E.), 165, 166 e 167.
Martinenche (E.), 209.
Martínez (Arcediago Fernando), 64.
Martínez (Diego), 204.
Martínez, de Medina (Gonçalo), 52 e 53.
Martinho I, de Aragão, 70, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 134 e 204.
Martorell, 47, 77, 205 e 212.
Mascó (Domingo), 76 e 85.
Mathamas, 174.
Matilde, de Portugal, 166.
Meleagance, 174 e 179.
Meliadus de Leonis, 106.
Meliadux, 80.
Melian, 135.
Melosina, 193.
Memorias das proezas da Segunda Tavola Redonda, 191.
Mendes Pinto (Fernão), 212.
Menelau, 55.
Menéndez Pidal (R.), 38, 39, 130, 139 e 171.
Menéndez y Pelayo (M.), 4, 8, 9, 11, 18, 19, 23, 31, 48, 64, 67, 119, 142, 172, 179, 206, 213, 215 e 221.
Méraugis de Portlesquez, 146 e 147.
Meridiantes, 160 e 161.
Mérimée (Prosper), 206.
Merlí (Profacies de), 81 e 134.
Merlim, VI, 2, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 34, 38, 40, 42, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 81, 85, 110, 130–162, 171, 175, 194, 210, 211, 222 e 224.
Merlim (Profecias de), 15, 54, 132, 137, 138, 156, 158, 161, 162, 203 e 204.
Merlim, de Huth, 132, 134, 135, 138, 141, 144 e 152.
Merlin, do pseudo Boron, 47, 59, 109 e 229. Vid. também *Boron (Pseudo-Roberto de)*.
Merlin (Baladro del Sabio), 7, 15, 19, 39, 40, 41, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 61, 63, 72, 93, 95, 109, 110, 111, 128, 130–162, 171, 181, 189, 192, 203, 217, 220, 223, 229 e 230.
Merlin (Estoire de), 142 e 178.
Merlin (La Estoria de), 109, 130 e 142.
Merlin (Libro de), 109, 128, 132 e 194.
Merlin (Livre de), 81 e 133.
Merlin (Los Encantos de), 54.
Merlin (Prophécies de), 138, 142, 157, 158 e 230.
Merlin (Suite du), 133, 134, 137, 138, 142 e 229.
Merlin y Demanda, 37, 93, 111, 130–162, 172, 173, 177, 187, 190, 201, 205, 220 e 228.
Merlin y los animales, 54.
Merlini (Liber Bruti et Prophetæ). Vid. *Historia Regum Britonum*.
Merlini (Vita), 167.
Merlino (Historia de), 7.
Metge (Bernat), 70, 75 e 79.
Michaëlis de Vasconcelos (Carolina), XV, 7, 13, 19, 28, 43, 44, 57, 60, 62, 63, 92, 113, 117, 119, 124, 197 e 199.
Michelant (H.), 64.

Milá y Fontanals, 7, 8, 10, 15, 29, 30, 31, 71, 72, 75, 165, 206 e 213.
Millan (Don), 192.
Milton, 108.
Miramamolim, 113, 114 e 166.
Mocedades, 216.
Moldenhauer (G.), 231 e 232.
Molteni, 57.
Monaci (E.), 91.
Montalvo. Vid. *Ordóñez*.
Moratín, 137.
Mordred (Medraut, Mordrech), 16, 36, 38, 39, 40, 55, 134, 168 e 187.
Moreira de Carvalho (Jerónimo), 192.
Morel-Fatio (A.), 119.
Morgane la Fée, 73, 74, 75, 77, 96, 167, 174 e 194.
Morholt (Morhaut, Morloc, Marhout, Maraot, Marot), 58, 60, 61, 62, 63, 94, 96, 109, 135, 138–145 e 150.
Morien, 185.
Mort d'Arthur, 75, 128, 136, 137, 146, 149 e 203.
Mort d'Artus, 133 e 187.
Muerte de rey Artur, 188.
Mule sanz frainz, 185.
Muñoz (Andrés), 211.
Muntaner, VI, 27, 71, 79, 131 e 204.
Muza, 216.

Nebrija (António de), 186 e 188.
Nénio, VII.
Nero, 134.
Nicolau Antonio, 130 e 137.
Nicolau, de Valencia, 21 e 204.
Niño (D. Pero), 217.
Niviena, 135.
Nobiliario, do Conde D. Pedro, VIII, 13, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 46, 47, 69, 122, 159, 171, 187, 188 e 204.
Noble cuento del Emperador Carles Magnes, 193.
Northup (G. T.), V, VI, 91, 92, 97, 98, 100, 102, 103 e 104.
Norton (Thomas), 56.
Nove da Fama (Os), 26, 47, 79 e 223.
Nunes (J. J.), 19, 119 e 120.
Núñez (D. Juan), 123 e 125.
Núñez de Reinoso, 112.

Obrador (En Mateu), 84 e 86.
Ocampo (Florián de), 23.
Ochoa, 139.
Ogier, 47 e 85.
Oliveira Salazar (Dr.), XIV.
Ordóñez de Montalvo (Garci), VIII, 96, 177, 195, 196, 199, 201, 217 220 e 221.
Oriana, VII, 18, 194, 196 e 198.
Orlando Furioso, 66.
Ormsby, 7.
Orósio, 221.
Orribes, 113.
Ortiz (Pedro), 118, 128 e 205.
Ottas de Roma, 193.
Ovídio, 32 e 76.

Paes de Ribera (Ruy), 204.
Pagès (A.), 75 e 76.
Palácio Aventuroso, 163.
Palamedes (Palamède, Palomède), 80, 101, 105, 112, 146 e 147.
Palau (Pedro), 83.
Palisendo, 114.
Palmeirim de Inglaterra, XIV, 195, 211 e 222.
Palomides (Palomades), 73, 76, 96, 109, 133, 136, 149, 160 e 223.
Pantheon, 32 e 55.
Paris (Gaston), 4, 8, 9, 19, 82, 130, 142 e 229.
Paris (Paulin), 223.
Paris y Viana, 193 e 202.
Parodi (E. G.), 99.
Partinuples, 193.
Parzival, 165, 166, 167 e 185.
Paton (Miss L. A.), 51, 131 e 138.
Patrides, 136.
Pauphilet (A.), 131, 146, 147 e 229.
Paz y Melia, 54 e 130.
Pedro, de Barcelos (D.), 13, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 69, 122, 124, 171, 187, 188 e 210.

Pedro Brun, 117.
Pedro I, de Castela, o *Cruel*, 33, 45, 48, 50, 52, 157 e 159.
Pedro I, de Portugal (D.), 14, 45, 46 e 123.
Pedro II, de Aragão (D.), 29 e 71.
Pedro III, de Aragão (D.), 71.
Pedro IV, de Aragão (D.), o *Cerimonioso*, 11, 68, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 116, 159 e 204.
Pelaio, 158.
Pelehan, 134 e 189.
Pelinor, 134 e 135.
Pelles (Rei), 60, 61 e 181.
Pendragon. Vid. *Uter Pendragon*.
Perceval le Gallois, 164.
Percival (Perceval, Parsifal), 13, 15, 28, 72, 77, 88, 89, 134, 136, 148, 163–170, 180, 183 e 185.
Percy, 108 e 205.
Peregrinação, 212.
Pereira (Nun'Álvares), 13, 43, 45, 46, 204, 212 e 216.
Perellós (Ramon), 204.
Pérez de Guzmán, 15, 18, 20, 21, 47, 204 e 210.
Pero da Ponte, 43.
Perron Merlin, 96 e 101.
Perry (Miss Janet), 28.
Petrus Comestor, 32.
Pierres de Provenza y la linda Magalona, 193.
Pietsch (K.), v, 53, 118, 119, 127, 128, 130, 142, 150, 154, 155, 156, 227 e 228.
Pilatos, 116.
Plínio, 23.
Poema de Alfonso Onceno, 16, 26, 46, 51 e 222.
Poema del Cid, 22, 216 e 221.
Polidoro Vergílio, 55.
Polychronicon, 55.
Porex, 16.
Portugalliæ Monumenta Historica, 122 e 171.
Preste João, 117.
Príamo, 33.
Primaleon, 222.
Primera Cronica General, 32, 193 e 221.
Profacies de Merlí. Vid. *Merlí*.
Profecias de Merlim. Vid. *Merlim*.
Prophécies de Merlin. Vid. *Merlin*.
Proserpina, 168.

Quea, 14.
Quedin, 96.
Quest, de Boron, 137, 147, 148 e 150.
Quest, de Map, 111, 133, 148, 149, 181, 182 e 203.
Queste del Saint Graal, 131, 133, 135, 141, 146, 147, 148, 152, 181 e 229.
Quintañona (Doña), 2, 179, 180, 184, 205, 218, 223 e 224.
Quixote (Don), 4, 54, 156, 181, 192, 193, 201, 221, 222, 223 e 224.

Ramiro, de Aragão, o *Monge*, 167.
Ramon Alemany, 79.
Ramon d'Olivier, 80.
Raquel, 29.
Raimundo Berenguer IV, 82 e 167.
Regimine Principum (De), 16 e 196.
Reinhardstoettner (K. von), 89, 119, 130 e 137.
Rei Mutilado (O), 136, 149 e 169.
Rei Pescador (O). Vid. *Rei Mutilado*.
Reliques, de Percy, 109 e 206.
Réthorique. Vid. *Li Livres dou Trésor*.
Rexach (G.), 88 e 90.
Rey de Artieda, 54.
Ribaldo, 67.
Ricardo I, *Coração de Leão*, 29, 30, 45, 46 e 71.
Rience (Rei), 134.
Rimado de Palacio, 17, 172, 188 e 195.
Ríos (Amador de los), 7, 16, 20 e 26.
Roberto, de Borgonha, 124.
Roboão, 65 e 66.
Rocafort (Juan de), 76.
Roda (Visconde de), 83.
Rodericus Toletanus, 221.

Rodrigo (D.), 51 e 158.
Rodrigues Lapa (M.), 131.
Rolando e Oliveiro (Rotlan e Oliver), 72.
Romanço do Brado, VI, 15, 118, 152 e 153.
Roman de Jaufre, 71 e 85.
Roman de la Rose, 170.
Roman de Reynard, 76.
Roman de Troye, 28.
Roman en Prose. Vid. *Tristan*.
Roman van Lancelot. Vid. *Lancelot*.
Ros de Tárrega (Ramón), 84.
Rotrou de la Perche, 165.
Rouannet, 117
Rubió y Lluch (A.), 47, 48, 70, 72, 77, 79, 86, 195 e 217.
Rückert, 169.
Rusticiano, de Pisa, 28, 44, 46, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 112 e 195.

S. Brandão, 169.
Sagramor, 2, 74, 95, 134, 136, 174, 191 e 223.
Saladino, 81.
Saldaña (Ferrand Ruiz de), 125.
Salisbury (Conde de), 26.
Salomão, 72, 81, 136, 148 e 149.
Samaliel, 136.
Samchez (Joam), 14 e 121.
Sanches (D. Pedro). Vid. *D. Pedro*, de Barcelos.
Sánchez de Velasco (Juan), 125, 178, 203 e 228.
Sánchez de Velasco (Sancho), 125.
Sánchez de Vercial (Clemente), 210.
Sancho IV, de Castela, 27, 42, 45, 46, 50, 65, 108, 110, 111, 127, 158, 160, 161, 162, 189, 200 e 203.
Sancho Pança, 54, 67, 223 e 224.
Santilhana (Marquês de), 18 e 204.
Santo Graal. Vid. *Graal*.
Schofield, 116.
Sebastião (D.), 12 e 23.
Semiramis, 81.
Seringa (Imperatriz), 65.
Severi, de Gerona, 72.
Siete Partidas, 212.
Sílvio, 16.
Sinerock (K.), 169.
Soares de Alvim (Pero), 198.
Solalinde (A. G.), 31.
Soldevila (Ferrán), 68.
Solinus, 165.
Sommer (H. O.), 37, 89, 119, 128, 131, 137, 140, 147, 163, 172, 174, 175, 228 e 229.
Sousa (D. António Caetano de), XIII.
Southey (Roberto), XVI.
Suchier (W.), 115.
Sudré (L.), 10.
Suero de Quiñones, 96, 215, 216 e 217.
Suite du Lancelot. Vid. *Lancelot*.
Suite du Merlin. Vid. *Merlin*.

Tablante, 192.
Tablante de Rícamonte, 54, 192, 211 e 223.
Tabla Rotonda, 80 e 223.
Tácito, 68.
Talavera (Arcipreste de), 18.
Távola Redonda, 16, 46, 80, 88, 93, 96, 101, 105, 106, 109, 135, 144, 160, 211, 213, 214, 222 e 224.
Tavola Ritonda. Vid. *Tristano*.
Tejera (Juan Francisco de), 54.
Telo (D.), 122 e 123.
Tempos Aventurosos, 134, 144 e 189.
Thomas (Henry), XIII, 9, 26, 31, 64, 195, 212, 217, 221 e 222.
Tibaldo, de Champanha, 82.
Tibério, 115 e 116.
Tigrida (Imperador de), 66.
Tirant lo Blanch, 19, 47, 77, 156, 212 e 225.
Title, 128.
Tito, 81.
Tito Lívio, 221.
Titurel, 165.
Todesco, 72, 82 e 87.
Toledo (Arcebispo de), 64.
Tolomer, 129.
Tor, 135.

Torrente (Jerónimo), 114.
Torroella (Guillem), 70, 72, 73, 74, 75, 163, 170 e 230.
Tramezzino (Michele), 89 e 113.
Tratado de Lanzarote. Vid. *Lanzarote.*
Tres hijuelos habia el Rey, 172, 182, 183, 185, 187 e 188.
Tristam (Estoria de), 15.
Tristan, 2, 6, 9, 13, 14, 16, 44, 46, 58, 60, 61, 62, 63, 68, 80, 81, 85, 91–114, 143, 147, 150, 160, 171, 173, 176, 185, 190, 193, 196, 204, 205, 230 e 231.
Tristan (Cuento de), 91, 97, 98, 99, 110 e 112.
Tristan (La Folie de), 66.
Tristan (La Gran Hystoria de), 180 e 181.
Tristan (Libro de), 63, 102, 175, 181, 188 e 203.
Tristan (Roman en Prose de), 100 e 105.
Tristan de Leonis (Cuento de), 91.
Tristan de Leonis (Don), 6, 57, 62, 68, 72, 80, 91, 93, 98, 101, 102, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 113, 139, 143, 172, 173, 175, 180, 181, 189, 192, 201, 202, 203 e 220.
Tristan el Joven, 112, 113 e 205.
Tristani (I due), 2 e 112.
Tristani (Le opere magnanimi dei due), 113.
Tristano, Riccardiano, 98, 99, 103, 104 e 112.
Tristano (La Tavola Ritonda o l'Istoria di), 98, 99, 100, 103, 104 e 112.
Tristan qui onques ne risi, 66.
Tristão, 1, 3, 10, 11, 13, 14, 18, 19, 29, 42, 46, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 72, 73, 75, 76, 77, 80, 92–114, 131, 133, 136, 146, 175, 179, 180, 181, 188, 212, 216, 220, 223 e 229.
Triunfos de Sagramor, 191 e 205.
Trogus, 221.
Trollo, 136.
Twain (Mark), 192.
Tyolet, 183.
Ulrich (J.), 82 e 130.
Ulrich von Zatzikhoven, 29 e 46.
Urganda la Desconocida, 194.
Urien, 135 e 144.
Uter, 96.
Uter Pendragon (Uter Padragon), 33, 35, 38, 39, 40, 49, 101, 105, 133, 134, 138, 143, 150, 152, 157 e 165.

Valdés (Juan de), 222.
Valentim, de Morávia, 116.
Varela (Juan), 91, 96 e 164.
Varnhagen (F. A.), 7, 87, 118, 119, 121 e 172.
Vázquez (Juan), 116.
Venerável Beda, 210.
Vengeance Nostre Seigneur (La), 115.
Vergílio, 32 e 81.
Verónica (S.ta), 115.
Vespasiano, 81, 116, 128 e 129.
Vicente (Gil), VIII.
Vicente, de Beauvais, 21.
Vidal de Bezaudú (Ramón), 30.
Villandrando (Rojas), 54 e 204.
Villasandino (Afonso Alvarez de), 17, 18 e 53.
Vinaver (E.), 92.
Violante de Bar (D.), 78.
Violante Manuel, 123.
Vita Christi, 116.
Vita Merlini. Vid. *Merlini.*
Vitorial (El), 48, 55, 180, 210 e 217.
Viuva Desherdada, 147.
Vives (Juan Luis), 55 e 210.
Viviana, 11 e 13.
Vortiger (Vitiger, Voltigern, Vortigern), 40, 49, 55, 133, 138, 142 e 143.

Wace, 31 e 56.
Wagner (C. P.), V, 2, 64, 65 e 231.
Wagner (R.), 164.
Ward (H. L. D.), 105.
Wartburgkrieg, 169.
Wechssler, 130, 131, 229 e 230.
Weston (Miss), 165.
Williams (Miss G. S.), 173 e 195.

Yáñez (Rodrigo), 13, 43, 45, 46, 51, 53, 122, 158, 204 e 222.
Yguerna, 40.
Yseo. Vid. *Iseu*.
Ywain. Vid. *Ivão*.
Zapata (Pedro), 82.
Zelada (Cardeal), 56.
Zorzi (Messer), 7.
Zurara (Eanes de), Vid. *Eanes de Azurara*.

ÍNDICE

Prefácio do Autor V

Prefácio do Tradutor XI

I. Observações preliminares 1
II. A teoria da prioridade portuguesa 6
III. A introdução do romance arturiano em Castela e Portugal . . 25
IV. Os lais bretões: «Cifar» 57
V. As novelas arturianas na Catalunha 68
VI. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *Tristão* 91
VII. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *Vespasiano* . . 115
VIII. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *O Santo Graal, José de Arimatéa* 118
XI. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *O Santo Graal, Merlim, Demanda* 130
X. Heróis menores do Graal: Galvão, Perceval. A *Faula* de G. Torroella 163
XI. As novelas arturianas em Castela e Portugal: *Lançarote* . . 171
XII. Romances secundários e outros em Castela e Portugal: *Amadiz* 191
XIII. A influência da literatura cavalheiresca na Península Hispânica durante a Idade Média 201

Apêndice 227

Adenda 231

Errata 233

Índice Onomástico 235

Índice 249